



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**JONATHAS LUIZ CARVALHO SILVA**

**A IDENTIDADE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO  
DAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA PÓS-GRADUAÇÃO: análise dos conteúdos  
programáticos dos PPGCI'S**

Área de concentração: Informação, conhecimento e sociedade.

Linha de Pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire.

**JOÃO PESSOA  
2011**

JONATHAS LUIZ CARVALHO SILVA

**A IDENTIDADE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO  
DAS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA PÓS-GRADUAÇÃO: ANÁLISE DOS  
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DOS PPGCI'S**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em  
Ciência da Informação do Programa de Pós-  
Graduação em Ciência da Informação da  
Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB)  
como requisito parcial para obtenção do título de  
mestre.

Área de concentração: Informação, conhecimento  
e sociedade.

Linha de Pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de  
Informação.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique de  
Araújo Freire.

**JOÃO PESSOA**

**2011**

020 S586i	<p>Carvalho Silva, Jonathas Luiz</p> <p>A identidade da ciência da informação brasileira no contexto das perspectivas históricas da pós-graduação: análise dos conteúdos programáticos dos PPGCI'S / Jonathas Luiz Carvalho Silva.</p> <p>XV, 227 f: il.; 31 cm.</p> <p>Orientador: Gustavo Henrique de Araújo Freire.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós- graduação em Ciência da Informação, 2011.</p> <p>Referências bibliográficas: f. 210-227.</p> <p>1. Ciência da Informação. 2. História. 3. Pós-graduação. 4. Identidade. 5. Epistemologia. 6. Informação, conhecimento e sociedade – Dissertação. I. Freire, Gustavo Henrique de Araújo. II. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 020</p>
--------------	---

Para citar esse documento:

**CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz. A identidade da ciência da informação brasileira no contexto das perspectivas históricas da pós-graduação: análise dos conteúdos programáticos dos PPGCI'S.** João Pessoa: UFPB, 2011, 227f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2011.

JONATHAS LUIZ CARVALHO SILVA

A IDENTIDADE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS  
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA PÓS-GRADUAÇÃO: ANÁLISE DOS CONTEÚDOS  
PROGRAMÁTICOS DOS PPGCI'S

Data da qualificação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Professor Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

---

Professor Dra. Isa Maria freire (Examinador interno)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

---

Professora Dra. Henriette Ferreira Gomes (Examinador externo)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

JOÃO PESSOA  
2011

À minha esposa Sofia Oliveira Dantas, pois com sua qualidade de olhar analisa, com a língua aconselha e com a mente ensina. Seu exemplo de compreensão, respeito, companheirismo e dedicação me auxiliam na construção de uma vida mais digna e sólida de sentido.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, é importante afirmar que este trabalho é fruto das contribuições de várias pessoas que, direta e/ou indiretamente, me ajudaram a desenvolver este texto.

Agradeço, em primeiro lugar, a Santíssima trindade, representada pelo pai, filho e espírito santo, vez que essas forças espirituais foram fundamentais para promover ânimo nos momentos difíceis e humildade nos momentos de tranquilidade e equilíbrio, propiciando a realização deste trabalho.

Em seguida, agradeço a minha mãe, exemplo de coragem, luta, perseverança; épica na criação dos filhos, pois, mesmo nos momentos mais difíceis, não abandonou a confiança neste trabalho, oferecendo incentivo incessante e afirmando o compromisso de compartilhar as experiências que nortearam e norteiam minha vida.

Ao meu pai, Nonato Silva (in memoriam), que com a virtude da “palavra”, ensinou que as qualidades devem ser exploradas e os defeitos devem ser retificados e reaplicados.

Aos meus irmãos, Márcio Rogério, que como irmão, desempenhou um grande papel de pai, dando-me sustentabilidade financeira e intelectual, sendo fundamental para a concretização deste trabalho e Carlos Henrique, que, prova na sua vida cotidiana, que as adversidades devem ser vencidas com ânimo, persistência e muita capacitação. A minha cunhada Regina por ter prestado grande apoio nos momentos de dificuldade e ter compartilhado os momentos de alegria.

Ao meu orientador Gustavo Freire pela orientação na construção deste trabalho e por acreditar no meu potencial.

As professoras Henriette Ferreira Gomes e Isa Freire por aceitarem participar da banca avaliadora e, principalmente, pelos seus contributos para a construção e aprimoramento deste trabalho.

Aos meus amigos Lúcio, Lidiane e sua filha Maíra (um anjo enviado por Deus), pois sem a acolhida desta família em João Pessoa durante o ano de 2010, a caminhada teria sido muito mais difícil. E quando uso o termo família refere-se ao fato de efetivamente ter me sentido acolhido por uma nova família. Agradeço pelo exemplo de receptividade, companheirismo, além da confiança e incentivo depositados em mim na perspectiva de que os desafios devem ser enfrentados e o êxito é uma consequência da batalha e da honestidade empenhadas no desafio.

A Débora Sampaio que não somente é um exemplo de dedicação profissional, mas também exemplo de amiga, presente nas dificuldades e alegrias cotidianas. Agradeço pela sua força e confiança, pois sei que estamos compartilhando de objetivos e perspectivas profissionais semelhantes e coletivamente, o encaminhamento de nossas perspectivas serão bem mais exitosos.

As minhas queridas Daniele de Lima, Edmara Ferreira, Marina Alves e Neuila Rocha que não foram somente minhas companheiras de graduação, mas amigas que se perpetuaram na estrada da vida. Daniele pela sua serenidade; Edmara a “pequena grande” pela maturidade; Marina pelo companheirismo, confiança e pela idéia de que nossa amizade foi construída com muito sacrifício na superação de diversos obstáculos e senso de humanidade, o que torna a amizade ainda mais valorosa. Neuila pela oportunidade que tive de conhecê-la e saber de sua cumplicidade e apoio, principalmente nas horas mais difíceis.

Também não posso esquecer de outras companheiras do curso de Graduação em Biblioteconomia, tais como: Danyele Melo, Francinir de Lima, Camila Morais, Dulcemir Dias e a turma de uma forma geral que na trajetória acadêmica me ajudaram a reconhecer erros, conceber a humildade, crescer como pessoa e a traçar minhas perspectivas profissionais.

Ao meu amigo Alexandre Magno que, mesmo distante atualmente, sempre mostrou espírito de companheirismo e confiança em mim como pessoa e como profissional. Um contato que surgiu na Graduação e foi se fortalecendo, se consolidando até se tornar uma efetiva amizade, de sorte que quando precisei sempre estive perto concebendo um papel de irmão.

Aos amigos David Moreno Montenegro e Paulo Rossano que foram importantes instrumentos em minha caminhada pessoal e acadêmico-profissional.

A minha nova família composta pelo meu sogro Antonio Dantas, minha sogra Graça e minha cunhada Gina Dantas que me acolheram muito bem e me mostraram novas possibilidades de familiarização.

Aos meus alunos da UFC Cariri que nas atividades acadêmicas e cotidianas me mostram de forma consciente e/ou inconsciente a seguir as máximas de Paulo Freire citadas no seu livro Pedagogia da Autonomia “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” e “Aprender precedeu ensinar, ou em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender”...

Finalmente, a turma de Mestrado 2010 pelas experiências acadêmicas que certamente foram muito enriquecedoras, tanto no nível pessoal, quanto no acadêmico.

Linha de pesquisa “Ética, Gestão e Políticas de Informação”: Alecsandra Coutinho Machado; Alex de Araújo Lopes; Alexandre Pereira de Souza; Ana Claudia Medeiros de Souza; Aparecida Maria da Silva (Cida) com sua autenticidade e caráter extrovertido; Elieny do Nascimento e Silva; Lucas Almeida Serafim; Rosilene Agapito da Silva Llarena; Ruston Sammeville A.M. Silva e Suzana de Lucena Lira.

Linha de pesquisa “Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação”: Ana Roberta Sousa Mota; André Luiz Dias França; Carla Façanha de Brito; Claudio César Timóteo Galvino; Débora Adriano Sampaio; Francisca Sirleide Pereira; Helton de Araújo Figueiredo; Kelly Cristine Queiroz Barros; Laerte Pereira da Silva Júnior; Laudereida Eliana Marques Moraes; Maria Amélia Teixeira da Silva; Rosilene Paiva Marinho; Thais Catoira Pereira e Vanessa Alves Santana

O século XXI está imerso no processo de explosão informacional, das novas tecnologias de informação e comunicação e do ciberespaço, do mercado globalizado, do uso da comunicação digital e da Internet. Do mesmo modo, e pelos mesmos canais, nossa vida é afetada por crises econômicas, pelas transformações radicais no modo de trabalho, pela busca de uma nova identidade e construção da cidadania. A sociedade que nos absorve na velocidade da luz é a mesma que nos ofusca os olhos e nos deixa cegos.

(Manuel Castells)

## RESUMO

Aborda a identidade da Ciência da Informação brasileira por meio das perspectivas históricas da pós-graduação. A problemática do presente trabalho pode ser sintetizada nas seguintes interpelações: Quais as características identitárias da Ciência da Informação, no que se refere ao seu contexto histórico das pós-graduações no Brasil? Como se apresenta a realidade dos conteúdos programáticos dos PPGCI's brasileiros que possuem mestrado e doutorado a partir de suas áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas? A justificativa do presente projeto é sustentada inicialmente por uma razão de nível acadêmico. Em virtude das variadas discussões e polêmicas relativas a Ciência da Informação no Brasil que se iniciam nos cursos de graduação, especialmente no curso de Biblioteconomia e Arquivologia e se ampliam na pós-graduação *stricto sensu*, percebe-se a necessidade de estabelecer uma discussão epistemológica que busque identificar as marcas da Ciência da Informação com vistas a promover sua caracterização identitária. O objetivo central do trabalho é investigar a construção da identidade epistemológica do campo da Ciência da Informação por meio de uma análise dos conteúdos programáticos dos PPGCI's, contemplando suas perspectivas teóricas. Como objetivos específicos identifica-se: Refletir sobre a identidade histórica da ciência, desde a Idade Moderna até a Idade Contemporânea; Discutir sobre os fatores que direta e indiretamente deram origem a Ciência da Informação como campo científico; Refletir sobre a identidade da Ciência da Informação no contexto do campo científico; Analisar o processo historiográfico (histórico-social) do campo científico da pós-graduação da Ciência da Informação no Brasil. Metodologicamente, a pesquisa é classificada quanto aos fins, sendo de nível exploratório e quanto aos meios, sendo bibliográfica e documental, uma vez que serão analisados documentos que constam nos sites dos PPGCI's e o método de análise é dedutivo e indiciário que delibera procedimentos de "caça" para caracterizar a identidade da Ciência da Informação no contexto da pós-graduação. Conclui que os PPGCI's passam por grandes e rápidas modificações identitárias no seu corpo acadêmico-científico apresentando marcas identitárias diversas em suas áreas de concentração e linhas de pesquisa.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação. História. Pós-Graduação. Identidade. Epistemologia.

## ABSTRACT

Discusses the identity of the Brazilian Information Science through the historical perspectives of graduate studies. The issue of this work can be summarized in the following interpolations: What are the characteristics of identity information science, with regard to its historical context of post-graduates in Brazil? How is the reality of the syllabus of Decision maker's Brazilians who have master's and doctoral degrees from its focus areas, research areas and disciplines? The justification of this project is supported initially by a ratio of academic level. Because of various discussions and controversies concerning the Information Science in Brazil that start in undergraduate courses, especially in the course of Library and Archival and expand post-graduate studies, one realizes the need to establish an epistemological discussion that seeks to identify the marks of Information Science in order to promote its characterization of identity. The main objective of this study is to investigate the construction of the epistemological identity of the field of information science through an analysis of the syllabus of Decision maker's, contemplating their theoretical perspectives. Specific objectives were identified: Reflecting on the historical identity of science, from the Modern Age to Contemporary; Discuss the factors that directly and indirectly resulted in information science as a scientific field, reflect on the identity of Information Science in the context of the scientific field, analyze the process historiography (historical and social) of the scientific field of graduate school of Information Science in Brazil. Methodologically the research is classified as to its purpose, being exploratory and as to means, and literature and documents, as they will be analyzed documents in the sites of the Decision maker's and the method of analysis is deductive, and indicting acting procedures of "hunting "to characterize the identity of information science in the context of graduate school. Decision maker's conclusion that undergo large and rapid changes of identity in their academic and scientific bodies showing their identity marks in several areas of concentration and research lines.

**Keywords:** Information Science. History. Postgraduate. Identity. Epistemology.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: : Modelo de Comunicação de Shannon.....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 2: Área de concentração e linhas de pesquisa do PPGCI da UFF .....</b>	<b>137</b>
<b>Figura 3 - Das relações entre as linhas de pesquisa dos PPGCI's.....</b>	<b>200</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Idéias de Gabriel Naudé, Melvil Dewey e Paul Otlet.....</b>	<b>57</b>
<b>Quadro 2: Áreas concentração e disciplinas do mestrado em Ciência da Informação do IBBD. ....</b>	<b>111</b>
<b>Quadro 3: As primeiras pós-graduações em Biblioteconomia e Ciência da Informação na década de 1970.....</b>	<b>118</b>
<b>Quadro 4: Situação das pós-graduações em Biblioteconomia e Ciência da Informação na década de 80. ....</b>	<b>124</b>
<b>Quadro 5: Situação das pós-graduações em Ciência da Informação na década de 1990. ....</b>	<b>133</b>
<b>Quadro 6: Área de concentração da Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil na primeira década do século XXI.....</b>	<b>142</b>
<b>Quadro 7: Linhas de pesquisa das Pós-Graduações em Ciência da Informação na primeira década do século XXI. ....</b>	<b>143</b>
<b>Quadro 8: Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil e suas vinculações acadêmicas. ....</b>	<b>145</b>
<b>Quadro 9: Área de concentração da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil atualmente. ....</b>	<b>161</b>
<b>Quadro 10: Relações e diferenças entre área de concentração e linha de pesquisa. ....</b>	<b>172</b>
<b>Quadro 11: Linhas de pesquisa do PPGCI do IBICT/UFRJ. ....</b>	<b>172</b>
<b>Quadro 12: Linhas de pesquisa do PPGCI da UFBA. ....</b>	<b>176</b>
<b>Quadro 13: Linhas de pesquisa do PPGCI da UFMG. ....</b>	<b>180</b>
<b>Quadro 14: Linhas de pesquisa do PPGCInf da UnB.....</b>	<b>183</b>
<b>Quadro 15: Linhas de pesquisa do PPGCI da UNESP. ....</b>	<b>188</b>
<b>Quadro 16: Linhas de pesquisa do PPGCI da USP.....</b>	<b>192</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABECIN – Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação  
ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior  
CDD – Classificação Decimal de Dewey  
CDU – Classificação Decimal Universal  
CCHSA - Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas  
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
ECA – Escola de Comunicação e Artes  
ECO – Escola de Comunicação  
ENANCIB – Encontro nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação  
EUA – Estados Unidos da América  
FID – Federação Internacional de Documentação  
IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação  
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia  
IIB – Instituto Internacional de Bibliografia  
IID – Instituto Internacional de Documentação  
MIT - *Instituto de Tecnologia de Massachusetts*  
PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
PUCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
RBU - Repertório Bibliográfico Universal  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UnB – Universidade de Brasília  
UNESP – Universidade estadual Paulista  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 PROBLEMÁTICA .....	16
1.2 JUSTIFICATIVA .....	17
1.3 OBJETIVOS .....	18
1.4 METODOLOGIA .....	19
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	19
<b>2 O DESIDERATO HISTÓRICO DA IDENTIDADE CIENTÍFICA: da ciência moderna à ciência pós-moderna.....</b>	<b>21</b>
2.1 A CIÊNCIA PÓS-MODERNA E O ADVENTO DO PARADIGMA EMERGENTE: UM NOVO CONSTRUTO IDENTITÁRIO .....	33
<b>3 A ORIGEM E A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: o indício embrionário para caracterização identitária.....</b>	<b>46</b>
3.1 A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: marcas de uma identidade.....	73
<b>4 O CAMINHAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA E A REFLEXÃO DE SUA TRAJETÓRIA EM BUSCA DA SUA IDENTIDADE: o enfoque na pós-graduação .....</b>	<b>89</b>
4.1 O INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD): marco regulador da identidade da Ciência da informação no Brasil .....	90
4.2 A TRANSIÇÃO DAS AÇÕES DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO IBBD PARA INSERÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL .....	96
4.3 A ANCIB E O ENANCIB: elementos de construção da identidade científico-social das pós-graduações em Ciência da Informação no Brasil .....	98
4.4 A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: dimensões educativas e científicas na busca de sua identidade .....	106
4.4.1 <i>A pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação na década de 1970: primeiros construtos identitários .....</i>	<i>109</i>
4.4.2 <i>A trajetória da pós-graduação em Ciência da Informação na década de 1980: novas e/ou contínuas concepções identitárias a partir do aperfeiçoamento dos programas .....</i>	<i>118</i>
4.4.3 <i>A pós-graduação em Ciência da Informação na década de 1990 ou da Biblioteconomia à Ciência da Informação: identidades institucionalmente modificadas .....</i>	<i>125</i>

<i>4.4.4 O início do século XXI para a Ciência da Informação: a busca da construção de uma identidade de projeto</i> .....	134
<b>5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>149</b>
5.1 DA NOÇÃO DE METODOLOGIA DA PESQUISA .....	149
5.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO (CAMPO DA PESQUISA) .....	152
5.3 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....	156
5.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS .....	158
<b>6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b> .....	<b>160</b>
6.1 DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO .....	161
6.2 DAS LINHAS DE PESQUISA .....	171
6.2.1 <i>Das relações entre as linhas de pesquisa dos PPGCI's</i> .....	197
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>210</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No período contemporâneo ocorre o advento de diversas áreas do conhecimento científico. No século XIX surgem as ciências clássicas, como a Sociologia, Antropologia, Biologia, dentre outras, baseadas nas idéias dos cientistas modernos (Galileu, Newton, Bacon, Descartes, etc.). Já no século XX surgem as ciências pragmáticas, como a Ciência da Informação, Cibernética e outras.

É preciso ressaltar que as ciências que surgiram no século XX possuem paradigmas diferentes das ciências que surgiram nos séculos anteriores, inclusive do século XIX. Isto quer dizer que as ciências do século XIX têm a finalidade de refletir sobre a realidade de seu objeto, enquanto as ciências do século XX, além da reflexão, possuem também a finalidade de resolver ou explicitar os problemas da sociedade.

Com a inserção da Ciência da Informação é possível observar a formação de uma nova discussão relativa à organização do conhecimento. Porém, assim como ocorre no mundo, o Brasil não está isento da delimitação do objeto de estudo e do campo de atuação acadêmica da Ciência da Informação.

Dessa forma é mister reconhecer a importância de se estudar a identidade da Ciência da Informação como forma de identificar melhor os seus pressupostos teóricos/epistemológicos. Os estudos sobre identidade, assim como a Ciência da Informação, se constituem numa característica do período contemporâneo em um momento onde é fundamental saber quais são as finalidades e os rumos da humanidade, bem como da própria ciência.

A questão da identidade tem sido discutida de forma acalorada pelos cientistas, pesquisadores, que buscam questionamentos e inferências acerca do assunto em questão. É inegável comentar a importância dos estudos sobre identidade para a caracterização de indivíduos, grupos, ciências e diversas outras categorias. Assim, a importância de se estudar identidade está firmada na idéia de Hall (1999, p. 38) quando afirma que “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não de algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”.

Isso quer dizer que a Ciência da Informação está sendo formada em seu processo histórico, sendo preciso conhecer um pouco suas características identitárias.

O presente trabalho visa investigar a identidade da Ciência da Informação, tendo como enfoque as pós-graduações. Para tanto, é necessário compreender que identidade tem uma

relação íntima com o termo marca, o que implica dizer que o trabalho se propõe a identificar as marcas da Ciência da Informação com a finalidade de entender a sua importância dentro da área. Dividem-se aqui essas marcas, segundo a visão de Silva (2000) em dois fatores: essencialistas e não-essencialistas.

As marcas essencialistas compõem fenômenos autenticamente desenvolvidos por uma determinada disciplina do conhecimento e que dificilmente mudam no transcorrer histórico, enquanto as marcas não-essencialistas são atribuídas a elementos incorporados de áreas alheias no seio da disciplina, que pode ocorrer antes de sua origem até o seu processo de maturação científica e podem ser constantemente modificados.

## 1.1 PROBLEMÁTICA

A revolução científica dos séculos XIX e XX ocasionou uma ampla produção acadêmica, política, econômica e cultural na sociedade global. Juntamente com o desenvolvimento das tecnologias informacionais digitais, em especial, o computador e a internet, a disseminação da informação ocorre de maneira mais rápida. Porém, diante dessa ampla produção e do advento de diversas ferramentas tecnológicas, a informação muitas vezes fica fragmentada e relativamente difícil de ser encontrada.

Por isso, a importância do surgimento de uma ciência para a organização, disseminação e promoção de acesso a esse conhecimento que está disperso, seja de forma impressa, seja de forma virtual. A Ciência da Informação deve se encarregar da estruturação de procedimentos organizacionais que façam com que a sociedade consiga encontrar o que precisa rapidamente.

Contudo, percebe-se que os desafios dos quais a Ciência da Informação está incumbida, não são fáceis de serem concretizados por diversos motivos, tais como: a diversidade de conteúdo, as opiniões diversas dos indivíduos e grupos sociais, educacionais, políticos e econômicos, assim como os investimentos em profissionais e materiais para o desenvolvimento das atividades profissionais de organização do conhecimento. Outro fator que pesa também é o fato de que a Ciência da Informação ainda é uma ciência nova na história da humanidade, o que leva a considerar que está engatinhando no processo de construção de teorias para aplicação acadêmica e mercadológica.

No Brasil, essa realidade não é diferente. É preciso ainda fortalecer as instituições no processo de pesquisa e ensino na Ciência da Informação, visando à formação de novas

discussões e teorias que possam formar profissionais qualificados. Para tanto, é preciso investimentos, em estrutura física (ferramentas tecnológicas, por exemplo) e intelectual (livros, periódicos e outros aportes) para apoiar as atividades de pesquisa e promover o intercâmbio científico entre as instituições.

Isso implica dizer que esses problemas afetam, sobretudo, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da interdisciplinaridade na ciência, bem como distanciam a relação teoria e prática. Diante desses impasses, o trabalho discutirá sobre a realidade da Ciência da Informação no Brasil com base em sua estrutura de ensino, sua interdisciplinaridade e o seu contexto social.

Partindo destes pressupostos temos como propósito realizar uma investigação com a finalidade de responder uma questão central: Quais as características identitárias da Ciência da Informação, no que se refere ao seu contexto histórico das pós-graduações no Brasil? Como se apresenta a realidade dos conteúdos programáticos dos PPGCI's brasileiros que possuem mestrado e doutorado a partir de suas áreas de concentração e linhas de pesquisa?

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A justificativa do presente projeto é sustentada inicialmente por uma razão de nível acadêmico. Em virtude das variadas discussões relativas à Ciência da Informação no Brasil que se iniciam nos cursos de graduação, especialmente nos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia e se ampliam na pós-graduação *stricto sensu*, percebe-se a necessidade de estabelecer uma discussão epistemológica que busque identificar as marcas da Ciência da Informação com vistas a promover sua caracterização identitária.

Recorrer à identidade para conhecer mais sobre a Ciência da Informação é buscar entender a essência de cada passo dessa área. A identidade é fruto de uma “marca estampada” no percurso histórico de qualquer área do conhecimento.

Outro importante motivo para estudar a identidade da Ciência da Informação no Brasil é o fato de que o desenvolvimento de uma atividade profissional consciente de seus objetivos e finalidades dependem não somente do conhecimento dos pressupostos teóricos e epistemológicos de uma área.

Destarte, para compreender as teorias da Ciência da Informação, é fundamental recorrer à identidade como forma de conceber suas características seus conceitos, suas

funções, tipologias, enfim, identificar a essência e a não-essência da área como forma de reconhecer como estudar os pressupostos teóricos da área.

Como a Ciência da Informação é considerada uma ciência nova na história, ainda está maturando os seus processos teóricos e epistemológicos, o que incita ainda mais reconhecer a importância de sua caracterização identitária para perceber quais rumos está tomando e se esses rumos condizem com as exigências da sociedade.

Escolher o Brasil como delimitação desse projeto se justifica por dois motivos: o primeiro visa saber como as teorias da Ciência da Informação em nível global têm sido absorvidas e interpretadas em nível nacional e o segundo ocorre em face da necessidade de verificar como se dá a relação dos estudos em Ciência da Informação entre os Programas de Pós-Graduação (PPGCI) brasileiros, verificando suas relações, convergências, divergências, a fim de verificar a situação dessa área do conhecimento em nível nacional.

Como o apoio institucional à Ciência da Informação no Brasil ainda é incipiente e está em fase de consolidação é fundamental avaliar como está sendo trabalhada essa área do conhecimento no país, tentando identificar suas qualidades, deficiências e a sua estrutura, pois assim é possível estabelecer certas marcas inerentes a Ciência da Informação no Brasil no passado recente, no presente e até envolver alguns prognósticos para o futuro.

Agora, para estudar a identidade da Ciência da Informação no Brasil, o presente trabalho se ocupa do segmento de sua história. O estudo com relação às perspectivas históricas se dá em virtude de traçar um percurso da história da Ciência da Informação iniciando por um indício lógico que parte do geral para o particular.

### 1.3 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral:

Investigar a construção da identidade epistemológica do campo da Ciência da Informação por meio de uma análise dos conteúdos programáticos dos PPGCI's, contemplando suas perspectivas teóricas.

Já os objetivos específicos são:

- a) identificar os fatores que direta e indiretamente deram origem a Ciência da Informação como campo científico;
- b) refletir sobre a identidade da Ciência da Informação no contexto do campo científico;
- c) analisar o processo historiográfico (histórico-social) do campo científico da pós-graduação da Ciência da Informação no Brasil;

#### 1.4 METODOLOGIA

O presente trabalho é constituído de uma pesquisa classificada quanto aos fins e quanto aos meios:

- a) quanto aos fins a pesquisa é exploratória; e
  - b) quanto aos meios é bibliográfica e documental.
- Já o método de análise é o indiciário.

#### 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A dissertação é constituída de uma introdução, onde são apresentados, de forma sintetizada, os principais componentes do projeto de pesquisa concebido e a descrição também sintética dos procedimentos metodológicos.

O primeiro capítulo trata sobre a identidade da ciência em seu contexto histórico levando em consideração a Idade Moderna e Contemporânea. A noção de paradigma será fundamental para a composição deste capítulo, principalmente no que tange ao paradigma dominante, relativo as ciências modernas e o paradigma emergente, referente as ciências pós-modernas. (SANTOS, 1988).

O segundo capítulo apresenta a origem e a configuração do campo científico da Ciência da Informação. Conhecer a origem e o seu campo científico é crucial para conceber os fundamentos que norteiam a área. É pertinente também atentar para o fato de que a Ciência da Informação brasileira se constituiu de uma reflexão fundamentalmente advinda dos pensamentos das correntes da Biblioteconomia e da Documentação dos EUA e da Europa.

O terceiro capítulo analisa a história da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil avaliando desde o advento do IBBD até os dias atuais. Como marco oficial, entende-se que a Ciência da Informação foi implantada no Brasil em 1970, mas houve todo um aparato desde a década de 50 para que essa implantação ocorresse. O presente capítulo é constituído de especificações para melhor compreender esse histórico da pós-graduação. Houve a ênfase nas subseções para falar da pós-graduação nas décadas de 70, 80, 90 e para a primeira década do século XXI. O referido capítulo faz uma breve reflexão sobre os instrumentos de apoio a pós-graduação, como a ANCIB (destaque para o ENANCIB), pois se configuram como componentes essenciais para a pesquisa na pós-graduação.

O quarto capítulo é destinado aos procedimentos metodológicos considerando fatores, como a caracterização do estudo (campo da pesquisa) que inclui uma breve descrição dos PPGCI's que possuem mestrado e doutorado; a caracterização do estudo que inclui procedimento e estratégias de pesquisa; e o instrumento de coleta de dados que mostra como é concebido os dados do presente trabalho.

O quinto capítulo consta da análise dos dados relativos às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos PPGCI's que possuem mestrado e doutorado, com vistas a considerar aspectos acadêmicos, institucionais, científicos na perspectiva de conceber a caracterização identitária dos PPGCI's.

O tópico seguinte é destinado as considerações finais da dissertação. E, após as considerações finais, estão as referências.

Em suma, a dissertação está dividida em dois expoentes: os capítulos 1, 2 e 3 que constituem a fundamentação teórica; os capítulos 4 e 5 referentes aos procedimentos metodológicos e análise e interpretação dos dados, respectivamente.

## **2 O DESIDERATO HISTÓRICO DA IDENTIDADE CIENTÍFICA: da ciência moderna à ciência pós-moderna**

São inegáveis as contribuições da ciência para a humanidade em suas mais diversas áreas. Porém, as ciências atingiram um grau de complexidade e diversidade tão grande que tem sido difícil identificar as propriedades científicas, especialmente no período contemporâneo (a partir do século XIX).

Com efeito, existe um fato inerente a qualquer tipo de ciência que está vislumbrado no dizer de Gadamer (1983, p. 84) quando afirma que a ciência “[...] se encontra não só conhecimento, mas uma permanente elaboração do saber do homem em relação a si mesmo.”

Isto quer dizer que, mesmo com as peculiaridades de qualquer ciência ou de qualquer área do conhecimento científico, existe uma necessidade humana fundamental que é a de conceber um processo de autocompreensão, uma vez que satisfazer as necessidades, desde a sociedade global até comunidades específicas e isoladas exige que a ciência compreenda minimamente o que deve ser satisfeito; como deve ser satisfeito e os motivos pelos quais devem ser satisfeitos.

Destarte, é possível aferir a relevância da ciência no transcurso histórico para a humanidade em suas mais diversas nuances. Por isso, é pertinente desenvolver a discussão sobre as tipificações científicas e quais as propostas para a sociedade, especialmente nos períodos que compreendem as ciências Moderna e Pós-Moderna, requisitos cruciais para verificar algumas características identitárias da ciência no século XXI.

Para evidenciar a tipificação científica que caracteriza essencialmente a ciência Moderna e a pós-moderna, dois expoentes, merecem ênfase: as ciências naturais e ciências sociais, respectivamente.<sup>1</sup> Associada à discussão sobre ciência, em qualquer período histórico, faz-se necessário trazer para o diálogo também a noção terminológica do termo paradigma, visando auxiliar no debate sobre as díades ciências naturais/sociais e ciências modernas/pós-modernas.

Pode-se atestar a importância da noção de paradigma na ciência no dizer de Kuhn (2003, p. 13) “Considero paradigmas as realizações científicas universalmente reconhecidas

---

<sup>1</sup> Ressalta-se que essa tipificação é relevante para demonstrar a importância das ciências naturais e sociais no transcurso histórico da ciência. Todavia, é pertinente conceber que essas ciências não devem ser compreendidas de modo isolado, mas sim de formas complementares. Essa tipificação estabelecida torna-se viável, dado que a ciência moderna incutiu uma supervalorização das ciências naturais como será explanado no presente trabalho, sendo interessante observar as relações contemporâneas entre ciências naturais e sociais.

que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Isto quer dizer que a pretensão do presente trabalho não é valorizar as ciências consideradas pós-modernas em detrimento das ciências naturais modernas, mas mostrar a configuração científica transitória, paradigmática e polêmica que vive as ciências desde o século XVI até o século XXI, assim como buscar apreender que cada período histórico possui suas abordagens científicas com percepções paradigmáticas que visam explicar a realidade.<sup>2</sup>

Atribuindo a noção de paradigma no contexto científico moderno e contemporâneo é salutar o argumento de Boaventura dos Santos (1988) afirmando que existem dois paradigmas científicos: o paradigma dominante, representado pelo modelo de racionalidade que preside a ciência moderna e que teve sua constituição a partir da revolução científica do século XVI basicamente no domínio das ciências naturais e o paradigma emergente em que o autor atribui que o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico, mas também tem que apresentar a configuração de um paradigma social.

Neste primeiro tópico, a atenção será dada ao paradigma dominante. Este paradigma partiu do Renascimento no século XVI apresentado pelo viés do humanismo (preocupava-se com a reforma educacional, valorizando estudos na área de humanidades e tendo sua difusão facilitada com a invenção da imprensa por Gutenberg); o Renascimento Científico (a perspectiva do racionalismo estimulou as pesquisas científicas, onde vale enfatizar os estudos de diversos cientistas); e as Artes (valorização da sensibilidade humana, através de pinturas, integradas as ciências).

Alguns estudiosos (cientistas) devem ser destacados, tais como: Copérnico (1473-1543); Galileu (1564-1642); Kepler (1571-1630); Francis Bacon (1561-1626), Descartes – considerado um dos precursores da ciência moderna – (1596-1650) e Isaac Newton (1643-1727). Ressaltando que a obra de Newton pode ser considerada como a grande síntese das obras de Copérnico, Kepler, Bacon, Galileu e Descartes, de sorte que expõe uma complexa visão matemática da natureza.

Conforme Santos (1988, p. 3):

---

<sup>2</sup> Há autores contemporâneos que vêem os pressupostos da ciência moderna a partir de um otimismo epistemológico como é o caso de alguns estudiosos do século XIX e XX, Karl Popper e Imre Lakatos (este de forma menos intensa), enquanto há pensadores que vêem a ciência moderna como um instrumento de base teórica importante para a contemporaneidade, mas com diversas ressalvas de cunho epistemológico, metodológico e político como Max Weber, Nietzsche e Paul Feyerabend. Há aqueles ainda que realçaram uma “crítica de libertação” da ciência moderna, mas que acabaram enveredando, em alguns aspectos metodológicos, pelo sentido positivo da técnica moderna, como Karl Marx.

Está consubstanciada, com crescente definição, na teoria heliocêntrica do movimento dos planetas de Copérnico, nas leis de Kepler sobre as órbitas dos planetas, nas leis de Galileu sobre a queda dos corpos, na grande síntese da ordem cósmica de Newton e finalmente na consciência filosófica que lhe conferem Bacon e sobretudo Descartes. Esta preocupação em testemunhar uma ruptura fundante que possibilita uma e só uma forma de conhecimento verdadeiro está bem patente na atitude mental dos protagonistas, no seu espanto perante as próprias descobertas e a extrema e ao mesmo tempo serena arrogância com que se medem com os seus contemporâneos.

Percebe-se, a partir da citação, a primeira marca que compõe a identidade histórica da ciência moderna. A separação entre o que é ciência e o que pode ser chamado de pseudociência. Em outras palavras, os estudiosos do período moderno tinham uma preocupação eminentemente sistemática através da ponderação de que a ciência é constituída por fatos e verdades comprovadas por meio de observações e experimentações. Para tanto, essa constituição de observações e experimentações devem estar coerente à luz dos fenômenos naturais (amplo conhecimento da natureza).

É pertinente destacar o esforço histórico dos estudiosos da ciência moderna (século XVI a XVIII) no rompimento com a visão da filosofia clássica (metafísica), uma vez que buscaram a construção de novos procedimentos científicos para explicação da realidade social.

Por isso, a marca identitária em diferir o que é ciência e pseudociência promove um amadurecimento reflexivo do ser humano, visando a resolução e/ou explicação dos problemas por meio de bases observacionais e experimentais, principalmente em virtude de que os pressupostos científicos concebidos na ciência moderna, especialmente, a partir do século XVI são cruciais para construir a base das ciências nos séculos XVII e XVIII aferindo o seu caráter processual.

Com efeito, essa ponderação pela observação e experimentação das questões relacionadas a natureza perpassam pelo fator essencial da quantificação significando que a palavra conhecimento é quase sinônimo de uma mediação, de um fenômeno quantificável. Assim, verifica-se a Matemática como ciência fundamental para essa representação quantitativa do conhecimento.

E por qual motivo a Matemática pode ser considerada como ciência fundamental? É preciso ponderar que na Antiguidade e na Idade Média, era comum a sistematização dos fenômenos físicos a partir da proposição de leis, sem, no entanto, atentar para a linguagem matemática. Todavia, na ciência moderna a Matemática é um elemento crucial para a representação de fenômenos físicos e naturais, de sorte que passa a ser considerada como o revestimento de formas ideais que poderiam contemplar o processo de experimentação e

observação das investigações científicas. Como afirma Ramalho et al (1979) a matemática ajuda muito a Física, simplificando a compreensão dos fenômenos.

Pietrocola (2002, p. 97) afirma sobre a inserção da Matemática como ciência vital para a representação e produção de conhecimento na ciência moderna:

Numa concepção empírico-realista, o conhecimento é geralmente apresentado como o resultado de uma inquirição experimental à natureza, seguida de uma confissão em código matemático. Não bastaria ao cientista ser um bom inquiridor, pois caso não soubesse descrever aquilo que obteve da natureza, ainda assim não teria como formular leis verdadeiras sobre ela. A Matemática tomaria parte no processo de produção de conhecimento como uma ferramenta/instrumento a ser utilizado na transcrição das sínteses verdadeiras obtidas no trabalho científico.

É possível afirmar que essa concepção da ciência moderna apresentava um teor um tanto quanto rígido dos processos de interpretação da realidade, especialmente pela necessidade de constituir uma ciência padrão, próxima de uma universalidade. A Matemática, para os cientistas, seria um instrumento suficientemente capaz de representar o conhecimento e auxiliar na explicação dos fenômenos naturais que constituem a realidade científica de forma física<sup>3</sup>. Paty (1989) afirma que, para Galileu, a Matemática era concebida como um conhecimento que permitia uma leitura direta da natureza, da qual, precisamente, era a língua.<sup>4</sup>

Partindo desse pressuposto epistemológico de que a Matemática seria crucial para auxiliar na explicação dos fenômenos científicos representados por uma causalidade natural, considera-se uma outra marca identitária da ciência moderna: o fato de que, como a preocupação principal dos estudiosos era separar ciência da pseudociência, existia uma ampla atenção para conceber o caráter funcional da ciência, relegando a um plano inferior a condição teleológica da ciência.<sup>5</sup>

No livro *O Discurso do Método*, o próprio Descartes (1979) considera ser o único método da ciência o método racionalista, dedutivo, próprio da matemática, relacionando diretamente, desta forma, a filosofia à matemática. O filósofo afirma ainda que o método proposto deveria ser único, pois quanto maior for à quantidade de métodos envolvidos em um estudo, maior é a chance de erros científicos.

---

<sup>3</sup> É preciso considerar também a importância da Física para representar o conhecimento. Aliás, Galileu é um dos precursores na indicação de uma efetiva relação entre Matemática e Física.

<sup>4</sup> Para Galileu esta língua era basicamente a geometria.

<sup>5</sup> Isto quer dizer que o rigor científico experimental, observacional, quantitativo e matemático da ciência moderna tentava verificar a importância funcional da ciência, ou seja, tentava estabelecer um padrão científico que pudesse ser identificado facilmente pelos estudiosos diferenciando do senso comum, mas não percebia de forma efetiva a finalidade pela qual a ciência estava sendo delineada. Por isso, muito se fala na ciência moderna em um rompimento do conhecimento científico e o conhecimento do senso comum.

Assim, o destaque da dúvida e o modelo matemático de raciocínio compõem a base das regras metodológicas de Descartes, de sorte que a razão poderia chegar a certezas mais claras. Isso significa dizer que o método cartesiano seria o indício que asseguraria o emprego da razão a partir de dois pilares fundamentais: a intuição e a dedução.<sup>6</sup>

Dessa preocupação em conceber o funcionamento da ciência em detrimento de sua concepção teleológica, bem como da separação radical entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum condiciona os estudiosos na proposição de um método científico universal e a-histórico.

De acordo com Chalmers (1994) era universal no sentido de que visava que fosse igualmente aplicada a qualquer tese científica e a-histórica na pretensão de aplicar-se tanto as teorias passadas, quanto as presentes (contemporâneas) e futuras.

Verifica-se que essa concepção universalista e a-histórica configura-se como um processo de identidade reconstruída, de sorte que os prognósticos dos cientistas era promover uma nova concepção de ciência que tivesse um padrão de inteligibilidade eminentemente global. Todavia, a construção identitária da ciência moderna esbarra em um termo bastante discutido juntamente com a identidade que é a diferença que é estabelecida como termos opositivos, mas que também fazem parte das relações sociais.

Segundo Silva (2000, p. 82):

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles".

Assim como na vida cotidiana, identidade e diferença também engendram efeitos no campo das ciências. Isto ocorre em virtude de que a ciência possui suas diversidades e ramificações, o que torna inviável ou até mesmo improvável um método universal para a ciência. As conjecturas de um método universal simplesmente torna-se inviável a partir do momento em que crê-se que os estudiosos da ciência possuem visões particularizadas que podem ser complementares ou opostas a de outros estudiosos e grupos de estudos científicos.

---

<sup>6</sup> A intuição consiste numa apreensão de evidências inquestionáveis que não são extraídas da observação de dados por meio dos sentidos. Essas evidências são frutos do espírito humano e da razão em que não deve ocorrer dúvida; já a dedução é o processo pelo qual se chega a conclusões a partir de certas verdades e princípios. (RUBANO e MOROZ, 2006).

Então, pode-se notificar que a identidade afirma aquilo que é, enquanto a diferença afirma aquilo que não é ou que o é de outra forma.

Com efeito, embora o racionalismo da ciência moderna seja contestado, especialmente a partir do final do século XIX até os dias atuais, existia um sentido para a proposição de um método universal que naquele período poderia ser salutar.

O principal motivo que justifica esse caráter salutar reside no fato de que os estudiosos buscaram por meio da construção de um método universal o fortalecimento das bases científicas da ciência moderna em contraposição aos pressupostos do pensamento medieval, voltados amplamente para o contexto metafísico e religioso. Com a construção desse método, a ciência moderna teria subsídios para construir suas próprias bases teóricas e epistemológicas, bem como contrapor o pensamento medieval. Como afirma Chalmers (1994) uma das grandes invocações dos cientistas modernos era fazer severas críticas a religião e a metafísica vigente do período medieval.

Dessa forma, é preciso ponderar que no século XVI e XVII, houve um processo de transição eminentemente conturbado que não se deu apenas no campo da ciência, mas também no campo das artes, literatura do Direito e de outras esferas.<sup>7</sup> Isto quer dizer que basicamente toda e qualquer ação científica e artística dos séculos XVI e XVII estava voltada para um polêmico embate entre o racionalismo humano caracterizado pelo Antropocentrismo e a imagem do Teocentrismo apregoado pela Igreja Católica. Por isso, a propagação da ciência em um caminhar rigoroso para se fazer diferente daquilo que era instigado pela Igreja.

Contudo, algo que a ciência moderna e seus representantes, especialmente no século XVI não podiam vislumbrar era que essa preocupação intensa com um método universal científico, a crítica severa a religião e seus procedimentos metafísicos tivessem alguns desdobramentos políticos que causaram grande polêmica na história da humanidade.

Como afirma Dreher (1996, p. 5):

As graves e profundas discussões desse período, preparadas no final do século anterior, provocaram uma profunda transformação espiritual, oriunda de uma decidida luta em torno da imposição de uma doutrina tida por verdadeira e absoluta. Isso levou, finalmente, à tolerância e ao ceticismo e criou o pressuposto para o mundo secular da modernidade, totalmente orientado no imanente, ficando o religioso subordinado à razão humana. Por outro lado, a fragmentação do religioso preparou o absolutismo do século XVII. Deve-se perguntar se o século XVI não

---

<sup>7</sup> Nas artes e literatura é bastante recorrente o estilo Barroco que inspirou diversos artistas e escritores a partir da metade do século XVII e do século XVIII salientando que esse estilo era marcado pela dualidade em que de um lado apresentava-se o ser humano vislumbrado com as questões científicas e a racionalidade moderna e do outro a idéia de um Teocentrismo inspirado pela igreja católica através da Contra-Reforma.

representa um absolutismo religioso, em virtude de sua intolerância, preparando a intolerância do século XVII.

A partir da fala acima, fica latente a idéia de que a ciência moderna ficou bastante fechada em si mesma, em sua própria composição histórica tentando conceber perspectivas universalistas, sem uma contextualização, o que pode ser considerado como um absolutismo.

Isto quer dizer que a ciência moderna parte de um pressuposto contrário a absolutização propagada pela Igreja, mas acaba contribuindo para um absolutismo científico, quando tenta universalizar o método, bem como político quando a contribui para o absolutismo do século XVII.

Com uma preocupação intrínseca no que tange a tríade religião-ciência-razão, a ciência moderna estava concentrada em um objetivo mais sólido, o que promoveu a definição de concepções padronizadas para explicar a realidade social vigente que perdurou parte do século XVI, todo o século XVII e parte do século XVIII.

É no século XVIII que o paradigma dominante chega ao seu apogeu com o Iluminismo. Este paradigma sai do racionalismo-empírico cartesiano e parte para um racionalismo-idealista e possui como representantes notáveis Voltaire (1694-1778); Montesquieu (1689-1755); Hume (1711-1776); Rousseau (1712-1778) e Kant (1724-1804).

Severino (1994, p. 108) acredita que o iluminismo é uma:

Concepção filosófica de acordo com a qual o conhecimento se dá em função das luzes da razão e que só o conhecimento racional crítico e a cientificidade emancipam o homem da superstição e do dogma, promovendo seu progresso em todos os campos. Por extensão, é todo movimento político, literário ou cultural que se apóia nesta visão.

O iluminismo possui duas faces: uma é a manutenção do ideal cartesiano de que a razão é o procedimento crítico para o sucesso da ciência, enquanto a outra é a saída da razão metafísica e transcendental para uma razão eminentemente humana. Então, é possível observar que o iluminismo garante por um lado a ruptura com a filosofia cartesiana e por outro lado complementa o ideário filosófico do início da Idade Moderna.

Isso significa que a identidade moderna adquire nesse contexto um novo componente: a complementaridade. É importante ressaltar que toda identidade é construída e possui suas extensões que são atribuídas em um contexto histórico e social, pois definem novas marcas para a ciência, assim como permitem a manutenção de outras marcas identitárias e o “abandono” de outras marcas.

Outrossim, é possível identificar uma crise de identidade no paradigma dominante, especialmente a partir do século XIX, mas que começa de forma lenta a tecer suas contestações no século XVIII. Como foi mencionado neste trabalho, existia uma intensa preocupação da ciência moderna em estabelecer o funcionamento da ciência relegando a um plano inferior as suas condições teleológicas que se configuram em questões políticas, sociais, econômicas, culturais e educacionais da sociedade global, principalmente do continente europeu.

A ciência que está preocupada com o presente tem a sua importância para um determinado período histórico, porém, sem uma contextualização histórica passado-presente-futuro, a ciência perde um pouco do seu caráter conclusivo e indicativo.<sup>8</sup> E quais seriam esses fatores que condicionaram uma crise de identidade no paradigma dominante? Santos (1988, p. 8) entende que:

A primeira observação, que não é tão trivial quanto parece, é que a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda.

É perceptível que o paradigma dominante procurou atribuir um sentido padrão a ciência. Porém, o acúmulo de conhecimento foi tão grande que houve a constatação de graves falhas teóricas nas concepções científicas.

Neste ponto é pertinente atentar para alguns instrumentos institucionais que auxiliaram nesse acúmulo de conhecimento e nesse efetivo questionamento do paradigma dominante: o primeiro fator é desenvolvimento das universidades, em que a partir da formação dos intelectuais acadêmicos, estes começam a deter o poder informacional estruturando-o a sua conveniência ideológico-cultural;<sup>9</sup> o segundo é o advento da imprensa criada por Gutenberg que procurou conceber meios para propagar a informação.

---

<sup>8</sup> Entende-se que a ciência tem a necessidade não somente de constatar fatos e nem tão somente de interpretá-los, mas também de promover fatores indicativos para o futuro, visando combater ou, ao menos, deixar a sociedade ciente de possíveis mazelas. O fato é que a ciência torna-se uma referência na vida de muitas pessoas e as constatações científicas auxiliam no norteamento da vida de muitas pessoas e grupos, comunidades, e da sociedade de forma mais ampla.

<sup>9</sup> É preciso comentar que a universidade surge em meados do século XII (Idade Média), mas o foco no presente trabalho é discutir sobre a universidade na Idade Moderna.

Esses foram instrumentos vitais para consagrar o que se convencionou chamar de revolução científica do século XVI e concomitantemente agiram como deflagradores de falhas teóricas do paradigma dominante<sup>10</sup>.

No que se refere ao desenvolvimento das universidades, é inegável a sua contribuição científica, social, política, cultural e educativa para a sociedade. A universidade traz em seu bojo diversos segmentos científicos que a tornam uma organização socialmente útil e cientificamente inovadora através da ampla produção de conhecimento.<sup>11</sup>

Além disso, a universidade tem o caráter utilitário de discutir e questionar pressupostos do contexto histórico em que está inserido independente de qual seja, pois é uma organização com características particulares que busca contemplar na prática o sucesso diante do seu público e da sociedade de maneira mais ampla. Por isso, a universidade na Idade Moderna vem com o propósito de questionar os paradigmas religiosos medievais, tencionando aprimorar uma nova visão científica.

Silva (2006, p. 195) apresenta que:

A visão utilitária da universidade por parte das religiões e do Estado ante a autonomia como condição do avanço do conhecimento é outro modo de confronto histórico, exacerbado quando o próprio conhecimento diz respeito a crenças religiosas e a razões de estado. A vinculação clerical e a liberdade de pensamento; o patrocínio estatal e a autonomia inerente ao processo de conhecer: contradições que atravessam a vida individual e coletiva da universidade, nascida à sombra de poderes que ela estava inevitavelmente destinada a questionar.

Percebe-se que a universidade na Idade Moderna estava situada entre três fatores: a religião, a razão e o Estado, sendo possível afirmar que passou por momentos de grandes contradições de poder e de ideologias que ela não poderia deixar de questionar. A universidade estava em um impasse entre o conhecimento religioso e o conhecimento dos cientistas modernos, além de contar com a direta interferência do Estado moderno.

---

<sup>10</sup> Em contrapartida, é necessário reconhecer que a partir do ideário científico moderno que diversas concepções científicas, acadêmicas e informacionais tornaram-se possíveis de implementação nos dias atuais, como as próprias universidades e toda sua complexidade produtiva de conhecimento, as associações científicas e a imprensa.

<sup>11</sup> A universidade ganha a atribuição de uma organização que é diferente de instituição, pois a organização tem a finalidade de definir-se a partir de uma prática social. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias indicadas pelas noções de eficiência e eficácia no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Em outras palavras, a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. (CHAUI, 2003).

A universidade passa a ser um espaço em que seus componentes humanos ganham destaque porque estabeleciam novos conteúdos e espaços de atuação profissional, especialmente pela especialidade de trabalhos e profissões que começam a ganhar espaço.

Esse novo espaço de produção e comunicação de informações é acompanhado pelo surgimento de uma nova tecnologia de informação criada por Gutenberg: a prensa de tipo móvel que é posterior a criação das universidades. No que tange à criação da imprensa, é pertinente destacar a sua importância como instrumento de informação para a sociedade. Inicialmente pelo fato de que a imprensa não foi muito aceita pela Igreja pelo fato desta achar que as pessoas teriam mais acesso à informação e materiais que promovessem maiores questionamentos e criticidade.

As contribuições da imprensa para a ciência e a humanidade podem ser assinaladas segundo Peter Burke (2002) a partir de vários fatores dentre os quais podem ser destacados:

a) a mobilização da sociedade europeia para a tradução e interpretação da Bíblia Sagrada;

b) a discussão cotidiana da sociedade europeia sobre a conjuntura política e as condições de governo;

c) um processo de explosão informacional nunca antes visto na história da humanidade, especialmente através do jornal impresso; a grande quantidade de livros produzidos e publicados, o que gerou uma grande valorização das bibliotecas;

d) promoveu a divisão do trabalho intelectual e a valorização dos bibliotecários no que tange a organização do acervo a partir do aperfeiçoamento de técnicas, visando facilitar o acesso ao usuário, como os catálogos impressos;

e) promoveu o advento das resenhas para que o leitor tivesse maior discernimento na escolha do livro; as resenhas promoveram a criação de revistas científicas como a *Philosophical Transactions* da Sociedade Real de Londres e o *Journal des Savants* de Paris na década de 1660, as *Acta Erudictorum* de Leipzig e as *Nouvelles de la Republique des Lettres* de Amsterdã na década de 1680;

f) a inserção das notas de rodapé com vistas a orientar as fontes consultadas.

Vale ressaltar que todas essas contribuições da imprensa se desenrolaram durante parte do século XVI, século XVII e século XVIII, ou seja, durante todo o período que percorre a Idade Moderna.

Desse modo, é possível observar que a identidade moderna dos séculos XVI e XVII ganha uma tonalidade que pode ser chamada de identidade institucional. Institucional em virtude de que está agregado à fatores instrumentais e instituídos na sociedade de forma

político-social e jurídica como é o caso das universidades e da imprensa. Por isso, como uma identidade institucionalizada, a ciência moderna começa a garantir suas bases epistemológicas e informacionais para assegurar suas propostas e promover uma aceitação mais efetiva na sociedade.

O século XIX é o momento em que começa a ocorrer o declínio de aceitação das propostas desenvolvidas pelos cientistas modernos. É neste século que ocorre o advento de diversas áreas do conhecimento científico: surgem as ciências clássicas, como a Sociologia, Antropologia, Biologia, dentre outras, baseadas nas idéias dos cientistas modernos.

Embora tomem como base algumas propostas da ciência moderna inicia-se a valorização das ciências sociais e humanas como fenômenos científicos que podem explicar a realidade. Mas isso não quer dizer que houve um abandono das ciências naturais. Ao contrário, a idéia era fortalecer os pressupostos da representação científica e de suas propriedades teóricas.

Vaitsman (1995, p. 2) corrobora com o pensamento do parágrafo anterior quando afirma:

Ainda no século XIX, as disciplinas que se conformaram como ciências sociais e humanas, também seguiram esse modelo para a explicação dos fenômenos relativos aos comportamentos humanos e desenvolvimento social. Buscavam leis e regularidades, determinações na evolução e transformação dos indivíduos ou das sociedades. Teorias sociais tão diferentes entre si como o positivismo, o marxismo e o funcionalismo, surgiram como parte dessa mesma visão, ainda que no final do século XIX começasse a ser questionada a viabilidade de uma ciência social objetiva, que adotasse o método e o estatuto das ciências naturais.

Diante dessas novas concepções que se fundavam no século XIX vale destacar o positivismo e o marxismo por se configurarem em estudos que tiveram ampla densidade epistemológica e social além de uma grande repercussão até os dias atuais.

O positivismo criado por Auguste Comte (1798-1857) prevê a criação de uma ciência que ele mesmo cunhou de Sociologia<sup>12</sup>. Os estudos de Comte, além dessa proposta científica, aferiram uma postura política, uma vez que aderiu ao político conservador burguês.

O positivismo está sustentado pelo ideário dos termos ordem e progresso. De acordo com o próprio Comte (1978, p. 10) na segunda parte de seu livro intitulado Discurso sobre o espírito positivo afirma que “Para a nova filosofia, a ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vem a ser a meta necessária da

---

<sup>12</sup> Existe uma pluralidade de significados quando se utiliza o termo positivo. Comte (1978) na primeira parte do seu livro intitulado Discurso sobre o espírito positivo afirma que há vários significados para o termo positivo, porém, em sua acepção mais antiga e comum, o termo positivo significa real.

ordem; como no mecanismo animal, o equilíbrio e a progressão são mutuamente indispensáveis”.

Ordem e progresso se constituem como o mecanismo político apresentado por Comte em sua teoria positivista. Há também o pressuposto científico em que paira uma grande polêmica, pois está amplamente associado a noção de religião. Em sua essência, Comte procura conceber uma religião da humanidade a partir da pressuposição dos fatos sociais.

Conforme Verdenal (1974, p. 245) o positivismo “É a fórmula filosófica que permite transmutar a ciência em religião: a ciência, desembaraçada de todo além teórico da especulação, converte-se em religião despojada de perspectiva teológica e reduzida aos “fatos” da prática religiosa: os ritos sociais”.

Compreende-se que o positivismo comteano pode ser caracterizado a partir de uma identidade desfigurada, uma vez que há uma transmutação em seu legado teórico entre ciência e religião, sendo esta última na teoria positivista cheia de concepções antiteológicas e antimetafísicas. O sinal de uma identidade desfigurada é a difícil compreensão lógica da teoria em questão. O que compensa essa desfiguração são os indícios políticos e sociais de ordem e progresso que ajudam a estabelecer uma compreensão mais efetiva do positivismo.

Já o marxismo possui uma das teorias mais complexas da história da ciência, tanto pela sua densidade epistemológica, quanto pelo seu caráter propositivo de cunho político e social. Inclusive, os estudos de Marx serviram de base para vários estudos na atualidade em diversas áreas do conhecimento, principalmente nas ciências humanas sociais formando correntes teóricas que analisam o legado de Marx sob diferentes perspectivas.

A teoria de Marx é o que se pode convencionar como um verdadeiro ato transitório de uma ciência moderna para uma ciência pós-moderna. Algo que diferencia profundamente Marx dos cientistas modernos reside no fato de que em seu bojo teórico perde-se a possibilidade de se produzir conhecimento que serve universalmente a todos. (ANDERY; SÉRIO, 2006).

De acordo com Luckács (1978) a essência do marxismo científico consiste em reconhecer a independência das forças motrizes reais da história com relação à consciência que os homens têm dela. Então, a literatura científica desenvolvida por Marx não pode estar dissociada dos seguintes aspectos: história, consciência e ideologia. Esses termos auxiliam a compreender o processo político-econômico das obras de Marx e sua visão sobre o capitalismo e a sociedade burguesa e trabalhadora, bem como as contradições nas relações de trabalho.

Neste caso, há dois tipos de identidades básicas que caracterizam as teorias de Marx: a primeira é a identidade histórica concebida pela consciência humana que consegue desenvolver seus próprios meios de sobrevivência em um determinado período; a segunda é a identidade do conflito em que a luta das classes quando o proletariado ao se insurgir, se afirma enquanto classe, para negar a si e, ao mesmo tempo, o seu contrário e a terceira é a identidade modificada que se refere as transformações na relação entre burguesia/proletariado e nas relações capital/trabalho. (BOGO, 2008).

Percebe-se que a crise do paradigma moderno está consubstanciada no século XIX, especialmente a partir dos construtos teóricos de alguns estudiosos, como Marx. O fato é que o século XIX pede uma ciência social voltada para explicar uma nova realidade capitalista que surge embasada pelo processo industrial no século XVIII e do imperialismo no final do século XIX e início do século XX.

Portanto, surge a proposição de uma pós-modernidade que demanda uma nova configuração científica não mais voltada essencialmente para uma crítica à religião e a metafísica como será explanado a seguir.

## 2.1 A CIÊNCIA PÓS-MODERNA E O ADVENTO DO PARADIGMA EMERGENTE: UM NOVO CONSTRUTO IDENTITÁRIO

Ao falar sobre ciência moderna não podemos deixar de reconhecer suas complexidades e contribuições para a humanidade. A ciência moderna é fruto de um período revolucionário na história da humanidade que marcou desde as questões cotidianas (as relações de trabalho e o aprimoramento das profissões) até as questões científicas (as universidades e o grande desenvolvimento da produção de conhecimento).

Porém, no final do século XIX emerge mais uma revolução científica que rompe com os padrões da ciência moderna e, conseqüentemente, de uma visão universalizante da ciência em face das novas necessidades da sociedade que se convencionou chamar de pós-modernidade. Para Lyotard (1998) a fragmentação e a heterogeneidade das sociedades contemporâneas fazem com que suas práticas não possam mais ser legitimadas por esse tipo de discurso que pretende totalizar o conjunto da experiência humana.

Deve-se compreender que a mudança de discurso não necessariamente se configura em uma contemplação prática inferindo inadvertidamente que muitos cientistas do século XIX e XX herdaram as características do paradigma dominante. De acordo com Chalmers (1994)

um exemplo disso são como as teorias e obras de Descartes e Bacon influenciaram sobremaneira cientistas do século XIX e XX considerados positivistas<sup>13</sup>.

É possível verificar que a humanidade passou por várias etapas o que ocasionou a criação de diversas nomenclaturas para definir o período histórico, político, social, tecnológico e cultural que estava inserido a sociedade. Em alguns momentos históricos essas nomenclaturas se confundem causando uma conturbação no processo de entendimento sobre qual período a sociedade está vivenciando. Porém, o mais importante não está apenas envolvido com a nomenclatura em si, mas com as características, perspectivas e limitações que norteiam a caracterização da sociedade.

Em fins do século XIX e início do século XX, muito se falava acerca da modernidade, mas alguns autores já propunham uma nova nomenclatura denominada de pós-modernidade, o que se configura na necessidade de um esclarecimento sobre esses termos e suas implicações no seio da sociedade. É inegável que as teorias de Marx foram fundamentais para o início das discussões do processo de transição da modernidade para a pós-modernidade.

Contudo, há uma interpelação que está relacionada à seguinte questão: o que diferencia a modernidade da pós-modernidade? Ora, se a necessidade da nomeação de uma terminologia torna-se premente, de acordo com diversos estudiosos, significa que a sociedade está passando por um processo de amplas transformações e se adequando a uma nova realidade. No contexto histórico a modernidade é referente, de acordo com Lampert (2005, p. 12) “[...] a etapa suscitada pela Revolução Industrial na Inglaterra, pela Revolução Francesa e pela influência exercida pelo raciocínio científico, que emergiu do Iluminismo, intencionando organizar racionalmente a vida social.”

Diante do discurso do referido autor, algumas implicações são triviais para a compreensão da modernidade: em primeiro lugar, a importância dos movimentos sociais, políticos, econômicos e culturais, que suscitaram novas reflexões e ações na sociedade, oferecendo novas condições de trabalho, novas reivindicações trabalhistas, renovação dos movimentos, dentre outras questões; em segundo lugar, e, ao que parece algo fundamental é a contribuição do Iluminismo e do raciocínio científico, pois reforça a noção de que os estudos epistemológicos são fundamentais para a compreensão conjuntural de uma sociedade.

---

<sup>13</sup> Existem vários estudiosos considerados positivistas do século XX que tentaram desenvolver uma proposta de método universal e a-histórico tomando como base as teorias da ciência moderna do racionalismo e empirismo, alguns mais radicais, outros mais relativistas e objetivistas. Como exemplo, pode-se citar Karl Popper (2006, p. 21) quando em, seu livro *Conjecturas e Refutações* afirma que “Acontece que sou não apenas um misto de empirista e racionalista, mas também um liberal [na acepção inglesa do termo]”.

Os estudos epistemológicos de problematizações e reflexões históricas, filosóficas e de outros campos do conhecimento promoveram senão a solução, pelo menos buscou traçar metas para a organização social, visando elucidar as novas características de uma sociedade que emergia e que causava profunda conturbação e perplexidade na população, principalmente a europeia. Porém, o processo de transformações nos séculos XVIII e XIX foi decisivo para proporcionar uma grande crise de identidade e por em dúvida a consistência da palavra modernidade. O fato é que as transformações vigentes através da Revolução Industrial, Revolução Francesa e outros movimentos foram processados de forma muito rápida, indo muito além daquilo que era previsto e surpreendendo amplamente os estudiosos.

Assim, essa mudança do paradigma dominante para o paradigma emergente (em outras palavras, de uma ciência moderna para uma ciência pós-moderna) gerou novas discussões no contexto epistemológico, principalmente pelo fato de que a ciência, no século XIX e XX, ganha muitos impulsos e novas abordagens, objetivando as elucidações das novas realidades que eram constatadas.

Daí surge à proposta da terminologia pós-modernidade como mais conveniente para a realidade que está emergindo. Mas como surge a proposta do termo pós-modernidade? Na verdade, ela advém dos próprios pressupostos da modernidade, principalmente das idéias que foram estabelecidas pelo Iluminismo e que não foram devidamente elucidadas obnubilando as condições de apontar novos caminhos para a sociedade.

De acordo com Giddens (1991, p. 53):

Para um ponto de partida mais plausível, podemos nos voltar para o “nihilismo” de Nietzsche e Heidegger. Malgrado a diferença entre os dois filósofos, há uma concepção sobre a qual eles convergem. Ambos vinculam à modernidade a idéia de que a “história” pode ser identificada como uma apropriação progressiva dos fundamentos racionais do conhecimento. Segundo eles, isto está expresso na noção de “superação”: a formação de novos entendimentos serve para identificar o que tem valor do que não tem, no estoque acumulativo do conhecimento. Ambos acham necessário distanciar-se das reivindicações tradicionais do Iluminismo, embora não possam criticá-las a partir de uma posição vantajosa de reivindicações superiores, ou melhor, fundamentadas. Eles abandonam, portanto, a noção de “superação crítica”, tão central à crítica iluminista do dogma.

Percebe-se que a idéia de “uma pós-modernidade” deve-se essencialmente a Nietzsche devido as suas novas proposições, dado que o filósofo introduziu uma visão mais acurada e aproximada sobre termos como conhecimento, poder, realidade e razão.

Algo que deve ser explicitado é que o momento histórico é primordial para a definição de uma idéia. Ora, seria evidente que a crítica iluminista estaria centrada no dogmatismo

religioso, que tinha grande poder sobre a sociedade na Idade Média e no início da Idade Moderna.

Outrossim, há outros estudiosos que devem ter o crédito reconhecido no que concerne a construção de uma ciência pós-moderna, pois se constituem como marcos do paradigma emergente. Fazem parte desse movimento de construção da ciência pós-moderna e consequentemente de um paradigma emergente Einstein (Teoria da Relatividade), da mecânica quântica (Heisenberg & Bohr), de Godel (Teorema da Incompletude) e de Prigogine (ordem através das flutuações). (SANTOS, 2003).

Com efeito, os estudiosos dos séculos XVI, XVII e XVIII (representantes do racionalismo moderno e, especialmente, do iluminismo) não apresentaram condições concretas de vislumbrar e muito menos de fazer previsões sobre futuras realidades. Na verdade, o seu intento era fomentar o desenvolvimento de novas concepções que iriam contribuir fundamentalmente para a transformação das sociedades nos séculos XVIII e início do século XIX, mormente com a Revolução Francesa, mas não havia condições dos estudiosos iluministas sustentarem idéias relativas às conseqüências de uma Revolução Industrial e de outros movimentos, haja vista que além destas transformações terem se dado num ritmo eminentemente acelerado, teve desdobramentos sociais, políticos, culturais e econômicos que ultrapassaram os limites idealizados pelos iluministas.

Qual o caráter semântico dos questionamentos lançados no parágrafo anterior? Provar que a modernidade era uma teoria obsoleta, apontando novos caminhos para uma pós-modernidade? Ou mostrar que a história segue rumos que ultrapassam limítrofes, onde os estudiosos desenvolvem idéias e teorias que num dado se esbarram nas mudanças e não atribuem mais consistência para adequar-se a realidade que emerge?

As duas opções têm sentidos sensatos, vez que o momento histórico de Nietzsche mostrava uma perspectiva de solução que o Iluminismo pregava de forma ofuscada e não conseguiu decifrar, de sorte que as necessidades a serem contraditadas eram de outra ordem (no caso a oposição ao dogmatismo religioso). Inclusive, pelo fato de que o próprio Nietzsche e outros estudiosos entenderem que as idéias iluministas não poderiam ser condenadas, mas ao contrário, deveriam passar por reformulações, inovando nas suas constatações e apontando novos caminhos.

Isso mostra que a transição do termo modernidade para pós-modernidade não pode ser entendida apenas por percepção cronológica, pois aí se encontra o grande cerne da questão: de que a compreensão da pós-modernidade como elemento suplantador da modernidade implica na condição de promover coerência à história e situar a sociedade nela. Em outras palavras,

verifica-se que o "pós moderno" corresponde a um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. (GIDDENS, 1991).

Isso pode ser feito por vários intelectuais em determinados momentos, mas certamente serão contraditados por futuros estudiosos, pois as necessidades que a história demanda serão outras, o que mostra que para adquirir uma nova idéia para uma nova realidade é preciso conhecer e estudar a antiga, retirando elementos que não parecem ser mais pertinentes para a nova realidade, aperfeiçoando outros aspectos e propondo soluções.

Assim, entende-se que a modernidade realmente apresenta idéias um tanto quanto diferenciadas para as realidades dos séculos XIX e XX, mas a apresentação de novas idéias vai além de uma nomenclatura, seja ela chamada de pós-modernidade ou contemporaneidade<sup>14</sup>. Pode-se considerar a contemporaneidade como um período historicamente definido, enquanto a pós-modernidade como os novos pensamentos que embasam este período.

Percebe-se o quanto é difícil dimensionar pela nomenclatura a noção de moderno, pós-moderno ou contemporâneo. Muitos autores agregam e conciliam os termos contemporâneo e pós-moderno, o que significa não incorrer em um erro. Mas há outros estudiosos que apresentam terminologias diferenciadas.

De acordo com o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001) a modernidade é dividida em dois contextos: a modernidade sólida, que pode ser considerado o período representado pela certeza, pela organização fabril baseadas nas idéias de Taylor, pela racionalidade instrumental, por empregos duradouros, por uma concepção territorial de espaço, economia, identidade e política. Já a modernidade líquida é representada pela incerteza, pelas formas flexíveis de trabalho e organização, pela guerra de informações, pela desterritorialização da política e da economia (globalização) e, sobretudo, pelo processo de individualização.

Antecipadamente já é possível enfatizar neste trabalho a fragmentação do indivíduo e da sociedade pós-moderna, gerando uma crise de identidade. Quiçá, seja esse um dos motivos pelos quais o delineamento, a definição e a caracterização situacional do pós-moderno seja

---

<sup>14</sup> Alguns estudos constataam que o período contemporâneo que tem seu início, sobretudo, em fins do século XVIII e início do século XIX é considerado uma modernidade tardia, pois o termo moderno deveria ser adequado aos séculos XIX e XX e não aos séculos XVI, XVII e XVIII, provando que se baseando apenas por noções de nomenclatura ou cronologia é inverossímil a comprovação de uma nova realidade, que deve ser reconhecida através do estudo do fato, a formatação de idéias, problematizações, reflexões e possíveis soluções, pois assim poderá ser constatado que tipo de nomenclatura será dada a sociedade em determinado momento histórico. (CASTEL, 1998; HARVEY, 1993).

conturbado de se constatar, pois a própria noção da terminologia supramencionada implica em crise de identidade.

Para comprovar estes questionamentos faz-se necessário mostrar quão difícil é fazer conceituações acerca do termo pós-modernidade, pois conforme afirma Lampert (2005) não é sabido se esse fenômeno representa um novo período de civilização: se é realmente uma mudança de paradigma, um movimento sócio-cultural ou simplesmente a reavaliação das posições críticas das teorias do pensamento moderno, já que avalia condições dicotômicas muito fechadas e rígidas cridas pela modernidade, tais como: objetividade/subjetividade; fato/imaginação; público/privado, dentre outras questões.

Segundo Lyotard (1998, p. 15) “[...] a pós-modernidade designa o estado de cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX.” Já Eagleton (1998) afirma que a pós-modernidade é composta por um fenômeno histórico peculiar, que questiona as noções clássicas da verdade, da razão, da identidade e da objetividade, das idéias relacionadas ao progresso e das teorias constatadas como absolutas ou verdadeiras.

Em ambas as definições é possível constatar o termo chamado mudança. Então, seria um equívoco condenar este tipo de transição, já que representa uma mudança significativa e até necessária para a sociedade. Porém, um aspecto que chama atenção na definição de Eagleton é o uso do termo identidade. É dessa identidade que surgem novas condições políticas, sociais, econômicas culturais e, principalmente, científicas que mudam o caráter comportamental da sociedade. É esse discurso da identidade relacionada a estas condições citadas, que tornam o discurso da pós-modernidade algo fragmentado, porém, bastante decisivo e influente no desenvolvimento da sociedade global.

É nesse contexto pós-moderno de constantes mudanças que se constitui o paradigma emergente e que possui significativas diferenças no que tange aos pressupostos da ciência moderna. De acordo com Santos (1988) a natureza da revolução científica do século XIX e XX é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI. Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico, tem de ser também um paradigma social.

Assim, o paradigma emergente vem com perspectiva de tentar explicar os fenômenos e as polêmicas relativas aos problemas apresentados pela pós-modernidade. Porém, é preciso considerar que a própria ciência apresenta dificuldades para se adaptar ou compreender esse momento intenso de transição e de uma pluralidade de conhecimentos percepções e pesquisas.

O fato é que no contexto pós-moderno a partir do construto de um novo paradigma científico-social é preciso reconhecer as mudanças de cunho social, político, econômico e cultural visando encontrar meios para compreendê-la. Paul Feyerabend (2007, p. 33) em seu livro contra o método quando afirma que:

A história da ciência, afinal de contas, não consiste simplesmente em fatos e conclusões extraída de fatos. Também contém, idéias, interpretações de fatos, problemas criados por interpretações conflitantes, erros e assim por diante. Em uma análise mais detalhada, até descobrimos que a ciência não conhece, de modo algum, “fatos nus”, mas que todos os “fatos” que tomamos conhecimento já são vistos de certo modo, e são, portanto, essencialmente ideacionais. Se é assim, a história da ciência será tão complexa, caótica e repleta de enganos e interessante quanto as idéias que encerra, e essas idéias serão tão complexas, caóticas, repletas de enganos e interessantes quanto a mente daqueles que as inventaram.

A partir da afirmação do autor é possível pontuar alguns fatores para discussão que caracterizam a construção do paradigma emergente: o primeiro deles é que a idéia de uma ciência está muito além do que simplesmente conjecturas, constatações e conclusões (resultados), o que vislumbra a necessidade da ciência em lidar com a pluralidade de conhecimentos; o segundo é que o paradigma emergente está baseado em uma díade presumida pela objetividade-subjetividade que depende bastante de cada pesquisador ou área do conhecimento.

Iniciando pelo primeiro, faz-se necessário atentar para o fato de que a ciência auxilia na movimentação política, social, econômica, ambiental, educacional e cultural da humanidade, o que implica na conotação de que a ciência não pode ser dissociada do termo cognição<sup>15</sup>. Isto mostra que se ciência e cognição agem como fenômenos integrados de construção do conhecimento, é necessário que este conhecimento seja profícuo para questões de caráter local, nacional ou global, uma vez que se configuram como características do paradigma emergente, mas que tiveram seus frutos iniciais no paradigma dominante.

Maturana (2006) acredita que o conhecimento é constituído por um observador como uma capacidade operacional que é atribuído a um sistema vivo, ao aceitar suas ações como adequadas num domínio cognitivo especificado nessa atribuição. Como consequência, existem vários domínios cognitivos que atuam de acordo com os domínios de ações — distinções, operações, comportamentos, pensamentos ou reflexões — adequadas que os observadores aceitem, e cada um deles é operacionalmente constituído e operacionalmente

---

<sup>15</sup> Entendendo cognição em seu conceito mais simplório que é construção de conhecimento, visando dar um sentido amplo a um determinado objeto verifica-se que há um amplo desdobramento, de sorte que é possível a aquisição de conhecimento das formas mais diversas, desde as experiências e observações cotidianas até aquelas minuciosamente estudadas.

definido no domínio experiencial do observador pelo critério que ele ou ela usa para aceitar como ações — distinções, operações, comportamentos, pensamentos ou reflexões — adequadas as ações que ele ou ela aceita como próprias deste domínio.

Destarte, acredita-se que o domínio cognitivo apresentado pelo autor será assimilado de acordo com suas reflexões, comportamentos, distinções e ações. Porém, isto não vai determinar a completude do fato, assim como não esgotará as possibilidades científicas de abordagens e aplicações metódicas. Em contrapartida, irá criar um fenômeno cognitivo que possibilitará outros estudos que sejam favoráveis ou contrários a linha do estudioso.

Presume-se que o processo de investigação científica possui diversas etapas chamadas de domínios cognitivos do pesquisador que estão baseadas em sua realidade objetiva e cotidiana. Então, fica claro que a ciência possui seus métodos científicos, sua rigorosidade investigativa, mas é o estudioso que com a sua interpretação dos fatos e a partir da constituição de suas ações estabelecerá a distinção e reflexão sobre o objeto que está sendo estudado. O fato é que os domínios cognitivos auxiliam os pesquisadores em determinadas formas no agir científico.

Com relação ao segundo ponto destacado, compreende-se que a ciência possui um caráter subjetivo que parte da constituição dos processos cognitivos apresentados pelo pesquisador que serão confrontados ou correlacionados com os fatos objetivos apresentados pela realidade da pesquisa.

Para entender melhor o caráter semântico da subjetividade Woodward (2000, p. 55) define que:

“Subjetividade” sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e do qual nós adotamos uma identidade.

Percebe-se que o autor utiliza termos amplamente densos, que necessitam de uma reflexão mais acurada, tais como cultura, linguagem e identidade, uma vez que estes termos estão intrinsecamente concatenados a noção de subjetividade.

Todavia, antes é pertinente mensurar que a subjetividade possui efetivo destaque em diversos estudos, de sorte que se configura na caracterização dos aspectos de aparência e essência de um indivíduo, ou seja, sua consciência e inconsciência, as estruturas de ação fomentadas pela emoção e razão, enfim, a subjetividade define o caráter comportamental do

ser humano. Sendo mais preciso, a subjetividade presume a unificação e ao mesmo tempo especificação das diversas nuances do caráter dicotômico como, por exemplo, do consciente/inconsciente, racional/irracional, individual/coletivo, finito/infinito etc.

Deve-se levar em consideração também que existem diversos estudos científicos sobre subjetividade, estabelecendo um contraste com a noção de sujeito, uma condição típica do paradigma emergente. Existe evidência desse rompimento da relação sujeito/subjetividade nas flutuações propositivas de Hegel, Kierkegaard, Heidegger, Freud, entre outros. Essas propostas se configuram, talvez, na possibilidade de enaltecer ou simplesmente expor uma dimensão de exterioridade, de pluralidade e de diferenciação que a idéia de sujeito, na sua simplicidade interiorizada, não consegue promover, por ser bastante autocentrada. (PELBART, 2000). Essa afirmação mostra a importância do paradigma emergente procurar configura-se como algo eminentemente social e que os estudos sobre subjetividade possuem sua parcela de contribuição.

A pluralidade de discursos ou teorias científicas veio corresponder à complexidade da sociedade contemporânea, com sua heterogeneidade social. Acredita-se que não mais exista uma resposta certa para uma mesma pergunta, implicando dizer que a ciência, a política, a filosofia hoje devem fazer diferentes tipos de perguntas. O desafio que o conhecimento nos coloca, em suas várias modalidades, suportes e formas, poderiam conduzir a práticas mais democráticas que não hierarquiassem as diferenças, ou seja, constituíssem modos de tornar iguais os diferentes. Trata-se então de construir caminhos práticos, teóricos e institucionais que insistam nas diferenças como processos de subjetividade e de construção de identidades coletivas e individuais. (VAITSMAN, 1995).

Ainda pode-se mencionar como características da experiência pós-moderna o discurso de Leandro Konder (2002) sobre a hipertextualidade (temática bastante recorrente relativa ao texto aberto na rede mundial de computadores) e a cibercultura (um conjunto de técnicas e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento da internet como um meio de comunicação, que surge com a interconexão mundial de computadores) definiram a linguagem da experiência pós-moderna.

Diante dessas configurações que vão desde o advento de uma ciência pós-moderna implicando em novas percepções científicas atribuídas no final do século XIX e século XX até a proposição de uma nova dinâmica nas relações sociais, faz-se necessário invocar um conjunto de fatores que constituem o paradigma emergente. Os pressupostos do paradigma emergente de acordo com Santos (1988) indicam quatro vertentes que são: todo o conhecimento científico-natural é científico-social; todo o conhecimento é local e total; todo o

conhecimento é auto-conhecimento; todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

A primeira vertente indica que há uma grande incidência das ciências sociais e humanas no que tange a concepção de conceitos e teorias que possam explicar a realidade. Já a segunda vertente vai de encontro a noção de universalidade proposta pela ciência moderna, uma vez que o conhecimento no paradigma emergente parte de pressupostos como relatividade, diversidade, pluralidade e subjetividade. A terceira vertente tenciona verificar que o conhecimento está sendo constantemente interpretado e reinterpretado, tanto por quem produz, como pelo público que recebe a produção para análise. Por fim, a quarta vertente implica no conhecimento do senso comum que tem como caráter teleológico a orientação da vida do ser humano. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo.

Entende-se que o paradigma emergente apresenta algumas configurações identitárias. Em primeira instância apresenta o que pode ser chamado de identidade modificada, uma vez que está diante de mudanças sociais intensas que caracterizam a sociedade.

Em segundo lugar apresenta um processo de identidade ameaçada, pois o paradigma dominante tinha uma finalidade específica de um método universalizante, objetivando uma crítica severa a religião e a metafísica, enquanto que o paradigma emergente possui uma diversidade de propostas e relatividade que dificultam a sua caracterização identitária principalmente em virtude de que a complexidade da sociedade dos séculos XIX, XX e XXI demanda uma ciência que não seja simplesmente cumulativa, mas transformadora e que consiga solucionar os problemas da sociedade, desde os mais específicos até os mais gerais.

Para tanto, a ciência que vem se delineando pós-moderna apresenta duas categorias gerais que compõem o seu processo de atuação. As ciências puras (básicas) e as ciências aplicadas. É preciso ressaltar que as ciências puras têm a finalidade de problematizar, refletir e indicar um norte sobre a realidade de seu objeto, enquanto as ciências aplicadas agregam a problematização e reflexão da ciência pura a fim de resolver os problemas da sociedade. O filósofo Mario Bunge (1980, p. 28) afirma que “a ciência aplicada pode ser definida como o conjunto das aplicações da ciência básica (ou pura).” Isto quer dizer que existem ciências essencialmente aplicadas, especialmente aquelas que surgiram no século XX, entre as quais está inserida a Ciência da Informação, Cibernética, entre outras, enquanto as ciências puras (ou básicas) são aquelas consideradas como clássicas dentre as quais podem ser citadas: Física, Química, Sociologia, Biologia, etc. Porém, é pertinente comentar que dentro de um

componente de uma ciência pura, pode existir uma ciência aplicada. Isso significa dizer que a relação entre uma ciência pura e uma ciência aplicada é estreita, uma vez que a ciência pura promove conhecimento a fim de que a ciência aplicada consiga o seu intento de elucidar ou resolver problemas ou questões. Já a ciência aplicada, com suas ações científicas, promove novos problemas para que a ciência pura possa estudá-los.

Bunge (1980) acredita que as ciências pura e a aplicada utilizam o método científico com a finalidade de obter novos conhecimentos, tais como teorias, técnicas quantitativas ou qualitativas, etc. A diferença reside no fato de que a pesquisa desenvolvida na ciência pura trabalham com problema que interessam apenas ao pesquisador por questões de cunho cognitivo e subjetivo, enquanto o pesquisador da ciência aplicada estuda os problemas de interesse social. Um exemplo de ciência pura é a Química e o de ciência aplicada poderia ser a Química de poluentes da água

Verifica-se que, além de uma relação estreita, é comum o estabelecimento de uma confusão ao diferenciar ciência pura e aplicada. Inclusive, Karl Popper (1980, p. 18) discorda um pouco de Bunge quando afirma que poderia ser formulada “a tese segundo a qual o nome de ciência pura está errado, e de que toda ciência é aplicada.” Popper utiliza esse discurso concebendo uma crítica ao instrumentalismo<sup>16</sup>. Para o referido autor a ciência pura e a ciência aplicada possuem regras teleologicamente idênticas.

Destarte, além da ciência pura e ciência aplicada pode-se mencionar também a técnica como instrumento de pesquisa e investigação prática. Para tanto, mais uma vez utiliza-se o pensamento de Bunge (1980, p. 31) na diferenciação entre ciência e técnica quando diz que:

A diferença entre Ciência (básica ou aplicada) e técnica resume-se nisso: enquanto a primeira se propõe a descobrir leis que possam explicar a realidade em sua totalidade, a segunda se propõe a controlar determinados setores da realidade, com ajuda de todos os tipos de conhecimento, especialmente os científicos. Tanto uma quanto outra partem de problemas, só que os problemas científicos são puramente

---

<sup>16</sup> Popper (1980) faz a distinção entre três doutrinas do conhecimento humano: o essencialismo, o instrumentalismo e o racionalismo crítico. O essencialismo significa que as melhores teorias, consideradas verdadeiramente científicas, descrevem as “essências” das coisas. Já o instrumentalismo apresenta uma concepção mais simples que o anterior, uma vez que prima pela idéia de que a explicação última não é um objetivo da ciência física, uma vez que a ciência física não pode descobrir a essência das coisas. Para os instrumentalistas, a teoria é um instrumento conveniente, simples, econômico e poderoso. Já o racionalismo crítico possui dois vieses: o primeiro parte da idéia de Galileu referente ao cientista aspirar uma descrição verdadeira do mundo e dos fatos observáveis e o segundo aspira uma concepção diferente de Galileu atestando que o cientista nunca pode saber com certeza se suas descobertas são verdadeiras, embora ele tenha condições para estabelecer que uma teoria é falsa. Em suma o racionalismo crítico pondera que as teorias científicas devem ser submetidas a rigorosos testes críticos visando a descoberta da verdade.

cognoscitivos, enquanto que os técnicos são práticos. Ambas buscam dados, formulam hipóteses e teorias, e procuram provar essas idéias por meio de observações, medições, experiência ou ensaios. Porém, muitos desses dados, hipóteses e teorias empregados na técnica são tirados da Ciência e se referem sempre a questões controláveis, tais como estradas ou máquinas, pradarias ou bosques, minas ou rios, consumidores ou doentes, empregados ou soldados, e a sistemas compostos por homens e artefatos, tais como fábricas ou mercados, hospitais ou exércitos, redes de comunicação ou universidade, etc.. Ao técnico, não interessa o universo todo, e sim o que represente recurso natural ou artefato.

A técnica possui algumas características que a diferem da ciência. Em primeira instância, deve-se considerar que a técnica pode produzir conhecimento científico, mesmo que não seja a finalidade principal. Aliás, a técnica utiliza o conhecimento científico para planejar suas ações. A diferença é que o objetivo da pesquisa científica está destinada a conhecer e explicar algumas questões, enquanto a técnica utiliza o conhecimento científico, bem como outros tipos do conhecimento para atuar em uma situação prática de algum grupo social.

A técnica visa a produção de conhecimento para resolver problemas práticos, cotidianos, sociais. Isto quer dizer que a técnica para ser constituída como tal precisa chegar a seu campo de atuação que pode ser uma fábrica, banco, mercado, hospital, *shoppings*, entre outros. Isto quer dizer que a técnica visa a produção de conhecimento para resolver problemas práticos, cotidianos, sociais. Porém, comumente a ação da técnica é específica implicando afirmar que não vai resolver necessariamente, por exemplo, os problemas estruturais de todas as fábricas, mas sim de um sistema fabril específico.

O pesquisador que trabalha com a ciência em si pode formular e reformular suas teorias e abordagens de pesquisa, de acordo com as suas necessidades subjetivas, enquanto a técnica precisa primar pelo problema imediato de uma determinada realidade (objeto) a fim de estruturar as bases para desenvolver suas ações.

Assim, pode-se observar grande complexidade no paradigma emergente, pois utiliza uma diversidade de conhecimentos, teorias e métodos que podem problematizar, refletir, elucidar resolver problemas diversos da humanidade. Verifica-se, diante dessa complexidade científica e social que a humanidade vive ainda uma fase de transição. Por isso, a ciência está em constante processo de redefinição de suas perspectivas e abordagens podendo afirmar que uma marca identitária da pós-modernidade e, por conseguinte, do paradigma emergente é a insegurança e a incerteza.

A questão é que a relativização do conhecimento e da pesquisa científica na pós-modernidade exige um grande grau reflexivo sobre os processos de subjetividade, diversidade e pluralidade, especialmente pelo fato de que as relações sociais constituem condições paradigmáticas que a ciência ainda está caminhando para compreender. É inegável as

mudanças rápidas e intensas a sociedade pós-moderna apresenta constituindo-se, como já mencionado em um processo de identidade modificada e ameaçada, vez que os campos da ciência estão buscando novas concepções, definições e abordagens.

Finalmente, notifica-se a importância em desenvolver esta análise sobre os pressupostos da ciência moderna e pós-moderna e dos estigmas do paradigma dominante e emergente com vistas a conceber uma breve caracterização identitária da ciência atual (século XX e XXI), bem como para compreender as configurações identitárias que deram origem à Ciência da Informação e a construção de seu campo científico, como será analisado a seguir.

### **3 A ORIGEM E A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: o indício embrionário para caracterização identitária**

O capítulo anterior mostra a importância de conceber os procedimentos históricos da ciência a fim de compreender como se processam as relações científicas e societárias na atualidade, assim como o posicionamento das ciências durante todo esse período moderno e pós-moderno. A condição de um paradigma emergente em sobreposição ao paradigma dominante mostra o período de transição vivenciado pela humanidade.

Como foi possível apreender, a ciência desde o século XVI passou por um conjunto de transformações que influenciam as práticas científicas, sociais, políticas, econômicas e cotidianas das sociedades do século XX e XXI. Esta assertiva vem mostrar que a história se constitui em um conjunto de narrativas de eventos que pode ser pensada de uma forma integrada ou complementar bem como de uma forma antagônica. As propriedades científicas da história, desde a ciência moderna até a ciência pós-moderna mostram um conjunto de variantes que presumem um alto grau de complexidade da ciência na sociedade atual.

É no século XX que acontece o advento da Ciência da Informação emergindo como ciência e prática com um papel de destaque na sociedade contemporânea que, teve a partir da Revolução Científica do século XVI, e, principalmente, a Revolução Científica do século XIX subsídios para existir. Vale ressaltar que a Ciência da Informação se configura como um dos pressupostos que surgem com a perspectiva de diminuir os rumos de incerteza e insegurança da sociedade pós-moderna, especialmente no que tange as questões informacionais.

Pode-se afirmar que o surgimento da Ciência da Informação inicia-se com a ciência moderna. Por isso, o capítulo anterior, além de suas percepções identitárias, é de fundamental importância para visualizar a origem da Ciência da Informação, pois conforme destaca Freire (2008, p. 3) a Ciência da Informação remonta suas bases “A partir da emergência do paradigma do conhecimento científico na sociedade ocidental, cuja divulgação se apoiou na invenção da imprensa, em paralelo à institucionalização das universidades e à criação das primeiras associações científicas”.

Compreender as concepções históricas de um fenômeno demanda a implicação inicial de abordar a origem deste fenômeno. Por isso, faz-se necessário iniciar a abordagem da história da Ciência da Informação pelo viés da origem, visando indicar algumas marcas identitárias.

Com efeito, para iniciar o discurso sobre a origem da Ciência da Informação, é pertinente conceber o conceito etimológico do termo origem. A palavra origem de acordo com o Dicionário Aurélio (1997) possui os seguintes significados:

- a) o surgimento ou início de alguma coisa, princípio, começo;
- b) o que provoca a manifestação de certo fenômeno, causa, motivo;
- c) ascendência; e
- d) procedência.

Dessa forma, acredita-se que a noção de origem da Ciência da Informação implica em duas estruturas básicas: a primeira está relacionada a antecessores sociais e científicos que direta e indiretamente contribuíram para o advento da Ciência da Informação (o que provoca a manifestação de um dado fenômeno, causa, motivo e procedência) e acontecimentos institucionais, técnicos e científicos que marcadamente promoveram o caminhar da Ciência da Informação (o surgimento ou início de alguma coisa e princípio, começo e ascendência).<sup>17</sup>

Essa classificação de origem visa facilitar as discussões sobre a Ciência da Informação, bem como verificar as diversas concepções que deram vazão ao surgimento da área. Vale ressaltar quão difícil é precisar o surgimento da Ciência da Informação, mesmo sendo considerada uma área científica recente. Como afirmam Couzinet, Silva e Menezes (2007, p. 1) “A Ciência da Informação no mundo, desde sua criação, vivencia uma crise de identidade e suas fronteiras com outras disciplinas não estão claramente delimitadas”.

É preciso ressaltar que a não delimitação precisa da Ciência da Informação se configura em uma marca imanente das ciências pós-modernas, o que deve ser concebido como característica e não como uma deficiência.

Com efeito, iniciando pela primeira estrutura de origem concebida (o que provoca a manifestação de um dado fenômeno, causa, motivo e procedência), o fundamento primordial que caracteriza o surgimento da Ciência da Informação é a necessidade de refletir sobre os procedimentos de organização, registro e difusão tendo como centralidade a informação em si e seus fluxos, visando compreender os fundamentos dessas técnicas organizacionais que já existiam antes da Ciência da Informação, mas que vem aferindo efetiva importância na história da humanidade, especialmente a partir da II Guerra Mundial. (ANDRADE; OLIVEIRA, 2005).

---

<sup>17</sup> Entenda-se o termo estrutura como um conjunto de fatores que analisados isoladamente constituem uma parcela de contribuição para o advento da CI. Porém, a partir de uma compreensão coletiva deste conjunto, é possível identificar com mais precisão os motivos e causas das quais a CI surgiu e se desenvolveu.

É pertinente ressaltar que o ser humano no decorrer da história vem tentando arregimentar formas de classificar, registrar, organizar e difundir a informação em suas mais diversas áreas. Porém, havia a necessidade premente de uma área específica para tratar de problemas relativos a informação, enquanto um fenômeno social.

Por isso, é muito salutar o argumento de Saracevic (1996) de que a Ciência da Informação surge com a condição teleológica de resolver problemas de informação, assim como parte da proposta de tornar mais acessível um acervo crescente de conhecimento.

Isto quer dizer que na história da humanidade, sempre foi preciso pensar a possibilidade de uma ciência para organizar o conhecimento e propor procedimentos de organização e disseminação da informação, principalmente a partir da explosão informacional do século XX. De acordo com Morin (1990) para pensar os desafios da complexidade humana, faz-se necessário pensar princípios norteadores para organização do conhecimento.

E o que significa a criação de uma área para tratar de problemas informacionais e organizar o conhecimento? Em tese, significa atentar para uma área que estabeleça uma flutuação entre as mais diversas áreas do conhecimento. Uma área que possua intersecção no contexto da organização do conhecimento e disseminação da informação, seja no contexto científico, seja no contexto do cotidiano da sociedade global. Em outras palavras, a Ciência da Informação vem com a pretensão de satisfazer áreas do conhecimento científico, profissionais das mais diversas áreas (de nível superior ou não), indivíduos e instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e educativas diversas.

Em suma, segundo Saracevic (1996, p. 43) “Problemas informacionais existem há longo tempo, sempre estiveram mais ou menos presentes, mas sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI”.

O segundo ponto que contribuiu para o advento da Ciência da Informação está concentrado em disciplinas antecessoras, tais como: Biblioteconomia e Documentação.<sup>18</sup>

A Biblioteconomia é um marco no contexto da organização do conhecimento por ser considerada uma área milenar, especialmente no que tange a organização e registro das informações nas coleções existentes nas bibliotecas. As bibliotecas, desde o seu limiar, apresentavam procedimentos, mesmo que ainda rudimentares de organização, registro e classificação para assegurar a memória da humanidade através de procedimentos voltados

---

<sup>18</sup> Embora a Biblioteconomia e a Documentação tenham sido marcos para criação da Ciência da Informação, é interessante destacar a Arquivologia (JARDIM, 1992) e a Museologia (WERSIG, 1993) como setores que apresentam relações com a Ciência da Informação.

para o acesso às informações, ainda que esse acesso, por longo período histórico, estivesse restrito a segmentos sociais específicos.

Lemos (2005) destaca que as bibliotecas e seus procedimentos organizacionais existiram desde o terceiro milênio a. C., em um templo na cidade babilônica de Nipur sendo colocadas tabulas de argila com escrita cuneiforme. O autor destaca também a biblioteca de Assurbanipal, rei da Assíria, que viveu entre de 668 a 627 a. C. localizada em seu palácio de Nínive e contava com cerca de 25 mil tabulas atestando que a composição do acervo da biblioteca em questão foi feita através de transcrições e textos que Assurbanipal coletava sistematicamente em seu reino. Destaca-se ainda as bibliotecas egípcias (templo de Hórus em Edfu e a biblioteca de Alexandria fundada no século III a. C.).

Na Idade Média, as bibliotecas passaram a ser controladas, em caráter particular pela Igreja. Uma vantagem é que boa parte do acervo das bibliotecas religiosas (Ocidente e Oriente Médio) preservaram para as gerações vindouras o legado histórico-cultural da Antiguidade Greco-romana. Inclusive, as bibliotecas religiosas da Idade Média contribuíram para a fundação das bibliotecas universitárias européias a partir do século XVIII. A desvantagem é que a Igreja não tinha interesse em disseminar a informação por receio de que a sociedade questionasse os pressupostos religiosos, principalmente a partir da tradução e interpretação dos textos bíblicos. (BURKE, 2002).

É a partir do século XV, com a criação da imprensa e da ocorrência do Renascimento que as bibliotecas passam a ter maior independência no que tange ao registro, disseminação e acesso a informação. Porém, como afirma Burke (2002, p. 173) “Parece inevitável que nas atividades humanas todas as soluções de um problema mais cedo ou mais tarde acabem gerando outros problemas.”

Entende-se que se o processo da biblioteca concernente a difusão e acesso à informação começava a se ampliar promovendo maior visibilidade social a biblioteca, o contexto da organização começa a perder espaço. Ortega (2004, p. 3) confirma esta afirmação quando argumenta:

[...] Esta entidade manteve-se inalterada até a Idade Moderna quando a produção dos livros tipográficos, entre outros motivos, levou a que as bibliotecas passassem a existir separadamente e a adquirir maior relevância enquanto elemento social. A tecnologia da impressão promoveu uma primeira modificação na atividade da organização e preservação de documentos, uma vez que, aos poucos, foi retirada da biblioteca a tarefa de reprodução de manuscritos realizada pelos copistas, que passou a ser feita em oficinas especializadas. Apesar do crescente destaque social vivido pela biblioteca a partir de então, pode-se dizer que o trabalhador da biblioteca perdeu certa responsabilidade, cumplicidade e envolvimento com os documentos, já

que não realizava mais a reprodução dos mesmos e a compreensão e organização dos conteúdos que lhe é decorrente.

A partir do século XVI, a biblioteca, particularmente, a pública ganha um *status* de instituição socializadora e passível de acesso ao público, haja vista a grande quantidade de indivíduos que eram alfabetizados na Europa. É preciso considerar que a biblioteca passa a ter uma autonomia social.

Dessa forma, verifica-se uma primeira marca identitária para se pensar o advento da Ciência da Informação, pois com a alfabetização de diversos indivíduos, a necessidade de técnicas de organização e difusão da informação foi se tornando mais latentes. Por isso, o surgimento dos catálogos, das bibliografias e de outros instrumentos organizacionais viria aprimorar atividades documentais e informacionais no seio das bibliotecas com vistas a ampliar o acesso da informação aos usuários.

Ocorre que até o início do século XIX a idéia de uma Biblioteconomia técnica e cientificamente constituída ainda era rudimentar. Embora existissem práticas bibliotecárias, ainda não eram práticas amplamente estruturadas por métodos consistentes. De acordo com o comentário de Lahary (1997) o termo Biblioteconomia passou a ser utilizado apenas em 1839 na obra intitulada "*Bibliothéconomie: instructions sur l'arrangement, la conservation e l'administration des bibliothèques*", publicada pelo livreiro e bibliógrafo Léopold-Auguste-Constantin Hesse.

Isso significa dizer que as proposições sobre a constituição das bibliotecas, especialmente a partir da Idade Moderna, foram cruciais para a estruturação da Biblioteconomia a partir de um corpo técnico e artístico. Em outras palavras, uma área específica que contemplasse um processo de organização de acervos em bibliotecas.

Destarte, a Idade Moderna, especialmente o século XIX, é um marco em que a Biblioteconomia, aprimora um conjunto de estudos técnicos e epistemológicos para organização do conhecimento e acerca de como tratar a informação. Alguns marcos biblioteconômicos são significativos para promover o advento da CI, mesmo que de forma indireta. De acordo com Tálamo e Smit (2007) alguns estudiosos se destacam: Gabriel Naudé e Melvil Dewey.

Iniciando por Naudé (1876), propunha um modelo de biblioteca pública que atuasse como instrumento de ação e preservação cultural. A proposta desse modelo está em seu livro intitulado *Advis pour dresser une bibliothèque* (Conselhos para Organizar uma biblioteca) que apresentou ao parlamento francês em 1627. Naudé já ponderava a possibilidade de uma biblioteca que agregasse todo o conhecimento do mundo ou pelo menos uma biblioteca que

pudesse agregar uma ampla dimensão de acervo e catálogos. Isso significava dizer que Naudé era um entusiasta do discurso de que a biblioteca deveria ser acessível a todos sem distinção de raça, credos ou intelectualidades. Para tanto, Naudé pensou em diversos aspectos para compor seu discurso de uma “biblioteca para todos” pautando a partir dos seguintes tópicos:

- a) o motivo e interesse que se deve ter em construir bibliotecas;
- b) o modo de se informar e como aprender a organizar uma Biblioteca;
- c) a quantidade necessária de livros que deve possuir uma biblioteca;
- d) a qualidade e as condições que devem ter os livros;
- e) os meios de poder recuperá-los; A situação do local e onde manter os livros;
- f) a ordem e concordância dos livros;
- g) o ornamento e a decoração que deve possuir uma biblioteca;
- h) qual o objetivo principal desta biblioteca.

Como é possível observar Naudé já se preocupava com questões que hoje são muito comuns no bojo da Ciência da Informação, tais como: organização, difusão e acesso à informação; procedimentos para recuperação de informação, quantidade e qualidade de livros em uma biblioteca.

Como Naudé primava pelo acesso irrestrito a informação implicava afirmar que era a favor da liberdade de expressão e que o usuário deveria ter acesso a conteúdos diversos, assim como verificar diferentes versões sobre o mesmo assunto, visando a elaboração de pensamentos mais racionais e críticos. (COELHO, 2004).

Desse modo, verifica-se que a identidade histórica entre Biblioteconomia e Ciência da Informação já estabelecia certa sincronia no discurso de Naudé. Mesmo que Naudé tivesse consciência das dificuldades em aplicar o discurso de organização, difusão e acesso à informação para a população é inegável que este discurso auxiliou as gerações vindouras a pensar a possibilidade de liberdade de acesso à informação.

Com relação a Melvil Dewey foi um dos baluartes da Biblioteconomia mundial. As contribuições de Dewey, mesmo que “não intencionalmente” foram marcantes para a constituição do campo da Ciência da Informação, especialmente quando criou, em 1876, o Sistema de Classificação Bibliográfica que leva o seu nome (Classificação Decimal de Dewey ou simplesmente CDD), a Escola de Biblioteconomia em 1887, além de ter participado na criação da revista *Library Journal* e do *Library Bureau* com a perspectiva de normalizar os métodos biblioteconômicos. (CACALY ET AL, 1997).

As ações de Dewey contribuem para o advento da Ciência da Informação basicamente em dois contextos: o primeiro referente a uma nova propositura de organização bibliográfica do conhecimento, uma vez que a CDD se constitui em um amplo sistema de classificação do conhecimento que é utilizado até hoje em diversas bibliotecas espalhadas pelo mundo.

Pode-se dizer que Dewey insere a Biblioteconomia no contexto da modernidade, como uma área especializada na pretensão de criar coleções visando transformá-las em serviços. Dewey preocupa-se na utilidade do acervo da biblioteca e em sua propagação para a zona rural contribuindo para que a informação fosse mais acessível a população dos EUA e, por conseguinte, promovendo maior visibilidade social as bibliotecas. (TÁLAMO; SMIT, 2007).

Outra contribuição de Dewey está diretamente ligada ao campo das Ciências Cognitivas, com a qual a Ciência da Informação possui intrínseca relação.<sup>19</sup> Esta contribuição se dá primeiramente no nível de colocar no contexto pragmático o significado lógico e técnico do conhecimento para que seja localizado e compreendido, como Dewey fez com a criação da CDD e, num segundo plano, pelo fato de que Dewey une lógica, técnica e cognição quando utiliza números arábicos e símbolos para representar o conhecimento humano.

Dessa forma, Dewey fomenta nos cientistas da informação do século XX, novas propostas e possibilidades de estudos para a organização do conhecimento. Obviamente que novos procedimentos para organização do conhecimento são amplamente necessários, tanto a partir da condição técnica de organização, disseminação, recuperação e uso da informação, quanto levando em consideração a condição cognitiva da compreensão de que é preciso a criação de meios que satisfaçam as necessidades dos usuários.

Vale ressaltar que o desenvolvimento da Biblioteconomia teve uma larga implementação pelo fato de que instituições dos EUA, tais como *American Library Association* (1876), *National Association of State Libraries* (1889), *Medical Library Association* (1898) e *American Association of Law Libraries* (1906), surgiram configurando-se como um “movimento integrador e corporativista” (ROBREDO, 2003, p.43). Isso mostra que para construir a identidade de qualquer área do conhecimento, faz-se necessário um processo de institucionalização técnico-científico.

---

<sup>19</sup> Conforme Job (2008) a CI utiliza os pressupostos das Ciências Cognitivas nos estudos de usuários, no tratamento da informação e análise documental; nos estudos sobre categorização, indexação e recuperação da informação, nos estudos sobre leitura e o ato de ler; nos estudos sobre o ambiente organizacional, e no âmbito dos estudos sobre informação e no ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Finalmente, compreendendo o transcorrer histórico não apenas como uma narrativa e nem como uma sucessão de fatos, mas como um conjunto de contradições e paradoxos que são complementares ou conflitantes entre si, é preciso perceber que os estudos das diversas áreas do conhecimento possibilitaram o desenvolvimento de novos estudos, visando satisfazer as necessidades cotidianas da população.

No caso da Ciência da Informação, embora seja uma ciência do século XX, os estudiosos que iniciaram desde o início da Idade Moderna suas reflexões, como Naudé e Dewey, foram determinantes para estimular novas reflexões e ações nos intelectuais que o seguiram na cronologia da vida em torno da problemática da organização do conhecimento, tanto num plano técnico, quanto num plano cognitivo.

Além das contribuições de Naudé e Dewey, há ainda outros pesquisadores/estudos da Biblioteconomia que merecem ênfase, tais como: estudos quantitativos de produção bibliográfica, expostos por E. W. Hulme no *British Patent Office Library*, em 1922 e da distribuição bibliométrica elaborada por Samuel Clement Bradford e J. Lancaster Jones no *Science Museum Library*, em 1934; da teoria e prática da classificação explicitadas no livro *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences* de Henry E. Bliss, em 1929; da aplicação de métodos de pesquisas sociais em estudos sobre bibliotecas publicados por Waples; dos sistemas de classificação e leis para bibliotecas, apresentados pelo bibliotecário indiano Shiyali R. Ranganathan (ROBREDO, 2003).

Ainda no final do século XIX (década de 1890), há uma disciplina que caminhou paralela a Biblioteconomia e foi crucial para o advento da Ciência da Informação: a Documentação. Vale considerar que Biblioteconomia e Documentação eram disciplinas idênticas até o final do século XIX.

Ortega (2004) admite que a Documentação esteve unida à Biblioteconomia desde o século XV até fins do século XIX, quando Otlet e La Fontaine desenvolveram a Documentação. Porém, a Documentação remonta sua origem da Bibliografia que, embora desenvolvida desde a antiguidade na Inglaterra, ganhou ênfase na Idade Moderna, quando Konrad Gesner, no final do século XV e o suíço Johann Trithem, na metade do século XVI que tentou pela primeira vez construir uma bibliografia universal deram vazão para o crescimento da Bibliografia e o surgimento de diversos catálogos e códigos de catalogação nos séculos seguintes. A principal preocupação da Documentação estava no acesso à informação, nos mais diversos suportes documentais e em diferentes centros de informação (biblioteca, arquivo, museu), enquanto a Biblioteconomia estava desenvolvendo sua

habilidade, em nível restrito, para proceder com a utilidade do livro e, em nível mais amplo, para indicar a atividade de gestão e organização de acervos de bibliotecas.

Otlet e La Fontaine buscaram subsídios institucionais, teórico-práticos e teórico-bibliográficos para o desenvolvimento de suas pretensões na tentativa de focalizar o fenômeno social da informação. Para tanto, a tese de Otlet e La Fontaine forma norteadas por condições políticas e corporativas.

No discurso de Fayet-Scribe (2001) a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) para gerenciar o Repertório Bibliográfico Universal (RBU), foi o primado básico para o desenvolvimento da Documentação.<sup>20</sup> A pretensão do RBU era conceber uma síntese dos assuntos, desde a invenção da imprensa, por meio de fichar, de modo a promover uma rede conceitual que facilitasse e ampliasse o acesso à informação. Inicialmente, o RBU utilizava a CDD como instrumento de classificação. Porém, através de estudos baseados na CDD, Otlet e La Fontaine criaram a Classificação Decimal Universal, em 1905 (CDU).<sup>21</sup> A autora assinala ainda que Otlet começou a utilizar o termo Documentação, em 1903, quando escreveu o artigo intitulado *Les sciences bibliographiques et la documentation* que discute sobre todo um processo relativo ao corpo organizacional, gerencial, de disseminação e acesso à informação.

Com efeito, é na obra Tratado de Documentação (*Traité de Documentation*) que a documentação otletiana ganha mais consistência epistemológica, de sorte que suas concepções teóricas e teleológicas mais relevantes são colocadas a tona.<sup>22</sup> Otlet (1934, p. 6) estabelece alguns princípios para a Documentação:

Os objetivos da documentação organizada consistem em poder oferecer sobre todo tipo de fato e de conhecimento e informações documentadas. 1. Universais quanto ao seu objeto; 2. Confiáveis e verdadeiras; 3. Completas; 4. Rápidas; 5. Atualizadas; 6. Fáceis de obter; 7. Anteriormente reunidas e prontas para serem comunicadas e 8. Colocadas à disposição do maior número de pessoas.

Diante dos princípios concebidos por Otlet é possível identificar uma forte relação com o discurso da Ciência da Informação. A relação pode ser pensada em diversos níveis: o primeiro é referente a preocupação com o acesso à informação. Para tanto, a noção de acesso,

---

<sup>20</sup> O Instituto Internacional de Bibliografia, criado em 1895, transformou em Instituto Internacional de Documentação (IID) em 1931 e aferiu mais uma mudança em 1938 para Federação Internacional de Documentação que dura até hoje.

<sup>21</sup> A pretensão de Otlet e La Fontaine era promover uma nova identidade para a Documentação que se diferenciava da Biblioteconomia. Essa nova caracterização identitária foi possível ao pensar uma atividade de organização, difusão e acesso à informação que pensasse as diversas possibilidades de acesso ao documento.

<sup>22</sup> Nesta obra, Otlet utiliza vários nomes para o termo Documentação, tais como Documentologia, Bibliologia e Ciências Bibliográficas, superando a noção de Biblioteconomia e Bibliografia de onde se presume que Otlet tomou base para criar a Documentação. (FAYET-SCRIBE, 2001).

seja na Documentação otletiana ou na Ciência da Informação presume os 8 (oito) princípios deliberados no Tratado de Documentação.

Em segundo plano, ocorre o fato de que muitas expressões técnicas utilizadas por Otlet relativas a informação e a documentação passaram a ser utilizadas com frequência na Ciência da Informação, tais como: produção, registro, estatística, conservação, utilização, compilação, síntese. Isso significa dizer que Otlet procurou incessantemente sintetizar a informação, visando tornar o acesso mais facilitado e rápido, assim como tornando a informação mais confiável.

O terceiro aspecto é referente a estruturação de condições para que as informações pudessem ser extraídas do documento, transcritas em fichas e correlacionadas com assuntos semelhantes, com vistas a formar uma rede conceitual (rede de informações) dinâmica, de acordo com a necessidade dos usuários.<sup>23</sup>

Otlet possuía uma visão de mundo consistente, pois em seus estudos conseguiu agregar construtos teóricos e práticos; bibliográficos e documentais; científicos e técnicos; ontológicos e epistemológicos; políticos e cotidianos. Ortega (2004, p. 7) afirma sobre a tentativa de rompimento de Otlet com o racionalismo moderno de Dewey e sua forte percepção política da realidade social e informacional:

Otlet fazia críticas às bibliotecas por conta das políticas de seleção (advindas do princípio jesuítico) e da resistência às inovações técnicas e à prestação de serviços de informação. Além disso, o projeto de Otlet pretendia armazenar a representação das unidades de todo o conhecimento humano em um único local; era um projeto universalista e concebido como uma ação para a promoção da paz mundial, de onde se pode considerar que as bases da Documentação eram técnicas, mas também fortemente políticas.

Assim, é possível identificar que Otlet constituiu uma identidade de projeto para a Documentação que segundo Castells (2008) significa o posicionamento dos atores sociais que buscam construir uma nova identidade a fim de promover um novo posicionamento na sociedade e modificações na estrutura social.

A identidade de projeto (CASTELLS, 2008) se justifica para Otlet por um aspecto crucial: o fato de que Otlet foi um proponente de uma nova identidade para os estudos sobre documentos e informação, bem como foi modificador das estruturas sociais no que tange as noções sobre informação.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Pela lógica, a CDU seria o principal instrumento técnico para construir uma rede de informações que concretizassem os princípios concebidos no Tratado de Documentação.

<sup>24</sup> Não é a toa que Paul Otlet é chamado de visionário pelos estudiosos e componentes da CI.

Não é exagero afirmar, inclusive que Otlet forneceu as bases para o advento da Ciência da Informação, conforme afirma Figueiredo (1996, p. 16):

O [Tratado] de Documentação [...] é, talvez, [...] a primeira sistemática e moderna discussão dos problemas gerais da organização da informação. O termo documentação é um neologismo, criado por Otlet, para designar o que hoje em dia tendemos a chamar de armazenamento e recuperação da informação. De fato, “não é exagero declarar-se que o tratado foi um dos primeiros textos de Ciência da Informação...” Propõe novos tipos de sistemas mecânicos integrados para o manejo da informação, os quais teriam ainda de ser inventados e transformariam o meio ambiente e as práticas dos pesquisadores.

Desse modo, compreende-se que Otlet desenvolve sustentações teóricas, epistemológicas e ontológicas para a Ciência da Informação. Teóricas e epistemológicas em virtude do seu livro *Tratado de Documentação* propor um processo efetivo de discussão sobre os rumos da informação, difusão e compartilhamento, especialmente através de uma rede. Ontológicas pelo fato de que Otlet atenta para o documento e a informação como fenômenos que precisam ser representados. Para tanto, dependem de várias questões, dentre as quais podem ser destacadas: conhecimento sobre a linguagem (objetividade lingüística); conhecimento sobre a realidade objetiva que envolve espaço, tempo e outras variantes e o conhecimento sobre a realidade subjetiva que está relacionada a visão do Eu e do outro referentes a visão de mundo. A junção da realidade objetiva e da mente permite uma compreensão mais efetiva do mundo, assim como possibilita uma noção mais completa da representação documentária e informacional. (DUCHEYNE, 2005).

Observa-se que Otlet oferece as bases para o estabelecimento da Ciência da Informação quando focaliza a informação como fenômeno social que existe e é tratada na Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, mas gera uma confusão epistemológica quando tenta afirmar que é objeto apenas de uma nova disciplina chamada Documentação. Entende-se que essa afirmação da Documentação como campo essencial para pensar a informação e seus construtos organizacionais em detrimento da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia está relacionada a uma visão política eminentemente corporativista de Otlet e La Fontaine.

Para resumir os contributos de Naudé, Dewey e Otlet no que concerne ao surgimento da Ciência da Informação o quadro abaixo ilustra o processo:

<b>Linha do tempo</b>	<b>Exemplo</b>	<b>Função social da informação</b>	<b>Característica predominante</b>
Até o final do século XIX	Gabriel Naudé (1600-1653) - Bibliotecário-erudito. Organiza bibliotecas da classe dominante e concebe a biblioteca pública - a diversidade de correntes de pensamento deve estar presente na biblioteca	- a informação reforça o poder - a biblioteca como espaço privilegiado da erudição e da liberdade de expressão.  A pessoa e seu poder.	ACESSO ERUDIÇÃO  MODERNIDADE
Final do século XIX e início do século XX	Melvil Dewey (1851-1931) Biblioteconomia moderna - serviços bibliotecários para usuários segmentados - busca pela praticidade - institucionalização da Biblioteconomia (ensino e associação e profissional)	- a informação como meio para o desenvolvimento - a biblioteca como adjuvante da ciência moderna  A pessoa e suas necessidades informacionais	UTILITARISMO COLEÇÃO SERVIÇO  RACIONALIDADE MODERNA
Entre-guerras 1934	Paul Otlet (1868-1944) Documentação - a organização da informação como constituição de uma rede - ênfase na informação em detrimento do documento	- a informação como finalidade em si: a informação gera condições para provocar a paz  A necessidade informacional da sociedade	ACESSO e RECEPÇÃO ADAPTABILIDADE A NECESSIDADES CAMBIANTES  MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

**Quadro 1: Idéias de Gabriel Naudé, Melvil Dewey e Paul Otlet.**

Fonte: Adaptado do texto de Tálamo e Smit (2007).

Entretanto, pode-se verificar um amplo conflito entre a Documentação e a Biblioteconomia a partir de interesses políticos e corporativos. A primeira, com uma característica essencialmente advinda da Europa, uma vez que Otlet e La Fontaine eram belgas e a Biblioteconomia que apresentava grande representatividade nos EUA e a segunda com uma tonalidade marcadamente nacionalista, principalmente através da Escola de Chicago.<sup>25</sup>

Percebe-se certa resistência dos documentalistas europeus em agregar práticas biblioteconômicas e muita resistência dos estudiosos estadunidenses em agregar estudos mais cientificistas dos documentalistas europeus. Isso significa dizer que a origem da Ciência da Informação torna-se mais obscura em face da fragmentação dos estudos com Biblioteconomia e Documentação, visto que os interesses políticos e corporativos podem interferir nos avanços da Ciência da Informação. López Yepes (1995) afirma que o conceito de Documentação

<sup>25</sup> Vale ressaltar que com as Guerras mundiais, a Europa ficou arrasada e, embora tenha produzido consideravelmente em termos de documentação e informação, os recursos eram escassos para difusão e implementação dos estudos em outros países, o que dificultou um a concepção de um processo de identidade partilhada. (HALL, 1999).

empregado por Paul Otlet foi se fragmentando em virtude da polêmica Biblioteconomia *versus* Documentação.

Pode-se dizer que a polêmica entre Biblioteconomia e Documentação proporcionou a idéia de uma identidade contrastiva que, de certo modo, fragmentou a construção da identidade da Ciência da Informação. Comumente este tipo de identidade é utilizado no contexto étnico quando um grupo pretende superar o outro ou quando um grupo nega a identidade do outro em um procedimento recíproco. No caso da Biblioteconomia e da Documentação ocorre a identidade contrastiva a partir do momento em que ocorre uma supervalorização da identidade biblioteconômica estadunidense e de uma identidade da documentação européia.

Inclusive, o pesquisador dos EUA, mas com forte tendência a literatura documentalista européia Buckland (1996) entende que caso os EUA tivessem retomado os estudos dos primeiros documentalistas europeus e as propostas dos pioneiros estadunidenses que atuaram em fins do século XIX os estudos teriam sido mais acurados, eficazes e com custos até mais baratos. Quando a Ciência da Informação foi criada nos EUA, muitos bibliotecários sentiram-se ameaçados considerando que haveria uma espécie de competição entre Biblioteconomia e Ciência da Informação. O advento da Ciência da Informação parte de um arrazoado técnico-científico carente de objetivos, finalidades, métodos, além de noção escassa de tecnologia para construção identitária da área.

Notifica-se a importância da Biblioteconomia e principalmente da Documentação para o surgimento da CI. Vale destacar que a Documentação foi um importante expoente para alavancar o entendimento sobre informação, bem como promoveu idéias inovadoras sobre tecnologia aplicada aos centros de informação e suportes documentais.

Acredita-se que estes se constituem essencialmente como os antecessores sociais e científicos que direta e indiretamente contribuíram para o advento da Ciência da Informação (o que provoca a manifestação de um dado fenômeno, causa, motivo e procedência).

Partindo para a segunda estrutura relativa aos acontecimentos institucionais, técnicos e científicos que marcadamente promoveram a origem e o caminhar da Ciência da Informação (o surgimento ou início de alguma coisa e princípio, começo e ascendência).<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> A diferença básica da primeira estrutura de origem da CI discutida para a segunda é que a primeira se configura em expoentes antecessores que deram vazão para o surgimento da CI, enquanto a segunda estrutura está baseada em um discurso que não somente deu vazão para o surgimento da CI, mas promoveu diretamente o desenvolvimento da área. Isso significa dizer que a união das duas estruturas constituem uma estrutura macro que permite interpretar a CI com mais amplitude.

O primeiro fator envolve um período muito conturbado na história da humanidade que é a II Guerra Mundial (1939-1945). Vale destacar que no período da II Guerra estava ocorrendo a explosão informacional que demandou muitos problemas de informação e estudos para solução desses problemas.

*Vannevar Bush*, um respeitado cientista do Instituto de Tecnologia de *Massachusetts* (MIT) e chefe do esforço científico dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, despontava como um estudioso voltado para resolver problemas de organização estratégia da informação e recuperação de informação. É com um artigo intitulado *As we may think*, elaborado em 1939, mas somente publicado em 1945 que Bush apresenta sua mais famosa e, talvez, mais eficiente maneira de resolver o problema relativo a organização e gerenciamento da informação.<sup>27</sup> Bush, inicialmente identifica problemas relativos a explosão informacional e propõe a criação de uma máquina chamada Memex que previa a possibilidade de associar idéias. (BUSH, 1945).<sup>28</sup>

A partir das idéias de Bush referentes a explosão informacional e a criação do Memex Saracevic (1996, p. 43) acredita que “É bastante evidente a antecipação do nascimento da CI e, até mesmo, da inteligência artificial.”

Percebe-se que Bush contribuiu de várias formas para o advento da Ciência da Informação implementando marcas identitárias que até hoje são discutidas e estudadas.

A primeira delas implica dizer que para a atuação da Ciência da Informação é de crucial relevância o uso das tecnologias de informação e comunicação, pois favorecem amplamente o processo de organização, difusão, acesso e gerenciamento da informação, além do que condiciona a Ciência da Informação a atuar a partir de qualquer suporte documental.

A segunda está relacionada as intrínsecas relações entre Ciência da Informação e outras áreas do conhecimento que surgiram e se desenvolveram contiguamente, como é o caso da Ciência da Computação, Ciências Cognitivas, especialmente a Inteligência Artificial (IA), disciplina a qual Bush também contribuiu para o seu advento.

A terceira é que Bush valorizou a informação de tal modo que contribuiu para inseri-la no rol de instrumentos relevantes para a sociedade, pois governos e empresas privadas procuraram desenvolver programas, políticas e projetos para gerenciar os fluxos de informação e controlar a explosão informacional, inicialmente, com o olhar voltado para a

---

<sup>27</sup> O artigo de Bush apareceu primeiro em 1939, em uma carta ao editor da revista *Fortune*, teve sua histórica versão no periódico *Atlantic Monthly* e posteriormente a revista *Life* fez várias observações e chamadas sobre o trabalho. (BARRETO, 2002, p. 3).

<sup>28</sup> O Memex não chegou a ser construído, mas os pressupostos que deliberaram sua idealização inspiraram diversos pesquisadores e cientistas da atualidade. (FERNEDA, 2003).

informação científica e tecnológico e, logo em seguida, para a informação em diversos outros campos. (SARACEVIC, 1996).

A quarta contribuição é consequência da anterior, pois com políticas governamentais e empresariais, a informação foi conquistando maior relevância no seio da sociedade promovendo melhores perspectivas de acesso à informação.

A qualidade das contribuições de Bush para o advento da Ciência da Informação está em sua diversidade. Tanto é possível afirmar que Bush contribuiu para originar e desenvolver a Ciência da Informação em seu contexto técnico e epistemológico (como ciência aplicada), bem como contribuiu para o desenvolvimento cotidiano da Ciência da Informação através da valorização da informação como instrumento de apoio ao aprendizado da sociedade (em termos mais específicos os usuários).

Aldo Barreto (2002, p. 3) é enfático ao afirmar que:

Vannevar Bush pode ser considerado o precursor da ciência da informação e 1945 a data fundadora com a publicação de seu artigo; ele indicou uma mudança de paradigma para a área de informação em ciência e tecnologia, que envolvia: profissionais, instrumentos de trabalho para armazenagem e recuperação da informação; argumentou sobre o desuso das condições teóricas da representação da informação para processamento e armazenagem e recuperação.

No argumento de Barreto é preciso ponderar uma questão: conforme os dois pontos destacados no presente trabalho sobre as origens da Ciência da Informação:

a) antecessores sociais e científicos que direta e indiretamente contribuíram para o advento da Ciência da Informação (o que provoca a manifestação de um dado fenômeno, causa, motivo e procedência);

b) acontecimentos institucionais, técnicos e científicos que marcadamente promoveram o caminhar da Ciência da Informação (o surgimento ou início de alguma coisa e princípio, começo e ascendência).

Compreende-se, de acordo com a reflexão concebida no presente trabalho, que o estudioso que promoveu as bases para o advento da Ciência da Informação foi Paul Otlet, sendo o principal precursor do primeiro ponto, enquanto Vannevar Bush foi o precursor do segundo ponto (a institucionalização da Ciência da Informação como área do conhecimento). Em outras palavras, é inegável que as contribuições teóricas, epistemológicas e ontológicas de Otlet promoveram os sustentáculos para o advento da Ciência da Informação e as contribuições de Bush promoveram sustentáculos para formalização da área como campo do conhecimento.

Observa-se que boa parte do discurso de Bush se constitui como marcas identitárias da CI, tais como: informação em ciência e tecnologia; armazenagem a recuperação da informação; construção teórica de condições para representação, processamento, armazenagem e recuperação de informação.

Além de suas contribuições técnico-científicas e cotidianas no contexto da informação, Bush apresenta outro contributo que, em tese, favorece o fortalecimento da identidade da Ciência da Informação: um contributo político e cultural para a Ciência da Informação. Em outras palavras, Bush auxilia de forma subjacente para que a Ciência da Informação, embora oriunda dos EUA não apresente apenas uma realidade continental e sim global, visando constituir uma unidade na caracterização identitária da área.

Porém, é preciso abrir um parênteses para falar sobre as dificuldades de estabelecer uma unidade identitária da Ciência da Informação. Pode-se considerar ao menos em termos culturais e políticos, a Ciência da Informação tentou apresentar uma unidade no que tange a sua aceitação em nível global. Um problema que dificultou a inserção da Ciência da Informação e sua compreensão é relativo a uma propositura terminológico-epistemológica, pois é inegável que os inúmeros termos (disciplinas) que designaram o surgimento da Ciência da Informação são eminentemente complexos e diversificados para se pensar uma efetiva consistência identitária.

Ortega (2009, p. 26) confirma a argumentação do parágrafo anterior quando afirma que:

Dado o provável uso inicial da expressão 'informação e documentação', por Otlet, em 1905, supomos que desde então várias expressões compostas foram e são utilizadas pela área, levando a dificuldades de construção identitária, como: Bibliografia e Documentação, Informação e Documentação, Biblioteconomia e Documentação, Ciência da Informação e Documentação, Biblioteconomia e Ciência da Informação, Biblioteconomia e Gestão da Informação.

Isso significa dizer que existe certo modismo na Ciência da Informação e em suas disciplinas, como a Biblioteconomia e a Documentação no que tange a utilização e aplicação terminológica e epistemológica. A diversidade de terminologias utilizadas interferiu no processo de construção de uma consistência epistemológica da Ciência da Informação, embora seja inegável que as terminologias utilizadas pelos estudiosos no final do século XIX e início do século XX tinham valorizações relativamente regionalizadas (continentais) e

restritivas no trato com a informação, o que interferia no pensamento em uma percepção cientificamente globalizado sobre a informação.<sup>29</sup>

De certo modo, a Ciência da Informação vem com o propósito de condensar os estudos científicos sobre a informação, assim como contribuir para aprimorar disciplinas como a Documentação, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia e a Gestão da Informação em seus tratos específicos com a informação e os documentos, de acordo com as necessidades científicas, disciplinares, profissionais e cotidianas de cada região, país ou continente.

Voltando as ações de Bush é possível afirmar que seus resultados para o advento da Ciência da Informação em nível global pareceram ser promissores, conforme o discurso de Barreto (2002, p. 3):

As idéias de Bush provocaram tamanho *frisson* na época, que foram parar em Londres. Em 1946, um ano após o término da Segunda Guerra, foi realizada em Londres a *Royal Empire Society Scientific Conference*, onde se discutiu muito pouco sobre informação, mas que levou à realização, em 1948, da *Royal Society Scientific Information Conference*. Cerca de 340 cientistas e documentalistas de todo o mundo compareceram a essa Conferência, que durou dez dias úteis. Os seus *Proceedings* (1958) têm 723 páginas, com dois volumes e quatro seções: I – as publicações originais, II – serviços de resumo, III – indexação e outros serviços de Biblioteca, IV – revisões de literatura e relatórios anuais. A publicação dos *proceedings* levou dez anos para sair e foi editada nos Estados Unidos. Os cientistas de quase todas as áreas tinham propostas para resolver os problemas da gestão da informação, mas para não perder o *status* acadêmico, a nova área foi criada com o nome de: ciência da informação. Os resultados da Conferência, apesar das 723 páginas, ficaram muito perto dos problemas apontados por Vannevar Bush.

Diante do discurso de Barreto é possível verificar que um indício de identidade partilhada para a criação da Ciência da Informação entre os EUA e o continente europeu. Essa identidade partilhada consta de um compartilhamento integrado entre nações distantes a partir de seus fluxos culturais e seus serviços, imagens e mensagens (HALL, 1999).

Em termos culturais e científicos, estudiosos de todo o mundo, principalmente dos EUA e da Europa compartilharam seus entendimentos acerca de propostas para organização, armazenagem e recuperação de informação, visando compartilhar seus fluxos culturais para resolver problemas de informação.

Bush foi diretamente o precursor para se pensar uma ciência global para organização e representação do conhecimento com vistas a resolver os problemas ocasionados pela explosão

---

<sup>29</sup> Verifica-se que essa proliferação de termos, como Biblioteconomia e Documentação é marca de uma visão política e corporativista dos estudiosos.

informacional. Os estudiosos europeus aderiram a idéia e a institucionalizaram através de uma conferência para discutir e tratar dos problemas informacionais, especialmente aqueles propostos por Bush.

Embora boa parte dos estudiosos da Conferência tenha pensado em resolver problemas específicos de gestão da informação, é interessante atestar o contexto de uma identidade partilhada em face da proposta de criar uma Ciência da Informação para adquirir um status acadêmico mais efetivo. Isto implica dizer que cada país ou continente pode ter apresentado realidades específicas no que tange ao desenvolvimento da Ciência da Informação, mas o despertar da área foi basicamente o mesmo em nível global.

Saracevic (1996, p. 43) confirma essa globalidade da Ciência da Informação quando afirma que:

Apesar de os Estados Unidos desempenharem o papel mais proeminente no desenvolvimento da CI (como fizeram com a ciência da computação), nem os problemas informacionais nem a CI são americanos em sua natureza. Eles são internacionais ou globais. Não existe mais uma "CI americana", assim como não existem ciência da computação ou ciência cognitiva americanas. A evolução da CI nos vários países ou regiões acompanhou diferentes acontecimentos ou prioridades distintas, mas a justificativa e os conceitos básicos são os mesmos globalmente. O despertar da CI foi o mesmo em todo o mundo.

Pode-se atestar que cada país teve suas peculiaridades e amadurecimentos científicos diferentes. Mas a essência da Ciência da Informação em lidar com os problemas informacionais apresentava uma mentalidade globalizada. Um exemplo dessa globalidade que ficou latente em boa parte do mundo foi a discussão entre Ciência da Informação e Biblioteconomia.

Limiarmente, a idéia da Ciência da Informação não agradou a boa parte dos bibliotecários em virtude de que muitos consideravam que a tônica no advento de uma nova ciência seria uma espécie de substituição de uma disciplina (Biblioteconomia) por outra (Ciência da Informação).<sup>30</sup>

Esse embate acadêmico nos países em que a Ciência da Informação amadureceu mais rapidamente (EUA, por exemplo) durou aproximadamente até o final da década de 70 e início da década de 80. Em outros países onde a Ciência da Informação demorou mais a se desenvolver, a discussão com a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia perdura até hoje significando dizer que o momento histórico pode ser diferenciado, mas o contexto informacional possui uma semelhança eminentemente globalizada. Essa discussão tem uma

---

<sup>30</sup> Assim como para Otlet e otletianos a Biblioteconomia não agradava à Documentação.

inserção fortemente ligada ao contexto corporativo e político. No Brasil, por exemplo, já no século XXI, a Arquivologia, por interesses políticos e corporativos reivindicou sua retirada do rol de disciplinas incluídas no campo da Ciência da Informação.

Assim como a Biblioteconomia precisou de uma institucionalidade para desenvolver sua identidade através das associações bibliotecárias, a Ciência da Informação também seguiu um estilo semelhante.

Em 1949, Jason Farradane, J. Bernal e outros criaram o *Institute for Information Scientists* (Instituto de Cientistas da Informação), com a proposta de reunir os estudiosos e agregar as novas idéias que estavam constituindo a Ciência da Informação.<sup>31</sup> Atualmente, o Instituto se reuniu com a Documentação e a Biblioteconomia e está agregado a *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (Instituto de Profissionais de Bibliotecas e Informação)<sup>32</sup>. Ainda destaca-se a criação, em 1952, pelo grupo dos cientistas da informação o *Classification Research Group*, que pretendia propor novas teorias para armazenar e recuperar a informação. Os mesmos criadores do *Institute for Information Scientists* fundaram sob o comando de *Jason Farradane* o primeiro programa de pós-graduação em Ciência da Informação na *The City University*, anteriormente chamada de *Northampton College of High Technology*, localizado na Cidade de Londres, na Inglaterra. (BARRETO, 2008).

Verifica-se que os pesquisadores que emergiram na criação do *Institute for Information Scientists* estavam determinados a desenvolver uma área cientificamente encaminhada para lidar com os problemas de informação. A criação de um curso de pós-graduação em Ciência da Informação é um dos principais primados para conceber um construto de identidade científica da área.

Outrossim, é pertinente destacar algumas teorias que tratam sobre informação e contribuíram para o advento da Ciência da Informação. Destaca-se a Teoria Matemática da Comunicação (conhecida também como Teoria Matemática da Informação ou simplesmente Teoria da Informação) e a Teoria Sistêmica da Informação.

A Teoria Matemática da Comunicação foi apresentada em 1948 e publicada em 1949, o que significa dizer que coincide com o momento em que a Ciência da Informação tenta institucionalizar seus primeiros passos com a *Royal Society Scientific Information Conference*. É possível afirmar que Shannon e Weaver procuram analisar o processo de comunicação. Para tanto, apresentam um enunciado científico que tem como enfoque central

---

<sup>31</sup> Mais informações sobre o *Institute for Information Scientists* podem ser encontradas no site: <http://www.cilip.org.uk/pages/default.aspx>

<sup>32</sup> Mais informações sobre o *Chartered Institute of Library and Information Professionals* podem ser encontradas no site: <http://www.cilip.org.uk/about-us/history/unification/pages/default.aspx>

a informação. Shannon e Weaver ponderam o desenrolar da informação e de suas fontes de transmissões.

Conforme afirma Araújo (2009, p. 193) Shannon e Weaver reconhecem que o processo de comunicação envolve três problemas:

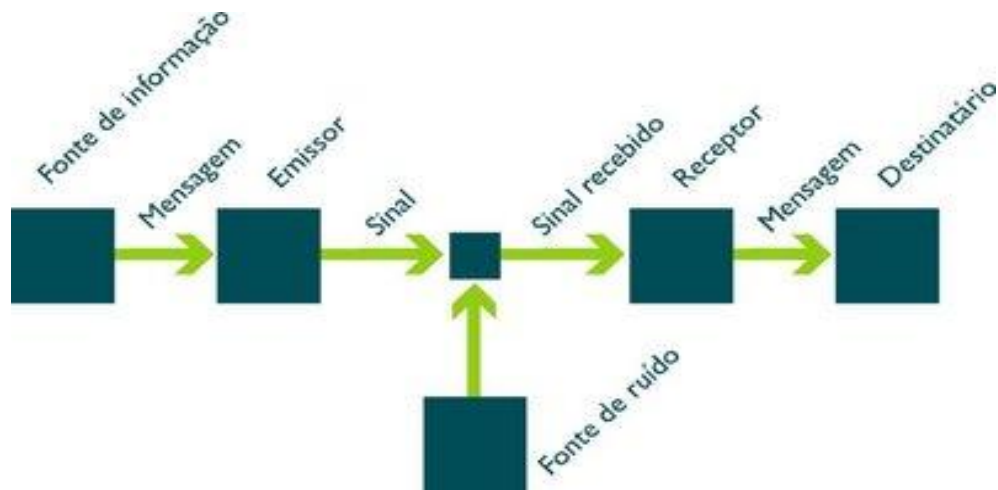
O primeiro trata dos problemas técnicos, relativos ao transporte físico da materialidade que compõe a informação (como, por exemplo, o volume do som numa conversa ou a qualidade da impressão em um papel). O segundo nível se refere aos problemas semânticos, isto é, se relaciona com a atribuição de significado. Enquanto o primeiro nível envolve apenas uma operação mecânica (reconhecer as letras num papel, captar os sons de uma fala), o segundo se relaciona a uma operação mental específica, a de depreender, de determinada materialidade (sonora, visual, etc), um sentido, que pode se dar de maneira conotativa ou denotativa, literal ou irônica, metafórica, etc. O terceiro nível é o pragmático, relaciona-se com a eficácia. Quem emite informações a outrem deseja, de algum modo, provocar um comportamento, causar alguma reação (convencer alguém a comprar um produto, eleger um candidato, pedir um favor, etc).

Shannon e Weaver priorizam o processo de comunicação a partir do seu contexto físico e com a eficácia da transmissão. Isso implica dizer que os autores priorizam a noção de linearidade e objetividade no processo comunicacional em detrimento da subjetividade e das diversas formas de interpretação na comunicação. Isto é, a comunicação reside no fato de uma fonte que depende de um transmissor que, por meio de um canal, envia informação a um receptor. Este canal pode ser considerado como um relevante fator para mediação e eficácia do processo comunicacional.

A vantagem de priorizar a linearidade e objetividade da informação é que permitiu a construção objetiva de um enunciado científico acerca da informação. Os autores entendem a informação como um elemento passível a incerteza, pois o seu entendimento é relativo as possibilidades de como se poderia informar. Por exemplo, se um transmissor emite uma pergunta (sinal) ao receptor com 4 (quatro) possibilidades reais de resposta, a possibilidade de encaminhar uma informação é de 25%.

Para esclarecer melhor esse processo de comunicação Shannon e Weaver (1949) desenvolveram um esquema demonstrando como o processo comunicacional é concebido e a importância central da informação.

A figura a seguir define o esquema de Shannon e Weaver na perspectiva de conceber um modelo de comunicação:



**Figura 1: : Modelo de Comunicação de Shannon**

Fonte: Shannon; Weaver, 1949.

Este esquema prevê a utilidade do segmento comunicacional verificando diversos instrumentos que constituem sua estrutura, tais como: fonte de informação, mensagem, emissor, sinal, receptor e destinatário. Quando os autores mencionam a fonte de ruído que se justifica como o indício de transmissão do emissor para o receptor é o momento em que a informação está começando a ser gerada adquirindo uma tonalidade de incerteza.

Shannon vai ao encontro dos estudos sobre a pós-modernidade que possui como marcas identitárias o espectro da incerteza e da insegurança. Por isso, a informação cientificamente estudada no século XX adere as características da pós-modernidade. Shannon e Weaver tentam conceber a Teoria da Informação em uma tentativa de dirimir as incertezas relativas a informação que está sendo gerada na comunicação.

No que concerne a Teoria Sistêmica da Informação flui basicamente no mesmo período da Teoria Matemática da Comunicação. Em 1948, Wiener publica artigo sobre Cibernética exercendo grande influência na Ciência da Informação.<sup>33</sup> A teoria supramencionada é originária da Biologia e pensa o estudo de qualquer fenômeno em uma tessitura funcional. Isto quer dizer que um determinado objeto de uma estrutura exerce o seu papel de forma específica contribuindo para a construção do todo. Por exemplo, um sistema de bibliotecas universitárias é constituído de um conjunto de bibliotecas específicas para cada área do conhecimento ou centros universitários (Centro da Saúde, Direito, Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Centro de Tecnologia, Ciências Exatas, etc.) e cada biblioteca contribui, a partir da sua realidade específica, para o crescimento de todo o sistema de bibliotecas universitárias.

<sup>33</sup> Embora os efeitos da Teoria Sistêmica da Informação tenham impacto sobre a CI em 1948, a sua existência data da década de 1930 com Bertalanffy.

Assim, entende-se que a Teoria Sistêmica da Informação prima pelo caráter cíclico (circular) do fenômeno, uma vez que em uma estrutura, sempre haverá elementos que acabam e outros que surgem proporcionando o caráter cíclico da estrutura, o que difere das teorias que partem da Física e da Matemática (Teoria Matemática da Comunicação, Recuperação de Informação, entre outras) que valorizam o caráter linear das estruturas.

Shera (1970) acredita que a Teoria Sistêmica da Informação teve uma influência direta para a origem da Ciência da Informação que se configura na teoria funcionalista que envolve a ação da informação na sociedade. Bibliotecas, arquivos, museus e outros centros de informação devem ter um papel específico satisfazendo setores específicos da sociedade. Por exemplo, uma biblioteca pública deve ter suas estruturas e ações bem delineadas através da preservação da memória e da cultura, de ações educativas, visando satisfazer os diversos segmentos da sociedade (pode ser entendido aqui como comunidades de usuários).

Outra influência que a Teoria Sistêmica da Informação exerceu sobre a Ciência da Informação está ligada aos sistemas de informação. Os sistemas de informação são sempre pensados a partir da lógica dos processos de entrada (entrada de dados, com a aquisição de itens informacionais, a seleção destes itens para a composição de determinado acervo), de processamento (os itens informacionais que dão entrada num sistema de informação precisam ser descritos, catalogados, classificados, indexados) e de saída (pelo acesso aos itens informacionais por parte dos usuários, na forma de disseminação, entrega da informação, empréstimo, etc). (ARAÚJO, 2009, p. 196).

Notifica-se que é inegável a imanência da Teoria Sistêmica da Informação a realidade das identidades pós-modernas mostrando as incertezas de um fenômeno dentro de uma estrutura. É sabido que a noção biológica prevê que cada fator tem um papel específico dentro de uma estrutura macro. Porém, muitas vezes não é possível saber quais os elementos que vão surgir, acabar ou renovar. No caso de bibliotecas, arquivos e museus cada desenvolve seu papel específico diante de uma ação informacional na sociedade, mas isso não quer dizer que estará distribuído, de forma que possa contemplar o acesso a todos ou pelo menos a maioria da sociedade e de suas comunidades de usuários.

Pode-se ainda mencionar uma disciplina que influenciou não somente no advento, mas também no desenvolvimento da Ciência da Informação que é a Ciência da Computação. Aliás, precisamente falando, é um setor específico da Computação cuja denominação é Recuperação de Informação.

Calvin Mooers criou, em 1951, o termo Retrieval Information (Recuperação da Informação) considerando que a recuperação de informação engloba os aspectos intelectuais

da descrição da informação e de sua especificação para a busca, bem como qualquer sistema, técnica ou máquina que são utilizadas para realizar a operação. (MOOERS, 1951).<sup>34</sup>

A Recuperação de Informação apresenta um contributo para a Ciência da Informação que se configura em uma condição pertinente para a área até os dias de hoje: procedimentos de representação da informação para uma busca eficiente e eficaz em sistemas (uma espécie de concepção tecnológica para a Ciência da Informação). Isso significa dizer que Recuperação de Informação e Ciência da Informação caminharam lado a lado desde o surgimento para resolver problemas de informação conjuntamente.

Mooers (1960) publica o artigo intitulado “*Law or, Why Some Retrieval Systems Are Used and Others Are Not*” (Lei ou, por que alguns sistemas de recuperação são usados e outros não são) apresentando um princípio que ficou conhecido como Lei de Mooers onde afirma que: um sistema de recuperação de informações terá a tendência de não ser usado se é mais irritante e problemático para um usuário obter a informação do que não obtê-la. Ao que parece, Mooers não está falando do sistema de recuperação de informação em si (sua funcionalidade e operacionalidade). O seu discurso é mais complexo do que o atrelamento ao sistema. A principal preocupação de Mooers é saber como o sistema processa a informação e como o usuário irá utilizá-la, uma vez que o usuário, para conceber relevância a informação, precisa lê-la e entendê-la e esses procedimentos podem interferir substancialmente nos processos de busca realizados pelo usuário se o sistema não apresenta clareza na recuperação das informações. Assim, Mooers prioriza a díade sistema-usuário como faces complementares em que o primeiro processa a informação e o segundo definirá sua relevância de acordo com os seus mecanismos de busca e de acesso aos documentos.

Como Mooers prima pela utilidade da informação que satisfaça o usuário e, por conseguinte, que resolva problemas de informação, infere-se a sua relevância para os estudos em Ciência da Informação, pois há uma associação direta deste campo do conhecimento com as Ciências da Computação, Ciências Cognitivas.

Agora, há uma condição terminológica que causa uma crise de identidade na RI. Será que o termo mais conveniente a ser utilizado seria recuperação de informação? Será que realmente o sistema recupera informação? Ferneda (2003, p. 11) questiona a terminologia recuperação de informação afirmando:

---

<sup>34</sup> Mooers (1919-1994) foi um cientista da computação nascido em Minnesota que ficou muito conhecido por ter criado o termo recuperação de informação a partir de estudos no Instituto de Tecnologia de *Massachusetts* (M.I.T.) que se configurou em um dos baluartes para o advento da CI.

O termo “recuperação de informação” atribuído a sistemas computacionais é ainda hoje bastante questionado, sendo que muitos autores preferem o termo “recuperação de documento” (“*document retrieval*”) ou recuperação de texto (“*text retrieval*”). De fato, os sistemas não recuperam “informação”, mas sim documentos ou referências cujo conteúdo poderá ser relevante para a necessidade de informação do usuário.

Por isso, justifica-se que quando Mooers presume o termo recuperar informação, a preocupação central não é apenas o sistema em si, mas as maneiras como o usuário procedem na busca e como vai interpretar ou acessar aquele documento, pois é o usuário que vai indicar a relevância ou não daquele documento.

O fato é que um sistema de recuperação de informação (SRI) reúne condições para representar a informação e recuperar dados daquele documento, visando fornecer subsídios para que o usuário tenha condições mais efetivas de interpretar aquilo que considere mais relevante, mas o sistema em si não preconiza um “ritual tecnológico” de recuperação de informação e sim dados ou referências de um documento.

Daí, o motivo pelo qual o termo recuperação de informação é tão questionado em termos terminológicos causando certa crise de identidade. Em que pese essa crise de identidade terminológica, obviamente que não interfere na relevância da Recuperação de Informação para estudar problemas tecnológicos relativos a informação.

Mas é necessária uma interpretação mais precisa das propostas de Mooers e dos modelos e sistemas para recuperação de informação desenvolvidos pelos renomados estudiosos. Essa interpretação e revisão da Recuperação de Informação permite avaliar a necessidade de mecanismos sócio-cognitivos para uma pensar uma recuperação de informação que priorize as necessidades dos usuários e não simplesmente a estruturação de sistemas e/ou modelos para recuperação de informação em si.<sup>35</sup>

Todo esse discurso das décadas de 40 e 50, relativos ao advento da Ciência da Informação, das Ciências Cognitivas, da Computação (em caráter particular da Recuperação de Informação), além dos eventos institucionais para estudar a informação e criar uma área a ser consolidada cientificamente não só deram origem a Ciência da Informação, como foram fatores precípuos de seu desenvolvimento.

A Recuperação de Informação, inclusive, estabelece uma relação com a Bibliometria e outras técnicas métricas da informação (Cienciometria, Webometria e Infometria) que influenciaram muito no desenvolvimento da Ciência da Informação. As relações entre Recuperação de Informação e as técnicas métricas de informação se dão em vários níveis: a

---

<sup>35</sup> Certamente o advento do paradigma social desenvolvido por Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen é fundamental para refletir sobre uma recuperação de informação que priorize as necessidades do usuário. (CAPURRO, 2003).

primeira é concernente aos estudos de citações e co-citação para recuperação de informação; a segunda é referente a ação das técnicas infométricas para determinar o desempenho dos sistemas de recuperação da informação; a terceira é avaliar a circulação e uso de documentos em um centro de documentação; a quarta é medir o grau e padrões de colaboração entre autores e a quinta é avaliar os aspectos estatísticos da linguagem, das palavras e das frases. (VANTI, 2002).

Há ainda outro aspecto polêmico para definir a origem da Ciência da Informação. É muito comum o discurso de que o início da CI ocorre, de fato, em 1962 na *Georgia Institute of Technology* no Estado da Georgia, nos EUA a partir da Conferência denominada *Conferences on training science information specialists* (Conferências sobre a formação de especialistas de ciência da informação).

Barreto (2007, p. 88) comenta sobre esse imbróglio relativo ao início da Ciência da Informação:

Alguns artigos indicam o começo da ciência da informação relacionando-o a uma pequena reunião realizada em 1961 e de novo em 1962 na *Georgia Institute of Technology* no Estado da Georgia, nos EUA. A Conferência chamou-se *Conferences on training science information specialists*. Considerada uma pequena reunião porque agregou um total de cerca de 60 pessoas, somando os dois anos de sua realização. A maioria dos participantes foram docentes e bibliotecários da própria universidade americana, sede do evento. Esta reunião tratou, exclusivamente, do treinamento de especialistas da informação e unicamente no contexto dos EUA e não chegou a um resultado concreto é o que revela as parcas 100 laudas de seus Anais. Muita confusão se faz com esta Reunião e o início de qualquer coisa, em termos globais para a área de ciência da informação.

Considerando o discurso do autor, é pertinente pontuar algumas questões convergindo com a sua argumentação. A primeira é que a Conferência apresentou uma realidade de cunho local, pois foi uma Reunião voltada apenas para a realidade dos EUA, com aproximadamente 60 participantes, o que vai de encontro a proposição de uma percepção global de uma identidade da Ciência da Informação. Diferentemente da *Royal Society Scientific Information Conference* que participaram cerca de 340 cientistas e documentalistas de todo o mundo.

A segunda questão reside no fato de que o objetivo da Conferência era essencialmente o de promover treinamento para professores e bibliotecários da própria Universidade dos EUA sede do evento (*Georgia Institute of Technology*) e não para discutir e propor à resolução dos problemas de informação concernentes a explosão informacional implicando afirmar que a Conferência em questão previa a capacitação e compartilhamento de informações entre seus participantes ponderando sobre a realidade local da Ciência da Informação.

É inegável a importância da *Conferences on training science information specialists*, haja vista que buscou a capacitação dos componentes da área, assim como procurou alavancar a Ciência da Informação nos EUA. Entretanto, é preciso refletir que as bases teórico-científicas para a construção de uma Ciência da Informação em nível global estavam relativamente fincadas, desde os contributos dos bibliotecários e documentalistas do final do século XIX e início do século XX, até as proposições de Vannevar Bush e as Teorias Matemática e Sistêmica da Informação, entre outros atributos discutidos neste trabalho.

Ainda há outras eventualidades relevantes para o advento da Ciência da Informação que valorizaram o processo de inserção científica da área em termos globais, tais como: a publicação do *American Documentation*, nos Estados Unidos, e do *Nachrichten für Dokumentation*, na Alemanha, ambos em 1950 e até hoje relevantes periódicos da área. Na URSS, o principal indício é a criação, em 1952, do VINITI – *Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii (All-Union Institute for Scientific and Technical Information)*, vinculado à Academia de Ciências da Rússia, com a missão de prover informação para cientistas e especialistas nas ciências técnicas e naturais. (FREIRE, 2006, p. 11).

Abrindo um parêntese, vale ressaltar a importância da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na construção do VINITI e da Ciência da Informação, ou melhor, dizendo, Informatika para a Ciência da Informação em nível global. A figura de *Alexander Ivanovich Mikhailov* foi fundamental para construir a Informatika como disciplina que estuda as propriedades da informação científica.<sup>36</sup>

De acordo com Mikhailov (1967, p. 241) a Informatika é a:

Disciplina científica que investiga a estrutura e propriedades (não conteúdo específico) da informação científica, bem como as regularidades da informação científica, sua teoria, história, metodologia e organização. O objetivo da informática consiste em desenvolver métodos e meios ótimos de apresentação (registro), coleção, processamento analítico-sintético, armazenagem, recuperação e disseminação da informação científica.

Assim, na União Soviética a informação a ser estudada era essencialmente a científica, pois com o crescente aumento da literatura científica produzida era necessário envidar

---

<sup>36</sup> Alexander Ivanovich Mikhailov (1905-1988) foi, por mais de trinta anos (1956-1988), diretor e coordenador do principal órgão de pesquisa em Ciência da Informação na URSS, o Instituto Estatal de Informação Científico e Técnica, ou VINITI e por duas vezes vice-diretor da Federação Internacional de Documentação, ou FID (entre 1969-1976 e 1981-1988), onde foi também coordenador de um ramo de pesquisa nessa instituição. Esse autor foi, ainda, dos teóricos que mais contribuíram para a discussão de questões referentes à produção e gestão da informação científica, não só na então União Soviética, mas de parte considerável do extinto bloco socialista. (SANTOS JÚNIOR E PINHEIRO, 2010).

procedimentos de seleção, organização, difusão e acesso à informação científica que foram articulados com o surgimento das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Ressalta-se que a idéia propalada pela *Informatika* soviética foi disseminada pelo mundo e aplicada por diversos estudiosos em vários países, dada a relevância da informação científica, inclusive no Brasil. Entende-se que a *Informatika* esteve regada a um plano político e corporativo na tentativa de compor uma nova disciplina com uma nomenclatura específica. Todavia, pode-se considerar que a base das atividades desenvolvidas pela *Informatika* também era desenvolvida na Ciência da Informação em vários locais do mundo aferindo o corporativismo soviético.

Com efeito, é pertinente apresentar que a Ciência da Informação não tem um registro oficial em si, mas é constituída por um conjunto de fatores científicos ou não que levaram ao surgimento da área. Se por um lado, essa quantidade de fatores que originaram a Ciência da Informação dificulta o entendimento sobre o assunto, por outro, mostra que a Ciência da Informação está atrelada a um arcabouço teórico relativamente promissor em termos científicos.

O grande problema reside na fragmentação dos componentes que influenciaram na origem da Ciência da Informação, uma vez que majoritariamente cada fator contribuiu da sua forma para que a Ciência da Informação surgisse, sem uma integração científica mais efetiva. Pode-se identificar que as propostas de Vannevar Bush até a Conferência em 1961/62 nos EUA têm relação direta com os acontecimentos institucionais, técnicos e científicos que marcadamente promoveram a origem e o caminhar da Ciência da Informação (o surgimento ou início de alguma coisa e princípio, começo e ascendência)

Em suma, crê-se que todos os aspectos citados neste capítulo direta ou indiretamente influenciaram na origem da Ciência da Informação de forma mais ou menos intensa, com impactos mais locais ou globais, com perspectivas mais científicas ou profissionais, advindas de uma área tecnológica, cognitiva ou social e humana.

Com a caracterização que deu origem a Ciência da Informação é possível analisar a configuração do campo científico desta Ciência com a finalidade de compreender seus fundamentos técnicos e epistemológicos.

### 3.1 A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: marcas de uma identidade<sup>37</sup>

A caracterização da identidade de uma disciplina do conhecimento torna-se mais clara quando o centro da questão é a análise do seu caráter científico. Avaliar os procedimentos que implicam a origem da Ciência da Informação viabiliza uma compreensão histórico-social da disciplina na proposição de expoentes que foram essenciais para a sua constituição.

Mais do que analisar a origem de uma área (os fatores diretos e indiretos que levaram a origem), perceber a configuração de seu campo científico imbrica na condição de atestar as marcas essencialistas e não-essentialistas da área para conceber a sua configuração identitária.

Compreende-se que entender a configuração do campo científico de uma disciplina do conhecimento é deliberar propostas sobre sua essência e/ou sobre mecanismos que atestam sua essência. Maria Nélide González de Gómez (2001, p. 5) considera que “A constituição de um campo científico da ciência da informação sempre foi uma questão em aberto. Difícil, para muitos; não relevante, para outros; desafiante, para alguns.”

E a grande pergunta que não quer calar: qual a essência da Ciência da Informação? Chaim Zins (2007, p. 2) ao indagar sobre a origem da Ciência da Informação comenta da seguinte maneira:

Aparentemente, não há uma concepção uniforme de ciência de informação. O campo parece seguir abordagens e tradições diferentes; por exemplo, abordagens objetivas versus abordagens cognitivas, e a tradição da biblioteca versus a tradição da documentação versus a tradição da computação. O conceito tem diferentes significados, que implicam domínios de conhecimento diferentes. Os domínios de conhecimento diferentes implicam campos diferentes. Não obstante, todos são representados pelo mesmo nome, ciência de informação. Não surpreende que os estudiosos, os profissionais e os estudantes estejam confusos.

Diante desta citação, algumas percepções iniciais podem ser deliberadas. A primeira é a diversidade de concepções relativas a Ciência da Informação. Essas concepções diversas estão obviamente ligadas aos diversos fatores que deram origem a área. A Ciência da Informação em sua concepção originária recebe influências físicas, biológicas, computacionais, filosóficas, sociológicas e psicológicas, o que torna o campo eminentemente diverso e as vezes sem sentidos epistemologicamente firmes dada as suas diversas vertentes.

---

<sup>37</sup> Optou-se pelo termo configuração do campo científico em detrimento de delimitação por entender que o termo atende melhor a proposta do presente trabalho, uma vez que configurar está relacionado a indicar ou caracterizar. A pretensão do presente trabalho não é favorecer uma percepção de verdade, mas conceber possibilidades diversas de discussão que fortaleçam as interpretações do campo científico da Ciência da Informação.

A segunda percepção é crucial para iniciar uma configuração do campo científico da Ciência da Informação que é o domínio do conhecimento. O autor afirma que significados de conceitos diferentes implicam em domínios de conhecimento diferentes e, por conseguinte, domínios de conhecimento diferentes implicam em campos diferentes.

Essa atribuição a diferentes domínios do conhecimento e a falta de teorias sólidas pode ser atestada por González de Gómez (2000, p. 2) quando acredita que “Desde suas primeiras manifestações, apresentava-se, assim, à Ciência da Informação, como conjunto de saberes agregados por questões antes que por teorias.”

Essa implicação de campos diferentes apresenta uma vantagem: a Ciência da Informação adquire possibilidades diversas de diálogos científicos; a desvantagem é que a área adquire uma fragilidade epistemológica que aceita facilmente a inserção de conceitos e significados de outras áreas sem uma sustentação científica que interfere na solidificação do campo científico da Ciência da Informação.

Um argumento para essa variedade de vertentes e a deliberada inserção de conceitos implica na primeira configuração científica da Ciência da Informação que o presente trabalho apresenta: o fato deste campo ser considerado uma ciência aplicada, fruto da pós-modernidade.

Wersig (1993, p. 229) afirma sobre a Ciência da Informação e sua configuração pós-moderna:

Tal ciência seria estabelecida como um protótipo de uma ciência nova ou pós-moderna. A ciência pós-moderna não é como as ciências clássicas, dirigidas para a busca do completo entendimento de como o mundo funciona, mas para a necessidade de desenvolver estratégias para resolver em particular aqueles problemas que foram causados pelas ciências e tecnologias clássicas.

Uma questão salutar que Wersig mostra na citação é a condição teleológica de um campo do conhecimento. Embora as origens da Ciência da Informação padeçam de consistência epistemológica e seja constituída por uma ampla variedade de fatores, a sua finalidade é bastante clara: desenvolver estratégias para resolver problemas de informação. Atente-se para o fato de que a díade origem-finalidade de uma disciplina estão intrinsecamente concatenadas, dado que uma disciplina só tem razão de ser se os seus objetivos, perspectivas e finalidades estiverem bem delineados.

No caso da Ciência da Informação é notável sua configuração como ciência aplicada no contexto da pós-modernidade visando a resolução de problemas informacionais. Então,

resolver problemas de informação é, sem dúvidas, uma marca essencialista da Ciência da Informação, pois sem essa finalidade a disciplina em xeque não teria sentido de existir.

O problema maior não é a área receber terminologias alheias e aplicá-las, mas sim não desenvolver uma reflexão acurada dos termos que pegou emprestado de outras áreas (informação, conhecimento, representação, entre outros) e tornou-os essenciais para a construção da identidade de seu ambiente técnico-científico.

Blaise Cronin (2008) entende que os conceitos robustos que compõem núcleo intelectual do nosso campo (por exemplo, conhecimento, informação, representação de comunicação) não são de propriedade da Ciência da Informação, nem susceptível de serem montados em uma proposta consistente, sem adição criteriosa de perspectivas e abordagens adotadas das disciplinas estabelecidas, como a ciência da computação, lingüística, filosofia, psicologia e sociologia, bem como dos campos mais recentes, como a ciência cognitiva e a interação homem-computador.

Como corolário desse conjunto de conceitos robustos, “tem sido assinalada a ausência, na área, de um corpo de fundamentos teóricos que possam delinear o seu horizonte científico, e ainda se encontra em construção a epistemologia da ciência da informação ou a investigação dos conhecimentos que a permeiam”. (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 3).

Assim, percebe-se a necessidade na Ciência da Informação de uma conciliação entre as amplas possibilidades de diálogo científico, seus construtos teóricos e as aplicações terminológicas de outras áreas na Ciência da Informação, pois, mesmo com o caráter de ciência aplicada, a Ciência da Informação necessita de suas próprias fundamentações. Em outras palavras necessita de fortalecer sua identidade essencialista.

Os problemas da Ciência da Informação não estão na sua finalidade de resolver problemas informacionais em si, mas em como resolver esses problemas informacionais. Caracteriza-se três instrumentos como sendo de ordem sumária para compreender os problemas, reflexões e perspectivas epistemológicas da Ciência da Informação: a condição paradigmática da área, seu caráter interdisciplinar e o seu objeto de estudo.

Como foi falado no primeiro capítulo sobre identidade histórica da ciência, o paradigma prevê um conjunto de realizações científicas reconhecidas universalmente durante algum tempo, com vistas ao fornecimento de problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Some-se a isso a configuração de um paradigma verifica projetos divergentes de visões de mundo em conflito, no interior de uma disciplina específica, em determinado momento histórico. (KUHN, 1994).

Entende-se a necessidade da construção mais sólida da Ciência da Informação no que tange a sua maturação científica. Porém, essa construção não pode ser aferida de forma forçosa ou isolada. Do contrário, não há como considerar um paradigma, mas sim campos de estudos isolados que se adequam a necessidades tão específicas que tornam-se aceitas ou praticáveis apenas em comunidades particulares.

Wersig (1993, p. 230) trata a noção de paradigma na Ciência da Informação com certa ironia ao destacar:

É dado como fato que há alguma coisa como 'informação' que é necessária e que eles se oferecem para solucionar o problema. Mas argumenta que "as organizações sociais e os sistemas tecnológicos sempre apareceram na sociedade como soluções a necessidades a serem atendidas (...) mas nunca constituíram-se em ciências no sentido tradicional. Esta talvez seja a razão por que os cientistas da informação sintam tanta urgência em ter um paradigma nas mãos para demonstrar sua maturidade científica.

A condição paradigmática da Ciência da Informação envolve um conjunto de problemáticas que estão diretamente relacionadas as suas origens. Como não há um consenso no que se refere a sua origem, a Ciência da Informação recebe influências diversas, com prognósticos fragmentados interferindo na construção de um paradigma.

Por mais que a Biblioteconomia e a Documentação tenham influenciado na origem da Ciência da Informação não foram tratadas como disciplinas eminentemente científicas. É pertinente considerar que a Biblioteconomia e a Documentação surgem como campos normativos de construção do conhecimento. Como campos normativos, demandam uma concepção técnica que pode engendrar ciência, mas voltadas para contextos específicos e não para uma elucidação global acerca dos problemas informacionais.

Vale ressaltar que a Ciência da Informação surge em um momento em que as incertezas, a diversidade e a subjetividade do pensamento científico estão em franca ascendência implicando afirmar que as diversas influências que estabeleceram a origem da Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Ciências Cognitivas, Recuperação de Informação, Teorias Matemática e Sistêmica da Informação, entre outras) se constituíram em campos isolados dificultando uma concepção global da informação e, por conseguinte, a construção de uma epistemologia global da Ciência da Informação.

É comum ver estudos que conotam a Ciência da Informação e a Biblioteconomia como campos idênticos. (MOSTAFA, LIMA E MARANON, 1992). Entretanto, há autores que designam que a Ciência da Informação não contempla apenas a biblioteca e os usuários da informação, mas também e estudos do fluxo da informação, estudos das conseqüências

sociais das tecnologias da informação e estudos sobre a produção de conhecimento. (WERSIG, 1993; SARACEVIC, 1996).

Esta falta de consenso epistemológico tem relação imanente com as correntes que influenciam na construção da Ciência da Informação. Com relação a corrente que afirma a Biblioteconomia e Ciência da Informação como campos idênticos Mostafa, Lima e Maranon (1992, p. 216) afirmam:

Sociologia e Psicologia são as duas áreas de conhecimento em que a Biblioteconomia e Ciência da Informação vão buscar referencial não só teórico, mas também prático para realizar algumas de suas descobertas. [...] Em linhas gerais, podemos considerar que funcionalismo virou sinônimo de Sociologia, tanto quanto behaviorismo virou sinônimo de Psicologia, pois o funcionalismo e o behaviorismo são vertentes dominantes ou hegemônicas nas suas respectivas ciências. Não é por acaso que as pesquisas em Biblioteconomia e Ciência da Informação estão impregnadas desses referenciais.

Os autores entendem que o Funcionalismo e o Behaviorismo não são as únicas correntes que influenciam na Biblioteconomia/Ciência da Informação, mas se configuram como dominantes. O funcionalismo, relativo a biblioteca e o Behaviorismo para estudos de comportamento do usuário são atributos de uma teoria empiricista-positivista que está preocupado com o caráter factual da realidade informacional e não do seu caráter crítico-historicista.

O estranho é que, embora Sociologia e Psicologia tenham suas “guerras epistemológicas” Funcionalismo e Behaviorismo não são antagônicos, mas se complementam enquanto campo teórico-prático na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Por dois motivos é inviável caracterizar esta corrente como um paradigma: o primeiro pelo fato de que a corrente Biblioteconomia e Ciência da Informação como campos idênticos passa longe de ter uma aceitação global e o segundo em virtude de que Funcionalismo/Behaviorismo não indicam ruptura para consagração construtiva de correntes teóricas, mas indicam uma relação complementar.

A corrente que prega a Ciência da Informação como autônoma com relação a Biblioteconomia, cientificamente não difere muito da anterior, pois também possui um caráter positivista. A diferença é que a primeira corrente prega uma Ciência da Informação mais institucionalizada, enquanto a segunda acredita que, como uma ciência que estuda problemas de informação e se caracteriza como pós-moderna, se apresenta como um objeto de muitas disciplinas fragmentadas necessitando da construção de um fundamento teórico que consiga lidar com os problemas de informação. (WERSIG, 1993).

Desse modo, a noção de paradigma propalada por Kuhn (1994) não é expressamente clara nos construtos teórico-epistemológicos da Ciência da Informação. Seria possível afirmar que a Ciência da Informação, ainda possui uma configuração pré-paradigmática por não conceber uma teoria profunda universalmente aceita ou o fato de não ter uma origem bem definida, o que interfere na composição e utilização de teorias. Porém, em uma condição pré-paradigmática a Ciência da Informação consegue aplicar conhecimentos e teorias de outras disciplinas em seu bojo epistemológico.

Então, o contexto paradigmático da Ciência da Informação está diretamente associado a insurgência de outras disciplinas. Esta concepção pré-paradigmática da Ciência da Informação pode ser constatada em dois contextos.

O primeiro está focado nos estudos de Rafael Capurro para a Ciência da Informação quando o autor define um esquema constando três paradigmas: físico, cognitivo e social. O paradigma físico baseia-se na existência de um objeto físico que é transferido, do emissor para o receptor, por meio de um canal. A fundamentação desse paradigma está alicerçada nas obras de Wiener e Shannon, e o período compreendido neste paradigma, é de 1945 a 1960. Informação, nesse contexto, deve ser compreendida como sinal que é transmitido de um lado a outro em um sistema. É nesse paradigma que se inserem o conceito e as práticas da recuperação da informação. Já o paradigma cognitivo foi influenciado por Karl Popper, no modelo proposto por Brookes. Conforme Capurro o terceiro mundo de Popper é o mundo do conhecimento objetivo, lugar das teorias científicas. O usuário é sujeito conhecedor e usa seus modelos mentais no processo de recepção da informação, que pode ser alterada, neste processo, para emergir para outro estágio de conhecimento. O paradigma social recebe influência de diversos filósofos: Wittgenstein, Heidegger e Foucault. Para o autor, “Birger Hjørland desenvolveu, junto com Hanne Albrechtsen. O paradigma social mostra que os campos cognitivos sensitivos, de recepção e de interpretação estão diretamente relacionados aos contatos com as comunidades e os grupos sociais que constituem a sociedade. (CAPURRO, 2003).

Observa-se que a noção de paradigma apresentada por Capurro diante da teoria de Kuhn não apresenta compatibilidade, pois o que Capurro chama de paradigma está associado a noção de abordagem que foi composta por teorias ou reflexões já desenvolvidas por estudiosos de outras áreas. Ainda vale destacar que os paradigmas físico, cognitivo e social não apresentam uma idéia de ruptura teórico-epistemológicas, mas de complemento. Por isso, os paradigmas propalados por Capurro tentam criar um complemento, visto que o paradigma

físico aborda a tecnologia, o cognitivo o usuário no contexto tecnológico e o social averigua o contexto social da informação.

No segundo deve-se ponderar que a Ciência da Informação está diretamente envolvida com a concepção de paradigma da ciência fazendo parte do paradigma emergente apregoado por Boaventura, mas este não é um paradigma exclusivo da disciplina em questão, mas sim das ciências pós-modernas.

Vale ressaltar que esta polêmica teórica sobre o termo paradigma tem se constituído de uma discussão necessária, mas muito improfícua para a Ciência da Informação, pois tem contribuído muito pouco para o fortalecimento epistemológico da disciplina. Entende-se que a construção identitária da Ciência da Informação tem passado pela inserção de muitas terminologias sem muita consistência reflexiva e aplicativa fragmentando a identidade da área.

Neste caso, adentra-se no segundo instrumento proposto para debate que é o processo de disciplinarização da Ciência da Informação ou, melhor afirmando, a interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade é um termo que vem causando muita polêmica, ao mesmo tempo em que ganha muito espaço nos debates, principalmente nas universidades.

Inicialmente, discutir ou buscar uma definição para o termo percebe-se que não é fácil, já que se configura em algo complexo e muito interpretativo. Falar em interdisciplinaridade é recorrer a noção de disciplina. De acordo com Japiassu (1976, p. 61) a disciplina é uma “progressiva exploração científica especializada numa certa área ou domínio homogêneo de estudo”.

Isso implica em estabelecer e definir fronteiras, partindo da determinação de seus objetos de estudo, de seus métodos e sistemas, bem como de seus conceitos e teorias. Dessa forma pode-se considerar que a interdisciplinaridade deve se constituir em uma prática de ação coletiva, onde a máxima é explorar amplamente o objeto de estudo, sob diversas visões, promovendo também uma interação entre as disciplinas para concretizar a ampliação dos estudos.

Segundo Japiassu (1976), à interdisciplinaridade faz-se mister a intercomunicação entre as disciplinas, de modo que resulte uma modificação entre elas, através de diálogo compreensível, uma vez que a simples troca de informações entre organizações disciplinares não constitui um método interdisciplinar.

Na Ciência da Informação a interdisciplinaridade tem sido marcadamente comentada e estudada como uma das características inerentes a sua configuração epistemológica. Lena Vânia Ribeiro Pinheiro (2005) afirma que a década de 1960 (1961/62 a 1969) é crucial para

firmar o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, mas sem a ocorrência de um aprofundamento.

A ênfase na interdisciplinaridade da Ciência da Informação ocorre em um momento em que a noção do que se conceitua como interdisciplinar ganha grandes proporções. A prova dessa efervescência da interdisciplinaridade no meio acadêmico se deve ao movimento de professores e estudantes que começa a se formatar a partir da década de 1960 na Europa (principalmente na França e Itália), onde as discussões giravam em torno de uma nova proposta pra a educação.<sup>38</sup>

Assim, Ciência da Informação e interdisciplinaridade nascem como conceitos intrínsecos, pois enquanto a primeira está voltada para solução de problemas informacionais, a segunda se configura como instrumento de pesquisa para promover o desenvolvimento da educação e da ciência através da interação e do crescimento recíproco de duas ou mais disciplinas.

Reconhecendo a Ciência da Informação como interdisciplinar, vale a pergunta: como ocorre essa interdisciplinaridade? Como diz Japiassu (1976) a partir da observação da interdisciplinaridade como fenômeno de ação recíproca, que busca a modificação das disciplinas envolvidas a partir do compartilhamento de objetivos, faz-se necessário verificar o cunho interdisciplinar da Ciência da Informação.

Neste sentido então, seria de fundamental importância que a Ciência da Informação realizasse uma análise rigorosa sobre como seu arcabouço teórico é colocado em atividade objetiva a partir das áreas com as quais tem buscado dialogar. (GOMES, 2001). Como são várias as disciplinas que deram origem a Ciência da Informação, além do fato dessa origem disciplinar não ser firmemente caracterizada, é preciso considerar que há níveis de interdisciplinaridade que compõem a Ciência da Informação.

Reconhece-se que existem três fortes tendências da Ciência da Informação como campo interdisciplinar porque se utiliza dos conhecimentos gerados no âmbito de diferentes disciplinas: a primeira envolve a interdisciplinaridade com a Biblioteconomia, a Documentação e extensivamente a Arquivologia e Museologia; a segunda tendência de uma interdisciplinaridade da Ciência da Informação com as Ciências Cognitivas, Computação, Administração e Comunicação e a terceira envolve a interdisciplinaridade com a Lingüística, a Psicologia, Filosofia e a Sociologia.

---

<sup>38</sup> Exigiam um novo estatuto para a universidade e para a escola, bem como não aceitavam a proposta de conhecimento que fomentava o aprendizado do aluno numa perspectiva limitada e ainda, por meio de Georges Gusdorf, estruturaram um projeto para aproximar as pesquisas das áreas de ciências humanas, voltando-se essencialmente para a unidade humana (FAZENDA, 1994).

A primeira relação interdisciplinar citada configura a máxima do contexto organizacional da informação e da representação do conhecimento. A segunda relação implica na condição tecnológica da Ciência da Informação, visando os estudos sobre a gestão, as tecnologias da informação e a recuperação de informação. A terceira envolve o contexto sócio-humanístico da Ciência da Informação. Mais do que isso atenta para o processo reflexivo e teorizador da área.

As duas primeiras percepções interdisciplinares condicionam a noção de aplicabilidade da Ciência da Informação, enquanto a terceira relação atenta para o caráter reflexivo da Ciência da Informação. Essas percepções interdisciplinares contemplam o conceito de Borko (1968) quando fala que a Ciência da Informação possui um componente de ciência pura voltada para as pesquisas sobre fundamentos e um componente de ciência aplicada no desenvolvimento de produtos e serviços.

Vale ressaltar que o nível de interdisciplinaridade da Ciência da Informação vai variar de acordo com as necessidades técnicas, científicas, sociais e profissionais, bem como de acordo com o contexto regional, nacional ou global mais intimamente, com a Biblioteconomia e a Documentação.

Pinheiro (1999, p.175-176), observando os estudos sobre interdisciplinaridade no campo da Ciência da Informação considera que “[...] a Ciência da Informação incorpora muito mais contribuições de outras áreas, do que transfere para essas um corpo de conhecimentos gerados dentro de si mesma.”

Esta afirmação de Pinheiro é perfeitamente cabível nas duas últimas percepções interdisciplinares da Ciência da Informação (Ciências Cognitivas, Computação, Administração e Comunicação; Linguística, a Psicologia, Filosofia e a Sociologia).

Targino (1995) acredita que a Ciência da Informação possui uma relação interdisciplinar mais íntima com a Biblioteconomia e a Documentação, pois estas são mais conhecidas do grande público e se caracterizam como interdisciplinares por conservarem como objeto de estudo a informação.

Definitivamente a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Documentação possuem uma relação interdisciplinar, pois seus campos epistemológicos, sociais e profissionais crescem reciprocamente contemplando uma prática interdisciplinar. Vale salientar que em muitos casos existe uma relação institucional entre Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Museologia com a Ciência da Informação que se aplicam desde o contexto da graduação até as pós-graduações *lato sensu e stricto sensu*.

Com efeito, chega-se ao ponto de refletir sobre a interdisciplinaridade da Ciência da Informação em uma tessitura disciplinar e institucional na construção de sua identidade. Um dos principais pontos da institucionalidade científica reside na departamentalização da Ciência da Informação.

Nehmy (1996, p. 23) argumenta que:

Outro ponto semelhante ao da trajetória das ciências sociais que pode servir como referência para análise é o da institucionalização disciplinar. Na realidade a ciência da informação, enquanto uma área derivada da biblioteconomia ou como uma área autônoma, se institucionalizou também antes de obter o estatuto de cientificidade ou de ter alcançado a maturidade científica. Mas as condições especiais em que ocorre sua institucionalização devem ser pesadas para melhor compreensão da questão. As ciências sociais tiveram uma experiência de institucionalização através de uma crescente especialização de suas disciplinas - a sociologia, a economia, a ciência política e a antropologia - formando assim comunidades específicas de pesquisadores. A ciência da informação segue o caminho inverso, constituindo-se como especialidade acadêmica a partir da formação pós-graduada de profissionais de variadas origens. Se a departamentalização das ciências sociais se dá por especialização, favorecendo a não existência de consenso entre seus praticantes, vamos dizer assim, maduros, na ciência da informação esta ausência já está colocada pelos iniciantes dessa disciplina que chegam ao campo já socializados como profissionais de outras áreas de atuação.

O comentário dos autores é pertinente, pois focaliza o nicho teórico de uma área de acordo com sua generalidade ou especificidade. É comum, por exemplo, cursos de graduação em ciências sociais que engloba Ciência Política, Sociologia e Antropologia e a pós-graduação ocorre com especialidade em um dos três campos. Essa especialidade na pós-graduação, em sua maioria, é constituída por profissionais dessas três disciplinas que já vem com uma visão relativamente acurada dos pressupostos pregados pela área.

A Ciência da Informação já segue o caminho disciplinar inverso. Na graduação está departamentalizado nos cursos de Biblioteconomia (mais comum), Arquivologia e, em casos bem específicos, Museologia e Gestão da Informação. Já na pós-graduação em Ciência da Informação que é um campo geral e mais amplo do que o estabelecido disciplinarmente na graduação, ocorre uma evasão muito grande de profissionais graduados em áreas afins, como Computação, Administração, Ciência Contábeis, etc. Isso ocorre em virtude de que a finalidade da graduação é formar profissionais, enquanto a finalidade da pós-graduação é formar pesquisadores.

A elucidação para este caso reside na finalidade científica. As ciências sociais que contemplam Ciência Política, Sociologia e Antropologia estão voltadas para o entendimento do mundo, pois se configura em uma ciência clássica, eminentemente reflexiva. Já a Ciência da Informação, como ciência aplicada possui a finalidade de resolver problemas de

informação. Então, a sua relação com a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia demanda um caráter disciplinar institucional voltado para um processo de aplicação profissional.

Por essa relação disciplinar e interdisciplinar Ciência da Informação e Biblioteconomia possuem grande contigüidade técnica e epistemológica. É preciso considerar que a Ciência da Informação é um campo mais amplo da Biblioteconomia, logo estão norteados por questões diferentes. Porém, falar em diferença não quer dizer que não possuam uma relação muito contígua.

Aliás, crê-se que o termo mais adequado para tratar a relação entre Ciência da Informação e Biblioteconomia não seja campos diferentes, mas sim como disciplina relativa a Biblioteconomia, (estuda os processos informacionais aplicados a biblioteca) e campo, concernente a Ciência da Informação (estuda desde os campos específicos da informação aplicados, a biblioteca, arquivos e museus, assim como estuda estudos do fluxo da informação, estudos das conseqüências sociais das tecnologias da informação e estudos sobre a produção de conhecimento).

Em suma, a Biblioteconomia pode ser considerada uma disciplina da Ciência da Informação e, logo, ambas devem manter constante diálogo, visando fortalecer seu caráter epistemológico e disciplinar.<sup>39</sup>

Esta relação disciplinar fortalece a identidade institucional da Ciência da Informação. Mas não necessariamente fortalece a identidade epistemológica. Para tanto, é preciso pensar no terceiro instrumento destacado nesta discussão para configuração do campo científico que é o objeto de estudo da Ciência da Informação.

O que significa o termo “objeto de estudo”? Conceitualmente falando o objeto de estudo significa uma marca apresentada por uma dada ciência que a caracteriza essencialmente. O objeto de estudo define o processo de atuação científica do campo do conhecimento e profissional das disciplinas que o integram. Comumente o objeto de estudo define condições específicas e autênticas de atuação de uma área.

Por exemplo, na Psicologia o objeto de estudo é considerado o estudo científico do comportamento e dos processos mentais. Por isso, a partir do construto de seu objeto, a Psicologia possui duas variantes: uma variante humana, social e cognitiva (estudo do comportamento) e uma variante natural da saúde (estudo dos processos mentais).

---

<sup>39</sup> É pertinente estender a concepção a Arquivologia (estuda os processos informacionais aplicados ao arquivo) e Museologia (estuda os processos informacionais aplicados aos museus) como constituintes disciplinares do campo científico da Ciência da Informação.

É importante ressaltar que os objetos científicos variam de acordo com o contexto histórico da humanidade. As ciências sociais surgidas do século XIX e XX rompem com a construção dos objetos científicos da Idade Moderna. Era comum os objetos da modernidade serem construídos sob uma visão muito empirista, visando a comprovação absoluta baseada no senso comum. Já os objetos das ciências contemporâneas primam pela valorização do espírito científico e da relatividade da ação científica.

O filósofo Gaston Bachelard (1968) considera que o objeto científico tem duas marcas principais: a primeira é que não é dado pela natureza, mas desenvolvido pela ciência; a segunda é que este objeto está em constante mudança a partir de sua relação com outros conceitos, objetos e métodos. O autor não somente rompe com a idéia cartesiana como lança mão de novas propostas de metodologias. É importante ressaltar que com essa postura o filósofo não pretende descartar as idéias de metodologia, mas busca diferenciar o rigor científico do rigor metodológico, pois as metodologias devem crescer e variar conforme a exigência do objeto.<sup>40</sup>

Com a proposição de um objeto que deve ser construído e relacionado a outros conceitos, objetos e propostas metodológicas, Bachelard busca a superação do empirismo através do termo chamado racionalismo aplicado. Este racionalismo aplicado se constitui na aplicação de teorias na realidade objetiva que o filósofo chama de vetor epistemológico. Esse vetor epistemológico tem seu percurso do racional para o real, isto é, parte do teórico para os fatos e as experiências. (BACHELARD, 1977).

Essa fala sobre a filosofia bachelardiana, principalmente no que tange ao racionalismo aplicado, é muito salutar para compreender o objeto da Ciência da Informação. É sabido que a Ciência da Informação, como instrumento de ciência aplicada necessita da construção de um objeto que valorize os construtos teóricos para aplicação a realidade objetiva.

É necessária uma atenção especial na configuração do objeto da Ciência da Informação, pois se trata de um terreno bastante escorregadio e arenoso. Seria coerente mesmo afirmar que o objeto de estudo da Ciência da Informação é a informação? A pergunta se justifica pelo fato de que a informação como um fenômeno cheio de significados e sentidos está relacionado a diversos contextos científicos ou não. É preciso compreender alguns contextos da informação e sua verificação epistemológica na Ciência da Informação.

Entende-se que a informação esteve presente desde os primórdios da humanidade, tendo significativa função na formação e desenvolvimento das culturas e identidades de

---

<sup>40</sup> Vale ressaltar que a teoria bachelardiana tem profunda relação com a teoria da relatividade concebida por Einstein.

grupos, indivíduos, comunidades e nações, atuando juntamente com a linguagem e a comunicação, visando dotar os conteúdos de sentido. Em outras palavras, o conceito de informação remonta à Antigüidade (sua origem prende-se ao latim *informare*: dar forma a. Porém, o termo retromencionado sofreu, ao longo da história, tantas modificações em sua acepção, que na atualidade seu sentido está carregado de ambigüidade: confundido freqüentemente com comunicação, outras tantas com dado, em menor intensidade com instrução, mais recentemente com conhecimento. (CARDOSO, 1996).

Para analisar as origens do termo informação e a sua manifestação nos diversos períodos indica-se como base o texto de Capurro e Hjørland (2007) intitulado o conceito de informação.

Os autores atestam que o prefixo *in* em seu sentido latino tem duas acepções: o significado de negação como em *informis* ou *informitas* e também o ato de dar forma a alguma coisa, sendo mais provável concebê-lo na segunda acepção. Atesta-se a observância de manipulação informacional e ideológico-cultural na Antigüidade, quando a informação estava diretamente ligada ao fato do poder bélico implicando afirmar que quem se estruturasse mais adequadamente para tal tarefa através de um sistema estratégico de informações, certamente teria o poder político, econômico, territorial e até cultural. No período denominado de Antigüidade Clássica, especificamente na Grécia, o caráter informacional que preponderava era um conjunto de leis que definiam a democracia, sendo rigorosamente obedecidas pela maioria e formatando o indivíduo daquele período.

Na Idade Média ocorre a influência marcante da Igreja que projetava a sua informação na ideologia divina e ao mesmo tempo forjava com isso a busca pelo poder político e econômico, inclusive, restringindo ou até mesmo impossibilitando a sociedade de ter a acesso a bíblia que é o instrumento mais fundamentado para falar sobre os princípios de Deus.

Já na Idade Moderna (a partir do século XVI), a informação ganha um novo caráter, visto que a ideologia da identidade informacional se desloca do princípio divino para o do homem (mudança do teocentrismo para o Antropocentrismo). Pode ser destacado como um acelerador da produção informacional, o advento da imprensa criada por Gutenberg e o advento do Estado, tão falado por Maquiavel e interpretado pela humanidade até o século XXI. Esses acontecimentos podem ser marcados como os primeiros passos da Revolução Científico-informacional que seria expressamente notada no século XIX.

O século XX tenta catalisar toda a efervescência científica e industrial, visando oferecer maior disseminação e acesso a informação para a população. Porém, a idéia de aliar a informação ao contexto das questões sociais e econômicas se torna bem mais presente dentro

das grandes empresas, aprimorando o processo de dominação informacional advinda das práticas do economicismo de grupos financeiros, tais como empresas, bancos, grupos estatais dentre outros. Com efeito, um fator ganha efetiva importância no contexto da informação que é a tecnologia, já aplicada nos séculos XVIII e XIX, mas amplamente acentuada no século XX. Em outras palavras, o conceito de informação deixou de ser um conceito abstrato até o surgimento da teoria da informação no século XX.

Diante dessa breve trajetória do termo informação baseada no trabalho de Capurro e Hjørland pode-se identificar duas características marcantes: a primeira é que a informação é comumente ligada a noção de poder em diversas esferas (políticas, religiosa, intelectual, econômica, etc.) e a segunda é que a informação, embora presente durante a história da humanidade, passa a ter destaque no contexto científico nos séculos XIX e XX.

Vale destacar que no século XX a informação passa a ter destacado espaço nas ciências naturais, humanas e sociais. Assim, a informação tornou-se um termo demasiadamente complexo e fragmentado. Capurro (1978) acredita que através da mediação da cibernética e da ciência da computação uma infiltração inflacionária deste termo em muitas ciências (por exemplo, física, biologia, psicologia, sociologia) aconteceu.

Então, se a informação passa a ter um espaço marcante em muitas outras disciplinas é inviável considerar que o objeto de estudo da Ciência da Informação é simplesmente a informação, uma vez que não seria exclusividade desta disciplina o estudo sobre o termo. Entende-se que a matéria prima da Ciência da Informação é a informação, mas é necessário atribuir uma estrutura teórica de significado ao termo ou um conjunto de características próprias que delimitem o objeto ou domínio informação na Ciência da Informação. (BARRETO, 1994).

González de Gómez (1990, p. 121) busca constituir um domínio da informação na Ciência da Informação:

Esse 'ponto de vista' não teria como objeto a informação e suas especificações, mas antes as pragmáticas sociais de informação, ou, dito em termos mais freqüentes, a meta-informação e suas relações com a informação. Esse 'objeto' da Ciência da Informação não seria logo uma 'coisa' ou uma 'essência' de uma região de fenômenos, mas um conjunto de regras e relações tecidas entre agentes, processos e produções simbólicas e materiais. É a possibilidade de realizar 'ações de segundo grau' o que denominamos 'ações de informação' sobre processos de comunicação e conhecimento, o que é inicialmente tematizado na constituição de uma área de estudo em torno da informação.

Comprova-se o caráter aplicado da Ciência da Informação a partir do momento em que o seu objeto não é a informação em si, mas as suas condições pragmáticas sociais que

precisem de um contexto de organização, difusão e promoção de acesso à informação em meio digital ou impresso, em biblioteca, arquivo, museu ou outro tipo de centro de informação.

Isso significa que a Ciência da Informação depende de outras ciências para construir suas condições teleológicas, bem como trabalha com meta-informação que não é considerada uma essência, mas sim um conjunto de relações entre agentes, processos e produções simbólicas e materiais.

A Ciência da Informação focaliza os contextos das ações de informação que podem ser consideradas ações de segundo grau, visando compreender os fluxos de informação e a representação do conhecimento que se desdobra em diversas atividades de informação culturais, educacionais, econômicas, políticas, ambientais e de qualquer esfera da vida humana, profissional e científica.

Em suma, o objeto da Ciência da Informação é um tanto quanto fragmentado, pois vai depender do contexto histórico-social ao qual será submetido comprovando que a marca da identidade não-essencialista é crucial para o desenvolvimento deste campo do conhecimento.

A grande desvantagem é que esta constituição meta-informacional do objeto da Ciência da Informação proporciona uma onda de fragmentação no corpo científico da área. Como afirmam Kobashi, Smit e Tálamo (2001, p. 4) “De fato, em Ciência da Informação, por falta de uma avaliação crítica da trajetória percorrida, encontramos-nos diante de uma infinidade de práticas sem que se possa construir teorias a partir destas práticas”. Cria-se uma espécie de que tudo cabe, ou serve para a Ciência da Informação dificultando a consagração de teorias e a conseqüente construção do objeto de estudo.

Em termos identitários, a argumentação de Habermas (1990, p. 50) é muito pertinente quando notifica que a identidade não apresenta somente um sentido descritivo, mas

Ela indica uma organização simbólica do Eu, que, por um lado, reclama para si exemplaridade universal, sendo situada nas estruturas dos processos formativos em geral e tornando possíveis soluções ótimas para os problemas da ação, os quais reaparecem invariavelmente nas diversas culturas, e por outro lado, uma organização autônoma do Eu não se instaura absolutamente de modo singular, quase como um resultado de processos naturais de amadurecimento, mas termina por ser, na maioria dos casos, um objetivo não alcançado.

Aplicando a Ciência da Informação é como se fosse o Eu que apresenta um conjunto de semelhanças com áreas diversas a partir das suas interações, visando aplicar o que foi apreendido com essas interações em seu campo científico. Este Eu busca uma exemplaridade universal para resolver problemas de informação a partir das suas ações informacionais.

O problema é que na maioria dos casos a percepção de uma exemplaridade universal não é alcançada em virtude de que a configuração científica adotada pela Ciência da Informação indica interações tão diversas e fragmentadas que as manifestações meta-informacionais da área atuam de modo específico em um contexto cultural estabelecido com uma tonalidade de subjetividade que constrói a identidade da área.

O presente trabalho procurou conceber apenas uma síntese da constituição deste campo científico visando estabelecer um diálogo historicista a partir da tríade origem-percurso- finalidade da Ciência da Informação.

Finalmente, pode-se afirmar que o campo científico da Ciência da Informação é composto por uma variedade de percepções. Essa composição científica da Ciência da Informação é repleta de marcas não-essencialistas que se incorporam a ela, haja vista que a origem deste campo é baseada por teorias e percepções advindas de áreas diferentes, porém, similares.

Assim, a partir da reflexão sobre a origem e a configuração do campo científico da Ciência da Informação feita neste capítulo, é possível adentrar na discussão sobre a história da Ciência da Informação brasileira, atentando como prioridade, a pós-graduação, desde o advento do IBBD, na década de 1950, até a configuração atual da pós-graduação em Ciência da Informação no século XXI. Complementando essa discussão sobre a Ciência da Informação brasileira, faz-se necessário conceber as suas características identitárias, com vistas a compreender suas marcas acadêmicas e científicas.

#### **4 O CAMINHAR DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA E A REFLEXÃO DE SUA TRAJETÓRIA EM BUSCA DA SUA IDENTIDADE: o enfoque na pós-graduação**

Neste capítulo, entende-se a necessidade de desenvolver uma análise histórica relativa a Ciência da Informação brasileira como área do conhecimento científico integrante do paradigma emergente, dando enfoque precípua ao contexto da pós-graduação que é fundamental para alavancar as pesquisas e a educação acadêmica. E por qual motivo desenvolver esta análise histórica?

Acredita-se que falar de história como fenômeno de um transcurso temporal não é uma tarefa fácil, mas que se configura como eminentemente necessária para tentar compreender uma determinada realidade nas mais diversas facetas da humanidade. O primeiro motivo é constituir um conjunto de narrativas que compõem os construtos da Ciência da Informação. Segundo Paul Veyne (2008) a história é uma narrativa de eventos significando dizer que ela não faz reviver os fatos e nem consegue abarcar o fato de forma completa, mas sim busca selecionar e simplificar um acontecimento por indícios.

Assim, tenciona-se neste trabalho não propalar uma idéia de verdade histórica sobre a Ciência da Informação, mas sim estabelecer um conjunto de narrativas que componham os acontecimentos marcantes da área a fim de promover uma análise através do diálogo com documentos representados pelos grandes estudiosos da área tanto em nível global como nacional.

Em suma, é pertinente identificar que, embora a história não faça reviver o fato, é ela quem instiga as interpretações análises sobre qualquer fenômeno. Por isso, uma abordagem histórica da Ciência da Informação pode revelar interpretações bastante profícuas para compreender os seus rumos epistemológicos e sociais.

Entretanto, é preciso em uma abordagem histórica mais do que uma narrativa de eventos. É preciso também situar-se. Em outras palavras é preciso contextualizar esses acontecimentos em uma temporalidade triádica do passado-presente-futuro, pois assim a Ciência da Informação poderá ser compreendida não apenas em seu bojo descritivo, mas também numa concepção crítica e preditiva.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Entende-se aqui como crítica a possibilidade de ver um fato sob diversos pontos de vista. Em outras palavras, destrinchar um fato a partir de concepções e análises diversas. Este tipo de comportamento em uma pesquisa, sugere condições para que o pesquisador tenha mais afinidade e conhecimento sobre o objeto estudado. Já a colocação do termo preditivo incide sobre a contextualização histórica, visando apontar perspectivas futuras sobre um objeto. Ambos os casos, destacam como a CI pode ser vista.

Hobsbawm (1998, p. 50) confirma a importância de reflexão integrada entre passado, presente e futuro:

A maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro. As pessoas não podem evitar a tentativa de antever o futuro mediante alguma forma de leitura do passado. Elas precisam fazer isso. Os processos comuns da vida humana consciente, para não falar das políticas públicas, assim o exigem. É claro que as pessoas o fazem com base na justificativa de que, em geral, o futuro está sistematicamente vinculado ao passado que, por sua vez, não é uma concatenação arbitrária de circunstâncias e eventos.

É fundamental conceber uma relação entre passado, presente e futuro. Qualquer prognóstico para uma situação futura exige um conhecimento do passado, principalmente pelo fato de que o passado serve para interrogar e problematizar as prerrogativas do presente, visando, por sua vez, uma previsão do futuro.

Por isso, apenas narrar os eventos não é suficiente, uma vez que a tríade passado-presente-futuro, embora seja atestada cotidianamente por muitos indivíduos e grupos sociais não é algo tão simplório e muito menos arbitrário, precisa ser estabelecida. Implica dizer que a análise histórica pressupõe conceber os mecanismos para correlacionar os eventos de modo multilateral com vistas a buscar um relativo entendimento sobre uma determinada realidade.

No caso da Ciência da Informação, urge a contextualização passado-presente-futuro, como forma de buscar entender algumas propriedades epistemológicas e sociais da área. A Ciência da Informação possui uma diversidade de eventos em nível global, nacional e regional com grande potencial de análise.

O presente trabalho indica que essa contextualização histórica da Ciência da Informação é fundamental para empreender a trajetória da área em busca de sua caracterização identitária.

#### 4.1 O INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD): marco regulador da identidade da Ciência da informação no Brasil

Como discutido no capítulo anterior, a Ciência da Informação teve uma dimensão de alcance global, mesmo com problemas na identificação de sua origem e na constituição de seu campo científico.

Neste alcance global, muitas idéias discutidas nos EUA e na Europa chegaram ao Brasil paulatinamente, especialmente atrelado a dois fenômenos. O primeiro é de cunho governamental que é o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) e o segundo, como consequência do primeiro, apresenta um cunho acadêmico que é a formação de uma pós-graduação, sendo estruturada pela primeira vez pelo próprio IBBB.

Inicialmente, é salutar abordar o IBBB e a confluência de idéias e políticas que favoreceram a inserção da Ciência da Informação no Brasil, principalmente com a criação da pós-graduação. Andrade e Oliveira (2005, p. 46) corroboram com esse pensamento quando afirmam:

Para abordar o desenvolvimento da Ciência da Informação e o estabelecimento de sua infra-estrutura no Brasil, faz-se obrigatório dedicar atenção ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBB, hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. A história da Ciência da Informação passa, necessariamente, pela história dessa instituição, uma vez que ela introduziu no país as primeiras idéias da documentação e, mais tarde, da Ciência da Informação.

Em uma perspectiva limiar, observa-se que a Ciência da Informação surge e desenvolve sua identidade no Brasil a partir de um processo de institucionalidade política e governamental.

O IBBB surge em 1954 com a proposta de estudar e solucionar problemas de informação no Brasil, através da proposição de políticas informacionais voltadas para organização, difusão e acesso à informação, principalmente no contexto científico e tecnológico.

A fundação do IBBB vem regada a muita polêmica no campo político e nas atividades de informação científica e tecnológica. No campo político ocorre inicialmente uma grande influência de cunho internacional para fundação do IBBB que pode ser atestado no discurso de Paulo Carneiro (1977, p. 2) representante do Brasil na UNESCO:

Criado sob os auspícios da Unesco, a pedido do Governo brasileiro, foi o IBBB planejado pela Prof<sup>a</sup> Lydía Sambaquí, sua ilustre diretora, durante vários anos. Tive, então, o prazer de prestar-lhe a colaboração que ela solicitou para obter da Unesco o auxílio financeiro e técnico necessário à instalação e ao início dos trabalhos do Instituto. O papel que desempenhou o IBBB no quadro do nosso desenvolvimento foi-nos altamente benéfico. Devemos-lhe tanto a remodelação dos nossos métodos de documentação e bibliografia, como a formação de pessoal qualificado para os serviços das nossas bibliotecas e dos nossos arquivos. A alta proporção de mulheres que atraiu para os seus postos de ensino e de pesquisa deu-lhe a feição singular de um gineceu de brilhantes especialistas.

Percebe-se uma grande influência política através *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) ou simplesmente UNESCO na criação do IBBD. Essa influência parte de um auxílio financeiro e técnico para que a Instituição iniciasse suas atividades.

Vale ressaltar que a UNESCO, através da criação de centros de bibliografia e documentação não somente se preocupou com o desenvolvimento da informação científica no Brasil, no início da década de 50, mas também em outros países em desenvolvimento. Fica evidente que o IBBD tem sua função firmada na concepção internacional de Biblioteconomia, Bibliografia e Documentação, uma vez que surge em um momento onde a necessidade de se pensar a representatividade documental em suportes diversos e materiais bibliográficos e não-bibliográficos eram latentes.

O contato com instituições internacionais, como a Federação Internacional de Documentação (FID) e a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (IFLA), por outro lado, oferecia acesso a um cenário já em vias de se globalizar, enriquecendo o domínio intelectual até ali representado exclusivamente pela Biblioteconomia. (ODDONE, 2006, p. 46).<sup>42</sup>

Outro ponto que merece destaque se constitui na identidade de gênero decorrente do fato do público feminino ter obtido efetivo destaque na construção do IBBD, especialmente a partir de Lydia Sambaquy que planejou o desenvolvimento das atividades de informação. Vale ressaltar que muitas bibliotecárias e profissionais voltadas para educação, cultura, ciência e tecnologia se especializaram com os cursos e capacitações oferecidos pelo IBBD.

A decisão da UNESCO em criar centros de Bibliografia e Documentação, promoveu uma conseqüente e conturbada influência nacional na criação do IBBD que está relacionada aos interesses do CNPq e da Fundação Getúlio Vargas.<sup>43</sup>

É pertinente comentar que o IBBD não foi o primeiro órgão a desenvolver atividades de Bibliografia e Documentação no Brasil. Havia uma atividade de documentação na área de ciências sociais, desenvolvida pela recém-criada Fundação Getúlio Vargas. É junto a essa

---

<sup>42</sup> Vale ressaltar que, mesmo com as propostas desenvolvidas pelo IBBD, a Biblioteconomia brasileira ainda não estava plenamente ajustada as perspectivas da Documentação de Paul Otlet que já era realidade latentes em outras partes do mundo desde a década de 1930. Daí, a necessidade de recorrer a órgãos (FID) e pesquisadores internacionais (Shera, Saracevic, ente outros) para auxiliar na implementação das novas idéias de Documentação e práticas informacionais no Brasil.

<sup>43</sup> O CNPq institucionalizou as atividades científicas e tecnológicas no Brasil. Foi criado pelo Governo Federal, em 1951, pela Lei nº 1 310, de 15 de janeiro, e subordinado a Presidência da República Cabia ao Conselho "promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento". (SILVA, 1993, p. 73).

instituição que a UNESCO buscou os contatos para efetivar a sua proposta de estabelecimento de um centro nacional de documentação. (LEMOS, 1986).

Silva (1987) destaca que a UNESCO pretendia fechar com a Fundação Getúlio Vargas em virtude de já ser uma instituição em franco desenvolvimento em nível nacional. Os esforços de Lydia Sambaquy em diversas viagens pela Europa e EUA, além dos seus trabalhos na Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e no desenvolvimento do Sistema de Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) determinaram condições para a elaboração de um projeto visando compor um centro bibliográfico que buscasse a excelência com o trabalho bibliográfico e documental para alavancar as atividades científicas e tecnológicas no Brasil. Os esforços de Lydia foram fundamentais para o entendimento entre a Fundação Getúlio Vargas e o CNPq a fim de que este implementasse a proposta da Unesco na construção de um centro de bibliografia e documentação.<sup>44</sup>

É inegável que o IBBD modifica e amplia as práticas biblioteconômicas, documentais e informacionais mostrando que a história da Biblioteconomia e Documentação brasileira não somente estavam se transformando, mas não mais atendiam o desenvolvimento dos serviços de informação e das práticas. E quais são as práticas propostas pelo IBBD?

De acordo com Briquet de Lemos (1986, p. 108) as suas finalidades eram:

- a) promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação;
- b) estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional; e
- c) incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do País, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores.

Verifica-se que o IBBD se constitui como um instrumento que dá início as práticas científicas, tecnológicas e profissionais de informação nos centros de documentação. O IBBD atuou como uma espécie de incentivador intelectual a profissionais e pesquisadores, bem como serviu de intermediador para intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação na concretização de um diálogo nacional e internacional.<sup>45</sup> Acredita-se que as perspectivas da

---

<sup>44</sup> Inclusive, o autor Luiz Antonio Gonçalves da Silva relata que o entendimento entre a Fundação Getúlio Vargas e o CNPq foi concretizado pelo resultado favorável alcançado por Simões Lopes, fundador da Fundação Getúlio Vargas, em favor do projeto que vinha sendo delineado por Lydia há alguns anos.

<sup>45</sup> Conforme Pinheiro (1997) quando o IBBD foi fundado, em 1954, como órgão do então Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, ainda não se percebia, na política brasileira, preocupação com a informação científica e, menos ainda, cultural e artística. A própria criação do IBBD se deu mais por influência externa, pois foi a UNESCO, em ação conjunta com a Fundação Getúlio Vargas-FGV, que estimulou a implantação do Instituto. A FGV mantinha um expressivo acervo em Ciências Sociais e herdara, em 1947, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação, criado em 1942, no antigo Departamento de Administração de Pessoal - DASP.

Ciência da Informação nas visões estadunidense e européia se juntaram no caso da construção da Ciência da Informação brasileira.

É preciso afirmar inadvertidamente que ocorre um processo de identidade partilhada na relação Unesco-IBBD, pois o auxílio técnico inclui as idéias advindas dos estudiosos de Biblioteconomia e Documentação dos EUA e Europa na perspectiva de que o IBBD se inserisse no rol das instituições científicas no contexto da informação, ciência e tecnologia, pois o IBBD vem romper com as antigas e rudimentares práticas biblioteconômicas e documentais.

Oddone (2005, p. 2) afirma:

Embora estejamos habituados a pensar a história da Biblioteconomia e da Documentação no Brasil como um longo *continuum*, na verdade ela se caracterizou por várias rupturas. Ao ser criado, o IBBD representou um rompimento ainda mais radical em relação às práticas biblioteconômicas, documentais e informacionais antes adotadas no Brasil. Entendemos por 'práticas biblioteconômicas, documentais e informacionais', de modo abrangente, os serviços de toda natureza que eram prestados a usuários em estabelecimentos dedicados à organização de registros bibliográficos.

Ora, se o IBBD modifica as práticas informacionais brasileiras e recebe influência direta da Unesco significa dizer que há grande relevância da identidade partilhada entre instituições, pesquisas e estudiosos estrangeiros e o IBBD.

A criação do IBBD mostrou que as práticas informacionais não poderiam mais ser pensadas apenas no âmbito da Biblioteconomia. Seria preciso pensar um amplo processo de atividade informacional que incluísse não somente as fontes bibliográficas, mas todo e qualquer tipo de fonte documental, assim como um efetivo trabalho com a informação científica e tecnológica nacional.

Percebe-se a criação de um dilema com as mudanças das práticas biblioteconômicas apresentadas pelo IBBD a partir do oferecimento de seus cursos, como Pesquisa Bibliográfica (depois chamado de Documentação Científica) com disciplinas inovadoras para a realidade biblioteconômica do país.<sup>46</sup>

De um lado, um grupo forte de bibliotecários defendiam que os cursos do IBBD não deveriam ser abertos para outras áreas. Este movimento teve grande força na Biblioteconomia e ficou reconhecido como uma percepção corporativista da profissão de bibliotecário (SOUZA, 1990). De outro, ocorria a entrada de profissionais de outras áreas que despertavam

---

<sup>46</sup> Neste curso de Pesquisa Bibliográfica eram ministradas disciplinas, tais como: bibliografia especializada, normalização da documentação, mecanização dos serviços técnicos e outros. Estas disciplinas depois foram sendo inseridas em diversas graduações em Biblioteconomia no Brasil com nomes diferentes. (GOMES, 1974).

o interesse em trabalhar com informação, ciência, tecnologia, automação e outros termos relacionados a Biblioteconomia e a Documentação.

Com a mentalidade internacional de um trabalho com informação que estabelecesse relações com diversas áreas do conhecimento, o Brasil também seguiu essa tendência, dada a grande influência estrangeira na criação e no desenvolvimento do IBBD. Com os cursos promovidos pelos IBBD os bibliotecários foram se capacitando e criando habilidades específicas que foram ampliando a atuação deste profissional.

A Biblioteconomia e a Documentação foram se fortalecendo técnica, teórica e institucionalmente, pois as ações do IBBD foram promovendo a composição de novas idéias sobre a Biblioteconomia e a Documentação ao passo que essas idéias modificaram a concepção de atuação da área tão rapidamente que causou polêmica no seio da área.

Como afirma Oddone (2006, p. 46):

Instaurado, tal processo provocou desdobramentos a partir dos quais surgiram as associações profissionais, os cursos de graduação universitária e, mais tarde, a própria legislação profissional, símbolo maior, naquele momento, da identidade, da legitimidade e da visibilidade da biblioteconomia nacional. Ao fim desse período, contudo, surgiram os primeiros indícios de uma futura e desestabilizadora problemática. A eletrônica e a informática, com seus equipamentos, sua terminologia e suas perspectivas, pouco a pouco começaram a infiltrar-se no cotidiano daqueles profissionais, em especial no universo dos bibliotecários que militavam no IBBD, onde a exposição a esse confronto era potencialmente maior.

A Biblioteconomia foi fortalecendo sua identidade profissional, principalmente a partir da regulamentação da profissão em 1962 com a criação do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Porém, a chegada de novos elementos que poderiam estruturar as ações profissionais do bibliotecário, tais como a eletrônica e a informática causaram muitos questionamentos entre bibliotecários, além do que tornou o IBBD uma instituição voltada para diversas áreas do conhecimento que apresentassem contigüidade profissional, acadêmica e epistemológica no trato com a informação científica e tecnológica

A inserção dessas novas percepções tecnológicas foi um dos principais fatores que promoveram a inserção da Ciência da Informação no Brasil que culminou com a criação do Mestrado em Ciência da Informação pelo IBBD.

## 4.2 A TRANSIÇÃO DAS AÇÕES DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO IBBD PARA INSERÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Inequivocamente, identifica-se a importância do IBBD para conceber a inserção da Ciência da Informação no Brasil. Para se desenvolver, o IBBD se estabeleceu em uma frente de diálogo um tanto quanto polêmica. De um lado, o diálogo efetivo com a Biblioteconomia e a Documentação e de outro, um diálogo com profissionais que atuam na área de tecnologias, como engenharias, informática, Computação, entre outras.

Esses diálogos aparentemente foram muito profícuos para a Biblioteconomia e a Documentação, pois as bibliotecas começaram a se fazer mais presentes nos diversos segmentos da sociedade (universidades, cidades, etc.), o que conseqüentemente fortaleceu o mercado profissional. Esse diálogo também profícuo para os profissionais de outras áreas, pois começaram a inserir em suas áreas, noções de trabalho com a informação científica e tecnológica. Obviamente que esse diálogo auxiliou no limiar da construção de uma atividade de informação científica e tecnológica no Brasil.

De 1954 até meados da década de 1960, os cursos oferecidos pelo IBBD promoveram grande aprendizado para os profissionais envolvidos, o que auxiliou no desenvolvimento de uma nova prática documental no Brasil. Como afirma Oddone (2005, p. 7) “De certa forma, o IBBD procedeu de maneira semelhante durante os seus primeiros dez anos de existência: fabricando seus instrumentos, seus conceitos, suas regras, suas práticas, seus discursos”.

A Biblioteconomia e a Documentação desenvolvida pelo IBBD nas décadas de 1950/60 apresentaram uma ruptura com as antigas práticas. Entretanto, a onda da Ciência da Informação ganhou amplo destaque pelo mundo na década de 1960 incutindo o discurso de uma prática informacional científica.<sup>47</sup>

Outrossim, é perceptível uma nova onda de ruptura nas práticas informacionais brasileiras quando Lydia Sambaquy foi obrigada a deixar a direção do IBBD no final de 1965, por força da pressão de que vinha sendo alvo depois da cassação dos direitos políticos de seu marido, Julio de Furquim Sambaquy.

O projeto do IBBD prosseguiu, sob as mãos de outras bibliotecárias. Celia Ribeiro Zaher e Hagar Espanha Gomes, ex-companheiras, deram ao IBBD os novos e promissores rumos de uma Ciência da Informação. (ODDONE, 2004). É no período de 1966 a 1970 que o

---

<sup>47</sup> Biblioteconomia e Documentação no Brasil apresentaram uma relação harmônica diferente daquilo que estava sendo praticado no mundo onde verificava-se uma cisão entre as duas disciplinas. Em nível global, a Documentação vislumbrava-se como uma nova disciplina para resolver problemas de informação mais ampla do que a Biblioteconomia.

IBBD se articula para tentar dar uma guinada em suas atividades de informação científica e tecnológica, o que, por conseguinte, vai levar a inserção da Ciência da Informação no Brasil.

Lemos (1986, p. 108) argumenta sobre dois fatores marcantes que conceberam os procedimentos para uma nova política de informação científica e tecnológica no Brasil. O primeiro fator está atrelado as mudanças ocorridas no IBBB:

A primeira manifestação de setores ligados ao regime militar com relação à informação científica e tecnológica vamos encontrar nas recomendações de um seminário sobre educação e segurança nacional, realizado em 1966. Nessa reunião, que procurava explorar as vantagens de uma associação mais estreita entre setores da sociedade civil e as instituições militares, particularmente no campo da educação e do civismo, participaram representantes de vários órgãos de governo e o então diretor do IBBB. A comissão desse seminário que estudou o tema relativo à criação de "um órgão nacional de coleta de dados e informações de natureza cultural", baseada na premissa de que a segurança nacional é decorrência do progresso científico e cultural e, conseqüentemente, problema de todos aqueles que atuam nos domínios da cultura", recomendou a criação de uma "rede nacional de informações científicas". O órgão central dessa rede seria o IBBB, com seu nome mudado para Instituto Brasileiro de Documentação e Informação, e que, entre outras atribuições, deveria estar voltado para a mais intensiva utilização de métodos computadorizados no armazenamento e recuperação de informações.

Alguns pontos merecem ser destacados na fala do autor. O primeiro está em torno da mudança política no Brasil, pois em 1964 instaurou-se o Governo Militar. O objetivo do Governo era intensificar as relações entre a sociedade civil e as instituições militares no contexto da educação, cultura e das questões civis.

O segundo ponto é a mudança do nome de Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação para Instituto Brasileiro de Bibliografia, Documentação e Informação. O regime militar acreditava que a imposição de uma segurança nacional estava diretamente atrelada ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural e a informação seria um relevante instrumento para unir ciência/tecnologia e a segurança nacional.

O terceiro ponto é consequência do segundo, uma vez que exige do IBBB para uma nova adequação científica e tecnológica no contexto da documentação e da informação, o uso de métodos computadorizados no armazenamento e recuperação de informações. Essa medida definitivamente arregimenta esforços para a chegada da Ciência da Informação no Brasil.

O segundo fator refere-se a criação de uma rede nacional de informação tecnológica, conforme destacado por Lemos (1986, p. 109):

O Ministério da Indústria e do Comércio, que criara, em 1968, um exemplar Centro de Informação Tecnológica, sugere ao governo a criação de uma rede nacional de informação tecnológica. Segundo documento de autoria da fundadora desse centro, foi essa sugestão que levou o governo a incluir em seu Programa de Metas e Bases

para a Ação do Governo para 1970-1973 a de ser implantado um sistema de informações sobre ciência e tecnologia, que trataria de integrar os esforços realizados isoladamente por diferentes instâncias governamentais. Isso era considerado como um meio de aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico.

A criação dessa rede nacional de informação tecnológica tinha como finalidade intensificar as relações entre o regime militar e as ações informacionais, educativas, culturais, científicas e tecnológicas do Brasil, bem como presumia a constituição de um novo Programa de Metas Bases que primasse pela interação entre os órgãos do governo e pelo desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

Ainda vale destacar a questão política, pois o centro de informação tecnológica não se caracterizava como global, mas atendia as exigências do governo militar que se impunha pelas suas origens marcadamente favoráveis a um capitalismo regulado pelo 'livre jogo das leis do mercado' e por ter derrubado um governo constitucional que elaborara um plano trienal para 1963-1965. (LEMOS, 1986).

Notifica-se que as ações do IBBD não estão relacionadas apenas a questões técnicas e científicas, mas principalmente a condições políticas nacionais e globais que pautaram os rumos do IBBD e condicionaram a inserção da Ciência da Informação no Brasil como uma área que promovesse um novo rumo voltado para as atividades de informação científica e tecnológica.

Entende-se também que outros órgãos foram fundamentais para o desenvolvimento da Ciência da Informação brasileira. Por isso, antes de adentrar diretamente na Pós-Graduação, faz-se necessário discutir sobre a ANCIB e o ENANCIB e suas perspectivas de cunho institucional, social, acadêmico e científico.

#### 4.3 A ANCIB E O ENANCIB: elementos de construção da identidade científico-social das pós-graduações em Ciência da Informação no Brasil

As pós-graduações no Brasil vêm se desenvolvendo no Brasil, principalmente a partir da década de 1970. E parte desse desenvolvimento científico se deve a criação das sociedades ou associações científicas que respaldam a produção científica das pós-graduações.

No caso da Ciência da Informação, a sua associação científica é a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). É pertinente ressaltar que no ENANCIB de 2010 realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 25 e 28 de outubro, houve a retirada formal do termo Biblioteconomia, implicando afirmar que

atualmente a ANCIB significa Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação.<sup>48</sup>

Conforme o Regimento da ANCIB (2011) em seu primeiro capítulo que trata da natureza e objetivos da Associação, em seu artigo 1º diz que:

Artigo 1º - A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, destinada a congregar instituições, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais egressos dos cursos de pós-graduação das áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia. É regida por Estatuto, aprovado em Assembléia Geral, bem como por este Regimento Interno e demais atos baixados por sua Diretoria Executiva.

A ANCIB surge como uma alternativa para congregar componentes da área de Ciência da Informação e da Biblioteconomia, assim como busca apoiar e fortalecer as pós-graduações em Ciência da Informação por meio da elaboração de projetos de pesquisa que estimulem a cientificidade da área, assim como de eventos.

A ANCIB vem com uma proposta de fortalecimento da identidade científica e institucional da Ciência da Informação no Brasil. Embora a ANCIB tenha sido criada em 1989, houve todo um processo para a sua criação.

Como relata Mueller, Miranda e Suaiden (2000, p. 293):

As primeiras reuniões da Ancib datam do final da década de 70 e início de 80. Eram reuniões de trabalho dos coordenadores e professores dos cursos de Pós-Graduação então existentes, na sua maioria recém iniciados, nas quais a preocupação predominante era a administração dos cursos e não a apresentação de trabalhos de pesquisa. Ainda assim, os participantes aproveitavam a ocasião para trocar idéias com colegas de outros centros que tinham interesses de pesquisa semelhantes aos seus. Essas conversas deram origem a grupos de pesquisa por interesse temático - *GTs*- que seriam posteriormente usados como parâmetro para a organização dos EnAncibs em seções temáticas, nas quais são apresentadas pesquisas com interesses comuns.

As reuniões foram cruciais para pensar a fundação de uma associação científica, inclusive pelo fato de conceber a formulação dos GT's que se tornariam instrumentos cruciais para o desenvolvimento da pesquisa em Ciência da Informação em nível nacional. Antes de

---

<sup>48</sup> O termo retirada formal que foi utilizado no texto é salutar em virtude de que alguns pesquisadores já utilizavam como significado da ANCIB, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, como destacado no artigo de Mueller; Miranda; Suaiden (2000). Inclusive antes do ENANCIB havia o Encontro dos Cursos de Pós Graduação em Ciência da informação e Biblioteconomia. Houve a tentativa, inclusive, de fazer o encontro, em 1993, em Belo Horizonte, denominado de Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, no momento, com a sigla ENPeCI, mas foi muito efêmero, pois, em 1994, o evento já seria chamado de ENANCIB. (BARRETO, 2009).

sua formalização, as reuniões ainda contavam com um pequeno grupo de professores e pesquisadores que partilhavam suas experiências.

Barreto (2009, p. 13) comenta que:

Os poucos iniciantes programas de pós-graduação em Ciência da Informação, por indução de agência de fomento governamental, começaram a realizar encontros, desde o início de 1980, para discutir problemas comuns e procurar soluções para seu funcionamento e para uma fundamentação da área de conhecimento que nascia. Havia interesse dessas agências em encaixar a informação em suas políticas nacionais de C&T a fim de seguir o padrão de valorização da informação adotado no exterior. Foi por sua indução que aconteceu a realização dos encontros de pós-graduação para troca de idéias sobre problemas acadêmicos e administrativos dos cursos de pós-graduação. [...] Mas, na verdade, a ANCIB, com a exceção de pequeno grupo, era mais uma criação e esperança da agência fomentadora que cumpria seu papel no cenário científico nacional. Havia necessidade de colocar em prática o plano chamado *Ação Programada em ICT*. [informação científica e tecnológica]. Era um programa nacional de informação preparado pelo Governo e pela comunidade de C&T, lançado em outubro de 1984, mas sem ter conseguido alavancar as ações que preconizava. Isto, devido ao fato de que grande parte dos atos da ação programada exigia um novo olhar para o desenvolvimento do universo da informação no Brasil. Um olhar que demandava aceitação de novas técnicas e necessidade se privilegiar o conteúdo do documento e sua disseminação apropriada ao invés de cuidar de sua forma e de sua estocagem para uso por demanda de documentos convencionais.

De acordo com a fala do autor, não é possível identificar essas reuniões ocorridas no final da década de 70 e início da década de 80 como uma identidade de projeto (CASTELLS, 2008) para a Ciência da Informação em virtude de não ter sido uma iniciativa amplamente planejada no seio da área, assim como não promoveu efetivos impactos sociais no que tange as atividades de informação, ciência e tecnologia.

O principal é que a proposta de uma política de informação, ciência e tecnologia se deveu muito mais a uma proposta de ação governamental que não foi muito exitosa, do que propriamente a uma iniciativa de científica da Ciência da Informação propriamente dita. Obviamente que muitos pesquisadores da Ciência da Informação estão envolvidos em projetos governamentais, mas isso não caracteriza uma iniciativa profundamente envidada pela área.

Então, as reuniões que levaram a ANCIB se estabeleceram como propostas indutivas de uma ação governamental que pretendia alavancar os estudos, as pesquisas e as políticas sobre informação, ciência e tecnologia no Brasil.

Por isso, percebe-se que a pós-graduação na Ciência da Informação na década de 70 dependia amplamente dos pesquisadores de cunho internacional e na década de 80 ainda dava seus primeiros passos na pós-graduação, haja vista que apenas o IBICT oferecia efetivamente um programa de pós-graduação em Ciência da Informação voltado para atividades de

informação científica e tecnológica significando dizer a quantidade reduzida de pesquisadores e a incipiente estrutura tecnológica para o desenvolvimento das pesquisas. Exemplo disso é que o acesso ao computador por parte da Ciência da Informação só ocorreu em meados da década de 80 quando o custo da memória magnética baixou e permitiu o processamento de textos em linguagem natural (BARRETO, 2002).

A Ciência da Informação brasileira, na década de 1980, entra com a perspectiva de definir sua identidade nacional, a partir do aprimoramento das pós-graduações, principalmente no que tange aos docentes e pesquisadores, assim como a criação de órgãos institucionais que embasem os construtos teóricos e acadêmicos da Ciência da Informação no Brasil.

Como afirma Noronha e Maricato (2008, p. 117):

A criação da ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia), principal sociedade científica da área, no final da década de 80, constitui um grande passo para dar visibilidade das pesquisas produzidas nos programas de pós-graduação, principalmente pela oportunidade que oferece aos docentes, alunos e pesquisadores da área, nos Encontros anuais realizados.

A ANCIB tinha a finalidade de fortalecer a pós-graduação, em primeira instância, na questão administrativa e, em segunda, no aprimoramento de pesquisas dos docentes das pós-graduações e de seus programas. Assim, verifica-se uma relação direta entre a ANCIB e o desenvolvimento das pós-graduações em Ciência da Informação no Brasil.

A institucionalização da ANCIB aparentemente trouxe ares de novos encaminhamentos de pesquisa para a Ciência da Informação e para a pós-graduação. Oliveira (1998) destaca que entre 1984 e 1993 havia um reduzido número de pesquisadores financiados por órgãos de fomento. Assim, o advento da ANCIB é importante para a pós-graduação para a resolução de dois problemas: o primeiro atende pelo fato de que as linhas de pesquisas dos cursos de pós-graduação não estão consolidadas, o que fragmentam as pesquisas por parte de docentes e, principalmente, discentes; os cursos ainda não conseguiram desenvolver realmente um trabalho em torno das linhas de pesquisa.

Embora a ANCIB não tenha partido especificamente de uma identidade de projeto, sua institucionalização serviu para estimular os pesquisadores no desenvolvimento de várias investigações científicas, como Marlene de Oliveira, destacada no parágrafo anterior. A prova disso é que em julho de 1992, a ANCIB enviou um projeto de pesquisa conjunto da área e em seu nome ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), solicitando aprovação e fomento da agência governamental. Em maio de 1994, a fomentadora

aprova o primeiro e único projeto de pesquisa apresentado pela ANCIB em nome de toda a área. O projeto constava de cinco subprojetos: 1. estudo da produção científica; 2. literatura cinza na CI; 3. mercado de trabalho da área; 4. balcão de informações no mercado emergente de CI; 5. o profissional e o mercado no âmbito do Distrito Federal. (BARRETO, 2009, p. 13).

Destarte, a ANCIB vem com o propósito de auxiliar na organização e norteamto da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. Para tanto, o advento do ENANCIB identifica a introdução de um instrumento de incentivo a pesquisa em Ciência da Informação no país priorizando as iniciativas da área e seus construtos técnico-científicos e não somente a espera pelas políticas governamentais e sim o auxílio do governo para a construção de políticas de ICT formuladas pelos pesquisadores da Ciência da Informação, visando fortalecer a pesquisa na área e sua atuação teórico-prática.

Ocorre, em 1994, o primeiro ENANCIB, na cidade de Belo Horizonte entre 08 e 10 de abril, que dá enfoque a produção de vários trabalhos que contemplavam as linhas de pesquisa de algumas pós-graduações, bem como os tópicos concebidos pelo projeto de pesquisa desenvolvido pela ANCIB e aprovado pelo CNPq.

O encontro, todavia, não acontece com periodicidade na década de 90, pois, embora tenha ocorrido o II ENANCIB em 1995 (Valinhos – São Paulo entre 22 e 24 de novembro), só volta a ter sua terceira edição constituída em 1997 (Rio de Janeiro entre 10 e 12 de setembro) e depois, sua quarta edição, em 2000 (Brasília entre 06 e 10 de novembro); já a quinta edição ocorre em 2003 (Belo Horizonte entre 10 e 14 de novembro); a sexta edição acontece em 2005 (Florianópolis entre 28 e 30 de novembro).

A partir de 2005, o evento começa a acontecer com regularidade anual. Em 2006, aconteceu o VII ENANCIB em Marília – São Paulo entre 19 e 22 de novembro; em 2007, ocorreu o VIII ENANCIB em Salvador, entre os dias 28 e 31 de outubro; já o IX ENANCIB aconteceu em São Paulo capital, no ano de 2008, entre 28 de setembro e 01 de outubro; o X ENANCIB no ano de 2009, teve sede em João Pessoa no período de 25 a 28 de outubro; o XI ENANCIB ocorreu em 2010 no Rio de Janeiro também entre 25 e 28 de outubro. O XII ENANCIB será realizado na cidade de Brasília no ano de 2011.

Vale ressaltar que durante os encontros, os GT's foram sendo modificados, mas nada que interfira nos rumos da pesquisa, mas apenas há uma reclassificação de acordo com as necessidades dos pesquisadores. Atualmente, conforme o *site* da ANCIB (2011) os Grupos de Trabalho se resumem em 10 (dez) com as respectivas ementas:

GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação (Constituição do campo científico e questões epistemológicas e históricas da Ciência da informação e seu

objeto de estudo - a informação. Reflexões e discussões sobre a disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, assim como a construção do conhecimento na área);

GT 2: Organização e Representação do Conhecimento (Teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias da informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional);

GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação (Estudo dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência, bem como relacionados à construção e ao avanço do campo científico da Ciência da Informação, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares, envolvendo múltiplos saberes e temáticas, bem com contribuições teórico-metodológicas diversificadas em sua constituição);

GT 4: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações (Gestão da informação, de sistemas, de unidades, de serviços, de produtos e de recursos informacionais. Estudos de fluxos, processos e uso da informação na perspectiva da gestão. Metodologias de estudos de usuários. Monitoramento ambiental e inteligência competitiva no contexto da Ciência da Informação. Redes organizacionais: estudo, análise e avaliação para a gestão. Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional no contexto da Ciência da Informação. Tecnologias de Informação e comunicação aplicadas à gestão);

GT 5: Política e Economia da Informação (Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital);

GT6: Informação, Educação e Trabalho (Campo de trabalho informacional: atores, cenários, competências e habilidades requeridas. Organização, processos e relações de trabalho em unidades de informação. Sociedade do Conhecimento, tecnologia e trabalho. Saúde, mercado de trabalho e ética nas profissões da informação. Perfis de educação no campo informacional. Formação profissional: limites, campos disciplinares envolvidos, paradigmas educacionais

predominantes e estudo comparado de modelos curriculares. O trabalho informacional como campo de pesquisas: abordagens e metodologias);

GT7: Produção e Comunicação da Informação em CT&I (Medição, mapeamento, diagnóstico e avaliação da informação nos processos de produção, armazenamento, comunicação e uso, em ciência, tecnologia e inovação. Inclui análises e desenvolvimento de métodos e técnicas tais como bibliometria, cientometria, informetria, webometria, análise de rede e outros, assim como indicadores em CT&I);

GT 8: Informação e Tecnologia (Estudos e pesquisas teórico-práticos sobre e para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos de geração, representação, armazenamento, recuperação, disseminação, uso, gestão, segurança e preservação da informação em ambientes digitais);

GT 9: Museu, Patrimônio e Informação (Análise das relações entre o Museu (fenômeno cultural), o Patrimônio (valor simbólico) e a Informação (processo), sob múltiplas perspectivas teóricas e práticas de análise. Museu, patrimônio e informação: interações e representações. Patrimônio musealizado: aspectos informacionais e comunicacionais);

GT 10: Informação e Memória (Estudos sobre a relação entre os campos de conhecimento da Ciência da Informação e da Memória Social. Pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas do binômio ‘informação e memória’. Memória coletiva, coleções e colecionismo, discurso e memória. Representações sociais e conhecimento. Articulação entre arte, cultura, tecnologia, informação e memória, através de seus referenciais, na contemporaneidade. Preservação e virtualização da memória social).

Vale salientar que cada linha possui um coordenador que comumente é professor de algum curso de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. Atualmente, a coordenadora do GT1 é a professora Dra. Iceleia Thiesen (UNIRIO); a coordenação do GT2 fica a cargo da Professora Maria Luiza de Almeida Campos (UFF); O GT3 é coordenado pelo Prof. Edmir Perrotti (USP); O GT4 fica sob a tutela de Sueli Angélica do Amaral (UnB); Quem preside o GT5 é a professora Clovis Montenegro de Lima (IBICT/UFRJ); O GT6 é presidido pela professora Miriam Vieira da Cunha (UFSC); Já o GT7 tem como coordenadora a professora Sônia Elisa Caregnato (UFRGS); O GT8, por sua vez, é coordenado pela professora Silvana Vidotti (UNESP); O GT9 é coordenado pela professora Diana Farjala Correia Lima (UNIRIO); E, finalmente, o GT10 tem como coordenadora Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Mais informações sobre os GT's do ENANCIB é só acessar o link: <http://www.ancib.org.br/pages/grupos-de-trabalho.php>

É possível observar que os GT's se configuram como elementos extensivos de muitas linhas de pesquisa das pós-graduações. Só para mencionar alguns casos:

o GT Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação possui uma vinculação muito forte com as pesquisas desenvolvidas na Pós-Graduação do IBICT (linha de pesquisa atualmente intitulada de Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento;

o GT Organização e Representação do Conhecimento tem muita relação com as linhas de pesquisa Gestão da Informação (PUCCAMP) e Gestão da Informação e do Conhecimento (UFMG);

o GT Informação e Tecnologia possui a mesma nomenclatura da linha de pesquisa da UNESP e basicamente possuem a mesma bagagem de assuntos para estudos;

o GT Informação e Memória possui intrínseca relação com a linha de pesquisa da Pós-Graduação da UFPB intitulada Memória, Organização, Produção e Uso da Informação;

o GT Mediação, Circulação e Apropriação da Informação possui forte relação com a linha de pesquisa do Programa da UFBA Produção, Circulação e mediação da informação, bem como verifica-se uma relação intrínseca com a linha de pesquisa Apropriação Social da Informação da USP;

o GT Política e Economia da Informação possui relação com a linha de pesquisa Políticas e Tecnologias da Informação da UFBA, assim como possui uma relação com a linha de pesquisa Ética, Gestão e Políticas de Informação da UFPB;

o GT Produção e Comunicação da Informação em CT&I possui relação direta com a linha de pesquisa Comunicação e Mediação da Informação da UnB;

De acordo com essas relações disciplinares da pesquisa é pertinente afirmar que os ENANCIB's têm contribuído em larga escala para o compartilhamento de informações e de pesquisas, bem como para a criação e formulação de propostas para o desenvolvimento do campo científico da Ciência da Informação e das disciplinas a ela vinculadas, como a Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, entre outras no Brasil através de temáticas diversas que componham as perspectivas da informação. Em suma o ENANCIB tem contribuído para a construção da identidade científica das pós-graduações em Ciência da Informação.

Em seguida, verifica-se a necessidade de discutir sobre um elemento fundamental para a constituição e desenvolvimento da Ciência da Informação que se configura como foco central do presente trabalho no Brasil que é a Pós-Graduação.

#### 4.4 A PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: dimensões educativas e científicas na busca de sua identidade

De acordo com o discurso desenvolvido nos tópicos anteriores, percebe-se a importância do IBBD (1970-1976); do IBICT (1976 até os dias atuais) e da ANCIB (1989 até os dias atuais) para a construção da Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Por isso, entende-se que uma história de Pós-Graduação em Ciência da Informação não pode ser analisada de forma dissociada desses três instrumentos institucionais, acadêmicos e governamentais.

O final da década de 1960 é marcante para o IBBD pelas suas mudanças políticas, técnicas, acadêmicas, científicas e tecnológicas, o que prevalece a chegada da Ciência da Informação no Brasil. O curso de Documentação Científica promoveu significativos resultados, especialmente para os profissionais de outras áreas (engenheiros, técnicos, entre outras). Porém, o IBBD identificou no final da década de 60 um desnivelamento no nível intelectual dos alunos do curso, o que inspirou a necessidade de mudanças no curso.

Assim, diante das inúmeras mudanças, o IBBD instaura, em 1970, o Mestrado em Ciência da Informação (o primeiro da América Latina). Hagar Espanha Gomes (1974, p. 14-15) relata os aspectos que insuflaram a criação do curso de mestrado em Ciência da Informação:

[...] O curso de Documentação Científica está necessitando de uma redefinição: extensão aperfeiçoamento, especialização ou reciclagem? Provavelmente será reestruturado para servir de base para o mestrado, considerando-se que o interesse principal reside nos profissionais não bibliotecários. Ao mesmo tempo verifica-se uma mudança no panorama bibliotecário de nosso país: engenheiros e técnicos começam, a sentir necessidade de desenvolver serviços de informação especializados e sofisticados e, por não terem uma base sólida nesta parte, esses serviços têm deixado a desejar; por outro lado, a automação começou a ser a palavra de ordem e a maioria dos profissionais não tem condições de dialogar com os homens do computador, e por sua vez, estes carece suficiente conhecimento de biblioteconomia e/ou documentação para elaborar eficientes desenhos de sistemas; por outro lado, a reforma universitária vem pressionando professores no sentido de procurarem cursos de mestrado. Tudo isso, e mais a mentalidade nascente de que como tantos outros campos, a documentação deveria procurar caminhos por métodos científicos, fez com que o Instituto pensasse em criar um curso de mestrado.

Acredita-se que diversos fatores deram vazão para a constituição de uma Ciência da Informação, além das já mencionadas influências externas, como a condição científica dos EUA e da Europa e da influência política da UNESCO. Essas influências são de cunho eminentemente nacional e deliberaram a construção da identidade da Ciência da Informação

brasileira. A primeira marca na inserção da Ciência da Informação no Brasil está no quesito identidade profissional. Visivelmente, existia o interesse maior de profissionais de outras áreas no curso de Documentação Científica do que os próprios bibliotecários.

Assim, o curso de mestrado surge como uma alternativa para o desenvolvimento das atividades e informação científica e tecnológica no Brasil, o que valorizava a frequência de vários profissionais e áreas do conhecimento. Como afirma Mueller (1985, p. 8) “A clientela visada pelo curso não se restringia aos bibliotecários, mas sim a formados em áreas diversas com interesse na área de informação.”

Da área de Biblioteconomia, era comum ver professores procurando o curso de mestrado para satisfação de suas ansiedades profissionais, pois a reforma universitária de 1968 começou a exigir que os docentes buscassem sua qualificação profissional.<sup>50</sup> Gomes (1974, p. 22) confirma essa dissidência profissional e acadêmica entre Biblioteconomia e Ciência da Informação quando afirma que “Embora o nosso objetivo não seja o de sanar falhas na graduação, sabemos que os professores das escolas de biblioteconomia procuram o curso com esse objetivo – daí, talvez, as críticas...”

Cria-se um hiato acadêmico entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação no quesito qualificação profissional, pois como o mestrado tornou-se uma exigência institucional do governo, através da Reforma Universitária, a qualificação profissional passou a ser encarada por muitos profissionais como um instrumento de continuidade e aprendizado intenso, mas a finalidade do mestrado em Ciência da Informação não estava especificamente voltada para os problemas da graduação em Biblioteconomia e sim para os estudos de informação científica e tecnológica, o que causava certa insatisfação dos professores da Biblioteconomia.<sup>51</sup> Percebe-se que esse hiato foi inerente a exigência funcional da pós-

---

<sup>50</sup> A Reforma Universitária de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. (MARTINS, 2009).

<sup>51</sup> A partir do firmamento da idéia de que apenas a Biblioteconomia não seria capaz de estudar os problemas de informação, assim como a Documentação deveria desenvolver sua prática inserindo-a em uma tessitura científica, a Ciência da Informação no Brasil surge com a perspectiva de ampliar os laços científicos e tecnológicos relativos a informação. Então, criou-se certa dissidência entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação em termos de finalidades acadêmicas e profissionais. A comprovação dessa dissidência está no discurso de Gomes (1974) quando destaca que a lei 4084 de 1962 referente a legalização da profissão de bibliotecário, impôs dificuldades na formação de outros profissionais que pudessem trabalhar com serviços especializados de informação, sendo necessário a criação do mestrado para também inserir outros profissionais que pudessem trabalhar com serviços de informação.

graduação em formar pesquisadores, visando o desenvolvimento de estudos sobre a informação.

A partir de uma concepção criada que tem como marco a noção de que a qualificação passa a ser vista como um instrumento de construção social. A qualificação é um *status* reconhecido no sistema social produtivo. (TOURAINÉ, 1985). A qualificação do mestrado em Ciência da Informação identifica como finalidade a capacitação de professores de nível universitário incentivando a pesquisa no contexto da informação científica e tecnológica.

Inclusive, pode-se dizer que a política construída pelo IBBD, que primava pela ocorrência de estudos sobre informação científica e tecnológica, realidade latente em vários países do mundo, deliberou abertura para que outras áreas do conhecimento pudessem atuar na Ciência da Informação no Brasil. Em outras palavras, o mestrado em Ciência da Informação pretendia estimular a pesquisa através da qualificação de diversos profissionais, professores e pesquisadores e a conseqüente promoção de diversos estudos relacionados a informação.

Mas é pertinente afirmar que o IBBD não pode ser reconhecido como único instrumento para promover atividades de informação científica e tecnológica no Brasil. Logo, o IBBD embora tenha sido a Instituição que inseriu a inserção da Ciência da Informação no Brasil, não foi a única no desenvolvimento de pesquisas na área, assim como a pós-graduação em Ciência da Informação não foi o único fator para o desenvolvimento da pesquisa em nível nacional, embora seja o principal.

Barreto e Miranda (2000, p. 3) afirmam que:

É costume atrelar-se o desenvolvimento da pesquisa em CI no Brasil ao advento da pós graduação, o que é correto, mas um outro fator igualmente decisivo deve ser considerado – a implantação dos grandes sistemas de informação no Brasil dos anos 50 aos anos 80. Um outro fator igualmente decisivo deve ser considerado – a implantação dos grandes sistemas de informação no Brasil dos anos 50 aos anos 80. A criação do IBBD, da BIREME, das tentativas pela implantação de um sistema de informação agrícola e outro para as engenharias, a organização do COMUT, etc. foi decisivo para o processo na medida em que criou um ambiente adequado para a problematização das questões que motivaram as pesquisas e criaram a demanda para a formação de uma massa crítica.

A Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) é um centro especializado da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) criado em 1967 para a cooperação técnica em informação e comunicação científica em saúde

na Região das Américas em parceria com a Escola de Medicina Paulista da Universidade Federal de São Paulo.<sup>52</sup>

Compreende-se que a implantação dos sistemas de informação no Brasil tiveram efetiva participação no desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil, principalmente no que tange a informação agrícola e as engenharias.

Percebe-se que o surgimento e o desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil estão diretamente atrelados a Biblioteconomia e têm relação com diversas áreas do conhecimento científico, entre as quais estabelece maior estreiteza com a saúde, engenharia, além das relações com áreas do conhecimento que trabalham enfaticamente com tecnologia digital e recuperação de informação (computação e ciências cognitivas).

Para conceber uma cronologia bem definida sobre a pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil faz-se necessário estruturar essa trajetória por décadas.

#### *4.4.1 A pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação na década de 1970: primeiros construtos identitários*

Com efeito, a Ciência da Informação dá os seus primeiros passos institucionais no Brasil, na década de 1970, principalmente com a pós-graduação promovida pelo IBBD.

Contudo, antes de qualquer coisa, atesta-se a observância de compreender o que era exigido na constituição de uma pós-graduação no Brasil no final da década de 1960 e início de 1970. Basicamente, a estrutura acadêmica de uma pós-graduação *stricto sensu* estava baseada nas determinações proferidas pelo Conselho Federal de Educação (CFE). Segundo Fonseca (1974, p. 33-34) o CFE determinava que:

Embora determinando que os programas de pós-graduação se caracterizem por grande flexibilidade deixando-se ampla liberdade de iniciativa ao candidato que receberá assistência e orientação de um diretor de estudos, o Conselho Federal de Educação estabeleceu que de tais programas devem constar a) o estudo de certas matérias relativas a uma área de concentração e domínio conexo e b) dissertação ou tese. Na dissertação (para mestrado) deve o aluno revelar conhecimento do tema escolhido e capacidade de sistematização; a tese (para doutorado) deve representar trabalho de pesquisa, importando em real contribuição para o conhecimento do tema. A dissertação e a tese serão objeto, respectivamente, de exame e defesa. [...] Tentemos explicar o que pode constituir área de concentração e domínio conexo. Diz o parecer do CFE que por área de concentração entende-se o campo específico de conhecimento que constituirá o objeto de estudos escolhido pelo candidato e, por

---

<sup>52</sup> Para mais informações sobre a BIREME (descrição, missão, objetivos, história, governança, referências e outros) é só acessar o site: <http://regional.bvsalud.org/local/Site/bireme/homepage.htm>

domínio conexo, qualquer matéria não pertencente aquele campo, mas considerada conveniente ou necessária para contemplar sua formação.

Estes se constituem nos procedimentos formais para o funcionamento de uma pós-graduação no Brasil. De certa forma, o entendimento para estrutura de conteúdo de uma pós-graduação era claro. O que não era claro era como elaborar este conteúdo a partir da construção de áreas de concentração, disciplinas e outros caracteres.

O mestrado em Ciência da Informação do IBBD pode ser entendido como inovador e experimental no Brasil. É preciso considerar que a noção de experimental comprova as dificuldades iniciais que o IBBD teve de enfrentar para construir o mestrado em Ciência da Informação.

Gomes (1974, p. 19) fala sobre o conteúdo a ser desenvolvido pelo mestrado do IBBD:

A análise desses pontos levou ao estabelecimento de um currículo que se pode chamar experimental. Aqui residiu a primeira grande dificuldade: como e o que agrupar como área de domínios conexos e área de concentração? Nada havia no país para servir de base e as experiências estrangeiras estavam longe da realidade brasileira. Ao mesmo tempo, seus idealizadores desconheciam o mecanismo do mestrado e a instituição não participa de contexto universitário.

Pode-se perceber que um dos maiores problemas do mestrado refere-se ao seu conteúdo, especialmente no que concerne ao conhecimento sobre a estruturação das áreas de concentração e a constituição das disciplinas. Verifica-se que o mestrado promovido pelo IBBD previa uma capacitação para profissionais de diversas áreas que trabalhem com informação, mas o principal era fomentar a pesquisa para os professores universitários. Porém, mesmo tendo tipos de públicos relativamente definidos em virtude do já conhecido curso de Documentação Científica, o conhecimento sobre mecanismos acadêmicos e burocráticos para instituição do mestrado era escasso.<sup>53</sup>

No setor burocrático destaca-se o fato de que o IBBD não era uma instituição universitária, o que dificultava o estabelecimento de parcerias e o reconhecimento institucional para elaborar o mestrado. No setor acadêmico atenta-se para a falta de recursos humanos especializados. Não é a toa que foi necessária a contratação de professores estrangeiros (EUA e Europa). O mestrado em Ciência da Informação do IBBD constituiu o seu corpo docente basicamente pelos seguintes professores e pesquisadores: *Tefko Saracevic, Frederick Lancaster, Jack Mills, Bert Boyce, LaVhan Overmyer, Ingetraut Dahlberg, John*

---

<sup>53</sup> Carvalho (1978) identificou que até outubro de 1978, dos 47 mestres em Ciência da Informação pelo IBICT, mais da metade exerciam cargos de magistério.

*Eyre, Suman Datta*. Os seis primeiros, principalmente *Lancaster e Saracevic*, foram responsáveis pela orientação das 53 dissertações de mestrado iniciais. Destacam-se ainda as contribuições do historiador da ciência Derek de Solla Price, na qualidade de conferencista. (PINHEIRO, 1997).<sup>54</sup>

O quadro a seguir mostra a estrutura de conteúdo do mestrado do IBBD levando em consideração suas áreas de concentração e suas disciplinas:

Áreas de concentração do mestrado	Atividade	Disciplinas	
		Das áreas de concentração	Dos domínios conexos
1. Usuários; 2. Administração de sistemas de informação/documentação; 3. Transferência da informação (enfoque matemático e estatístico)	Planejamento	Organização e administração de serviços de informação	
	Processamento	Teoria da classificação; Indexação e resumos; Processamento de dados na documentação; e Automação em bibliotecas	
			Teoria dos conjuntos; Linguística; Semântica; e Programação
	Ensino		Didática
	Pesquisa		Metodologia da pesquisa; e Epistemologia

**Quadro 2: Áreas concentração e disciplinas do mestrado em Ciência da Informação do IBBD.**

Fonte: Adaptado de Gomes (1974) e Carvalho (1978).

Dessa forma, o mestrado em Ciência da Informação do IBBD caminhou entre 1970 e 1976 tentando encaminhar seus primeiros passos acadêmicos e científicos. Até que no ano de 1976, ocorre uma mudança de nomenclatura no IBBD que passaria a se chamar Instituto

<sup>54</sup> A instalação da pós-graduação no Brasil ocorreu nesse contexto de dependência em relação às nações consideradas desenvolvidas, principalmente EUA e Europa. Entende-se que essa parceria se configurou a partir da vinculação de uma sociedade dependente a outra, supostamente mais organizada e desenvolvida, para estabelecer uma relação de "parceria subordinada". Contudo, tal dependência, é extremamente nociva mormente na área da pesquisa, uma vez que a compra de *know-how* estrangeiro se torna um mau negócio por desestimular as iniciativas de desenvolvimento tecnológico do país importador, limitando a formação de cientistas e pesquisadores. Nesse contexto, o valor do cientista depende do impacto internacional que seu trabalho tem e da consonância do tema de sua pesquisa com os interesses dos países desenvolvidos. A interferência da United States Agency for International Development (USAID) nos rumos da educação brasileira na década de 1960 deve ser entendida sob esta ótica (ROMANELLI, 1993, p. 196).

Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, visando adequar-se terminologicamente ao desenvolvimento das atividades de informação, ciência e tecnologia.

O CNPQ/IBICT (1976, p. 11) em documento publicado na revista *Ciência da Informação* formaliza que:

Pela Resolução Executiva do CNPq, nº 20/76 de 25.03.76, foi criado o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, nos termos que se seguem:  
 "Considerando a necessidade de fornecimento de Informações em Ciência e Tecnologia à comunidade para agilizar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — (SNDCT);  
 Considerando que o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD vinha até o momento cuidando do assunto pelos aspectos documentários e bibliográficos, e  
 Considerando que o aspecto da Disseminação da Informação assume uma preponderância grande em função do estágio em que se encontra a tecnologia, o Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, resolve:  
 Criar o INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT como desenvolvimento natural do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD.  
 Fica assim extinto o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — IBBD, cujos direitos e obrigações passam para o INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT." (Ass. José Dion de Melo Teles, Presidente do CNPq).

Pelo teor do documento acredita-se que houve uma tendência natural na alteração IBBD para IBICT, visto que houve as atividades de informação passaram a conceber um contexto mais lato, mas é preciso verificar o incentivo político e institucional para que essa mudança ocorresse.

O IBBD, estimulado pela UNESCO e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) transformou-se em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em meados de 1976, com o objetivo de apoiar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por meio do acesso às informações em C&T e com a intenção de desenvolver e implantar uma rede de informação no País. (BARRETO, 2009).

Como já exposto havia uma tendência global na valorização de estudos, pesquisas e aplicações em informação, científica e tecnológica. Pela terminologia IBBD, o Instituto ainda estaria muito ligado a práticas bibliográficas e documentais, sendo necessária uma ampliação dessas atividades para informação científica e tecnológica. Logicamente que o IBBD já buscava essa prática informacional, mas em termos de nomenclatura não estava adequado ao contexto.

De fato, não ocorre apenas uma substituição de nomenclatura, mas também uma mudança nas competências e nas finalidades, nas áreas de atuação, fonte de recursos, vendas

de produtos e serviços do Instituto, além da mudança de direção que passou a ser de José Adolfo Vencovsky. (CNPQ/IBICT, 1976).<sup>55</sup>

Como corolário das mudanças institucionais do Instituto, bem como da mudança de direção, houve também uma relativa mudança na pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT a partir de 1977.

Abigail de Oliveira Carvalho (1978, p. 292) fala sobre as mudanças da pós-graduação em Ciência da Informação, logo após o surgimento do IBICT:

Com a criação do IBBD, desenvolvimento natural do IBBD, o curso de mestrado passou a ser uma das atribuições da Coordenadoria de Treinamento, Pesquisa e Desenvolvimento. Foram feitas novas alterações no regulamento, aprovadas em abril de 1977 pela UFRJ, visando a dar ao curso melhores condições de atendimento de seus objetivos, dentro das normas universitárias e levando-se em consideração os recursos realmente disponíveis. Seguiu-se o critério de maior flexibilidade através de programação de estudos que compreendesse um elenco de disciplinas optativas. As áreas de concentração foram reduzidas a <Administração de Sistemas de Informação/Documentação> e <Transferência de Informação>. A área de concentração de <Usuários> foi eliminada como área específica para permitir que os alunos de todas as demais áreas tivessem a oportunidade de cursar as disciplinas que anteriormente compunham elenco exclusivo dos que optassem por aquela. Pressupôs-se que essas disciplinas fossem de importância para os candidatos das outras áreas, sobretudo, da de <Administração>.

Após a criação do IBICT a pós-graduação em Ciência da Informação em parceria com a UFRJ estabelece diálogos mais efetivos com outras áreas do conhecimento, além da Biblioteconomia, como Engenharias, Administração, Computação, dentre outras. A prova disso é a adequação feita no Programa de mestrado que modificou a área de concentração “Usuários” destrinchando-a no conteúdo do curso para que os alunos de outras áreas pudessem fazer, principalmente os alunos de Administração.

Com essas modificações, o mestrado passou a oferecer mais disciplinas e com maior variedade para os alunos mostrando que o IBICT estava colhendo os frutos de uma experiência mais alargada com o curso de pós-graduação que permitiu a adesão a um diálogo mais amplo com setores políticos e acadêmicos de ciência e tecnologia.

Na década de 1970, outros cursos de pós-graduação surgiram, mas com o nome de Biblioteconomia. Os pesquisadores de Biblioteconomia. Como já mencionado, a Ciência da Informação no Brasil cresceu com um largo contato acadêmico e institucional com a

---

<sup>55</sup> O documento que fala sobre a criação do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT) pode ser acesso no seguinte link: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1596/1209>

Biblioteconomia. Comumente os pesquisadores da área de Biblioteconomia, na década de 70, falavam que no Brasil havia pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação.<sup>56</sup>

Além do mestrado do IBICT, enfatiza-se a existência de mais 5 (cinco) mestrados com a nomenclatura Biblioteconomia ou Biblioteconomia/ Documentação no Brasil: UFMG, PUC DE CAMPINAS, UnB e UFPB. Embora haja uma efetiva contigüidade entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação no Brasil, os mestrados tiveram perspectivas diferentes.

Mueller (1985, p. 11) relata sobre os motivos pelos quais os mestrados foram criados:

Mas é interessante notar que os cursos de mestrado em biblioteconomia e documentação iniciados entre 1976 e 1978 - Universidade Federal de Minas Gerais - 1976; Pontifícia Universidade Católica de Campinas - 1977; Universidade de Brasília - 1978; Universidade Federal da Paraíba - 1978 - talvez tenham sido impulsionados não apenas pela pressão exercida pela classe, mas pela necessidade sentida pelos órgãos financiadores dos cursos de pós-graduação, especialmente a CAPES, de pessoal qualificado para gerir as bibliotecas universitárias que davam suporte àqueles cursos.

Um ponto a ser destacado é que com o reconhecimento da profissão de bibliotecário, a área começou a ganhar maior espaço de atuação profissional, porém, sem um nível de qualidade na atuação em bibliotecas efetivamente reconhecido. A própria Biblioteconomia vislumbrou a necessidade da abertura de um mestrado para qualificação dos profissionais. Vale salientar que o principal motivo pelo qual o mestrado em Biblioteconomia foi criado partiu de uma demanda dos órgãos financiadores dos cursos de pós-graduação, em caráter particular, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que necessitava da capacitação dos bibliotecários a fim de que atuassem no gerenciamento das bibliotecas universitárias que davam suporte informacional aos cursos.

Desse modo, verifica-se que o mestrado em Biblioteconomia apresentava uma proposta voltada eminentemente para a atuação profissional em bibliotecas, principalmente universitária dada a grande demanda para atuar nesses centros de informação, enquanto o mestrado em Ciência da Informação do IBICT primava pela qualificação de professores e pesquisadores.

Acredita-se que as histórias da Biblioteconomia e da Ciência da Informação compõem um espectro de identidade fragmentada, uma vez que embora atualmente sejam áreas muito

---

<sup>56</sup> A proximidade entre Biblioteconomia e Ciência da Informação era tão intensa que era muito comum o desenvolvimento de atividades conjuntas entre instituições biblioteconômicas, como a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) e o IBICT, por exemplo que fomentando estudos sobre atividades informacionais.

contíguas e institucionalmente muito ligadas em termos de graduação e pós-graduação, tinham problemas e finalidades diferenciadas.

A fragmentação dessa identidade ocorre pelo fato de que não houve uma articulação geral, mas sim a identificação de pontos e problemas específicos. Como afirma Carvalho (1978, p. 294) “A criação dos cursos de mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação não obedeceu a uma coordenação geral, mas, de alguma forma, cada novo curso busca preencher um vazio identificado”.

Embora haja uma identidade fragmentada, também se deve atentar para o fato de que o mestrado em Biblioteconomia proporciona o fortalecimento da identidade local da área. Como afirma Mueller (1988, p. 78):

A escolha das áreas de concentração por um determinado curso é geralmente o resultado da soma de vários fatores que agem sobre ele, tais como as características da região onde funcionam, tanto em termos econômicos como políticos, e o perfil do professorado. As áreas de concentração norteiam os temas e assuntos mais pesquisados e a composição curricular.

Cada curso oferece uma formação especializada aos bibliotecários, com vistas a promover um aprimoramento na atuação de acordo com a necessidade de cada localidade. Vale considerar que as condições políticas e econômicas possuem muitas variações no Brasil, o que possibilita a concepção de pensamentos específicos, embora seja comum o diálogo entre docentes e pesquisadores dos cursos de Biblioteconomia através de seminários, congressos, como o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD).

A década de 1970 tem um grande enfoque na abertura de mestrados em Biblioteconomia e Documentação realçando que os mestrados desta década foram criados entre 1976 e 1978, com exceção da USP, em 1972.

Iniciando pelo mestrado da UFMG, foi criado em 1976 com a nomenclatura de mestrado em Administração de Bibliotecas. O referido mestrado estabeleceu duas áreas de concentração: “Biblioteca e Educação” e “Biblioteca e Informação Especializada”. A primeira área busca a preparação dos bibliotecários para atuarem diante dos problemas da educação formal e ao seu papel na comunidade. Já a segunda dá ênfase a formação de administradores de sistemas da informação especializada para organização e disseminação da informação. (CARVALHO, 1978). O curso proposto pela UFMG inicialmente tem sua identidade construída a partir de uma questão muito específica que é uma formação voltada para a administração da informação, assunto novo para a área em termos de pós-graduação. De

acordo com Barbosa et al, (2000, p. 85) “Esse nome era equivocado. O correto seria Curso de Pós-graduação em Biblioteconomia.”

O Programa da PUC de Campinas teve início em agosto de 1977, sendo destinado exclusivamente para portadores do diploma de graduação em Biblioteconomia com a finalidade de preparar docentes para as escolas de Biblioteconomia. A área de concentração do mestrado em tela era “Metodologia do Ensino em Biblioteconomia” enfatizando várias disciplinas de cunho pedagógico. (CARVALHO, 1978). O mestrado de Biblioteconomia da PUC de Campinas apresenta uma peculiaridade na área, pois é o único mestrado que se preocupa efusivamente com a qualificação para a docência. O mestrado de Biblioteconomia da PUC apresenta marcas de uma identidade essencialista em virtude de que apresenta apenas o bacharel em Biblioteconomia como opção, ao passo que apresenta também uma marca não-essencialista, pois se baseia por elementos da educação para compor o conteúdo programático do seu mestrado, como disciplinas de didática, ensino, metodologia, etc..

Já o Programa da UnB, conforme Carvalho (1978) inicia em março de 1978 com duas áreas de concentração: “Planejamento, Organização, Administração de Sistemas de Informação” e “Recursos e Técnicas de Documentos e Informação Científica”. As duas áreas de concentração buscavam preparar os alunos para desenvolver atividades em setores públicos e privados que primasse pela organização, disseminação e acesso à informação. Há duas características marcantes no mestrado em Biblioteconomia da UnB que formulam um contexto de identidade partilhada. A primeira é contigüidade com a UFMG no que tange a área de Planejamento, Organização, Administração de Sistemas de Informação. A segunda implica no fato de que o mestrado da UnB era o que mais tinha contigüidade com a Ciência da Informação através da área de Recursos e Técnicas de Documentos e Informação Científica.

No que se refere ao Programa da UFPB teve início em agosto de 1978 através da Resolução n. 203/77, do Conselho Universitário com a seguinte área de concentração: “Sistemas de Bibliotecas Públicas”. Este mestrado foi o que possuía maior proximidade de conteúdo com o da PUC a partir do momento em que estimula a formação de docentes em Biblioteconomia para melhoria do ensino e para alavancar as pesquisas na área. Mas o principal objetivo é qualificar os bibliotecários para o desenvolvimento das atividades de planejamento e gerenciamento de bibliotecas públicas.

O mestrado tem seu limiar com duas linhas de pesquisas: Hábito de Leitura e Planejamento e Gerência de Bibliotecas Públicas, a partir de agosto de 1978, com a oferta de vinte vagas, aglutinando candidatos de sete Estados do País. A justificativa para a área de

concentração respaldou-se em considerar a Biblioteca Pública como um equipamento social que desempenha um elenco de funções significativas para a sociedade. A primeira delas de atendimento cultural por meio do suporte à educação, reforçando os programas de educação formal e informal, transmitindo valores e formando atitudes em alunos e crianças; a segunda por meio da função de integração comunitária que atua como aglutinador de instituições educacionais e culturais, irradiando programas educacionais, culturais e artísticos; fechando o elenco, a função organizacional que atende a constituição de sistemas e redes e engloba bibliotecas estaduais e municipais. (PPGCI UFPB, 2007).

O mestrado da UFPB tem uma peculiaridade, pois é o único da região Nordeste. Surge em um momento onde a relação entre a universidade, os instrumentos educativos e culturais e as comunidades carentes estava se fortalecendo. Assim, a biblioteca pública, seria um efetivo instrumento para aproximar a Biblioteconomia das comunidades carentes, a partir da qualificação de seus profissionais no quesito planejamento e gestão de bibliotecas públicas.

O mestrado da USP surgiu em 1972. É preciso enfatizar que o Mestrado é em Comunicação com área de concentração em Biblioteconomia e Documentação. Possui duas linhas de pesquisa: a primeira de cunho teórico que inclui teoria da informação cibernética e lingüística e a segunda é de aplicação nas tomadas de decisões relativas a organização e usuários. (MUELLER, 1985).

A finalidade era formar pesquisadores e professores possibilitando a verificação de uma semelhança em termos de finalidade com o mestrado da PUC. Embora o mestrado estivesse como área de concentração da pós-graduação em Comunicação, o estabelecimento dessa relação enriqueceu substancialmente o desenvolvimento da Biblioteconomia e Documentação enquanto área de concentração do mestrado.

Uma síntese da pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação na década de 1970 que se deu em nível de mestrado pode ser visualizada no quadro que segue enfatizando as instituições criadoras, suas áreas de concentração e finalidades:

Universidade Programa	Especialidade	Área(s) de concentração	Ano de criação	Finalidade
IBBD/IBICT UFRJ	Ciência da Informação	“Usuários”, “Administração de Sistemas de Informação/Documentação” e “Transferência de Informação”	1970	Formar professores e pesquisadores para atuar com sistemas de informação especializados e informação científica
UFMG mestrado	Administração de Bibliotecas (Biblioteconomia)	“Biblioteca e Educação” E “Biblioteca e Informação Especializada”	1976	Formar lideranças profissionais para atuar em sistemas de informação especializada para organização e disseminação da informação
PUC mestrado	Biblioteconomia	“Metodologia do Ensino em Biblioteconomia”	1977	Qualificar bibliotecários para atuação na docência
UnB mestrado	Biblioteconomia e Documentação	“Planejamento, Organização, Administração de Sistemas de Informação” e “Recursos e Técnicas de Documentos e Informação Científica”.	1978	Qualificar profissionais para atuação em planejamentos de sistemas e informação científica.
UFPB mestrado	Biblioteconomia	“Sistemas de Bibliotecas Públicas”	1978	Qualificar bibliotecários para atuação no planejamento e gerenciamento de bibliotecas públicas
USP mestrado e doutorado	Comunicação com área de concentração em Biblioteconomia e Documentação		1972 1980	Formar pesquisadores e professores para atuar com tomadas de decisões, organização e usuários

**Quadro 3: As primeiras pós-graduações em Biblioteconomia e Ciência da Informação na década de 1970.**

Fonte: Adaptado de Mueller (1988) e Pinheiro (2000)

Enfim, pode-se observar que a trajetória da pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia na década de 1970 apresentou realidades bem peculiares e repletas de mudanças.

#### 4.4.2 A trajetória da pós-graduação em Ciência da Informação na década de 1980: novas e/ou contínuas concepções identitárias a partir do aperfeiçoamento dos programas

A década de 1980 tem seu início com mudanças no campo político e econômico.<sup>57</sup> A educação superior também passa por modificações em seu âmbito de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Quais foram essas modificações?

<sup>57</sup> Com o processo de redemocratização política, recessão econômica e aumento substancial da inflação o Brasil passou por muitas transformações na década de 1980 que também influenciaram na educação básica e superior brasileira.

Em uma crítica a pós-graduação brasileira Hamburger (1980, p. 90) propôs que os cursos no Brasil desenvolvessem “linhas de pesquisa de maior interesse para o país, libertando-se, na medida do possível, dos modismos e preconceitos internacionais definindo programas e currículos partindo da realidade e das aspirações brasileiras e não somente da tradição em outros países.”

A partir de então, o Brasil começa a modificar suas propostas de pós-graduação tentando intensificar o processo de identidade nacional. Mais uma vez insere-se a discussão sobre identidade essencialista e não-essencialista.<sup>58</sup>

A pós-graduação brasileira nas décadas de 1930 a 1970 construíram seus pressupostos baseados em uma identidade não-essencialista em face da comumente incorporação dos estudos, teorias e dos pesquisadores estrangeiros na conduta de elaboração e disciplinarização dos cursos.

Como afirma Woodward (2000) a identidade essencialista vai buscar enaltecer o contexto nacional, seus êxitos, características, sua história, enquanto a identidade não-essencialista busca valorizar as diferenças, a fragilidade no estabelecimento de fronteiras sociais, culturais, econômicas, políticas e científicas.

Com efeito, a vantagem da tentativa de fortalecer uma identidade nacional da pós-graduação brasileira não reside apenas em um amplo olhar sobre as necessidades e realidades específicas de cidades, estados e regiões, mas sim o respaldo institucional, acadêmico, científico e profissional para a construção de teorias e estudos que realmente estejam essencialmente aplicados ao contexto em que a pós-graduação está inserida. Esse tipo de atitude visa enaltecer as marcas históricas da pós-graduação e suas qualidades produtivas no contexto social.

A desvantagem é que com a valorização da identidade nacional da produtividade de pós-graduação brasileira na década de 1980, engendrou problemas em termos de repercussão internacional dos cursos, uma vez que dificultou a publicação de trabalhos no exterior, por serem os temas tão próprios e por vezes específicos da realidade brasileira. Ressalta-se que esses problemas foram amplamente visíveis a realidade das Ciências Sociais e Humanas. Já nos trabalhos de Ciências Biológicas e Exatas essa marca não é tão comum. (SANTOS, 2003).

---

<sup>58</sup> Importante salientar que a identidade nacional de um país ou grupo social é muito peculiar, dado que busca reconhecimento, mas não é algo padrão, totalizante e constituído harmonicamente. Como afirma Bauman (2005, p. 28) “A identidade nacional nunca foi como as outras identidades. Diferentemente delas, que não exigiam adesão inequívoca e fidelidade exclusiva, a identidade nacional não reconhecia competidores, muito menos opositores”.

A vantagem e a desvantagem remetem a um apelo histórico para afirmação da identidade nacional de qualquer grupo, em qualquer esfera, pois verifica a necessidade de uma aceitação por parte de quem se afirma, assim como atenta para uma interpretação histórica de quem recebe essa afirmação.

Esse apelo histórico produz uma noção de diferença entre as identidades. No caso da pós-graduação foi muito comum ver o Brasil dependente em termos de produtividade nacional durante as décadas de 1930 a 1970, sendo que a partir do momento em que essa identidade nacional quer se afirmar em caráter autêntico ocorre certa resistência de outras identidades em aceitar.

Não é a toa que Castells (2002, p. 24) fala que “a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado pelo poder”. Em outras palavras, adentra-se no rumo das identidades legitimadoras e das identidades de resistência

No caso da Ciência da Informação, essa afirmação de uma identidade nacional, a partir da década de 1980 começou a ganhar força, principalmente pelo olhar atento as potencialidades e problemáticas nacionais, regionais e locais percebidas no contexto da informação e da biblioteca.

Na década de 80, não houve a criação de novas pós-graduações em Biblioteconomia e Ciência da Informação, mas sim o aperfeiçoamento das pós-graduações já existentes com a sua mudança de conteúdo (área de concentração, disciplinas, etc.) e com o início do processo de uma afirmação da identidade nacional em termos de ensino e pesquisa.

Mueller (1988, p. 78 e 79) afirma sobre as mudanças na pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação na década de 80 que:

Apesar de serem cursos relativamente recentes, essas áreas de concentração escolhidas têm evoluído, mudando, ao longo do tempo. Nota-se, atualmente, um interesse emergente pelo papel que caberia às bibliotecas, principalmente às bibliotecas públicas, no desenvolvimento de comunidades [...] As mudanças de áreas de concentração ou linhas de pesquisa e os temas de estudo vêm demonstrando uma tendência do movimento em direção ao papel social da biblioteca e à conscientização dos profissionais para o problema. Veja-se, por exemplo, as novas áreas adotadas pela UFRJ, UFPB e USP.

Percebe-se que essas mudanças na pós-graduação começam a primar pela afirmação de uma identidade nacional na atuação com bibliotecas e a informação, principalmente voltadas para o contexto social implicando afirmar que o olhar de professores, pesquisadores alunos e profissionais vislumbrava um olhar voltado para problemas de informação visíveis nas cidades, estados, regiões e no país de forma mais ampla.

Dessa forma, verifica-se que os cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, na década de 80, modificam suas propostas de conteúdo para adequar a realidades específicas do Brasil. Ressaltando que essa mudança não foi generalizada, haja vista que alguns programas permaneceram com suas áreas de concentração e suas propostas de atuação.

No caso da pós-graduação em Ciência da Informação promovida pelo IBICT/UFRJ podem-se observar as seguintes áreas de concentração: 1. Processamento de Informação, 2. Estrutura e Fluxo de Informação e 3. Informação, Cultura e Sociedade. O mestrado da USP apresenta como áreas de concentração: 1. Geração e Uso da Informação, 2. Análise Documentária e 3. Ação Cultural e Biblioteca. O mestrado da UFMG tem como áreas: 1. Biblioteca e Educação 2. Biblioteca e Informação Especializada. O mestrado da PUC de Campinas: Planejamento e Administração de Sistemas. O mestrado da UnB Planejamento, Organização e Administração de Sistemas de Informação Científica. O mestrado em Biblioteconomia da UFPB tem como área: Biblioteca e sociedade. (MUELLER, 1988).

Analisando a configuração das áreas de concentração das pós-graduações na década de 80 observam-se dois blocos principais: o primeiro, constituído pelas pós-graduações que modificaram o seu conteúdo e aqueles programas que permaneceram com o seu conteúdo. Pode-se chamar de identidades modificadas e identidades fixadas.

Um adendo que modifica a estrutura acadêmica e curricular da pós-graduação do IBICT foi a sua nova parceria com a UFRJ. De acordo com a Comissão de Convênio CNPq/IBICT-ECO/UFRJ (1987, p. 114):

Em maio de 1983, por força de um novo convênio assinado entre CNPq e a UFRJ a estrutura curricular do mestrado em Ciência da Informação passou a integrar a estrutura curricular e acadêmica do Programa de Pós-Graduação da UFRJ, como uma das áreas de concentração – Ciência da Informação do mestrado em Comunicação da Escola de Comunicação. Foi mantida a maior parte do corpo docente do mestrado em Ciência da Informação CNPq/IBICT, assim como sete funcionários técnicos e administrativos. A programação curricular sofreu algumas alterações, visando uma maior integração com o Programa já existente conservando, contudo, seus objetivos e as características fundamentais. Em outubro de 1986, a área de concentração em Ciência da Informação do Mestrado em Comunicação da UFRJ/ECO é credenciada pelo Conselho Federal de Educação (CFE), processo CFE/MEC, nº 23079010774/84-77, pelo prazo de cinco anos. Neste mesmo processo é recomendado que a área de concentração passe a constituir um curso de Mestrado. Desta forma, o curso de Mestrado em Ciência da Informação volta, a partir de 1986, a funcionar e a recrutar alunos como um mestrado independente, dentro da estrutura da Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, e estando devidamente credenciado pelo CFE/MEC. A partir de 1985, foi incluída no Programa de Doutorado em Comunicação da UFRJ/ECO a linha de pesquisa “Informação, Cultura e Sociedade”, coordenada por um professor/pesquisador da área e Ciência da Informação e na qual três professores do Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO desenvolvem atualmente seus projetos de doutorado.

O curso do IBICT/UFRJ apresenta uma relativa modificação em suas áreas de concentração. Permanece com a sua estrutura voltada para sistemas de informação especializadas e informação científica, mas insere um fator social que é informação, cultura e sociedade. Verifica-se nesta pós-graduação a aproximação entre os aspectos científicos e sociais mostrando que a informação só tem sentido sólido se for estudada cientificamente e aplicada no contexto social e cotidiano.

É importante destacar que a inclusão da linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade buscou dialogar com as outras linhas de pesquisa do mestrado em Ciência da Informação, assim como se desenvolver de forma independente como uma nova linha de investigação.

A linha de pesquisa Metalinguagens de Comunicação procurou aproximar no contexto da pesquisa e da produção acadêmica o mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da UFRJ.<sup>59</sup> Vale considerar que as relações instituições entre Ciência da Informação e a Escola de Comunicação da UFRJ influenciaram significativamente no desenvolvimento do ensino e da pesquisa do mestrado do IBICT.

O mestrado da USP permanece com as questões voltadas para análise documentária com ênfase nos estudos de Linguística, Semiótica, bem como continua valorizando as questões relativas a organização, geração e uso da informação. Porém, insere em seu programa a área de ação cultural e biblioteca que possibilita o enfoque as questões sociais e culturais que a biblioteca pode promover.

O mestrado da PUC de Campinas também foi modificado, uma vez que mudou sua área de Metodologia do Ensino em Biblioteconomia para Planejamento e Administração de Sistemas. Talvez tenha sido o que mais modificou suas ações, mas não pela complexidade da mudança e sim pela especificidade. Como o mestrado era voltado exclusivamente para aperfeiçoamento docente, tanto em termos do público que fazia o mestrado, como de seu conteúdo programático, compreende-se que o programa modificou bastante o seu foco (finalidade), mas não modificou tanto o público. Embora tenham passado a aceitar profissionais de outras áreas, muitos bibliotecários e docentes de Biblioteconomia continuaram fazendo o mestrado.

O mestrado da UFPB está variante entre a identidade modificada e a identidade fixada. Isso corre em virtude de que o mestrado de 1978 a 1987 tinha como área de concentração Sistemas de Bibliotecas Públicas com linhas de pesquisas voltadas para o Hábito da Leitura e

---

<sup>59</sup> O convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO (1987) afirma que a linha de pesquisa Metalinguagens de comunicação desenvolve abordagens de Comunicação e Lógica e Processamento da Informação.

Planejamento e Gerência de Bibliotecas Públicas. Mas, partir de 1988, o mestrado mudou a área de concentração de Sistemas de Bibliotecas Públicas para Biblioteca e Sociedade, o que significa dizer que houve uma ampliação no contexto de atuação do mestrado, já que na década de 70 e boa parte da década de 80 existia o enfoque social, mas voltado essencialmente para a biblioteca pública, enquanto que a partir de 1988, o enfoque continuou sendo social, mas amplamente voltado para as diversas práticas sociais bibliotecárias.

Abath e Melo (1988, p. 67) falam sobre as finalidades das áreas de concentração do mestrado em Biblioteconomia da UFPB e suas linhas de pesquisa na década de 80, em caráter particular a partir de 1988:

A referida área de concentração tem como objetivos:

- a) analisar a prática bibliotecária no sentido de reorientá-la para uma preocupação de não identificar quantidade como qualidade de sua contribuição ao social;
- b) refletir sobre a prática bibliotecária, situando-a no conjunto das práticas sociais, identificando: a realidade social existente, a atuação do bibliotecário nesta realidade, as instituições através das quais a atuação bibliotecária vem atingindo o público, e os organismos e movimentos alternativos às instituições oficiais, com os quais a prática bibliotecária possa vir a exercer-se, tais como as comunidades eclesiais de base, os movimentos de educação popular, etc.

O Curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB está desenvolvendo as seguintes linhas de pesquisa:

- Atuação da biblioteca em comunidades carentes — que compreende o estudo dos fatores sociais que condicionam o desempenho das bibliotecas;
- Planejamento e gerência de sistemas de serviços informacionais — que compreende o estudo da relação do Estado e biblioteca nos seus vários níveis, numa perspectiva histórica;
- Informação para o desenvolvimento regional — aborda a informação para o insumo básico no processo de desenvolvimento sócioeconômico a nível regional.

Observa-se que o mestrado em Biblioteconomia da UFPB possui um efetivo cuidado com as práticas bibliotecárias no contexto social. Por isso, ampliou a antiga área de concentração com vistas a fortalecer as pesquisas sobre o assunto. Pode-se afirmar que o mestrado da UFPB varia entre as identidades modificadas e identidades fixadas em virtude de que, embora tenha ampliado suas áreas de concentração e linhas de pesquisa, a produção continuou majoritariamente voltada para a biblioteca pública em seu enfoque social.

Mais uma vez dialogando com Abath e Melo (1988, p. 67) “observa-se que 40,7% do total das dissertações defendidas são sobre biblioteca pública evidenciando a preferência dos mestrados em favor da antiga área de concentração do Curso: Sistemas de Bibliotecas Públicas”.

A autora, que era coordenadora do Mestrado em Biblioteconomia no período, acrescenta ainda que 26% das dissertações são sobre biblioteca escolar, 3,7% sobre biblioteca universitária e 29,6% correspondem a outros assuntos da Biblioteconomia observando que as

demais produções são majoritariamente voltadas para o contexto social e pedagógico da biblioteca, principalmente referente a biblioteca escolar.

Já os mestrados da UFMG e UnB permanecem com as mesmas áreas de concentração e com o mesmo enfoque de atuação. Mas isso não significa um ponto negativo, mas ao contrário, mostra uma relativa solidez dos programas e um olhar para as questões específicas de interesse das comunidades biblioteconômicas de cada instituição. No caso da UFMG observa-se ainda um forte teor voltado para a administração de bibliotecas através os estudos sobre sistemas de informação especializadas e as relações entre biblioteca e sociedade. Quanto ao mestrado da UnB continua estabelecendo certa relação com o mestrado da UFMG no quesito administração de sistemas de informação e muito próximo do mestrado em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ, em caráter particular, no que tange aos estudos sobre planejamento, organização e administração de sistemas de informação científica.

O quadro que segue faz uma síntese da situação da pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação na década de 80:

Universidade Programa	Especialidade	Áreas de concentração		Situação das áreas de concentração
IBICT UFRJ mestrado	Ciência da Informação	Entre maio de 1983 e outubro de 1986 o mestrado do IBICT/UFRJ esteve inserido como área de concentração da Pós-Graduação da ECO/UFRJ		Modificou
		A partir de outubro de 1986 torna-se novamente um mestrado independente com as seguintes áreas: 1. Processamento de Informação, 2. Estrutura e Fluxo de Informação e 3. Informação, Cultura e Sociedade.		
UFMG mestrado	Administração de Bibliotecas (Biblioteconomia)	1. Biblioteca e Educação 2. Biblioteca e Informação Especializada.		Permaneceu
PUC mestrado	Biblioteconomia	Planejamento e Administração de Sistemas		Modificou
UnB mestrado	Biblioteconomia e Documentação	Organização e Administração de Sistemas de Informação Científica.		Permaneceu
UFPB mestrado	Biblioteconomia	Até 1987 – “Sistemas de Bibliotecas Públicas” A partir de 1988 – “Biblioteca e sociedade”		Modificou (ampliou)
USP mestrado e doutorado	Comunicação	Biblioteconomia e Documentação	1. Geração e Uso da Informação, 2. Análise Documentária e 3. Ação Cultural e Biblioteca (linhas de pesquisa) <sup>60</sup>	Modificou as linhas de pesquisa

**Quadro 4: Situação das pós-graduações em Biblioteconomia e Ciência da Informação na década de 80.**

Fonte: Adaptado de Mueller (1988)

<sup>60</sup> Como a área de concentração da pós-graduação da USP é em Biblioteconomia e Documentação por estar dentro do curso de Comunicação, é pertinente a ênfase nas linhas de pesquisa.

Portanto, infere-se que a identidade da pós-graduação em Ciência da Informação na década de 80 continua fortemente atrelada ao programa do IBICT/UFRJ, assim como permanece uma intensa relação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação com uma mentalidade mais voltada para as questões nacionais, regionais e locais.

A Ciência da Informação na década de 1990 apresenta mudanças profundas em sua estrutura de pós-graduação, bem como em seu processo de pesquisa.

#### *4.4.3 A pós-graduação em Ciência da Informação na década de 1990 ou da Biblioteconomia à Ciência da Informação: identidades institucionalmente modificadas*

A década de 1990 para a Ciência da Informação foi significativa para sua consolidação em nível nacional. Inicialmente pela expansão da produção científica. Em seguida, pela substituição das pós-graduações em Biblioteconomia para pós-graduação em Ciência da Informação. Em terceiro lugar pela abertura de outras pós-graduações. E, por último, pelo desenvolvimento de associações científicas, como a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) criada em 1989.

Dando destaque a pós-graduação em Ciência da Informação, é preciso destacar quatro quesitos fundamentais para seu desenvolvimento no Brasil na década de 90: o primeiro é a franca expansão do Programa de Pós-Graduação promovido pelo IBICT em parceria com a UFRJ; o segundo é referente a substituição do nome pós-graduação em Biblioteconomia para pós-graduação em Ciência da Informação em algumas instituições ampliando o foco de atuação acadêmica e de inserção de candidatos; o terceiro refere-se a abertura de doutorados ampliando a margem produtiva da pós-graduação e o terceiro implica na abertura de novos cursos de pós-graduação.<sup>61</sup>

Na década de 90, alguns Cursos e Programas modificaram a sua denominação, de Biblioteconomia e/ou Documentação para Ciência da Informação. Em 1991, houve a modificação da nomenclatura dos cursos da UFMG, da UNB e da USP.

A pergunta que não quer calar é: por qual motivo a mudança da pós-graduação de Biblioteconomia e/ou Documentação para Ciência da Informação na década de 90?

Como já observado no presente trabalho há uma tendência que vem desde o surgimento do IBBD de que as práticas biblioteconômicas (restritas a biblioteca) não mais se

---

<sup>61</sup> Compreende-se que a ANCIB é um importante instrumento para o desenvolvimento das pesquisas e da Pós-Graduação em Ciência da Informação. Por isso, o presente trabalho destinou um tópico para falar sobre a ANCIB, em caráter particular, do ENANCIB e as relações com a Pós-Graduação em Ciência da Informação.

adequavam a nova postura de atividades com a informação que tinha um amplo leque de estudos.

Na fala sobre a mudança de nomenclatura da Escola de Biblioteconomia da UFMG para Escola de Ciência da Informação observando que esse discurso foi partilhado por outras instituições Paim (2000, p. 105) destaca que:

A mudança do nome da Escola reflete transformações em nível macro decorrentes do deslocamento do paradigma anterior (ênfase na instituição biblioteca) em direção ao novo paradigma que enfatiza o fenômeno informação. O mesmo fato (mudança de paradigma) ocorreu com relação à evolução do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Por isso, as faculdades, institutos e escolas de pós-graduação, diante do crescente número de pesquisas sobre o termo informação e suas nuances, assim como do crescimento da Ciência da Informação em nível global atentaram para o fato de que a Biblioteconomia não atuava mais apenas com a biblioteca, mas sim com a informação de forma mais ampla que engloba a biblioteca.

Dando enfoque a Pós-Graduação do IBICT/UFRJ, observa-se que sua composição esteve associada a expressivas mudanças durante a década de 90. O destaque inicial fica para o doutorado em Ciência da Informação implantado em 1994. Com a existência do doutorado o Programa reformulou suas áreas de concentração e suas linhas de pesquisa, visando maior adequação ao desenvolvimento da Ciência da Informação.

Christovão (1995, p. 4) fala sobre as mudanças no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ:

O PPGCI está sendo hoje foco de um intenso processo de discussão por parte de seu corpo docente, visando à reformulação e à integração curricular dos três níveis de pós-graduação por ele incluídos, à harmonização de suas atividades e à racionalização de seus recursos. [...] A necessidade de reformulação curricular foi intensificada por três fatores. Os dois primeiros seriam institucionais: um interno ao IBICT, a criação do Doutorado em Ciência da informação (DCI), e outro externo, a mudança da política de formação de mestres e doutores por parte da Capes. Quanto ao terceiro, este seria decorrente do desenvolvimento da ciência da informação.

Cumprе lembrar que na década de 80 e início da década de 90, a Pós-Graduação do IBICT/UFRJ apresentava as seguintes áreas de concentração:

1. Processamento de Informação;
2. Estrutura e Fluxo de Informação;
3. Informação, Cultura e Sociedade.

As mudanças empreendidas na Ciência da Informação em nível global, precipuamente com a Conferência de Concepções de Biblioteconomia e Ciência da Informação (*Conceptions of Library and Information Science – CoLIS*), realizada em Tampere, Finlândia, estimularam o IBICT na reformulação do Programa.

Em 1994, o Programa de Pós-Graduação do IBICT/UFRJ passou a ter 2 (duas) áreas de concentração. A primeira foi intitulada de Conhecimento, processos de comunicação e informação com as seguintes linhas de pesquisa: processamento e tecnologias da informação; Teoria, epistemologia e interdisciplinaridade. Já a segunda área de concentração apresentava a nomenclatura Política e gestão do conhecimento e da informação tendo como linhas de pesquisa: Configurações sociais e políticas da informação e Gestão da informação. (SMIT, 2002).

Acredita-se que o IBICT permaneceu buscando consolidar a identidade da Ciência da Informação em nível nacional, visando promover um olhar atento ao contexto teórico e reflexivo da área concernente a epistemologia da Ciência da Informação e ao contexto aplicativo a partir da gestão, tecnologia e política de informação aduzindo um processo de reconstrução identitária da área.

No tocante a pós-graduação na UFMG sua proposta de mudança para Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação (CPGCI), em nível de mestrado, oficialmente aprovada em dezembro de 1991, revela a ampliação das práticas biblioteconômicas, conforme afirmam Barbosa et al, (2000, p. 86):

A EB/UFMG, preocupada em incorporar as mudanças ocorridas em seu campo de atuação, tanto no plano teórico quanto em termos das demandas advindas da realidade social, introduziu uma série de alterações de nomenclatura. Em primeiro lugar, registra-se o novo nome do curso de mestrado que, a partir de 1992, ampliou sua ênfase, antes centrada no aspecto institucional e restrito às bibliotecas, passando a denominar-se Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Alguns contextos iniciais a partir da mudança de nomenclatura foram: aumento expressivo de candidatos; aumento expressivo de candidatos outras áreas como computação, administração, história, letras, engenharia, entre outros; a inclusão de professores com formação em áreas afins, visando promover maior dinamicidade e ampliar as fronteiras de atuação e os diálogos da Ciência da Informação.

No quesito área de concentração também houve uma mudança significativa, pois na década de 80 a Pós-Graduação concentrava-se em Biblioteca e Educação e Biblioteca e

Informação Especializada. Já no início da década de 90 a área de concentração passou a chamar-se “Organização da informação”. (PAIM, 2000).

Vale destacar como ponto principal a mudança no âmbito das pesquisas que antes concentrados na biblioteca passaram a ser envolvidos em diversos fenômenos da informação e assuntos correlatos. A prova disso está no oferecimento das novas disciplinas tais como: Hipertexto, Software para o Tratamento da Informação, Bases de Dados Textuais e Gerência de Recursos Informacionais, Bibliotecas Digitais, Internet como Fonte de Informação, Acesso e Recuperação da Informação Eletrônica, Projeto de Bases de Dados, Desenvolvimento de Aplicações Web, Sistemas Especialistas para Serviços de Informação e Gerenciamento de Redes de Informação. (BARBOSA et al, 2000).

Em 1997, a pós-graduação em Ciência da Informação efetiva uma conquista: a implantação do doutorado em Ciência da Informação da UFMG. Com o doutorado ocorre uma nova mudança na área de concentração e, por conseguinte, uma reformulação das linhas de pesquisa. Paim (2000, p. 106-107):

Com base na análise e na avaliação sistemática de desempenho do novo curso de mestrado, e face à disponibilidade de infra-estrutura na Escola, propõe-se, em 1996, a criação do doutorado em ciência da informação, que é aprovado pela UFMG em 04/07/1996, iniciando-se em 1997. Recomendado pela CAPES em início de 1998, adota-se a denominação de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, para incluir os níveis de mestrado e doutorado (PPGCI/UFMG). O Programa visa a propiciar aprofundamento do conhecimento acadêmico, bem como possibilitar desenvolvimento de habilidades para o exercício de docência e de pesquisa na área, e para o exercício profissional.

[...]

Após aprovação do curso de doutorado em ciência da informação pela UFMG, procede-se periodicamente a mudanças curriculares pontuais: por exemplo, optou-se pela área de concentração Produção, organização e utilização da informação, uma vez que a terminologia antiga – Organização da informação – gerava confusões. As linhas de pesquisa, que se denominam em função do uso que se faz da informação, foram redimensionadas para três: Informação gerencial e tecnológica, Informação e sociedade e Tratamento da informação e bibliometria.

Com a implantação do doutorado, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG fortaleceu suas pesquisas, bem como modificou sua área de concentração e ramificou suas linhas de pesquisa.

Percebe-se que o termo “Organização da Informação” como área de concentração era muito impreciso, enquanto o termo “Produção, Organização e Utilização da Informação” promoveram maior consistência para o desenvolvimento de pesquisas na área. Inclusive, pelo fato de que com o redimensionamento das linhas de pesquisa em Informação gerencial e tecnológica, Informação e sociedade e Tratamento da informação e bibliometria, o Programa

abriu um leque maior de opções para profissionais de áreas diversas, como computação, engenharia, administração, ciências sociais e humanas, dentre outros.

Em virtude desse redimensionamento é que se entende o contexto da identidade modificada atribuída no título desta seção, uma vez que, em síntese, houve duas grandes modificações identitárias: a primeira relativa a mudança da pós-graduação de Biblioteconomia para Ciência da Informação e a segunda é a abertura do doutorado que exigiu a constituição de uma nova área e concentração e linhas de pesquisa com fronteiras mais alargadas e dinâmicas.

Na Pós-Graduação da UnB também há grande confluência com o caminho seguido pela UFMG na década de 90. Em 1991, propõem a modificação para Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação com vistas a contemplar em sua nomenclatura oficial as atividades com a informação. A diferença básica é que a UnB, já quando da proposição de mudança de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Documentação para Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação, criou o doutorado que passou a funcionar em 1992.

A Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação da UnB (PPGCIInf) surge na década de 90 como um importante instrumento concentrado em “Planejamento e Gestão da Informação e do Conhecimento” apresentando as seguintes linhas de pesquisa: Comunicação Científica; Formação profissional e mercado de trabalho; Planejamento, gerência, avaliação de bibliotecas e sistemas de informação e processos e linguagens de indexação. (POBLACIÓN, 2002).

É importante frisar que a pós-graduação da UnB é a que apresenta uma mudança mais esperada em termos de mudanças de nomenclatura, uma vez que desde o seu limiar possui uma relação intrínseca com a pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT no que tange as atividades com informação científica e sistemas de informação especializados.

A USP também propõe a modificação da sua pós-graduação para Ciência da Informação e Documentação, em 1991, seguindo a mesma tendência da UnB. Porém, as mudanças não parecem ser aparentemente tão intensas como foram em outras instituições. Inicialmente pelo fato de que a pós-graduação era comunicação, sendo a pós-graduação em Ciência da Informação uma área de concentração. Em seguida, pelo fato de que as linhas de pesquisa não tenham apresentado mudanças significativas.

A pós-graduação da USP contava até 1991 com 3 (três) linhas de pesquisa 1. Geração e Uso da Informação, 2. Análise Documentária e 3. Ação Cultural e Biblioteca. Basicamente o que houve, na década de 90, foi a inserção de mais uma linha de pesquisa, cuja denominação foi: Informação, Comunicação e Educação. Na verdade o que houve, foi uma

aproximação de conteúdo da pós-graduação ainda maior com a área de Comunicação. Porém, em termos de pesquisas desenvolvidas pelos docentes durante toda a década de 90 ficaram concentradas nas linhas de pesquisa Ação Cultural e Geração e uso da informação atestando uma continuidade do que vinha sendo desenvolvido na década anterior. (POBLACIÓN, 2002). Pode-se inferir que a pós-graduação da USP foi a que teve sua identidade menos modificada na década de 90, embora seja interessante considerar que a parceria com a Comunicação favorecia muito as pesquisas, tanto no seio da área de Ciência da Informação e Biblioteconomia, como em áreas correlatas, especialmente a Comunicação.

Em 1995, foi a vez da PUC de Campinas conceber uma nova nomenclatura para a sua pós-graduação. Porém, a PUC não retirou o termo Biblioteconomia de pós-graduação. O nome assim ficou: Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. A pós-graduação contou com a área de concentração: “Planejamento e Administração de Sistemas de Informação”. Como corolário das áreas de concentração houve um redimensionamento das suas linhas de pesquisa que assim foram constituídas: 1. Administração de serviços, bibliotecas, arquivos e informação; 2. Desenvolvimento e administração de programas de leitura, 3. Filosofia/história da biblioteconomia e 4. Informação para indústria e negócios. (SMIT, 1999).

Um fato interessante é que a PUC permaneceu valorizando a carga disciplinar da Biblioteconomia e inserindo componentes que valorizavam a Ciência da Informação através de estudos sobre administração e tecnologia no contexto da informação. O mestrado da PUC foi o único que concebeu uma linha de pesquisa que fomenta os estudos sobre epistemologia da Biblioteconomia (linha de Filosofia/história da biblioteconomia).

Com relação a UFPB, entre os anos de 1988 e 1996, o mestrado em Biblioteconomia permaneceu com área de concentração Biblioteca e Sociedade e com 2 (duas) linhas de pesquisa:

1. Informação para o desenvolvimento científico e tecnológico;
2. Informação e cidadania.

Em 1997, o mestrado transforma sua nomenclatura para Pós-Graduação em Ciência da Informação modificando também sua área de concentração e linhas de pesquisa. Silva (2009, p. 33) relata sobre as mudanças da pós-graduação:

Os anos de 1997 a 2001 caracterizam-se pela transformação do CMB em Curso de Mestrado em Ciência da Informação (CMCI), acompanhando a tendência nacional de mudança de modelo da área. Essa alteração, que ocorreu no bojo de avaliações internas e como resultado de indicações da CAPES, também altera significativamente a área de concentração e delinea as linhas de pesquisa:

1997-2001 – Informação e Sociedade  
Linhas de pesquisa: Informação e cidadania e Informação para o Desenvolvimento Regional.

Pode-se afirmar que houve uma modificação radical na identidade da Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB pós-graduação, uma vez que a mudança na nomenclatura da pós-graduação na UFPB seguiu uma tendência nacional de modelo da área. As linhas de pesquisa não aderiram a transformações muito expressivas com relação ao que foi estabelecido entre 1988-1996.

As mudanças concebidas na Pós-Graduação da UFPB não pareceram surtir efeitos promissores na área de concentração, linhas de pesquisas, enfim na estrutura acadêmica da Pós-Graduação. Como afirma Silva (2009, p. 33) “Havia, entretanto, uma série de questões internas que careciam de equacionamento, o que provocou, em 2001, nota dois na avaliação da CAPES e a conseqüente suspensão do credenciamento do Curso”.

Pode-se afirmar que a identidade da Pós-Graduação da UFPB na década de 90, além de uma identidade modificada, também se configurou em uma identidade ameaçada, (BOGO, 2008), pois colocou o Programa em uma crise de identidade que colocou em xeque a continuidade de suas atividades.

Todos os Programas citados até então remontam suas origens na década de 70 e foram modificando os seus construtos identitários mostrando que a identidade da Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil é composta largamente por uma identidade não-essencialista.

Ainda no contexto da pós-graduação na década de 90, acontece o advento de alguns cursos em nível nacional que começaram a descentralizar a pós-graduação brasileira, tanto em termos de programas, como em termos de diversidade de pesquisa. Os cursos são da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ambos iniciando suas atividades em 1998. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP inicia suas atividades com a área de concentração Informação, tecnologia e conhecimento, tendo como foco as linhas de pesquisa Informação e tecnologia e Organização da informação. (SMIT, 2002).<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> De acordo com Smit (2002) a linha de pesquisa Informação e tecnologia prima pelos estudos e pesquisas relacionados à geração, transferência, utilização e preservação da informação e documentos nos ambientes científico, tecnológico, empresarial e da sociedade em geral, associados a métodos e instrumentos proporcionados pelas tecnologias da informação e comunicação. Já a linha de pesquisa Organização da Informação valoriza a organização da informação como elemento de qualidade na recuperação pressupõe referenciais teóricos e metodológicos de organização do conhecimento em análise, síntese e representação e a elaboração de produtos documentários com aplicabilidade na formação e atuação profissional.

A Pós-Graduação da UNESP vem com uma proposta muito sólida no contexto da Ciência da Informação que é a organização, geração, utilização e preservação da informação, assim como a síntese e representação do conhecimento relacionadas as tecnologias da informação e da comunicação, visando a recuperação de informação.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA surge como uma nova proposta de estudos para o nordeste fortalecendo a Ciência da Informação nesta região. Porém, o mestrado da UFBA enfrentou algumas dificuldades para aprovação. De acordo Pinheiro (2007, p. 6) “O Mestrado da UFBA inicialmente foi planejado como Mestrado em Informação Estratégica, proposta que não chegou a ser aprovada pela CAPES e, depois de reformulada para Ciência da Informação obteve aprovação”. O mestrado da UFBA teve como área de concentração Estratégias de disseminação da informação, tendo como linhas de pesquisa Estruturas e linguagens da informação e Informação e contextos.<sup>63</sup> (SMIT, 2002). É interessante considerar que a Pós-Graduação da UFBA estabelece linhas de pesquisa que valorizam a informação em caráter tecnológico, lingüístico, social e cultural.

O quadro abaixo sintetiza a realidade das pós-graduações em Ciência da Informação na década de 90 configurando suas áreas de concentração e linhas de pesquisa:

---

<sup>63</sup> Mais uma vez Smit (2002) afirma que a linha de pesquisa Estruturas e linguagens da informação é composta de informação registrada - textual/eletrônica/visual/sonora; conteúdo e interpretação; documentos digitais e virtuais; linguagens, recuperação e armazenamento de informação. Já a linha de pesquisa Informação e contextos trabalha com a informação em diferentes ambientes sociais. Identidade cultural, grupos e sociedade; demanda de informação e necessidades do usuário; estratégias. Informação atuando em diferentes realidades.

Universidade	Especialidade Ano da modificação	Ano de criação do Programa	Área(s) de concentração	Linhas de pesquisa
IBICT UFRJ	Ciência da Informação ( <b>Não houve modificação</b> )	Mestrado 1970 Doutorado 1994	“Conhecimento, processos de comunicação e informação”	1. Processamento e tecnologias da informação 2. Teoria, epistemologia e interdisciplinaridade
			“Política e gestão do conhecimento e da informação”	1. Configurações sociais e políticas da informação 2. Gestão da informação
UFMG	Ciência da Informação ( <b>A partir de 1991</b> )	Mestrado 1976 Doutorado 1997	“Organização da Informação (1992/96)”	1. Informação gerencial e tecnológica 2. Informação e sociedade 3. Tratamento da informação e bibliometria ( <b>a partir de 1997</b> )
			Produção, Organização e Utilização da Informação ( <b>a partir de 1997</b> )	
PUC CAMP	Biblioteconomia e Ciência da Informação ( <b>a partir de 1995</b> )	Mestrado 1977	“Planejamento e Administração de Sistemas de Informação”	1. Administração de serviços, bibliotecas, arquivos e informação 2. Desenvolvimento e administração de programas de leitura 3. Filosofia/história da biblioteconomia e 4. Informação para indústria e negócios.
UnB	Ciência da Informação e Documentação ( <b>a partir de 1991</b> )	Mestrado 1978 Doutorado 1991	Planejamento e Gestão da Informação e do Conhecimento	1. Comunicação Científica; 2. Formação profissional e mercado de trabalho; 3. Planejamento, gerência, avaliação de bibliotecas e sistemas de informação 4. Processos e linguagens de indexação
UFPB	Ciência da Informação ( <b>a partir de 1997</b> )	Mestrado	Biblioteca e Sociedade (1988-1996)	1. Informação para o desenvolvimento científico e tecnológico 2. Informação e cidadania.
			Informação e Sociedade (1997-2001)	1. Informação e cidadania 2. Informação para o Desenvolvimento Regional
USP	Comunicação ( <b>não houve modificação</b> )	Mestrado 1972 Doutorado 1980	Biblioteconomia e Documentação	1. Geração e Uso da Informação 2. Análise Documentária 3. Ação Cultural e Biblioteca 4. Informação, Comunicação e Educação.
UNESP	Ciência da Informação ( <b>não houve modificação</b> )	Mestrado 1998	Informação, tecnologia e conhecimento	1. Informação e tecnologia 2. Organização da informação
UFBA	Ciência da Informação ( <b>não houve modificação</b> )	Mestrado 1998	Estratégias de disseminação da informação	1. Estruturas e linguagens de informação 2. Informação e contextos

**Quadro 5: Situação das pós-graduações em Ciência da Informação na década de 1990.**

Fonte: Adaptado de Smit (1999; 2002) e Población (2000)

Finalmente, compreende-se que a pós-graduação em Ciência da Informação revela muitas mudanças que influenciam no contexto acadêmico, epistemológico e produtivo (pesquisa) da área. Crê-se que há um misto de identidade modificada para todos os programas

e identidades ameaçadas para alguns programas que não se adaptaram muito bem as mudanças efetivadas.

O século XXI anuncia o processo de fortalecimento das pós-graduações em nível nacional, bem como favorece o âmbito da pesquisa e a formação de doutores.

#### *4.4.4 O início do século XXI para a Ciência da Informação: a busca da construção de uma identidade de projeto*

O título dessa seção fala em construção da identidade de projeto (CASTELLS, 2008) ao refletir sobre o posicionamento da Ciência da Informação (seus atores sociais) na busca de construir uma nova identidade a fim de promover um novo posicionamento na sociedade e modificações na estrutura social.

A década de 90 termina com muitas mudanças na pós-graduação em Ciência da Informação, através dos conteúdos de alguns programas, bem como a criação de novos programas que intensificaram os estudos sobre informação em várias facetas, como organização, representação, estratégias, recuperação, gestão e tecnologias da informação.

Población e Noronha (2003) destacam dois momentos da história da Ciência da Informação que caracterizam a expansão dos Programas de Pós-graduação: 1. Ambiente que propicia a demanda pelos sistemas de informação iniciado na sociedade brasileira nas décadas de 70 e 80 e 2. A explosão tecnológica que culmina no final do século XX. Esses momentos podem ser considerados relevantes responsáveis pelos desafios da Pós-Graduação em Ciência da Informação do século XXI.

O século XXI, não menos importante para a Ciência da Informação, também tem um início conturbado no quesito pós-graduação. Algumas pós-graduações mudaram seu foco e outras foram criadas.

Já a pós-graduação do IBICT passa por mudanças em sua parceria acadêmica. Conforme Pinheiro (2007, p. 4):

O primeiro curso, do IBICT, funcionou por mandato acadêmico e posteriormente em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, que vigorou até 2000, sendo a última turma selecionada nesse ano, mas para cursar o Programa em 2001. A partir de 2003 foi assinado novo convênio, desta vez com a UFF, tendo as primeiras turmas de mestrado e doutorado iniciado no segundo semestre de 2004.

O século XXI inicia para a Pós-Graduação do IBICT com a suspensão da parceria com a ECO/UFRJ, o que atinou para o fechamento das atividades do programa em 2002/2003. Porém, em 2003, foi feita uma nova parceria com a UFF a fim de que a pós-graduação desse continuidade as suas atividades.

A parceria entre o IBICT e a UFF teve duração de 5 anos (2003-2008). A área de concentração foi definida como: O conhecimento da informação e a informação para o conhecimento. A finalidade da área de concentração é estudar a informação, sua estrutura, fluxos e instrumentos de organização e controle. As suas condições teóricas, conceituais, operacionais e técnicas. As suas aplicações e os atos de informação nos diferentes contextos. Seus elos com outros campos e sua relação com a geração do conhecimento. (PINHEIRO, 2007).

Já as linhas de pesquisa são: 1. Teoria, epistemologia, interdisciplinaridade e ciência da informação - aborda os estudos orientados à reconstrução crítica das estratégias e premissas epistemológicas constituídas no campo da Ciência da Informação e sua interdisciplinaridade, assim como ao desenvolvimento de conceitos, metodologias, modelos e teorias dos fenômenos, processos e construtos de informação. (IBICT/UFF, 2006).<sup>64</sup>

Vale ressaltar que durante o período que vigorou a parceria, a Pós-Graduação esteve vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da UFF que contempla os cursos de graduação em Biblioteconomia e Documentação.

Entretanto, em 2008, os professores do Departamento de Ciência da Informação da UFF resolvem não renovar a parceria com o IBICT com vistas a criar sua própria pós-graduação.<sup>65</sup> Desse modo, o IBICT, a partir de 2009, retoma sua parceria com a UFRJ, mas não mais vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, mas sim a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC).

O regulamento do PPGCI/IBICT/UFRJ (2008, p. 1-2) explica a nova composição do Programa de Pós-Graduação promovido pelo IBICT:

Art. 2. O Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ) oferece os Cursos de Mestrado acadêmico e de Doutorado em Ciência da Informação que têm como objetivo geral a formação para a pesquisa e aprimoramento em alto nível de profissionais comprometidos com o avanço do conhecimento e ampla e aprofundada sua formação científica e profissional, bem como a capacitação para a docência na graduação e pós-graduação stricto sensu e lato sensu no campo da Ciência da Informação. § 2º Os Cursos de Mestrado e de

---

<sup>64</sup> Os dados extraídos podem ser acessados no link: [http://www.uff.br/ppgci/ppgci\\_areas.htm](http://www.uff.br/ppgci/ppgci_areas.htm)

<sup>65</sup> Na página inicial do site do convênio IBICT/UFF, há um comunicado do dia 16 de setembro de 2008 afirmando que a parceria não seria renovada. Para acessar o comunicado é só acessar o link: <http://www.uff.br/ppgci/>

Doutorado em Ciência da Informação têm organização curricular em base em áreas de concentração e linhas de pesquisa e integram o Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ciência da Informação PPGCI/IBICT-UFRJ. A área de Concentração do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação foi definida como Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento.

O novo convênio estabelecido entre IBICT e a UFRJ modifica a estrutura acadêmica no que se refere a área de concentração, embora não deixe de priorizar as relações entre informação e conhecimento, como atribuído na parceria anterior. Isso significa dizer que há uma modificação nas linhas de pesquisa que se configuram nas atuais linhas da Pós-Graduação do IBICT que são divididas basicamente em 2 (duas): Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento e Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação.

A Pós-Graduação em questão também enfatiza a valorização na formação de docentes e pesquisadores em Ciência da Informação em nível de graduação e pós-graduação. Essa ênfase tem sido uma marca nas pós-graduações da área, principalmente para professores dos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, assim como para profissionais e docentes de áreas afins, como computação, comunicação, administração e outras.

Com efeito, a UFF quando criou o seu mestrado em Ciência da Informação e iniciou suas atividades em 2009, concebeu a estrutura acadêmica da Pós-Graduação tendo como base a antiga parceria com o IBICT, pois deu enfoque primário as relações entre informação, conhecimento e seus aspectos sociais, culturais e técnicos. Vale ressaltar que os docentes da UFF tiveram participação direta na pós-graduação quando da parceria IBICT/UFF, o que possibilitou tomar como base a parceria para o desenvolvimento das atividades acadêmicas da pós-graduação da UFF. Porém, muitas modificações foram feitas com relação às disciplinas, visando a adequação as especificidades de pesquisa dos docentes e peculiarmente a área de concentração e linhas de pesquisa.

A figura que segue ilustra a área de concentração e as linhas de pesquisa do Programa:



**Figura 2: Área de concentração e linhas de pesquisa do PPGCI da UFF**

Fonte: *Site* do PPGCI da UFF

A área de concentração do mestrado da UFF visa investigar a diversidade nos modos de produção, processamento e acesso à informação e ao conhecimento como traços característicos da contemporaneidade. Já a primeira linha de pesquisa atenta para os estudos sobre a informação como processo e produto sócio-histórico, analisando sua constituição como objeto disciplinar e de políticas, tanto no nível micro-social – institucional, quanto no nível macro-social – nacional e global. A segunda investiga os processos informacionais e comunicacionais, considerando as relações entre as tecnologias da informação e da comunicação e os diferentes campos do conhecimento científico e técnico, seus padrões, demandas e uso de informação. Estuda a geração, a organização, a representação e a gestão da informação, com especial enfoque nas mediações sócio-técnicas da informação e da comunicação nestes processos. (PPGCI/UFF, 2008).

No que se refere a pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG, o seu regulamento (2003, p. 2) afirma sobre a área de concentração:

O PPGCI/UFMG estrutura-se em torno de disciplinas da área de concentração (Produção, Organização e Utilização da Informação), que constitui objeto de estudo do curso e de disciplinas de domínio conexo. As primeiras constituem campo específico do conhecimento em Ciência da Informação e as de domínio conexo compreendem aquelas consideradas necessárias para completar a formação.

Observa-se que a Pós-Graduação da UFMG se configura em um Curso que está construindo uma identidade de projeto (CASTELLS, 2008), de sorte que permaneceu com sua área de concentração (Produção, Organização e Utilização da Informação) e aprimorou sua proposta de disciplinas, seu corpo docente e suas linhas de pesquisa que passaram a se

constituir da seguinte forma: GIC - Gestão da Informação e do Conhecimento; ICS - Informação, Cultura e Sociedade; OUI - Organização e Uso da Informação.

A Pós-Graduação da UnB seguiu na primeira década do século XXI como duas áreas de concentração. A primeira, específica para o doutorado, denomina-se Transferência da Informação e a segunda, específica para o mestrado, chama-se Planejamento e Gerência de Unidades de Informação. O Programa apresentou até 2010 três linhas de pesquisa: Gestão da informação e do conhecimento; Arquitetura da informação e Comunicação da informação. (PINHEIRO, 2007).

Entretanto, o *site* do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB afirma que a sua estrutura acadêmica no que toca a área de concentração e linhas de pesquisa estão em processo de reformulação. Essa reformulação pode ser constatada no edital para seleção do mestrado e doutorado para 2011, aprovado em 12 de julho de 2010, quando diz que a área de concentração da pós-graduação é em “Gestão da Informação”. Já suas linhas de pesquisa estão estruturadas em dois vieses: o primeiro é referente a “Organização da informação” que dá enfoque aos seguintes assuntos: Acervos fotográficos; Arquitetura da informação; Biblioteca digital; Imagem, memória e informação; Inteligência organizacional e competitiva; e As políticas de informação do Estado e a gestão dos patrimônios documentais. Já outra linha pesquisa é “Comunicação e Mediação da informação” e tem como assuntos específicos: Biblioteca e sociedade; Comunicação científica; Marketing da informação; Mercado de trabalho do profissional da informação; e Publicações eletrônicas. (PPGCI/UNB, 2010). Percebe-se a relevância que a UnB demanda para o contexto da gestão da informação.<sup>66</sup> Há uma marca essencialista na identidade da Pós-Graduação da UnB que lhe é inerente desde o seu limiar que é o estudo da comunicação científica que atualmente está dentro da linha de Comunicação e Mediação da informação.

A Pós-Graduação da USP iniciou o século XXI inserida na Pós-Graduação da Comunicação. Entretanto, em 2006, tornou-se independente estruturando a área de concentração intitulada “Cultura e Informação”. As linhas de pesquisa foram classificadas da seguinte maneira: Acesso à informação e Mediação e ação cultural. (PINHEIRO, 2007). A Pós-Graduação da USP, embora tenha conquistado sua emancipação institucional, basicamente permaneceu com o mesmo enfoque voltado para o acesso à informação e os construtos da ação cultural. Contudo, esse enfoque não permaneceu por muito tempo, haja

---

<sup>66</sup> O novo regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB (2011) confirma a inserção para 2011 da área de concentração e das linhas de pesquisa supramencionadas conforme o conteúdo do edital exposto no presente trabalho.

vista que atualmente as linhas de pesquisa são constituídas em três: Apropriação social da informação; Gestão de Dispositivos da Informação; e Organização da Informação e do Conhecimento.

A PUCCAMP permanece com o seu mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação, mas com a área de concentração denominada Administração da informação e com a linha de pesquisa Gestão da informação. (PINHEIRO, 2007). Atesta-se que o mestrado em Ciência da Informação é o que possui a identidade mais fragmentada em face de suas contínuas e expressivas mudanças no processo de ensino e pesquisa da Ciência da Informação.

A Pós-Graduação da UFPB iniciou o século com problemas em sua estrutura acadêmica que provocou, em 2001, uma nota na avaliação da CAPES descredenciando o Programa entre os anos de 2005 e 2006. Todavia, em 2007, o PPGCI da UFPB volta renovado, com uma nova proposta acadêmico-curricular. Silva (2009, p. 34) assim relata:

Já em sua terceira oferta, o PPGCI desenvolve suas ações, desde 2007, no âmbito da área de concentração Informação, conhecimento e sociedade, que “objetiva estimular estudos e pesquisas que visem a reflexão crítica a partir das temáticas de duas linhas, como subsídios à consolidação científica da área de ciência da informação em nível nacional e internacional.”

A área de concentração desdobra-se em duas linhas de pesquisa, conforme descrito no *site* do PPGCI:

1. Memória, organização, acesso e uso da informação – abrange preservação da memória, representação de informação e de conhecimento, Web semântica, usos e impactos da informação.
2. Ética, gestão e políticas de informação – abrange ética e informação, inclusão social, gestão do conhecimento, gestão de unidade, de serviços e produtos de informação, políticas de informação: cultural, científica e tecnológica.

A Pós-Graduação da UFPB segue a tendência de outras pós-graduações quando estabelece a área de concentração Informação, conhecimento e sociedade. Porém, inova quando estipula a linha de pesquisa intitulada Memória, organização, acesso e uso da informação. O mestrado da UFPB se configura em uma ação de vanguarda quando insere a memória como objeto de estudo. A linha de Ética, gestão e políticas de informação demonstra que o PPGCI da UFPB continua com o seu enfoque social voltado para a informação em uma tessitura cultural, científica e tecnológica.

A Pós-Graduação da UNESP talvez tenha sido a que mais cresceu nos últimos anos no Brasil. Em 2005, a UNESP implantou o doutorado em Ciência da Informação, o que exigiu modificações na estrutura acadêmico-curricular do Curso. A partir de 2005 a área de

concentração passou a chamar-se Informação, tecnologia e conhecimento.<sup>67</sup> As linhas de pesquisa também passaram por um processo de reconstituição ficando assim definidas: Informação e tecnologia (mesmo nome da antiga área de concentração); Produção e organização da informação e Gestão, Mediação e uso da informação.

A Pós-Graduação da UFBA foi credenciada pela CAPES em 2001. Atualmente, sua área de concentração está definida como Informação e conhecimento na sociedade contemporânea. E as linhas de pesquisa são Políticas e tecnologias da informação e Produção, circulação e mediação da informação.<sup>68</sup> A linha de Políticas e tecnologias da informação tem como ementa os estudos teóricos e aplicados sobre a infraestrutura e políticas de acesso, controle e uso da informação, do documento e das tecnologias intelectuais. Contempla a identificação e o monitoramento de necessidades, assim como a avaliação de padrões de funcionamento e gestão de redes e sistemas de informação. Abrange pesquisas sobre identidade e memória cultural, incluindo o exame de metodologias e estratégias de preservação documental. Envolve ainda o estudo das tendências e dos indicadores de produção e comunicação científica. Já a linha de pesquisa Produção, circulação e mediação da informação abrange estudos teóricos e aplicados sobre produção, disseminação, transferência, mediação e apreensão da informação em vários contextos. Contempla os ciclos, processos, fluxos, hábitos e comportamentos informacionais em diferentes meios e ambientes, incluindo leitura e escrita, com enfoque na circulação da informação, recepção e produção de sentidos. Abrange estudos e pesquisas das redes sociais e humanas na produção, intercâmbio e uso de informação. Envolve também a análise de competências informacionais e de programas de letramento e inclusão digital, comportamentos e hábitos informacionais. (POSICI, 2010).

Neste início de século XXI, surge mais um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O curso foi criado em 2003, em nível de mestrado, delimitado com a área de concentração intitulada Gestão da informação que visa enfatizar o estudo dos fenômenos relacionados aos processos centrais da gestão da informação, na perspectiva de localizar estes fenômenos, explorá-los, compreendê-los e explicá-los. As linhas de pesquisa do mestrado supramencionado são Fluxos de informação e

---

<sup>67</sup> O site do Programa da UNESP indica que a área de concentração está alicerçada nas questões de organização, gestão, mediação e uso da informação e do papel da tecnologia nos processos informativos e, permite a UNESP, contribuir significativamente para o fortalecimento da pesquisa e da capacitação docente em Ciência da Informação no país, propiciando um trabalho de cooperação e de intercâmbio de informações com os demais cursos de pós-graduação e, principalmente, com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e com a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

<sup>68</sup> Vale ressaltar que até 2005, a área de concentração era em Estratégias de disseminação da informação com linhas de pesquisa Conhecimento em Ambientes Organizacionais e Informação e Contextos Socioeconômicos.

Profissionais da informação. Vale ressaltar que desde a sua criação, a Pós-Graduação da UFSC não modificou a sua área de concentração, nem suas linhas de pesquisa.

Ainda é pertinente falar da abertura de mais um PPGCI em nível de Mestrado na primeira década do século XXI criado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O referido Programa foi criado em 2008 e iniciou suas atividades em maio de 2009 com a área de concentração em Memória e Tecnologias apresentando como ementa: abordagem da relação entre informação, memória e tecnologia, na perspectiva da Ciência da Informação. Foco na produção de conhecimentos sobre problemas contemporâneos de acesso e uso da memória coletiva mediada pelas tecnologias da informação e comunicação. O Programa possui duas linhas de pesquisa: a primeira é denominada Memória da Informação Científica e Tecnológica que possui como ementa a produção de conhecimento sobre o uso social da herança cultural. Ênfase no uso de estoques de conhecimento produzidos em instituições de desenvolvimento regional e nacional e seu fluxo para fins sociopolíticos e econômicos; a segunda é denominada de Comunicação e Visualização da Memória que estimula investigações sobre os processos de comunicação da memória coletiva em distintos segmentos socioculturais. Contempla aspectos metodológicos e técnicos aplicados a produção, gestão, organização, recuperação e uso da informação. (PPGCI/UFPE, 2011).

Assim, para compreender melhor a construção da pós-graduação no século XXI, é pertinente a elaboração de alguns quadros para sintetizar e conceber relações entre algumas pós-graduações, de modo a considerar a construção de uma identidade de projeto. (CASTELLS, 2008).

O primeiro quadro é referente a área de concentração:

PROGRAMAS/CURSOS		ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO/ANO
<b>IBICT</b>	1 Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação – <b>IBICT-UFF</b>	Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento ( <b>2004-2008</b> )
	2 Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação – <b>IBICT-UF RJ</b>	Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento. ( <b>a partir de 2009</b> )
3 Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação – <b>USP</b>		Cultura e informação ( <b>a partir de 2006</b> )
4 Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação – <b>UFMG</b>		Produção, organização e utilização da informação ( <b>desde 1997</b> )
5 - Mestrado em Ciência da Informação – <b>UFPB</b>		Informação, Conhecimento e Sociedade ( <b>a partir de 2007</b> )
6 – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação - <b>UnB</b>		Doutorado: Transferência da Informação Mestrado: Planejamento e Gerência de Unidades de Informação ( <b>até 2009</b> )
		Gestão da informação ( <b>a partir de 2010</b> )
7 - Curso de Mestrado em Ciência da Informação – <b>PUCAMP</b>		Administração da Informação ( <b>a partir de 2001</b> )
8 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – <b>UNESP</b>		Informação, tecnologia e conhecimento ( <b>a partir de 2005</b> )
9 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – <b>UFBA</b>		Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea ( <b>a partir de 2006</b> )
10 - Curso de Mestrado em Ciência da Informação – <b>UFSC</b>		Gestão da Informação ( <b>a partir de 2003</b> )
11 – Curso de Mestrado em Ciência da Informação - <b>UFPE</b>		Informação, Memória e Tecnologia ( <b>a partir de 2009</b> )

**Quadro 6: Área de concentração da Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil na primeira década do século XXI.**

Fonte: Adaptado de Pinheiro (2007)

Como é possível perceber a identidade de projeto propalada por Castells? Se a identidade de projeto consiste na busca de construir uma nova identidade a fim de promover um novo posicionamento na sociedade e modificações na estrutura social é possível verificar que a Ciência da Informação tem um papel produtivo na construção de estudos investigativos que busquem resolver problemas de informação. A identidade de projeto consiste, em primeira instância, na condição de que todos os programas de pós-graduação mencionados e discutidos no presente trabalho atribuem como matéria-prima de produção científica a informação. (PINHEIRO, 2007).

O segundo ponto que consiste na identidade de projeto (CASTELLS, 2008) está nas relações regionais entre alguns programas de pós-graduação, pois essas relações buscam alavancar a informação como instrumento de benefício para comunidades de forma específica e para a sociedade em um contexto mais lato. Por exemplo, é possível identificar uma profunda relação entre os programas da UFPB, UFSC, PUCAMP e UnB no quesito gestão da informação. Percebe-se que em várias localidades do Brasil, a informação no sentido gerencial tem sido uma tônica promissora de estudos e atuação acadêmica e profissional.

Outro exemplo reside nas tecnologias da informação e da comunicação, de sorte que praticamente todos os programas concedem atenção especial ao assunto e as suas aplicações

no contexto da informação em diversos suportes. A tecnologia da informação e da comunicação pode ser vista como um suporte de aplicabilidade para a organização, difusão, representação, acesso e recuperação de informação. Obviamente que essa identidade de projeto (CASTELLS, 2008) ainda é embrionária em virtude de que muitos programas ainda estão iniciando suas atividades e, provavelmente, outros programas vão surgir.

O segundo quadro está relacionado a como se apresentam as linhas de pesquisa atualmente:

LINHAS DE PESQUISAS DAS PÓS-GRADUAÇÕES EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	IBICT	P	U	U	U	U	U	U	U	U	U	U	U
	U	U	F	F	F	F	F	F	F	n	N	N	S
	F	C	F	B	M	P	P	S	B	E	E	S	P
	R	A	A	G	B	E	C			S	P		
	J	M	P										
		P											
Apropriação Social da Informação													x
Comunicação e Mediação da Informação										x			
Comunicação e Visualização da Memória							x						
Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento	x												
Configurações Socioculturais, Políticas e Econômicas da Informação	x												
Ética, Gestão e Políticas de Informação						x							
Fluxos de Informação									x				
Fluxos e Mediações Sócio-técnicas da Informação			x										
Gestão da Informação		x											
Gestão da Informação e do Conhecimento					x								
Gestão de dispositivos da informação													x
Gestão, Mediação e Uso da Informação												x	
Informação e Tecnologia												x	
Informação, Cultura e Sociedade			x		x								
Memória, Organização, Produção e Uso da Informação						x							
Memória da Informação Científica e Tecnológica							x						
Organização da Informação										x			
Organização da Informação e do Conhecimento													x
Organização e Uso da Informação					x								
Políticas e Tecnologias da Informação				x									
Produção, Circulação e Mediação da Informação				x									
Produção e Organização da Informação												x	
Profissionais da Informação									x				

**Quadro 7: Linhas de pesquisa das Pós-Graduações em Ciência da Informação na primeira década do século XXI.**

Fonte: Adaptado de Pinheiro (2007).

Com relação as linhas de pesquisa, as afinidades são ainda maiores. É possível identificar linhas que são idênticas, tais como:

Organização da Informação e Organização e Uso da Informação (UNESP, UnB e UFMG);

Informação, Cultura e Sociedade (UFF e UFMG).

Ainda há outras que possuem semelhanças, tais como:

Gestão da Informação, Gestão da Informação e do Conhecimento e Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (PUCCAMP, UFMG e UFRJ);

Produção, circulação e mediação da informação e Comunicação, Fluxos e Mediações sócio-técnicas da informação e Mediação da informação (UFBA, UFF e UnB);

Fluxos e Mediações sócio-técnicas da informação e Fluxos da informação (UFF e UFSC);

Políticas e Tecnologias da Informação e Ética, Gestão e Políticas de Informação (UFBA e UFPB).

Embora essas relações possam ser concebidas em condições subjacentes ou mesmo abstrativas, é pertinente refletir que a acurção dessas relações acadêmicas conotariam como um sinônimo de melhorias para a Ciência da Informação. A identidade de projeto (CASTELLS, 2008) demanda uma relação social para a construção de propostas que contribuam para um grande público de forma planejada e continuada.

Portanto, notifica-se que a Ciência da Informação está começando a desenvolver sua identidade de projeto (CASTELLS, 2008) ampliando suas pós-graduações e fortalecendo sua estrutura acadêmico-curricular.

Para fechar, faz-se mister a elaboração de um quadro incluindo todos os cursos de pós-graduação em Ciência da Informação; seus anos de criação; os Departamentos, Escolas ou Institutos e os cursos de graduação vinculados.

Programa	Ano de criação	Departamentos/Escolas/Institutos	Cursos de graduação vinculados
UFF	Mestrado: 2009	Instituto de Arte e Comunicação Social – IACS Departamento de Ciência da Informação/UFF	Arquivologia; Biblioteconomia e Documentação, Cinema e Audiovisual; Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade); Estudos de Mídia; Produção Cultural
IBICT UFRJ	Mestrado: 1970 Doutorado: 1994	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC).	Administração; Biblioteconomia; Ciências Contábeis; Gestão Pública para o desenvolvimento Econômico e Social.
USP	Mestrado: 1972 Doutorado: 1980	Escola de Comunicações e Artes (ECA)	Artes Cênicas (com habilitações em Cenografia, Direção Teatral, Interpretação Teatral e Teoria do Teatro); Artes Plásticas (com habilitações em Escultura, Gravura, Multimídia e Intermídia, Pintura); Biblioteconomia; (Comunicação Social (com habilitações em Editoração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas); Audio Visual; Educação Artística (com habilitações em Artes Cênicas, Artes Plásticas, Música); Educomunicação; Música (com habilitações em Canto e Arte Lírica, Instrumento, Composição, Regência e Sonologia); e Turismo.
UFMG	Mestrado: 1976 Doutorado: 1997	Escola de Ciência da Informação – ECI	Biblioteconomia; Arquivologia e Museologia.
UFPB	Mestrado: 1978	Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) Departamento de Ciência da Informação	Administração; Biblioteconomia; Ciências Contábeis e Economia.
PUC CAMP	Mestrado: 1977	Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CCHSA)	Ciências Sociais; História; Filosofia; Direito; Biblioteconomia; Educação; Educação Física; Serviços Social; e Teologia e Ciência Religiosas.
UnB	Mestrado: 1978 Doutorado: 1991	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação – FACE Departamento de Ciência da Informação e Documentação – CID	Administração, Arquivologia; Biblioteconomia; Ciências Contábeis; e Economia.
UNESP	Mestrado: 1998 Doutorado: 2005	Faculdade de Filosofia e Ciências (Campus de Marília)	Arquivologia; Biblioteconomia; Ciências Sociais; Filosofia; Pedagogia; e Relações Internacionais.
UFBA	Mestrado: 1998 Doutorado: 2011	Instituto de Ciência da Informação	Arquivologia; e Biblioteconomia e Documentação
UFSC	Mestrado: 2003	Centro de Ciências da Educação Departamento de Ciência da Informação	Arquivologia; Biblioteconomia; Educação do Campo; e Pedagogia.

**Quadro 8: Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil e suas vinculações acadêmicas.**

Fonte: Adaptado de Pinheiro (2007)

É possível identificar que, essencialmente, as pós-graduações em Ciência da Informação estão concentradas nas ciências sociais e humanas. A construção de uma identidade de projeto (CASTELLS, 2008) delibera necessidade de precisão na configuração científica e teórico-prática.<sup>69</sup>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq (1982) apresenta uma configuração para o termo Ciência da Informação afirmando que a Biblioteconomia e a Arquivologia são disciplinas aplicadas, que tratam da coleta, da organização e da difusão de informações preservadas em diferentes tipos de suportes materiais. Tem suas diferenciações, basicamente, pelo fato de que as bibliotecas e outros órgãos assemelhados lidam com a necessidade de prover os usuários com informações substantivas sobre o universo dos conhecimentos, ou parte deles, enquanto que os arquivos lidam com aqueles documentos que foram produzidos como resultado das atividades desenvolvidas por uma pessoa física ou jurídica e que, portanto, documentam essas atividades.

É interessante para saber mais sobre a configuração da área tomar como base o discurso da Capes (2009) que afirma ser a Ciência da Informação fruto das Ciências Sociais Aplicadas apresentando como disciplinas e/ou subcampos:

Teoria da informação

Teoria geral da informação

Processos da comunicação

Representação da informação

Biblioteconomia

Teoria da classificação

Métodos quantitativos, bibliometria

Técnicas de recuperação de informação

Processos de disseminação da informação

Arquivologia

Organização de arquivos

---

<sup>69</sup> É importante ressaltar que a criação do primeiro Doutorado em Ciência da Informação se deu em 1991 com a UnB e durante a década de 1990 outros doutorados surgiram na região Sudeste. Já a região Nordeste contempla a criação do seu primeiro Doutorado em 2010 a partir do PPGCI da UFBA o que mostra a importância deste Programa para a região e o conseqüente crescimento da Ciência da Informação.

Nesse discurso da Capes verifica-se três fatores que estão intrinsecamente relacionados a realidade da Ciência da Informação no Brasil. O primeiro é referente a informação; o segundo está voltado para a Biblioteconomia e o terceiro a Arquivologia.

No que tange a informação o contexto das Teorias da Informação, assim como dos processos de disseminação da informação, representação da informação e recuperação de informação são processos inerentes. Nesse contexto, o foco está direcionado tanto aos aspectos teóricos que envolvem a informação e seu processo de mediação, quanto os procedimentos de organização, representação e difusão da informação por meio das tecnologias da informação e da comunicação.

Com relação a Biblioteconomia, identifica-se como disciplina fundamental que compõe o campo científico da Ciência da Informação. A Capes prioriza a teoria da classificação e os métodos quantitativos, em especial, a bibliometria. Acredita-se que essa composição disciplinar da Biblioteconomia poderia ser elaborada contemplando outros elementos biblioteconômicos, tais como as fontes de informação que envolve os diversos suportes bibliográficos e documentais que a Biblioteconomia estuda, visando sua aplicabilidade no contexto dos centros de informação, em especial, as bibliotecas. Outrossim, entende-se que a idéia de teoria da classificação poderia ser ampliada inserindo a terminologia Linguagens Documentárias que compõem a Biblioteconomia, tais como a Catalogação (Representação Descritiva da Informação) e Indexação (Representação Temática da Informação), entre outras linguagens, como os índices e os *thesaurus*.

No contexto da Arquivologia, observa-se uma ênfase em seus processos organizacionais. É possível aferir um efetivo crescimento da Arquivologia no Brasil como profissão, assim como uma das disciplinas que compõem a Ciência da Informação, principalmente a partir do desenvolvimento de estudos que relacionam Arquivologia e Ciência da Informação (JARDIM; FONSECA, 1992).

Assim, é possível observar a complementaridade científica e cotidiana entre Biblioteconomia, Arquivologia e da Ciência da Informação, pois todas trabalham com informação, porém, a Ciência da Informação é a matriz condutora dos estudos sobre teoria e aplicação da informação e os outros são disciplinas específicas da Ciência da Informação, principalmente a Biblioteconomia.

Entende-se também que a Museologia poderia ser contemplada como disciplina da Ciência da Informação, haja vista que há vários estudos desenvolvidos estabelecendo uma confluência entre Museologia e Ciência da Informação, conforme pode ser observado na tese de Diana Farjalla Correia Lima (1993) quando faz um mapeamento atentando para uma

interdisciplinaridade entre Museologia e Ciência da Informação através de publicações e seminários. A tese de Rosane Maria Rocha de Carvalho (2005) também é crucial para conceber a relação direta entre Museologia e Ciência da Informação, principalmente a partir dos estudos de público (terminologia muito utilizada em estudos museológicos) e estudo de usuários (expressão muito utilizada em Ciência da Informação).

A identidade de projeto (CASTELLS, 2008) busca um sentido firme para suas ações para que sejam construídas a curto, médio e longo prazo. Para tanto, é preciso a construção de teorias consistentes que sejam contempladas na prática. Por isso, as relações entre Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e derivados são promissoras para a concretização dessa identidade de projeto.

Finalmente, compreende-se que a Ciência da Informação brasileira está em franco processo de consolidação no país, especialmente no que se refere a participação das Pós-Graduações, do IBICT e da ANCIB, o que permite uma compreensão mais efetiva de sua identidade.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção trata sobre a caracterização do objeto (campo de pesquisa), assim como da caracterização do estudo que inclui o tipo de pesquisa, a abordagem e o método a ser aplicado. Trata ainda dos instrumentos para coleta de dados do presente trabalho.

### 5.1 DA NOÇÃO DE METODOLOGIA DA PESQUISA

A proposição de uma metodologia da pesquisa é de crucial importância para o desenvolvimento de um texto acadêmico-científico, pois se configura nas estratégias teóricas, práticas, técnicas e estratégicas de uma determinada pesquisa.

A pesquisa pode ser entendida a partir de uma concepção sistemática e investigativa de um determinado fenômeno teórico e/ou prático. Para Minayo (1993, p.23), a pesquisa é uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade, constituindo-se em uma atitude e prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. “É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”. Comungam também essa idéia Cervo e Bervian (1996) que a define como uma atividade voltada à busca de respostas e à solução de problemas para questões propostas, através da utilização de métodos científicos.

Para o desenvolvimento de uma pesquisa é necessário um conjunto de procedimentos teóricos, práticos, metodológicos e/ou empíricos por parte do pesquisador que o encaminhe no desenvolvimento da pesquisa. De acordo com Gil (2006) algumas qualidades do pesquisador na construção da pesquisa devem ser:

- a) conhecimento do assunto a ser pesquisado;
- b) curiosidade;
- c) criatividade;
- d) integridade intelectual;
- e) atitude autocorretiva;
- f) sensibilidade social;
- g) imaginação disciplinada
- h) perseverança e paciência
- i) confiança na experiência

Entende-se que o autor atribui qualidades essencialmente pessoais que o pesquisador deve conceber a fim de desenvolver uma pesquisa. Não necessariamente todas ao mesmo tempo e em qualquer tipo de pesquisa, mas é inegável que o pesquisador deve estar consciente e envolvido com o fenômeno que vai pesquisar.

Como qualidades profissionais e técnico-científicas que devem ser inerentes a pesquisa e ao pesquisador podem ser citadas segundo Reis, Ciconelli e Faloppa (2002):

- a) viabilidade ou capacidade de ser executado;
- b) interesse;
- c) originalidade;
- d) aspectos éticos;
- e) relevância.

Destarte, afere-se que a pesquisa envolve diversas qualidades que exigem do pesquisador cautela, senso investigativo e sistemático, tanto ao processo de reflexão da pesquisa, quanto dos procedimentos metodológicos e ainda, e caráter particular, da proposta de coleta e tratamento de dados.

No que se refere a Metodologia pode ser entendida como a explicação minuciosa e detalhada de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. Em outras palavras, a metodologia se configura na explicação do nível da pesquisa, do instrumental utilizado (questionário, entrevista etc), do tempo previsto, da equipe de pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa.

Demo (1995, p. 59-60) afirma que os conteúdos mais evidentes de uma proposição metodológica seriam:

Em primeiro lugar, a metodologia questiona a cientificidade da produção científica, colocando em discussão sua demarcação. [...] Em segundo lugar, questiona-se a construção do objeto científico, dentro do contexto da discussão sobre objeto construído. A questão mais incisiva sobre o desvendamento da concepção de realidade que está por trás da opção metodológica, dela dependente e mesmo de corrente. Isso ajuda a definir o paradigma científico, a contextualizar no espaço e no tempo, a elucidar os fundamentos formais e históricos, a antever horizontes ideológicos e assim por diante. Em terceiro lugar, estudam-se abordagens metodológicas clássicas e atuais, bem como alternativas, tais como: empirismo, positivismo, dialética, estruturalismo, sistemismo, posturas alternativas do tipo pesquisa participante, etc.

Identifica-se que a metodologia tem sua fundamentação apoiada em diversos contextos. O primeiro deles é científico, pois envolve as diversas estratégias que demarcam o objeto da pesquisa a ser desenvolvida em uma tessitura científica, haja vista que existem

vários motivos pelos quais o objeto científico é construído. Pode ser destacada também a necessidade de problematizar, justificar e estabelecer os objetivos da pesquisa com vistas a estruturar os ideais básicos pretendidos na pesquisa.

O segundo é social em virtude de caracterizar um objeto considerando as necessidades e condições de um determinado grupo ou comunidade. Por isso, a construção do objeto da pesquisa incide sobre a necessidade de interagir de forma direta e/ou indireta; formal e/ou informal; virtual e/ou física com o fenômeno a ser estudado.

O terceiro é de cunho histórico, uma vez que há a necessidade de contextualizar o objeto em uma configuração espaço-temporal a fim de definir condições reflexivas de acordo com o contexto delimitado na pesquisa.

O quarto é de cunho técnico, já que envolve as técnicas de pesquisa a serem aplicadas para contemplar os três contextos anteriores, tais como: entrevistas, questionários, formulários, observações, dentre outros. As técnicas de pesquisa contemplam procedimentos que aproximam o pesquisador do fenômeno estudado, assim como indicam perspectivas metodológicas para extração, discussão e interpretação de dados.

Verifica-se que metodologia e pesquisa possuem uma relação direta e complementar que permite ao pesquisador pensar as estratégias da pesquisa. E o que seria a metodologia da pesquisa de forma integrada? De acordo com González de Gómez (2000, p 1) a metodologia da pesquisa:

[...] Designa, de maneira ampla, o início e orientação de um movimento de pensamento cujo esforço e intenção direciona-se à produção de um novo conhecimento, num horizonte de possibilidades sociais e historicamente definidas. Os métodos, quantitativos, qualitativos, comparativos, assim como as técnicas de coleta e análise da informação, definem a direção e modalidade das ações de pesquisa de modo secundário, estando já ancorados num domínio epistemológico e político que acolhe e legitima as condições de produção do objeto da pesquisa. Uma metodologia de pesquisa teria, para nós, e como primeira tarefa, a tematização dessas condições de produção do objeto de conhecimento.

Desse modo, alguns pressupostos identificam a metodologia da pesquisa. O primeiro é a construção de um conhecimento que deve ser concebida em uma perspectiva social e histórica delimitada pelo pesquisador. Para tanto, o desenvolvimento de uma pesquisa que engendra subsídios para construção de conhecimento sugere um processo que deve ser envidado pelo pesquisador.

Pinto (1985) pondera sobre três grandes etapas no processo de conhecimento relacionado a pesquisa:

a) a fase dos reflexos primordiais (quando ainda não há uma consciência previamente definida do que será utilizado na pesquisa em termos de fundamentos teóricos, empíricos e metodológicos, mas sim apenas desejos ou anseios em estudar um determinado fenômeno);

b) a fase do saber (ocorre quando o pesquisador já possui um conhecimento relativamente reflexivo sobre a pesquisa e seu objeto por meio de algumas leituras e/ou formulação de hipóteses, mas ainda não tem precisão técnico-científica dos motivos pelos quais chegou a conhecer a realidade a ser estudada);

c) a fase da ciência (é o momento em que o pesquisador procura investigar e saber o porque de um determinado fenômeno, buscando explicações ou solução de problemas por meio de descrições, reflexões e/ou discussões, visando promover uma transformação da realidade natural ou social).

A fase da ciência leva ao segundo momento da metodologia da pesquisa que é a utilização de métodos e técnicas que visam fundamentar as ações e modalidades a serem definidas na pesquisa. É fundamental reconhecer a diferença e a complementaridade entre método e metodologia para demarcar a proposição de uma metodologia da pesquisa.

O método pode ser entendido como um caminho para se chegar a uma determinada finalidade. Já a metodologia são regras estabelecidas para o método científico, tais como: observações, formulação de hipóteses, instrumentos técnicos como questionários, entrevistas, entre outros. (RICHARDSON, 1999).

Em suma, a metodologia da pesquisa implica na consecução de atividades primárias de pesquisa, como a delimitação do tema e objeto, problematização, justificção e objetivos da pesquisa, assim como as fundamentações teóricas e bibliográficas de reflexão que vão embasar a pesquisa e os procedimentos metodológicos por meio da utilização de métodos, níveis de pesquisa e a aplicação de técnicas de coletas de dados.

## 5.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO (CAMPO DA PESQUISA)

O presente trabalho se atribui da perspectiva de analisar os PPGCI's brasileiros, especificando os Programas que possuem mestrado e doutorado. Assim, os programas contemplados são das seguintes escolas e instituições: IBICT/UFRJ; UFBA; UFMG; UnB; USP e UNESP.

A escolha desses Programas deve-se ao fato de que possuem mestrado e doutorado, o que possibilita uma análise mais completa da pós-graduação em Ciência da Informação em nível nacional.

A Pós-Graduação do IBICT é a mais antiga do Brasil e da América Latina e a única que já iniciou suas atividades com a nomenclatura Ciência da Informação. Atualmente funciona em um convênio com a UFRJ, particularmente a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC). De acordo com o Regulamento do Programa do IBICT/UFRJ (2008, p. 1) em seu artigo primeiro uma das finalidades da referida Pós-Graduação:

Art. 1. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro denominado PPGCI/IBICT-UFRJ, forma multinstitucional permanente de associação ampla, que assegura, para docentes e discente, a associação regular e sistemática entre atividades de ensino de pós-graduação e atividades de pesquisa, é regido:

Percebe-se que como o IBICT é uma instituição governamental e não de ensino superior possui a particularidade de necessitar do atrelamento institucional a uma Universidade a fim de dar encaminhamento as suas atividades e Pós-Graduação, ensino e pesquisa.

Vale destacar que atualmente, a Pós-Graduação do IBICT/UFRJ apresenta conceito 4 conforme avaliação da Capes.

A Pós-Graduação da UFBA vem crescendo gradualmente e conquistando espaço na Ciência da Informação. O principal feito recente do PPGCI da UFBA é a abertura do doutorado que vai iniciar sua primeira turma a partir do segundo semestre de 2011.

O regimento interno do PPGCI da UFBA (2010, p. 1-2) fala sobre a Pós-Graduação *stricto sensu* em seu artigo terceiro no que toca ao seu funcionamento:

**Art. 3** – O Mestrado e o Doutorado em Ciência da Informação têm por objetivo formar pesquisadores e professores-pesquisadores, proporcionando aos titulados aprofundamento de estudos em segmentos específicos do campo científico relacionados às linhas de pesquisa do Programa, às quais se vincularão suas dissertações e teses, assegurando aos aprovados, respectivamente, os graus de Mestre e Doutor em Ciência da Informação.

Compreende-se que o PPGCI da UFBA afirma a relevância em valorizar a Pós-Graduação em Ciência da Informação com a finalidade de formar pesquisadores e

professores-pesquisador. É pertinente um olhar cauto para o termo professor-pesquisador em virtude de que a pesquisa é uma atividade *sine qua non* de um professor.

A construção escolar, acadêmica e educativa de um professor-pesquisador deve ocorrer ainda como aluno, desde a sua formação básica na escola (ensino básico e secundarista) e na graduação. Demo (2007) acredita que a base da educação escolar é a pesquisa, não a aula ou o ambiente de socialização, ou a ambiência física ou o mero contato entre professor e aluno. Para tanto, estabelece quatro fatores fundamentais para pensar a pesquisa desde o seu limiar de uma educação formal:

- a) educação pela pesquisa é a educação tipicamente escolar;
- b) o questionamento reconstrutivo, com qualidade formal e política, é o cerne do processo de pesquisa;
- c) pesquisa deve ser atitude cotidiana do professor e do aluno;
- d) educação é o processo de formação da competência humana histórica.

Diante da fala do autor, é possível afirmar que pesquisa deve ser uma qualidade inerente ao professor e ao aluno. Todavia, é preciso pensar a pesquisa como um processo que parte do limiar da educação formal, assim como deve ser um ideário do cotidiano da escola e da universidade e ainda que a pesquisa deve ser um primado histórico da educação que valorize a competência humana do professor e do aluno.

Todo esse processo visa amadurecer os referenciais teórico-bibliográficos do professor, além de seus construtos observacionais, de experimentação, produção e publicação, pois quando do término do doutorado, o professor já estaria efetivamente inserido no contexto da docência e da pesquisa.

Assim, o PPGCI da UFBA mostra que o ato de pesquisar deve ser construído como um processo de construção do conhecimento que tem sua efetiva maturação no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Ressalta-se que o PPGCI da UFBA atualmente apresenta o conceito 4 na avaliação da Capes.

A Pós-Graduação da UFMG vem se constituindo desde a década de 70 em nível de mestrado e a partir de 1997 com a inclusão do doutorado. O objetivo da Pós-Graduação da UFMG (2011) conforme registrado em seu *site* tem como perspectiva propiciar o aprofundamento do conhecimento acadêmico, bem como possibilitar o desenvolvimento de habilidades para a docência e pesquisa na Ciência da Informação. Sua filosofia é de conhecer e refletir criticamente sobre as teorias e práticas de organização, disponibilização, gestão e uso

da informação, em uma abordagem interdisciplinar com visão específica dos pesquisadores e profissionais da área.

Cumprir destacar uma função primordial da Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil que é de conceber procedimentos acadêmicos e científicos para habilitar a docência e a pesquisa em Ciência da Informação. Atualmente, o conceito estabelecido pela Capes para o PPGCI da UFMG é 5.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB pode ser considerado um dos mais maduros deste campo do conhecimento em virtude de apresentar desde o início perspectivas de estudos e atividades em torno da informação científica e tecnológica.

Conforme o novo Regulamento do Programa (2011) em seu artigo primeiro afirma que o objetivo do Programa é:

Artigo 1o. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF), da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB), visa aprofundar os conhecimentos adquiridos por graduados e pós-graduados em cursos superiores, regulamentados pelos órgãos competentes no Brasil, com interesses afins ao Programa, dando-lhes oportunidade de desenvolver competência científica e capacidade profissional e criadora em Ciência da Informação, formando pesquisadores, professores e profissionais de alto nível, aptos a desenvolver pesquisas e realizar inovações nesta área do saber.

O programa da UnB enfatiza a relevância em promover oportunidades acadêmicas, científicas e profissionais para o desenvolvimento de competências do seu corpo docente e discente a partir da construção de conhecimentos pesquisas que valorizem a Ciência da Informação.

A Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP vem crescendo gradativamente. Atualmente, a Capes considera o Programa com conceito 5. O referido Programa vem se destacando no ensino e pesquisa em Ciência da Informação em torno da organização e representação da informação, especialmente no contexto tecnológico com vistas a contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico deste campo.

Conforme atesta o *site* do Programa (2011) a linha mestra é o estudo crítico das metodologias utilizadas para tornar a informação disponível e acessível, mormente com o uso das tecnologias que propiciem a construção do conhecimento científico, tecnológico e social na atualidade, com especial ênfase ao papel da gestão, organização, produção, representação, mediação e uso da informação como matéria-prima para o desenvolvimento do conhecimento. Atualmente, o PPGCI da UNESP apresenta conceito 5 na avaliação da Capes.

A Pós-Graduação da USP possui uma peculiaridade muito interessante. Desde o seu limiar na década de 70 esteve concebida como área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, sendo que apenas em 2006 estabeleceu autonomia acadêmico-institucional ao se emancipar e criar o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Conforme o *site* do PPGCI da USP (2011) seu objetivo é o desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos nas temáticas relativas a: Apropriação Social da Informação; Gestão de Dispositivos de Informação; e Organização da Informação e do Conhecimento.

Como a Pós-Graduação da USP se emancipou em 2006, passou por um processo de reformulação em sua estrutura acadêmica e curricular significando afirmar que o Programa ainda está em processo de consolidação.

Finalmente, acredita-se que os Programas supracitados contemplam perspectivas diversas de pesquisas em Ciência da Informação em uma tessitura tecnológica, científica, epistemológica e social, visando a construção de conhecimentos e o conseqüente desenvolvimento da informação científica e tecnológica no Brasil.

### 5.3 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para a classificação da pesquisa, tomou-se como base a taxonomia apresentada por Vergara (2003), que qualifica a pesquisa em dois aspectos: fins e meios.

Quanto ao nível de pesquisa é de cunho exploratório, haja vista que buscará discutir a realidade da Ciência da Informação e delinear os aspectos que caracterizam a sua identidade. Para corroborar com o pensamento da pesquisa exploratória, Gil (1999, p. 43) afirma que as pesquisas exploratórias são “desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizantes”.

Quanto aos meios é bibliográfica e documental. É bibliográfica, pois abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, dissertações, internet etc., até meios de comunicações orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filme e

televisão. “A sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito, escrito ou filmado sobre determinado assunto”. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 66).

Nesse sentido, Köche (1997, p. 122) reforça o aspecto do objetivo da pesquisa bibliográfica: “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável a qualquer tipo de pesquisa”.

A principal vantagem deste tipo de pesquisa reside no fato de que permite conceber uma cobertura de uma gama de fenômenos muito ampla em virtude do diálogo com as bibliografias.

É documental, uma vez que são utilizados essencialmente os documentos virtuais dos PPGCIs para analisar a pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil e a caracterização de sua identidade. Conforme Lakatos e Marconi (2001) baseia-se na utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, são os chamados documentos de “primeira mão”. Tais documentos podem ser aqueles conservados em órgãos públicos e instituições privadas, como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui, outros documentos: cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, dentre outros. A autora cita, ainda, os documentos denominados de segunda mão, que são aqueles que já foram examinados de alguma forma, tais como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

No que concerne ao método de análise de acordo com Gil (1999) pode-se dividi-lo em dois aspectos: métodos técnicos de investigação e métodos lógicos de investigação.

Quanto ao primeiro tipo será adotado o método dedutivo como forma de analisar as características teóricas e gerais da Ciência da Informação, visando identificar a identidade desta área do conhecimento.

Quanto ao segundo tipo apresenta o método de análise indiciário. O método indiciário, também chamado de paradigma indiciário foi desenvolvido por Ginzburg (1989) se desenvolvendo no seio das ciências humanas, especialmente da semiótica. O método indiciário implica em um processo de caça, visando buscar e encontrar a presa.

O método indiciário, embora seja fundamentado por Ginzburg na década de 1980 considerando a realidade a partir do final do século XIX, tem raízes históricas desde a Antiguidade. Como afirma Freire (2001, p. 63) “Esse paradigma, que Ginzburg chama de indiciário, tem raízes muito antigas, que remontariam à própria evolução da humanidade”.

Ginzburg (1989, p. 151) fala sobre a historicidade do método indiciário quando afirma que:

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. [...] Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo.

É pertinente ressaltar a forma estética com que o autor escreve mostrando que o método indiciário está presente desde os processos cotidianos da história da humanidade, até os procedimentos técnico-científicos para o desenvolvimento de pesquisas.

Isso significa dizer que em uma pesquisa acadêmico-científica o método indiciário prima pela necessidade de interpretar, registrar e classificar possibilidades que tanto fortaleçam o princípio cognitivo do pesquisador, quanto aproximem o pesquisador de seu objeto.

A elaboração sobre o paradigma indiciário desdobra-se por meio de argumentos que apontam a importância dos pormenores considerados negligenciáveis no estudo dos fenômenos. Esses argumentos são apoiados nas formas de conhecimento do perito de arte, do detetive e do psicanalista, em referência respectivamente a Giovanni Morelli, Conan Doyle/Sherlock Holmes e Sigmund Freud. Nos três tipos de conhecimento há posturas equivalentes de análise, orientadas para signos (na arte), indícios (na investigação do detetive) e sintomas (na psicanálise). (GÓES, 2000).

Em suma, aplicando a presente pesquisa, o método indiciário se aplica em virtude da procura de indícios nos *sites* dos PPGCI's que contemplem as áreas de concentração, linhas de pesquisa e as disciplinas dos Programas. Desse modo, o método indiciário é de fundamental importância para “caçar” (no caso da presente pesquisa observar, identificar e analisar) elementos que configurem a identidade da Ciência da Informação brasileira no contexto social, acadêmico, teórico e epistemológico no contexto das pós-graduações.

### 5.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

É de fundamental importância estabelecer uma conexão entre a análise dos PPGCI's e a fundamentação teórica do presente trabalho, especialmente no que tange a contextualização histórico-social da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Vale ressaltar que a análise dos PPGCI's será feita a partir do *site* de cada programa (IBICT/UFRJ, USP, UFMG, UnB e UNESP) contemplando os seguintes enunciados de seu conteúdo programático: área de concentração e linhas de pesquisa, seguindo as discussões desenvolvidas no referencial teórico do presente trabalho.

A importância em contemplar estes enunciados é referente ao fato de que compõem a base da estrutura acadêmico-curricular dos programas de pós-graduação. Esses enunciados são fundamentais para o desenvolvimento da produção científica da pós-graduação, pois norteiam docentes e discentes em seu processo de pesquisa.

Cumprir destacar que a análise das linhas de pesquisa será feita em dois eixos temáticos: o primeiro refere-se a análise das linhas de pesquisa de cada Programa; o segundo busca estabelecer uma relação direta entre linhas de pesquisa de PPGCI's.

A justificativa para análise do segundo eixo ocorre em virtude de que algumas linhas de pesquisa apresentam semelhanças em seu bojo teórico e epistemológico e uma análise concatenada permite uma reflexão mais profícua das linhas de pesquisa dos PPGCI's que possuem mestrado e doutorado.

## 6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A seguir, são apresentados e analisados os dados da pesquisa, sendo estabelecido, ao longo do texto, o confronto com os pressupostos levantados na introdução, no referencial teórico e nos procedimentos metodológicos que compõem o presente trabalho.

A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil tem significado um relevante instrumento de atuação acadêmico-científica para o desenvolvimento de pesquisas e atividades em C&T. Para tanto, a criação e encaminhamento de uma pós-graduação *stricto sensu* demandam uma série de exigências institucionais.

De acordo com Rivera, Artmann e Freitas (2005, p. 3)

Dentro deste grande universo, temos que ter como um dos eixos de reorganização a Portaria número 051, de 11 de junho de 2004, que fixa normas e procedimentos para a avaliação anual de propostas de cursos de mestrado e doutorado e define as regras básicas para o encaminhamento propostas novas. No parágrafo primeiro do artigo segundo são apresentados os 5 requisitos gerais para a recomendação de um curso de pós-graduação *stricto sensu*, que são: 1) comprometimento institucional demonstrado pela aprovação e apoio dos colegiados superiores e do dirigente da instituição; 2) clareza e consistência da proposta, articulando áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular, ementa de disciplinas e sistema de seleção e admissão de candidatos considerando o perfil da formação profissional pretendida e o estágio de desenvolvimento da área; 3) competência técnico-científica demonstrada através de grupos de pesquisas com produção intelectual relevante, em termos quantitativos e qualitativos, capazes de assegurar regularidade e qualidade às atividades acadêmicas nas áreas de concentração fixadas; 4) núcleo de docentes que garanta regularidade e qualidade das atividades de ensino, pesquisa e orientação, considerando a produtividade e as áreas de concentração; 5) infra-estrutura de ensino e pesquisa adequada.

Percebe-se que uma pós-graduação precisa atender minimamente os requisitos estabelecidos na Portaria a fim de que possa encaminhar suas atividades acadêmicas, científicas e pedagógicas.

No presente trabalho, a análise será focada, em caráter particular no requisito dois, principalmente no que tange a clareza e consistência da proposta, articulando áreas de concentração e linhas de pesquisa.

A ênfase neste requisito ocorre em virtude de que é necessário conceber uma análise que envolva uma maior articulação entre as áreas de concentração e as linhas de pesquisa, pois essa análise articulada é crucial para compreender os processos embrionários de criação e desenvolvimento de uma pós-graduação *stricto sensu*, assim como promovem bases que podem levar a compreensão de alguns dos aspectos que norteiam a avaliação da CAPES:

1) aumento da competência técnico-científica demonstrada através de grupos de pesquisas com produção intelectual relevante, em termos quantitativos e qualitativos, capazes de assegurar regularidade e qualidade às atividades acadêmicas nas áreas de concentração fixadas;

2) estabelecimento de um núcleo de docentes que garanta regularidade e qualidade das atividades de ensino, pesquisa e orientação, considerando a produtividade e as áreas de concentração. (RIVERA, ARTMANN E FREITAS 2005).

## 6.1 DAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

A área de concentração de qualquer Programa de Pós-Graduação atenta para significados gerais do que o programa pretende abordar. Por isso, a área de concentração só pode adquirir um sentido sólido se estiver ligada as linhas de pesquisa e as disciplinas apresentando coesão e coerência.

Por isso, é interessante observar que a análise do presente trabalho em torno das áreas de concentração dos PPGCI's considera aspectos gerais que definem sua política de atuação acadêmico-científica, visando estabelecer algumas marcas identitárias genéricas que caracterizam os PPGCI's.

Para adentrar na análise sobre as áreas de concentração faz-se necessário expor a sua estruturação nos PPGCI's, conforme mostra o quadro abaixo.

PROGRAMAS/CURSOS	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO/ANO
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação – <b>IBICT/UFRJ</b>	Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – <b>UFBA</b>	Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação – <b>UFMG</b>	Produção, organização e utilização da informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – <b>UnB</b>	Gestão da informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – <b>UNESP</b>	Informação, tecnologia e conhecimento
Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação – <b>USP</b>	Cultura e informação

**Quadro 9: Área de concentração da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil atualmente.**  
Fonte: Adaptado de Pinheiro (2007)

Contudo, antes de adentrar efetivamente na análise sobre as áreas de concentração é preciso reconhecer uma questão em comum entre os PPGCI's que merece uma reflexão: a inserção da informação como fenômeno primordial em todas as áreas de concentração. Isso significa dizer que a informação é um primado não somente para o desenvolvimento de

pesquisas em Ciência da Informação, mas é também um fio condutor teórico (estuda a informação em seu contexto semântico, histórico e epistemológico) e aplicativo (estuda a informação em seu contexto organizacional, gerencial, representacional, mediacional, tecnológico, social e cultural, visando construir pressupostos e questões para a Ciência da Informação).

Desse modo, a informação se ocupa de contextos diferentes nas áreas de concentração dos PPGCI's de acordo com os termos que o complementam. Por exemplo, Gestão da Informação; mediação da informação; organização da informação, entre outros. Considerando que podem ocorrer complementaridades diversas entre os termos que acompanham a informação, tais como: Produção e organização da informação; organização e utilização da informação; informação e sociedade, etc.

Isso implica dizer que a terminologia (ou as terminologias) complementar(es) ao termo informação é que ocupa(m) um sentido específico a atuação acadêmico-científica do PPGCI aferindo que a informação possui diversos contextos e aplicações na Ciência da Informação.

Partindo para a área de concentração do PPGCI do IBICT/UFRJ intitulada Informação e Mediações Sociais e Tecnológicas para o Conhecimento, observa-se uma variedade de interpretações conceituais. Sobre a área de concentração o *site* do PPGCI do IBICT/UFRJ (2011) relata que:

- a) aborda as questões de interdisciplinaridade e evolução da sociedade de informação em seus aspectos sociais e desenvolvimentos tecnológicos;
- b) estudo das ações de informação nas quais agentes individuais e coletivos realizam processos de geração, organização, preservação, disseminação, acesso e recuperação convencional e eletrônica e usos socialmente significativos da informação;
- c) transformação em memória, conhecimento e meta-conhecimento, estratégias, decisão e ação, abrangendo a transferência da Informação.

Como é possível identificar atribui-se uma divisão em três momentos referentes a área de concentração do PPGCI do IBICT/UFRJ.

O primeiro momento indica uma configuração epistemológica nos aspectos sociais e no desenvolvimento tecnológico, particularmente, no que toca a construção da sociedade da informação. Em outras palavras, pode-se atentar para o indício de uma epistemologia social e tecnológica da informação.

Epistemologia social conceituada por Shera (1977, p. 9-10) a partir da necessidade de fornecer:

[...] Uma estrutura para a investigação eficiente de todo complexo problema dos processos intelectuais das sociedades – um estudo pelo qual a sociedade como um todo procura uma relação perceptiva com seu ambiente total. Levantaria o estudo da vida intelectual a partir do escrutínio do indivíduo para uma pesquisa sobre os meios pelos quais uma sociedade, uma nação ou cultura alcança a compreensão da totalidade dos estímulos que atuam sobre ela.

Isso significa dizer que estudar o contexto da sociedade da informação implica em um conjunto de abordagens que buscam a compreensão social do significado de informação a partir de necessidades gerais e específicas da sociedade implicando afirmar que as tecnologias apresentam grande relevância para pensar um processo de reflexão organizacional e relacional com os ambientes sociais físicos ou virtuais.

Para tanto, a noção de interdisciplinaridade é um primado básico para refletir sobre uma sociedade da informação que deve estar voltada para o amplo acesso à informação, principalmente em virtude de que o termo sociedade da informação apresenta uma concepção eminentemente variada em termos de disciplinas e campos do conhecimento, como Sociologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, dentre outras. Por isso, é preciso considerar que interdisciplinaridade deve ser compreendida como ação, assim como a sociedade da informação.

Fazenda (1994, p. 28-29) comenta sobre o ideário de ação da interdisciplinaridade:

Interdisciplinaridade não é categoria de conhecimento, mas de ação; a interdisciplinaridade nos conduz a um exercício de conhecimento: o perguntar e o duvidar; interdisciplinaridade é a arte do tecido que nunca deixa ocorrer o divórcio entre seus elementos, entretanto, de um tecido bem trançado e flexível. A interdisciplinaridade se desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas.

Isso significa mostrar que a interdisciplinaridade surge com a possibilidade de preencher lacunas e fortalecer elos disciplinares, acadêmicos e científicos. No caso da sociedade da informação e de suas estruturas sociais e tecnológicas, a interdisciplinaridade soa como uma proposta de agregar valores acadêmicos que deve constar desde o acesso à informação as grandes empresas, indústrias, bancos e outras organizações, até comunidades carentes que anseiam por informações que satisfaçam suas necessidades cotidianas.

Com efeito, considera-se uma primeira marca identitária da área de concentração do IBICT/UFRJ que é a identidade subjetiva. Isso ocorre em virtude de que pensar interdisciplinaridade e sociedade da informação implica em concepções diversas (opostas, convergentes ou complementares) de como avaliar o fenômeno da sociedade da informação pelo viés da interdisciplinaridade.

A noção de ação no que se refere a interdisciplinaridade e a sociedade da informação remete ao segundo momento da área de concentração do IBICT/UFRJ, especialmente no que tange as ações de informação que pode ser entendida por González de Gómez (2004, p. 61) a partir de três fatores:

ação de mediação: a ação fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação;  
 ação formativa: a ação está orientada à informação não como um meio, mas como sua finalização;  
 ação relacional: a ação busca intervir em uma outra ação para obter direção e fins

Pensar o processo de geração, organização, preservação, disseminação, acesso e recuperação convencional e eletrônica e usos socialmente significativos da informação como instrumento de pesquisa e atuação acadêmica implica em identificar possibilidades de ações de informação.

A ação de informação no contexto da geração, organização, preservação, disseminação, acesso e recuperação convencional e eletrônica e usos socialmente significativos da informação indicam outra marca identitária da Pós-Graduação do IBICT/UFRJ que é a identidade afirmativa.

A identidade afirmativa é necessária por dois motivos: o primeiro para enfatizar a Pós-Graduação do IBICT em termos de pesquisa, ciência e percepção acadêmica em Ciência da Informação. A segunda é para mostrar as particularidades e diferenças com outros PPGCI's aferindo que a idéia de identidade afirmativa como afirma Silva (2000) está diretamente voltada para a configuração de diferenças que é necessária para identificar ou destacar indivíduos ou grupos mostrando aquilo que é (neste caso, para destacar o PPGCI mostrando aquilo que é).<sup>70</sup>

O terceiro momento prevê uma conseqüência do segundo, uma vez que as ações de informação necessitam de um desiderato da memória, tanto em termos de estratégias e decisões, quanto em termos registro e preservação. Por isso, uma ação de informação deve ser estratégica, passível de decisões e conceber sua transformação em memória a fim de que possa ampliar seu leque de organização, difusão e acesso à informação concebendo, por sua vez, além de uma identidade afirmativa, também uma identidade de registro.

Portanto, observa-se que a área de concentração do PPGCI do IBICT/UFRJ possui uma variedade de opções para o desenvolvimento de pesquisas que partem do contexto

---

<sup>70</sup> É inerente que todo Programa de Pós-Graduação deve envidar uma identidade afirmativa mostrando suas particularidades. Porém, no caso do IBICT/UFRJ o termo ações de informação permite identificar com mais clareza a construção dessa identidade afirmativa.

teórico e epistemológico e sem aplicam nas atividades de geração, organização, preservação, disseminação, transferência, acesso e recuperação convencional e eletrônica da informação.

O PPGCI da UFBA tem como área de concentração Informação e Conhecimento na Sociedade Contemporânea. O *site* do PPGCI (2011) concebe como ementa da área de concentração que agrega:

a) estudos teóricos e aplicados sobre o fenômeno informacional enquanto elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico e cultural da nação;

b) situada no domínio epistêmico dos estudos sociais da informação, do documento e das tecnologias intelectuais, esta área de concentração enseja duas linhas de pesquisa;

c) na primeira procura-se compreender “políticas e tecnologias da informação”. Na segunda busca-se analisar “produção, circulação e mediação da informação”.

Percebe-se que o PPGCI da UFBA enfatiza já em sua ementa a relação entre a área de concentração e as linhas de pesquisa. Contudo, este espaço, será destinado especificamente para analisar a área de concentração. Compreende-se que a área de concentração do PPGCI da UFBA destaca a possibilidade de estudos sobre a informação como fenômeno social, econômico e cultural para o desenvolvimento da nação.

Isto mostra que a informação não deve ser vista como um fenômeno isolado, mas sim ligado diretamente as perspectivas sociais, econômicas e culturais do país aferindo que a Ciência da Informação possui uma responsabilidade acadêmica, científica e social com o país, principalmente no que tange ao processo de políticas e tecnologias da informação e a produção, circulação e mediação da informação.

É interessante atentar também que a área de concentração do PPGCI da UFBA é enfática ao conceber a informação e o conhecimento na sociedade contemporânea. Este tipo de configuração insere a Ciência da Informação como campo do conhecimento propulsor para estudos sobre informação na sociedade contemporânea em sua tessitura política, social, cultura, econômica e organizacional que inclui produção, circulação e mediação da informação.

De outra forma, pensar a informação na sociedade contemporânea a partir dos diversos fatores supracitados vindica a necessidade de abordar a construção do conhecimento nos dias de hoje.

Destarte, notifica-se que o PPGCI da UFBA possui uma identidade social no contexto da informação. Silva (2000, p. 89) afirma que “A identidade é um significado – cultural e socialmente atribuído”.

Isso significa dizer duas coisas:

primeiramente, os estudos sócio-culturais e econômicos sobre informação necessitam de procedimentos de representações teóricas, metodológicas e epistemológicas. Embora representar possa vários significados, neste caso, vê-se como a possibilidade de traduzir a informação em seus estudos sociais, culturais e econômicos na tentativa de ser fiel a realidade apresentada pelo pesquisador;

a noção de realidade sócio-informacional remete a segunda questão que delibera os estudos sobre informação na sociedade contemporânea a partir de dois contextos identitários: a fixação e estabilização da identidade informacional e a subversão e desestabilização da identidade informacional.

Como a informação na sociedade contemporânea apresenta realidades diversas, é previsível que os estudos sigam tendências diversas na busca pela discussão, explicação e/ou resolução de problemas relacionados à informação. Outrossim, acredita-se que o PPGCI da UFBA esteja inserido em uma perspectiva promissora de abordar a informação sob diversos vieses contemplando suas realidade complexas e diversificadas, assim como identificando marcas identitárias que fixam ou subvertem sua identidade social.

Com relação ao PPGCI da UFMG a sua área de concentração intitulada Produção, organização e utilização da informação pode ser destacada como reconhecidamente consolidada em virtude de ter sido constituída desde 1997 e se perpetua até os dias de hoje. Não foi encontrado ementa ou qualquer outro texto que especifique os estudos referentes a área de concentração do PPGCI da UFMG.

Pensar em produção, organização e utilização da informação envolve uma reflexão compartilhada entre os termos a fim de observar suas relações.

Barreto (1994, p. 2) fala que a produção da informação tem um efetivo enfoque no contexto de organização e utilização da informação:

A produção da informação, definidas por nós, como estruturas significantes, operacionaliza-se através de práticas bem definidas e se apóia em um processo de transformação orientado por uma racionalidade técnica que lhe é específica; representa atividades relacionadas à reunião, seleção, codificação, redução, classificação e armazenamento da informação. Todas essas atividades orientam-se para a organização e controle de estoques de informação para uso imediato ou futuro.

É possível observar que a produção da informação é o primado básico para conceber propostas operacionais no que se refere a uma racionalidade técnica como reunião, seleção, codificação, classificação e armazenamento da informação que vão desencadear um processo

de organização da informação e um conseqüente uso dessa informação que pode ser imediato ou futuro.

Acredita-se que produção, organização e utilização da informação soam como uma tríade em que cada termo se complementa de uma forma processual. Processual em virtude de que pensar em utilização da informação demanda um pensamento anterior sobre organização da informação que, por sua vez, delibera um pensamento ainda mais anterior sobre como produzir a informação.

Pode-se definir a área de concentração do PPGCI da UFMG a partir de uma identidade interseccional. Essa identidade pode ser configurada quando há uma relação efetiva entre determinados fenômenos que possuem ampla complementaridade e, principalmente, quando não é possível claramente identificar o início de uma e o término de outra. No caso da identidade interseccional entre produção, organização e utilização da informação, é possível aferir que são processos interligados de tal modo que torna-se muito difícil separá-los e identificá-los de forma isolada, pois o sentido efetivo ocorre quando são avaliados de forma conjunta.

Com relação ao PPGCI da UnB a sua área de concentração em Gestão da informação apresenta um caráter peculiar. Não foi encontrada uma ementa ou qualquer outro texto que especifique a área de concentração. Compreende-se, no caso do PPGCI da UnB (chamado de PPGCInf) que a Gestão da Informação compreende os processos de organização da informação; comunicação e mediação da informação que constituem as linhas de pesquisa do Programa.

A gestão da informação no contexto da organização envolve a discussão sobre o caráter semântico do termo organização. O significado de organização empreende a criação de mecanismos estruturais que possibilitem o funcionamento básico da informação em uma determinada instituição.

De acordo com Maciel e Mendonça (2006, p. 11) “a organização inclui todos os estudos e atividades implícitas ao processo de análise, planejamento e operacionalização, tanto no todo como em parte”. Isto quer dizer que em uma perspectiva acadêmico-científica de reflexividade e pesquisa a noção de organização da informação compreende tanto o contexto da análise e do planejamento de atividades, quanto a proposição e avaliação de instrumentos técnicos de organização que primam pela seleção, representação e disseminação da informação.

Já a gestão da informação relacionada a comunicação e mediação da informação se ocupa da análise e planejamento de procedimentos para conceber formas de comunicar e

mediar a informação, visando promover acesso. Em outras palavras, os estudos sobre gestão da informação e comunicação e mediação da informação envolvem os fluxos de informação, a compreensão dos atores que participam do processo de informação e os canais utilizados.

Isso significa dizer que relacionar gestão da informação, comunicação e mediação da informação implica na possibilidade efetiva do desenvolvimento de estudos sobre os processos de comunicação e mediação da informação em seus desdobramentos sociais, políticos, culturais e econômicos concebendo perspectivas para construção do conhecimento.

Entende-se que a área de concentração do PPGCInf da UnB toma como base um procedimento de estudos sobre identidade profissional, dado que é muito comum o pensamento da gestão da informação como estudo voltado para questões informacionais que envolvam estratégias, planejamentos e processos relacionados a diferentes espaços de informação voltados para profissionais, usuários e meios de organização, comunicação e mediação da informação.

Marchiori (2002, p. 75) mostra a gestão da informação como previsão de estudos de fenômenos profissionais quando afirma que “A gestão da informação tem, por princípio, enfocar o indivíduo (grupos ou instituições) e suas “situações-problema” no âmbito de diferentes fluxos de informação, os quais necessitam de soluções criativas e custo/efetivas”.

O PPGCI da UNESP apresenta como área de concentração Informação, Tecnologia e Conhecimento. O *site* do PPGCI da UNESP (2011) fala que: a área de concentração "Informação, Tecnologia e Conhecimento" está alicerçada nas questões de organização, gestão, mediação e uso da informação e do papel da tecnologia nos processos informativos e, permite a UNESP, contribuir significativamente para o fortalecimento da pesquisa e da capacitação docente em Ciência da Informação no país, propiciando um trabalho de cooperação e de intercâmbio de informações com os demais cursos de pós-graduação e, principalmente, com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e com a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN).

Observa-se que a área de concentração do PPGCI da UNESP atenta para um diálogo específico em dois ambientes: ambiente interno e ambiente externo. O primeiro ambiente indica as discussão e pesquisa no âmbito da organização, gestão e uso da informação, tendo as tecnologias papel fundamental nesse processo. O segundo ambiente indica o diálogo do PPGCI com órgãos como a ANCIB e a ABECIN a fim de fortalecer a base acadêmico-científica do PPGCI, assim como contribuir para as pesquisas sobre Ciência da Informação no Brasil.

Assim como no PPGCI da UFMG, o PPGCI da UNESP prioriza as reflexões sobre organização, gestão e uso da informação de forma integrada atestando a necessidade de pensar a informação, a tecnologia e o conhecimento em uma perspectiva gerencial, organizacional e mediacional. Isso mostra mais uma vez a constatação de uma identidade interseccional que compõe a necessidade de uma relação direta entre os termos atribuídos nos estudos da área de concentração (gestão, organização, mediação e uso da informação).

Nessa identidade de intersecção, a gestão sob a ótica das tecnologias pode ser considerada um baluarte em virtude de conceber procedimentos para a estruturação da organização, mediação e uso da informação. A gestão da informação deve incluir, em uma perspectiva operacional e estratégica, mecanismos de obtenção e utilização de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, materiais e físicos, visando disponibilizar os recursos informacionais como insumo útil para indivíduos, grupos e organizações. (PONJUÁN DANTE, 1998).

A citação acima possibilita dizer que a gestão da informação indica pressupostos reflexivos e aplicativos sobre o estabelecimento de condições humanas, operacionais e estratégicas para organização, mediação e uso da informação a partir dos auspícios tecnológicos mostrando que gestão, organização, mediação e uso da informação no contexto das tecnologias possuem grande contigüidade em termos de reflexão científica e instrumento de pesquisa (não necessariamente tudo ao mesmo tempo).

Pode-se ainda identificar uma identidade partilhada a partir do momento em que o PPGCI da UNESP demonstra em seu discurso relevância em trabalhar por meio de cooperação e intercâmbio com associações, tais como a ANCIB e a ABECIN. Isso mostra o ideário de uma identidade compartilhada em virtude de que PPGCI e Associações crescem mutuamente e quem ganha com essa identidade partilhada é a Ciência da Informação brasileira com uma possibilidade mais efetiva de maturação acadêmica, científica e institucional.

O PPGCI da USP possui como área de concentração Cultura e Informação. Percebe-se que esta área de concentração é uma das mais peculiares dos PPGCI's, haja vista que dedica enfaticamente espaço para estudos culturais atrelados a informação.

Essa peculiaridade ocorre inicialmente pelo significado de cultura que é bastante complexo, sendo necessária uma breve reflexão sobre o termo. Para tanto, coloca-se em cena o grande estudioso Edgar Morin (1986, p. 79) que oferece duas idéias sobre o conceito de cultura:

- a) Concebemos a cultura como um sistema metabolizante, isto é, que assegura as mudanças (variáveis e diferenciadas segundo as culturas) entre os indivíduos, entre o indivíduo e a sociedade, entre a sociedade e o cosmos, etc.
- b) Este sistema deve estar articulado ao sistema social em seu conjunto. Pode-se conceber o sistema social global como sistema cultural oposto ao sistema natural; pode-se, igualmente, conceber a cultura como realidade econômica, social, ideológica, etc. e religá-la, assim, às outras dimensões sociais. Por isso mesmo, constata-se que a cultura não é uma superestrutura nem uma infra-estrutura, mas o circuito metabólico que associa o infra-estrutural ao superestrutural.

Observa-se algumas idéias básicas que envolvem o conceito de cultura: a primeira delas é que a cultura age como um processo metabólico, transformador, mas que precisa de ações individuais e coletivas para se desenvolver; a segunda é que a cultura age como um aparelho de estrutura, no sentido de que está ligado a diversos contextos, como o social, educacional, político, econômico, espiritual, etc., pois a cultura é um aglomerado de idéias, de relações que vão se estabelecendo e formando a identidade de comunidades, sociedades, nações, continentes e do mundo.

Entende-se também que a visão pronunciada por Morin concebe a cultura como um emaranhado de relações que vão constituindo as pessoas em uma tessitura individual e/ou coletiva. Ou seja, a cultura não é infra-estrutural ou superestrutural, mas é um canal mediador que relaciona estes dois fatores.

Como o próprio Morin (1986, p. 79) fala “munidos desta concepção da cultura, é que poderemos aventurar-nos à culturálise rudimentar, mas necessária e preliminar da nossa sociedade”.

Isso mostra que a cultura deve ser entendida no seu processo, desde as suas origens, sua natureza de ação e evolução, como explicamos no item anterior. Porém, deve-se atentar para o fato de que a sociedade é policultural, isto é, participa de diversos tipos de cultura, como a nacional, a religiosa, a política, de massas, o que propicia a evolução da cultura e a caracterização da identidade de alguns fenômenos e a crise de identidade em outros fenômenos.

Com efeito, diante do entendimento sobre cultura, percebem-se as possibilidades de variância de uma área de concentração de um Programa de Pós-Graduação. Essa variância pode ser constatada no *site* do PPGCI da USP (2011) que expõe como ementa da área de concentração:

trata das relações que caracterizam os processos de construção e/ou re-construção do sentido e/ou do produto cultural quando a informação é transformada em conhecimento e o produto cultural, em bem cultural propondo a observação das ações necessárias, no contexto dos equipamentos culturais, para que a informação possa ser preservada e circular socialmente

(coleta, seleção, organização, acesso) e a análise dos contextos culturais dentro dos quais estes processos se realizam e adquirem seu sentido social;

a inserção dos estudos de informação no contexto social-cultural pretende fornecer uma leitura particular da introdução da Ciência da Informação no escopo das Ciências Sociais Aplicadas.

A área de concentração do PPGCI da USP pode ser basicamente dividida em dois fatores: a primeira atenta para a relevância da informação como instrumento propositivo no enfoque organizacional, de preservação e circulação (coleta, seleção, organização, acesso) em equipamentos culturais inferindo que informação e cultura possuem um entrelaçamento que pode produzir novos sentidos sociais para indivíduos e grupos.

Dessa forma, informação e cultura conjuntamente se reconstruem por meio de ações, assim como reconstruem seus sentidos sociais. Isto quer dizer que informação e cultura não estão fechadas em si mesmo, mas possuem aplicabilidades em diversas condições organizacionais, de preservação e circulação, tais como educacionais, econômicas, políticas, etc.

A segunda indica um contexto mais voltado para a relação cultura e informação no contexto das práticas sociais relativas ao reconhecimento da Ciência da Informação como campo do conhecimento das ciências Sociais Aplicadas significando dizer que há uma proximidade efetiva entre cultura, informação e epistemologia social da Ciência da Informação.

Pode-se afirmar que a área de concentração do PPGCI da USP apresenta uma identidade subjetiva, de sorte que cultura e informação, tanto isolada como conjuntamente podem abarcar estudos em diversas perspectivas sociais, educacionais, políticas e econômicas dependendo de como cada docente em suas pesquisas e os discentes em suas dissertações e teses verificam a construção de seus referenciais teórico-bibliográficos e a estruturação do seu objeto de estudo para o desenvolvimento da pesquisa.

## 6.2 DAS LINHAS DE PESQUISA

As linhas de pesquisa especificam a abordagem geral definida nas áreas de concentração. Essa especificação visa elucidar as propostas de atuação de um Programa de Pós-Graduação.

Isso significa afirmar que o conceito de área de concentração pode apresentar certas inconsistências ou mesmo como afirma Menandro (2003, p.180) “o conceito de área de concentração padece de "frouxidão". Por isso, a área de concentração ganha caráter elucidativo mais sólido quando se define as linhas de pesquisa do Programa.

O quadro abaixo mostra algumas atribuições referentes a área de concentração e as linhas de pesquisa de um Programa de Pós-Graduação:

	Área de concentração	Linha de pesquisa
Delimita fronteiras do campo de conhecimento da investigação	SIM	SIM
Determina o rumo ou o que será investigado num dado contexto	ÀS VEZES	SIM
Demarca orientação teórica que serve de referencial	ÀS VEZES	ÀS VEZES
Estabelece procedimentos adequados à investigação	ÀS VEZES	ÀS VEZES

**Quadro 10: Relações e diferenças entre área de concentração e linha de pesquisa.**

Fonte: Adaptado de Menandro (2003).

De acordo com o quadro acima, as linhas de pesquisa especificam a área de concentração, especialmente no que tange ao rumo das pesquisas ou o que será investigado em contextos específicos. Isso mostra que a área de concentração necessita da delimitação apresentada na linha de pesquisa para construir seu sentido.

O quadro também mostra ser inegável que apenas área de concentração e linha de pesquisa não são suficientemente capazes de atribuir sentido lato a uma Pós-Graduação, uma vez que para demarcar orientação teórica que serve de referencial e o estabelecimento de procedimentos adequados à investigação, é fundamental a constituição teórico-metodológica das disciplinas obrigatórias e optativas que compõem o Programa, assim como a adequação dos projetos de pesquisa dos discentes a área de concentração e as linhas de pesquisa que podem ser amadurecidas de acordo com o conteúdo das disciplinas e das orientações firmadas entre professor e aluno.

O PPGCI do IBICT/UFRJ está articulado em duas linhas de pesquisa:

PPGCI/IBICT/UFRJ	Nome da linha de pesquisa
Linha de pesquisa 1	Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento
Linha de pesquisa 2	Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação

**Quadro 11: Linhas de pesquisa do PPGCI do IBICT/UFRJ.**

Fonte: adaptado de Pinheiro (2007)

A primeira linha de pesquisa tem como ementa, conforme disposto no *site* do PPGCI IBICT/UFRJ (2011):

Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação e metodologias das Ciências Sociais e Aplicadas. Comunicação e divulgação em Ciência e Tecnologia; análises e

aplicações bibliométricas, informétricas, webométricas e cientométricas. Sistemas de organização e representação do conhecimento, ontologias, web semântica e contribuições da lingüística. Processos de busca, acesso, recuperação e uso da informação. Dimensões conceituais e semióticas das estruturas e dos fluxos da informação e do conhecimento em diferentes contextos. Informação e gestão, monitoramento tecnológico, gestão estratégica da informação e do conhecimento nas organizações e nas políticas públicas. Cultura organizacional.

Diante da ementa da linha de pesquisa Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento, verifica-se que possui grande diversidade de assuntos, tornando-a eminentemente densa e dispersiva.

Pode-se dividir esta linha de pesquisa em vários quesitos: o primeiro está relacionado aos estudos históricos e epistemológicos. Tradicionalmente, o PPGCI do IBICT é o único a oferecer uma linha de pesquisa específica para tratar desses assuntos no Brasil. Porém, nesta nova linha de pesquisa que foi aprovada em 2008, os estudos históricos e epistemológicos deixaram de ser linha de pesquisa autônoma para se constituir em um instrumento da linha de pesquisa. Pesquisas sobre fundamentos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação são vitais para problematizar e refletir sobre questões teóricas e práticas da informação em suas diversas tipologias e associações com outros campos do conhecimento e disciplinas. Refletir sobre uma epistemologia da Ciência da Informação, atenta para as questões, perspectivas e limitações que este campo do conhecimento pode conceber por meio dos seus construtos teóricos e metodológicos acerca da informação no contexto científico e social.<sup>71</sup> Como afirma González de Gómez (2001, p. 6): “[...] Da ciência da informação se espera, portanto, a definição do que propriamente pode ou não chamar-se informação e da reflexão epistemológica acerca da ciência da informação, o esclarecimento das condições de possibilidade de um conhecimento da informação que possa chamar-se de científico”.

Com efeito, acredita-se que estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação são essenciais para refletir sobre problemas históricos, tanto do campo, quanto da informação, visando conceber um diálogo com a realidade científico-informacional e possivelmente, atentar para previsões sobre os rumos da informação e da própria Ciência da Informação.

---

<sup>71</sup> As questões metodológicas são relevantes para a concepção de estratégias, visando os estudos e reflexões epistemológicas da Ciência da Informação. Quando se fala em questões metodológicas no seio da epistemologia da Ciência da Informação, é pertinente compreender que insere desde os diálogos com as bibliografias científicas das Ciências Sociais Aplicadas de forma mais ampla e Ciência da Informação de forma específica até as reflexões sobre estratégias de pesquisa e métodos científicos.

O segundo quesito é uma consequência do primeiro, pois insere as questões sobre comunicações científicas e tecnológicas e a aplicação de estudos métricos da informação. Quando se fala em estudos métricos da informação, é possível relacionar ao termo aplicação. Conforme Vanti (2002) algumas tendências dos estudos métricos da informação podem ser destinadas para:

- a) identificar as tendências e o crescimento do conhecimento em uma área;
- b) identificar as revistas do núcleo de uma disciplina;
- c) mensurar a cobertura das revistas secundárias;
- d) identificar os usuários de uma disciplina;
- e) prever as tendências de publicação;
- f) estudar a dispersão e a obsolescência da literatura científica;
- g) prever a produtividade de autores individuais, organizações e países;
- h) medir o grau e padrões de colaboração entre autores;
- i) analisar os processos de citação e co-citação;
- j) determinar o desempenho dos sistemas de recuperação da informação;
- k) avaliar os aspectos estatísticos da linguagem, das palavras e das frases;
- l) avaliar a circulação e uso de documentos em um centro de documentação;
- m) medir o crescimento de determinadas áreas e o surgimento de novos temas.

Os estudos métricos da informação são muito importantes para aplicação de pesquisas de cunho teórico-epistemológico que envolva pesquisas e publicações referentes a comunicação/produção científica e tecnológica em diversos contextos, tais como: periódicos, disciplinas, sistemas de informação, produtividade de autores individual e coletivamente, além de estudos quantitativos da informação em centros de informação (bibliotecas, arquivos, museus e internet).

O terceiro quesito está relacionado aos sistemas de organização e representação do conhecimento, ontologias, web semântica e contribuições da lingüística. Neste caso há uma forte valorização de procedimentos tecnológicos relacionados a organização e representação da informação atentando para a importância da Linguística como fundamento essencial para compreender os processos organizacionais e representacionais do conhecimento.

O quarto quesito está voltado para as dimensões conceituais referentes ao fluxo, gestão, recuperação, acesso e uso da informação que tanto podem ser agregados ao contexto das políticas públicas, como ao contexto das organizações.

A segunda linha de pesquisa apresenta como ementa, de acordo com o disposto no *site* do PPGCI do IBICT/UFRJ:

Estudos de ética e política de informação e das tecnologias da informação e comunicação na sociedade contemporânea; regime de informação. Interfaces da informação com a ética e a sustentabilidade ambiental no mundo contemporâneo. Políticas de ciência, tecnologia e inovação; quadros normativos e regulatórios institucionais da produção científica; indicadores científicos e tecnológicos; dinâmicas de inovação e seus indicadores. Estudos socioculturais da informação e comunicação, da ciência e tecnologia. Perspectivas econômicas da informação e do conhecimento; crítica da economia política e micro-economia da informação. Linguagem, conhecimento e informação nas transformações do trabalho no capitalismo atual. Condicionantes socioculturais e tecnológicos dos usos e da competência em informação. Redes de comunicação, colaboração e produção da informação: características e implicações políticas, sociais e econômicas.

Esta linha de pesquisa pode ser desenvolvida em três eixos: ética, políticas e tecnologias da informação e da comunicação; estudos socioculturais e econômicos da informação, ciência e tecnologia no contexto das transformações do trabalho no sistema capitalista; conhecimento, informação e linguagem no contexto sociocultural e tecnológico relativo ao uso, colaboração, produção e competência em informação.

O eixo de ética, políticas e tecnologias da informação e da comunicação está diretamente ligado as reflexões sobre de González de Gómez (2010, p. 157) quando fala sobre a ética da informação como fenômeno humano, político, cultural e econômico:

Ora, nas sociedades contemporâneas, ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais e nomádicas oferecem possibilidades inúmeras de desenvolvimento econômico e social, enquanto as inovações tecnológicas ficarem sujeitas ao predomínio dos mecanismos de mercado e de formas de valorização capitalista, a produção, circulação e apropriação de informações ignoraria as metas do bem estar social e da justiça social. Questões referentes à confidencialidade, privacidade, propriedade intelectual, segurança, censura, movimentos de código aberto, liberdade de expressão, referem-se a procedimentos seletivos de informação e desinformação e à operação de mecanismos exteriorizados de regulamentação e de controle acerca da geração, circulação e acesso/uso de informação.

A ética da informação torna-se útil para investigar os processos que permeiam os problemas informacionais, comunicacionais e tecnológicos concernentes aos fatores humanos, sociais, políticos e econômicos, visando refletir sobre amplas perspectivas de inserção de indivíduos e comunidades no contexto do acesso à informação, assim como sobre procedimentos éticos para nortear a seleção da informação. Já as políticas de informação se constituem na investigação reflexiva e propositiva sobre ações de informação voltadas para geração, circulação e acesso/uso da informação. Para tanto, o regime de informação serve

como procedimento metodológico fundamental a fim de identificar formas de investigação para a análise das políticas de informação.<sup>72</sup>

O segundo eixo tem um aspecto eminentemente sócio-econômico em virtude de abordar a economia da informação como instrumento vital para refletir sobre as transformações do sistema capitalista no contexto do trabalho concebendo uma crítica da economia política.<sup>73</sup> O entendimento sobre os pressupostos sócio-econômicos do capitalismo sob um viés científico e tecnológico é crucial para compreender as abordagens informacionais que norteiam as práticas trabalhistas.

No terceiro eixo é possível atentar para os estudos sobre linguagem, informação e conhecimento em seus aspectos de produção, circulação, comunicação acesso e uso, além de observar condicionantes socioculturais e tecnológicos das redes de comunicação, colaboração e produção da informação, com vistas a refletir sobre usos e competências em informação.

Dessa maneira, verifica-se que as linhas de pesquisa do PPGCI do IBICT/UFRJ configura-se em uma identidade fragmentada em virtude de que há uma variedade e densidade muito ampla de assuntos que ora se complementam, ora aparentam não possuir uma efetiva relação. Assim, é possível identificar como vantagem a possibilidade de investigação sobre assuntos variados; como desvantagem atribui-se uma gama de assuntos que não se contextualizam de forma efetiva nas linhas de pesquisa, fragmentando as propostas de investigação do PPGCI.

O PPGCI da UFBA também está articulado em duas linhas de pesquisa, como mostra o quadro a seguir:

PPGCI/UFBA	Nome da linha de pesquisa
Linha de pesquisa 1	Políticas e tecnologias da informação
Linha de pesquisa 2	Produção, circulação e mediação da informação

**Quadro 12: Linhas de pesquisa do PPGCI da UFBA.**

Fonte: adaptado de Pinheiro (2007)

<sup>72</sup> O regime de informação é considerado por González de Gómez (2002, p. 69) como um “Conjunto mais ou menos estável de redes neurocomputacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos”. Isso significa dizer que o regime de informação prevê a possibilidade do desenvolvimento de políticas de informação tácitas ou explícitas, bem como a contextualização de macro ou micro políticas dependendo da condição e do caráter teleológico em que esteja sendo lançada.

<sup>73</sup> A economia da informação trata das ocupações que se baseiam na geração, disseminação e utilização da informação e do conhecimento, principalmente no que tange a díade empresa-trabalhador. (BUENO; JANNUZZI, 2005).

A primeira linha de pesquisa estabelece como ementa de acordo com o site do PPGCI da UFBA (2011) estabelecendo quatro perspectivas:

- a) estudos teóricos e aplicados sobre a infraestrutura e políticas de acesso e controle da informação, do documento e das tecnologias intelectuais;
- b) contempla a identificação e o monitoramento de necessidades, assim como a avaliação de padrões de funcionamento e gestão de redes e sistemas de informação;
- c) abrange pesquisas sobre identidade e memória cultural, incluindo o exame de metodologias e estratégias de preservação documental;
- d) envolve ainda o estudo das tendências e dos indicadores de produção e comunicação científica.

A primeira perspectiva anuncia a política de informação como objeto voltado para o acesso e controle da informação considerando a importância das tecnologias intelectuais. A política deve ser entendida em dois aspectos: a partir de um discurso extrinsecamente compartilhado e uma condição interna que prevê a execução de ações. Assim, a política de informação, seria uma proposta de transição de um discurso para uma ação que visa transformar uma determinada realidade de produção, comunicação, geração, organização e/ou acesso à informação.

A política de informação no contexto das tecnologias intelectuais mostra quão valorativa é a tecnologia para construir os pressupostos da Ciência da Informação, precipuamente no que se refere aos estudos sobre políticas de informação científica e tecnológica que vem sendo uma realidade discursiva e propositiva desde a década de 1950 e de forma mais efetiva desde a década de 1970 atestando a relevância do Estado como ponto chave para o seu desenvolvimento. Como afirma González de Gómez (2002, p. 28) “Organizando o campo definicional da política de informação, teríamos agora o Estado como agente privilegiado de sua elaboração e implantação, e a ciência e a tecnologia, como domínio de seu exercício”.

A política de informação e as tecnologias intelectuais levam a segunda perspectiva que é o estudo sobre identificação e monitoramento de necessidades relacionadas a gestão de redes e sistemas de informação.

É fundamental reconhecer que estudar tecnologias em Ciência da Informação perpassa pela necessidade de refletir sobre gestão de redes que implica em estudos sobre redes de comunicação e informação envolvendo as diversas relações mentais, físicas subjetivas e emocionais entre atores, organizações e usuários das redes, assim como os procedimentos de geração, compartilhamento, transferência e uso de informações concebidas nas redes) e

sistemas de informação que vindica estudos sobre componentes que apresentam relações internas de entrada (coleta), processamento (procedimento), armazenamento e disseminação (saída) dos dados e informações fornecendo um mecanismo de *feedback*.

A terceira perspectiva trata de estudos de identidade e memória na ótica da preservação documental. Esses estudos são pertinentes em virtude de que a partir do momento em que ocorre a necessidade de estudar e propor políticas de informação atentando para a importância das tecnologias e de suas redes de informação e de comunicação é crucial investigar sobre a identidade de registro que inclui diretamente memória e preservação documental.<sup>74</sup> É importante destacar também que estudos sobre identidade e memória, inseridos nesta linha de pesquisa estabelecem a concepção de uma identidade de registro, isto é, há uma preocupação em pesquisar sobre elementos que preservem a memória documental, pois focalizando a preservação favorece a estruturação de subsídios documentais e informacionais para pensar novos objetos de pesquisa, seja ele teórico-epistemológico (objetos que auxiliem na construção do campo científico da Ciência da Informação de cunho social, político e tecnológico, por exemplo), seja aplicativo (referentes a preservação documental em ambientes virtuais ou mesmo a preservação documental em centros de informação).

A quarta e última perspectiva indica a importância dos estudos sobre produção e comunicação científica. Essa perspectiva insere amplamente os estudos sobre a realidade (problemas, dificuldades e desafios) relacionada a produção e comunicação científica em seus suportes (físico e/ou virtual) e meios (periódicos, seminários congressos, etc.) no que tange ao acesso à informação e ao conhecimento. Como afirma Mueller (2006, p. 27) “O movimento para acesso livre ao conhecimento científico pode ser considerado como o fato mais interessante e talvez importante de nossa época no que se refere à comunicação científica”.

Já a segunda linha de pesquisa estabelece como ementa de acordo com o site do PPGCI da UFBA (2011) estabelecendo as seguintes condições:

a) estudos teóricos e aplicados sobre produção, disseminação, transferência, mediação e apreensão da informação em vários contextos;

---

<sup>74</sup> A identidade de registro é aquela que possui uma preocupação primordial em preservar as marcas sociais, políticas, culturais, econômicas, educacionais e humanas de um determinado objeto ou fenômeno individual ou coletivo; formal ou informal; pessoal ou institucional. A importância de uma identidade de registro é que institui a possibilidade do efetivo diálogo histórico a partir da tríade passado-presente-futuro, assim como permite, em virtude de sua preocupação com a preservação documental, um diálogo amplo entre fenômenos informacionais físicos e/ou virtuais no âmbito científico, tecnológico, profissional e cotidiano.

b) contempla os ciclos, processos, fluxos, hábitos e comportamentos informacionais em diferentes meios e ambientes, incluindo leitura e escrita, com enfoque na circulação da informação, recepção e produção de sentidos;

c) abrange estudos e pesquisas das redes sociais e humanas na produção, intercâmbio e uso de informação;

d) envolve também a análise de competências informacionais e de programas de letramento e inclusão digital, comportamentos e hábitos informacionais.

Pode-se afirmar que esta linha de pesquisa centra seus estudos na produção, disseminação, transferência, mediação e apreensão da informação contemplando três aspectos: processos, fluxos e comportamentos informacionais; redes sociais e humanas no uso da informação; e competências informacionais e programas de inclusão digital.

Para compreender a ementa nesta linha de pesquisa é pertinente atentar para o conceito de mediação da informação. Isso ocorre em virtude da mediação da informação ser um processo de transição e/ou articulação entre a produção, circulação e a apreensão da informação, aproximando emissor e receptor; serviço e usuário; profissional e usuário.<sup>75</sup>

De forma mais intensa refletir sobre a mediação da informação deságua naturalmente no discurso de Gomes (2010, p. 87) quando afirma que “Para tratar de mediação, de início, é preciso situá-la como ação vinculada à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos”.

De acordo com Almeida Júnior (2009, p. 92) a mediação da informação significa “Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional”.

Isso significa dizer que a mediação da informação inclui dois fatores fundamentais: a apropriação da informação que é inerente ao processo de produção/disseminação da informação e interferência que é inerente aos procedimentos de como a informação será destinada ao usuário.

Desse modo, compreender a mediação da informação fundamenta os pressupostos que dão vazão aos três aspectos estabelecidos na linha de pesquisa: processos, fluxos e comportamentos informacionais, pois a mediação da informação será vital para entender como a informação é produzida, assim como os comportamentos informacionais envolvidos,

---

<sup>75</sup> A mediação da informação é muito relevante, pois além de articular a transitoriedade entre produção e apreensão da informação, é essa mesma mediação que faz a informação circular.

isto é, a mediação é fruto de um propósito que envolve todo o processo informacional; redes sociais e humanas no uso da informação, de sorte que a informação utilizada nas redes indica diversas propostas de mediação informacional na concepção triádica emissor-canal-receptor, além dos diversos problemas e desafios para mediação da informação em redes sociais e humanas; e competências informacionais e programas de inclusão digital, visto que a mediação da informação, através do conhecimento da produção informacional e da apreensão pelo usuário, pode identificar pontos deficitários e qualitativos que interferem ou favorecem as competências em informação, inclusive no que tange a informação digital.

Com efeito, analisada as linhas de pesquisa do PPGCI da UFBA percebe-se uma marca identitária muito latente que é a identidade estrutural. A identidade estrutural ocorre de acordo com a afirmação de Dubar (1998) quando as categorias dos discursos de determinados fenômenos definem-se pelo ponto de vista de outros fenômenos. Aplicando ao caso do PPGCI da UFBA cumpre ressaltar que as linhas de pesquisa e suas ementas são compostas de elementos que são interdependentes e necessitam de uma relação direta a fim de que possam coexistir. No caso da primeira linha é possível notar essa identidade estrutural entre políticas e tecnologias da informação, além dos estudos sobre identidade e memória. Já na segunda linha é possível observar a identidade estrutural quando da estrutura direta concebida entre a produção, circulação e mediação da informação e seus aspectos específicos, tais como: fluxos, processos, comportamentos e competências em informação.

O PPGCI da UFMG apresenta as seguintes linhas de pesquisa, conforme descreve o quadro abaixo:

PPGCI/UFMG	Nome da linha de pesquisa
Linha de pesquisa 1	Gestão da Informação e do Conhecimento – GIC
Linha de pesquisa 2	Informação, Cultura e Sociedade – ICS
Linha de pesquisa 3	Organização e Uso da Informação – OUI

**Quadro 13: Linhas de pesquisa do PPGCI da UFMG.**

Fonte: adaptado de Pinheiro (2007)

A primeira linha de pesquisa apresenta como ementa, conforme exposto no *site* do PPGCI da UFMG (2011) as atividades de investigação científica nesta linha concentram-se em temáticas relacionadas à gestão da informação e do conhecimento em contextos organizacionais. Tais temas focalizam as seguintes questões: Políticas de informação (nacionais e transnacionais) para a infoinclusão, cognição em organizações, fontes e serviços

de informação para negócios, tecnologias para gestão do conhecimento e avaliação de sistemas de informações organizacionais.

Verifica-se que esta linha de pesquisa tem um enfoque claro e objetivo que é investigar a gestão da informação e do conhecimento no contexto organizacional. Isto mostra uma preocupação da linha de pesquisa em promover perspectivas de estudos acadêmicos e científicos sobre gestão da informação e do conhecimento voltados para questões mercadológicas, institucionais, políticas, sociais, tecnológicas, empresariais e organizacionais, seja no setor público, seja no setor privado.

A gestão da informação e do conhecimento adquire uma produção de sentido elucidativa quando na declaração de Choo (2006) seja qual for a prática da gestão da informação e do conhecimento nas organizações é inegável reconhecer que essas práticas refletirão a cultura organizacional e a política de informação adotadas pela organização e revelarão a importância da informação e do conhecimento como recursos estratégicos para o desenvolvimento organizacional.

Com relação a segunda linha de pesquisa de acordo com o *site* do PPGCI da UFMG (2011) tem abordado temáticas variadas, tendo, entretanto, como elementos comuns a preocupação em discutir problemas relativos a democratização do acesso à informação, bem como ao exercício das atividades informacionais, procurando evidenciar as contradições, os limites e alternativas que se apresentam no âmbito da sociedade da informação apresentando como temas de pesquisa:

- a) Ciência da Informação e campo epistemológico
- b) Informação, Estado e sociedade civil
- c) Informação, espaço e práticas sociais
- d) Informação, cultura e tecnologia

Esta segunda linha de pesquisa é, talvez, uma das mais complexas em Ciência da Informação no Brasil em virtude de dois fatores: primeiramente, por abordar o campo da Ciência da Informação em seu construto epistemológico que envolve uma gama de estudos teóricos sobre este campo do conhecimento; em segundo lugar, por abranger a informação em diversas condições teóricas e aplicativas nos desdobramentos sociais, culturais, políticos, governamentais e tecnológicos (ênfase nos estudos sobre sociedade da informação).

Assim, observa-se uma relação intensa entre o construto epistemológico da Ciência da Informação e a sociedade da informação. A partir de quais condições essa relação pode ser definida? Saracevic (1996) aponta que a origem histórica da Ciência da Informação é discutida, juntamente com seu papel social na evolução da sociedade da informação.

Isso significa dizer que a relação entre Ciência da Informação e sociedade da informação é uma questão de raiz (embrionária), o que favorece estimular uma linha de pesquisa agregando estes dois expoentes. Pode-se afirmar que esta linha de pesquisa do PPGCI da UFMG se ocupa de uma mentalidade eminentemente epistemológica e social, principalmente por conciliar a Ciência da Informação como campo do conhecimento e a informação como objeto (fenômeno) social, cultural, tecnológico, político e epistemológico no contexto de uma sociedade da informação.

A terceira linha de pesquisa segundo o *site* do PPGCI da UFMG (2011) preocupa-se com estudos de duas das funções básicas de bibliotecas: os sistemas de recuperação da informação e a organização e o uso de informação. Foi estruturada com base no pressuposto de que o estudo e a reflexão sobre qualquer das duas funções são potencializados a partir da interação/inter-relação existente entre as duas, procurando explorar as teorias correspondentes, de forma a consolidar núcleos teóricos relevantes para as áreas envolvidas. Entre os grandes temas da linha destacam-se: Representação da informação (classificação, descrição e modelagem) em contextos digitais, análise de assunto, Bibliometria, estudos de usos e usuários de sistemas de informação.

Esta linha de pesquisa pode ser considerada como um instrumento que aproximam Ciência da Informação como campo do conhecimento e Biblioteconomia como disciplina em virtude da valorização da biblioteca através de dois vieses: sistemas de recuperação de informação; organização e uso da informação.

Dessa forma, há vários fenômenos que aproximam Ciência da Informação e Biblioteconomia, assim como sistemas de recuperação de informação e organização e uso da informação em contextos físicos e/ou virtuais, dentre os quais podem ser citados: estudos infométricos; tratamento da informação que inclui representação temática da informação (indexação), representação descritiva da informação (catalogação), representação alfanumérica da informação (classificação em seu processo teórico e técnico); índices; serviços de informação, entre outros.

Vale destacar a importância dos estudos focalizados nessa linha, visando suas aplicabilidades em bibliotecas, especialmente universitárias e especializadas enfatizando que a biblioteca possui um referencial de informação que insere contextos organizacionais, representacionais, gerenciais e técnico-científicos.

Entende-se que as linhas de pesquisa do PPGCI da UFMG apresentam uma identidade em uma tessitura de subjetividade e sincronia.

A subjetividade da identidade no PPGCI da UFMG está nas múltiplas possibilidades de investigação que o pesquisador pode se ocupar através dos seus estudos, visando a concretização de objetivos e finalidades previamente estabelecidas.

Já a sincronia da identidade reside no fato de que as linhas de pesquisa possuem uma concatenação muito clara tanto de maneira intrínseca (dentro da linha de pesquisa), quanto de maneira extrínseca (entre as linhas de pesquisa) que favorece a concretização de estudos relativos a Ciência da Informação e a informação em seus desdobramentos epistemológicos e sociais admitindo que quando há uma relação precisa entre contexto epistemológico, social e profissional nas linhas de pesquisa, possibilita uma identificação mais precisa e sincronizada de sua identidade.

O PPGCI da UnB apresenta as linhas de pesquisa descritas no quadro abaixo:

PPGCI/UnB	Nome da linha de pesquisa
Linha de pesquisa 1	Organização da Informação
Linha de pesquisa 2	Comunicação e Mediação da informação

**Quadro 14: Linhas de pesquisa do PPGCI da UnB.**

Fonte: adaptado de Pinheiro (2007)

A primeira linha de pesquisa de acordo com o PPGCI da UnB (2011) busca propor conhecimentos nos níveis epistemológico, científico e prático relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação. Neste contexto, relaciona-se com a natureza da informação, a terminologia e modelos de tratamento e recuperação de informações; as necessidades dos usuários de informação e suas implicações; a identificação dos recursos necessários a partir dos tipos e formatos; a identificação, o tratamento e a recuperação de informações adequadas para o usuário; a formulação de políticas, estratégias, planejamentos, normas e processos relacionados a diferentes espaços de informação.

Nesta linha de pesquisa três fatores chamam atenção: o primeiro se refere ao fato de que refletir sobre organização da informação implica em avaliar um processo que vai desde a produção até o uso da informação identificando a importância da recuperação e tratamento da informação; o segundo atenta que a investigação sobre organização da informação remete a reflexão de que recuperação e tratamento da informação em diferentes formatos devem ser estudados observando o usuário e suas necessidades; o terceiro é que a organização da informação necessita de estudos sobre políticas e planejamentos relacionados a espaços de informação diversos.

Assim, entende-se que a organização da informação está atrelada a vários fatores, dentre os quais podem ser destacados a recuperação de informação e seus sistemas e tratamento da informação considerando que são dois termos diretamente associados, pois conforme afirma Dias (2001, p. 5):

Nos sistemas de informação e de recuperação da informação, o tratamento da informação é definido como a função de descrever os documentos, tanto do ponto de vista físico (características físicas dos documentos) quanto do ponto de vista temático (ou de descrição do conteúdo). Essa atividade resulta na produção de representações documentais (fichas de catálogo, referências bibliográficas, resumos, termos de indexação etc) que não apenas se constituem de unidades mais fáceis de manipular num sistema de recuperação da informação (comparado ao documento em sua íntegra).

Percebe-se que tratar a informação por meio de atividades de representação documentais como catálogos, referências bibliográficas, resumos, entre outros constitui elementos subsidiários para identificar possibilidades de recuperação de informação, pois auxiliam no processo de busca e identificação da informação.<sup>76</sup>

Para tanto, é preciso inserir o segundo fator, uma vez que se ocupa de uma idéia complementar atestando que recuperação e tratamento da informação devem ter no usuário seu principal fundamento. Como afirma Ferneda (2003, p. 14-15):

O processo de recuperação de informação consiste em identificar, conjunto de documentos (*corpus*) de um sistema, quais atendem à necessidade de informação do usuário. O usuário de um sistema de recuperação de informação está, portanto, interessado em recuperar “informação” sobre um determinado assunto e não em recuperar dados que satisfazem sua expressão de busca, nem tampouco documentos, embora seja nestes que a informação estará registrada. [...] Os sistemas de recuperação de informação devem representar o conteúdo dos documentos do corpus e apresentá-los ao usuário de uma maneira que lhe permita uma rápida seleção dos itens que satisfazem total ou parcialmente à sua necessidade de informação, formalizada através de uma expressão de busca.

Isso significa dizer que o usuário pode ser visto do ponto de vista de uma investigação científica como um objeto de estudo para detectar qualidades e deficiências no sistema de recuperação e tratamento de informação, pois a partir de seu processo de busca é possível identificar e avaliar procedimentos para recuperação e tratamento da informação.

---

<sup>76</sup> É importante considerar que o nível tecnológico e representacional do tratamento da informação vai variar de acordo com a complexidade do sistema de recuperação de informação. Em alguns casos, é fundamental reconhecer a importância de da criação/manutenção de linguagens e códigos, como as linguagens de indexação (listas de cabeçalhos de assuntos, sistemas de classificação, thesauri) e os códigos de catalogação para ampliar as possibilidades de tratamento e recuperação de informação. (DIAS, 2001).

Neste caso, a valorização está deliberada ao termo informação em si e não ao documento em virtude de que o que importa para o usuário não é simplesmente ter o documento em mãos, mas sim ponderar sobre que valor informacional esse documento vai promover.

Por isso, é crucial que o tratamento da informação represente sínteses a fim de facilitar a avaliação do usuário quanto à relevância que o documento integral possa ter para as suas necessidades de informação.

O terceiro fator é importante pelo fato de que o desenvolvimento de políticas e planejamentos de informação pode ser uma estratégia cabal para desenvolver perspectivas de tratamento e recuperação de informação, principalmente em virtude de que os estudos sobre políticas de informação no contexto da organização da informação podem oferecer subsídios teóricos e práticos conhecer novas realidades organizacionais ou detectar problemas e indicar soluções.

Conforme os fatores apresentados é possível identificar que esta linha de pesquisa apresenta grupos e estudos específicos sobre arquitetura da informação; biblioteca digital; imagem memória e informação; inteligência organizacional e competitiva; políticas de informação do Estado e gestão de patrimônio documental; representação e organização da informação e do conhecimento, dentre outros. (PPGCINF UNB, 2011).

Portanto, acredita-se que a organização da informação tem um construto teórico, prático e epistemológico que demanda a necessidade de muitos estudos científicos, o que justifica a importância dessa linha de pesquisa, especialmente pelo fato de que a organização da informação pode ser considerada como um efetivo instrumento de apoio para a gestão da informação.

A segunda linha de pesquisa conforme exposto no site do PPGCInf (2011) reúne estudos que buscam conhecimentos nos níveis epistemológico, científico e prático sobre processos de comunicação em diversos contextos e setores da sociedade. Os estudos desenvolvidos sob esta linha privilegiam a busca pelo entendimento dos fenômenos relacionados ao fluxo da informação, os atores que deles participam e os canais utilizados. Os estudos dessa linha contemplam ainda fatores internos e externos que influenciam tais fluxos e a produção e aplicação de indicadores para sua avaliação. A linha inclui também estudos sobre políticas, estratégias e planejamento dos processos de comunicação nos diversos contextos e setores da sociedade e desdobramentos sociais, políticos, culturais e econômicos da comunicação e acesso à informação, e ainda estudos relacionados às profissões ligadas a esses processos.

Nesta linha de pesquisa vale considerar dois pontos: o primeiro é referente aos processos de comunicação em diversos setores da sociedade, especialmente no contexto da comunicação científica que está atrelado aos fluxos de informação, os atores e canais utilizados nesse fluxo; o segundo inclui estudos sobre políticas de comunicação nos desdobramentos sociais, políticos, culturais e econômicos da comunicação e acesso à informação levando em consideração estudos de algumas profissões ligadas a esse processo de comunicação.

Com relação ao primeiro ponto Leite e Costa (2007, p. 93) argumentam que o estudo da comunicação científica “[...] Envolve amplo leque de tópicos e questões complexas. Muitas dessas questões referem-se aos fatores condicionantes do fluxo da informação e do conhecimento, ao comportamento informacional dos atores e suas interações no seio de comunidades científicas, impacto de tecnologias, dentre outros”.

Um processo de comunicação, seja científica ou não demanda o estabelecimento de uma relação direta com os atores envolvidos, visando compreender como a comunicação é desenvolvida e as maneiras como os atores apreendem esses processos comunicacionais.

O segundo ponto é interessante pelo fato de que as políticas de informação possuem ampla adequação as necessidades da investigação científica. Na primeira linha, já inclui um espaço para estudos sobre políticas de informação voltada para espaços de informação.

Nesta segunda linha, há nova ênfase nas políticas de informação, mas agora considerando a importância do processo de comunicação, mediação uso e acesso à informação em fenômenos sociais e profissionais (como as profissões constroem seus discursos sobre o processo de comunicação e acesso à informação).

É fundamental atentar para a importância das políticas de informação, ciência e tecnologia e suas influências no processo de comunicação científica. Como afirma Pinheiro (2003, p. 62):

Estudos de comunicação científica naturalmente se estendem até a informação científica e tecnológica, ou vice-versa, por uma razão principal: a informação científica e tecnológica é parte fundamental da infraestrutura de C&T. Portanto, abordar a comunicação científica significa não somente focar padrões de comunicação entre pares, mas também englobar tanto a informação à qual recorrem para as suas pesquisas quanto aquela que produzem e transmitem por diferentes canais de comunicação e tipos de documentos. Comunicação e informação científicas estão, ainda, estreitamente relacionadas às políticas de C&T.

Observa-se que a comunicação, especialmente em caráter científico, necessita das políticas de informação científica e tecnológica para compor suas fundamentações teóricas e aplicativas.

Por isso, estudar sobre meios para transmissão e expansão da comunicação científica e acesso à informação soam como alternativa para envolver de forma mais efetiva os atores que são emissores e receptores desses processos de comunicação, assim como fortalecer os canais de comunicação.

A importância da comunicação científica como instrumento de pesquisa é justificada por servir de base para pensar a comunicação e mediação da informação nos espaços sociais, políticos, culturais e econômicos da comunicação e acesso à informação, assim como favorecer a inserção de discursos de profissões ligadas a informação, como a Biblioteconomia, por exemplo.

A Ciência da Informação como campo do conhecimento pode fornecer subsídios teóricos e científicos para algumas disciplinas no que tange a aplicação de estudos sobre comunicação e mediação da informação em bibliotecas, arquivos, museus, empresas, etc.

Alguns grupos e estudos que envolvem esta linha de pesquisa são biblioteca e sociedade; comunicação científica; marketing da informação; mercado de trabalho do profissional da informação e publicações eletrônicas. (PPGCINF UNB, 2011).

Identifica-se como marca do PPGCInf da UnB a identidade profissional. Essa identidade profissional ocorre por dois motivos: por um lado pelo fato de que existe uma valorização muito grande nas linhas de pesquisa do Programa concernente a discursos profissionais e ênfase em investigações sobre profissões e mercado de trabalho ligado a informação e, por outro lado, pela valorização sobre estudos referentes a gestão, comunicação, política e mediação da informação aplicados em organizações.

Cumpramos ressaltar que a identidade profissional aqui exposta está relacionada ao contexto de produção e investigação científica das linhas de pesquisa significando afirmar que o conteúdo do Programa insere de forma efetiva o discurso profissional para o desenvolvimento de pesquisas e construção do conhecimento em ambientes organizacionais de cunho social, político, econômico, cultural e tecnológico.

O PPGCI da UNESP apresenta três linhas de pesquisa, conforme especificado no quadro a seguir:

PPGCI/UNESP	Nome da linha de pesquisa
Linha de pesquisa 1	Informação e Tecnologia
Linha de pesquisa 2	Produção e Organização da Informação
Linha de pesquisa 3	Gestão, Mediação e Uso da Informação

**Quadro 15: Linhas de pesquisa do PPGCI da UNESP.**

Fonte: adaptado de Pinheiro (2007)

A primeira linha de pesquisa de acordo com o *site* do PPGCI da UNESP (2011) realiza estudos e pesquisas relacionados à geração, armazenamento, gestão, transferência, utilização e preservação da informação e de documentos nos ambientes científico, tecnológicos, empresarial e da sociedade em geral, associados a métodos e instrumentos proporcionados pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs). A linha tem por objetivo o desenvolvimento e análise de metodologias e estruturas tecnológicas para a otimização e customização de processos e sistemas informacionais em distintas ambiências.

Nesta linha de pesquisa observa-se uma atenção especial as tecnologias como instrumento vital para o desenvolvimento dos estudos da linha de pesquisa, principalmente no que toca à geração, armazenamento, gestão, transferência, utilização e preservação da informação e de documentos nos ambientes científico, tecnológicos, empresarial e da sociedade em geral. Isso significa dizer que as tecnologias assumem um papel primordial nas pesquisas destinadas a investigar os sistemas de informação.

A segunda linha diz conforme o *site* do PPGCI da UNESP (2011) que considerando a informação registrada e institucionalizada como insumo básico para a construção do conhecimento no contexto da Ciência da Informação, destaca-se o desenvolvimento de referenciais teóricos e metodológicos interdisciplinares acerca dos procedimentos envolvidos na produção e na organização da informação. Assim, a produção da informação é abordada sob os eixos da produção científica (avaliação do comportamento da ciência) e da produção documental (Diplomática contemporânea), enquanto, na organização da informação, destacam-se os processos de análise, síntese, condensação, representação e recuperação do conteúdo informacional. Ressaltam-se, como dimensões teóricas, a reflexão sobre a teoria da ciência e a organização do conhecimento, e, como dimensões aplicadas, os estudos métricos (Informetria, Cienciometria, Bibliometria e Webometria), a tipologia documental, os instrumentos e produtos de organização da informação e as questões de formação e atuação profissional na área.

Nesta linha de pesquisa apresentam-se duas dimensões: a primeira relativa a produção que é de nível teórico-epistemológico e envolve a produção científica e a produção

documental (teoria da ciência e organização do conhecimento); a outra de nível aplicativo e profissional voltada para os estudos métricos da informação, procedimentos para organização da informação (análise, síntese, condensação, representação e recuperação do conteúdo informacional), além de perspectivas de investigação sobre a formação e atuação profissional sobre produção e organização da informação.

Santos e Vidotti (2009, p. 1) ressaltam a importância da organização da informação como processo produtivo e gerencial do conhecimento.

A recente história da Ciência da Informação (CI) apresenta duas tendências no estudo da natureza do tratamento e da gestão da informação e do conhecimento. A primeira, predominante na Organização da Informação (OI), focaliza os procedimentos de análise, de síntese, de condensação, de representação e de recuperação do conteúdo informacional e a reflexão sobre organização do conhecimento, seus desdobramentos epistemológicos e instrumentais. Estes, por hipótese, constituem as bases do tratamento e da representação da informação para a recuperação. A segunda, predominante nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), é marcada nas estruturas e modelos de sistemas computacionais atuantes nos processos de produção, de armazenamento, de preservação, de representação, de recuperação, de acesso, de (re)uso e de disseminação de conteúdos informacionais.

Assim, é possível perceber que a produção e a organização da informação na Ciência da Informação estão diretamente ligadas aos estudos sobre procedimentos de análise, de síntese, de condensação, de representação e de recuperação do conteúdo informacional e a reflexão sobre organização do conhecimento, seus desdobramentos epistemológicos e instrumentais. Outrossim, é preciso afirmar a importância das tecnologias de informação e de comunicação como estrutura marcante para produção, armazenamento, preservação, representação, recuperação, acesso, uso e disseminação da informação.

Em suma, a importância desta linha de pesquisa para a Ciência da Informação brasileira decorre da necessidade de pesquisar sobre a organização da informação, seus procedimentos representacionais atentando para as influências das tecnologias de informação e de comunicação.

A terceira linha de pesquisa de acordo com o site do PPGCI da UNESP (2011) realiza estudos teóricos e metodológicos de temáticas relacionadas à: cultura, comportamento e competência em informação; fluxos, processos, usos e usuários da informação; processos de mediação da informação; gestão da informação, gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional; inteligência empresarial, prospecção e monitoramento informacional; redes sociais; políticas e práticas de informação e leitura.

Fadel et al (2010, p. 13-14) faz um denso comentário sobre a linha de pesquisa Gestão, Mediação e Uso da Informação afirmando que:

[...] Se constituiu a partir de temáticas imbricadas e é sustentada por abordagens teóricas e metodológicas que consolidam o saber/conhecer e o saber/fazer. [...] Nesse âmbito os estudos relacionados às competências em informação preocupam-se fundamentalmente com o desenvolvimento do usuário, no que tange tanto a interação com diferentes recursos informacionais quanto a aprendizagem e autonomia para apropriar-se da informação para gerar conhecimento. [...] A mediação da informação se constitui em uma das problemáticas investigadas na linha de pesquisa, enfocando as formas de mediação, a recepção e a apropriação da informação em diferentes contextos, de forma a refletir o papel profissional da informação e compreender o usuário em sua complexidade. No âmbito da apropriação da informação os estudos pretendem também aprofundar os conhecimentos acerca da ação interpretativa do usuário. [...] O objeto da linha de pesquisa refere-se aos processos de análise e desenvolvimento de estruturas e modelos de gestão, mediação, uso e apropriação da informação em ambientes informacionais de diferentes contextos, como elementos inseridos no escopo do campo científico da ciência da informação.

Quatro pontos merecem destaque no discurso acima. O primeiro ponto é sobre a constituição da linha de pesquisa que se deu a partir de temáticas imbricadas. É interessante observar que as terminologias gestão, mediação e uso da informação estão intrinsecamente concatenadas as noções de construção do conhecimento e construção das ações informacionais.

O segundo ponto é a ênfase na competência em informação relacionada ao desenvolvimento do usuário. Vale ressaltar a importância do desenvolvimento de pesquisas sobre usuários, pois se constituem como elemento chave do processo de gestão, mediação e uso da informação a partir de suas interpretações sobre as maneiras como utiliza a informação, assim como sobre as suas avaliações sobre as formas como utilizou a informação. Isto mostra que o usuário é um elemento fundamentalmente importante para amadurecer o processo de gestão e mediação da informação em centros de informação, o que vindica um olhar especial da Ciência da Informação na focalização do usuário como objeto, visando contribuir para o fortalecimento teórico-epistemológico deste campo do conhecimento e de suas temáticas mais específicas.

O terceiro ponto é concernente a mediação da informação, pois o seu entendimento perpassa pela concepção de apropriação e interferência informacional, o que concebe um diálogo com a produção, organização e uso da informação. O uso da informação por parte do usuário é elemento primordial para refletir sobre os processos de mediação da informação, uma vez que a mediação, como já mencionado neste trabalho, tem como principal finalidade a satisfação de necessidades informacionais.

O quarto e último ponto focaliza o objeto da linha de pesquisa no sentido de enfatizar a necessidade do desenvolvimento de pesquisas sobre modelos e estruturas de gestão, mediação e uso da informação. Isso significa dizer que os estudos tanto podem ser destinados a refletir (avaliar, discutir, identificar, descrever...) sobre realidades específicas das atividades profissionais (informacionais) de centros de informação (abrangendo principalmente bibliotecas, arquivos e museus) quanto a focalização teórico-epistemológica em pensar de forma genérica, ampla e complexa sobre procedimentos de gestão, mediação e uso da informação (criação, proposição, teorização de procedimentos para aprimorar as atividades de gestão, mediação e uso da informação).

Com efeito, vê-se como principal marca das linhas de pesquisa do PPGCI da UNESP identidade organizacional. Essa identidade organizacional acontece em virtude de dois fatores: o primeiro deles é que há uma tonalidade de pesquisa essencialmente voltada para gestão, produção, mediação, apropriação, recuperação, representação, uso e organização da informação e do documento em uma tessitura tecnológica; o segundo é que boa parte do conteúdo das linhas de pesquisa se traduz como elementos cruciais de investigações em organizações.<sup>77</sup>

Para tanto, é preciso considerar o discurso de Caldas e Wood Jr (1997) quando afirmam que a identidade organizacional está preocupada na forma como a organização é percebida pelo meio e como a própria organização percebe a si mesma (autopercepção). Como o principal objetivo das linhas de pesquisa do PPGCI da UNESP é a construção de pesquisas que busquem alavancar perspectivas organizacionais de investigação científica, notifica-se que a importância da identidade organizacional para as linhas de pesquisa se evidencia quando o pesquisador analisa sua forma de ver seu objeto de pesquisa e/ou quando investiga a forma como seu próprio objeto de pesquisa vê a si mesmo.

Isto implica dizer que uma identidade organizacional é importante para construir o campo científico da Ciência da Informação em virtude de ser campo do conhecimento apropriado para investigar perspectivas organizacionais, seja no contexto da organização da informação, seja em organizações propriamente ditas.

Em outras palavras, é possível afirmar que a identidade organizacional nas linhas de pesquisa do PPGCI da UNESP pode ser vislumbrada como uma marca essencialista do

---

<sup>77</sup> Entenda-se organização aqui como objeto de pesquisa a ser construído e investigado. Como a proposta do PPGCI da UNESP envolve amplamente aspectos organizacionais, a organização pode ser entendida como uma empresa, uma indústria, um centro de informação (biblioteca, arquivo, museu, *web*. etc.) e seus suportes documentais e informacionais, além dos seus contextos gerenciais, mediacionais e tecnológicos que se constituem como objeto de pesquisa de docentes e discentes.

Programa, pois são essas perspectivas organizacionais que engendram mecanismos teóricos e epistemológicos para o desenvolvimento de reflexões e estudos.

O PPGCI da USP apresenta três linhas de pesquisa de acordo com o quadro:

PPGCI/UNESP	Nome da linha de pesquisa
Linha de pesquisa 1	Apropriação social da informação
Linha de pesquisa 2	Gestão de dispositivos de informação
Linha de pesquisa 3	Organização da informação e do conhecimento

**Quadro 16: Linhas de pesquisa do PPGCI da USP.**

Fonte: adaptado de Pinheiro (2007)

A primeira linha de pesquisa estuda de acordo com o *site* do PPGCI da USP (2011) aspectos educacionais e culturais e definidos como um dos objetos específicos da Ciência da Informação, a partir de sua compreensão como área de conhecimento transdisciplinar. Compreende estudos de base histórico-culturais centrados nas políticas, nas dinâmicas, nos dispositivos e práticas culturais, bem como estudos das relações entre Informação e Educação, sob perspectivas sincrônicas e diacrônicas. Tais trabalhos mobilizam conceitos como apropriação simbólica, ação cultural, saberes informacionais, infoeducação, mediação cultural, protagonismo cultural, dentre outros. As pesquisas que integram a linha distribuem-se em duas frentes complementares, a saber:

a) Ação cultural, política cultural, dispositivos culturais, tecnologias de informação e cultura;

b) infoeducação, abordagem das conexões entre Educação e Informação, tendo em vista a apropriação de saberes informacionais indispensáveis à construção de conhecimentos e à participação afirmativa na cultura da contemporaneidade.

A linha de pesquisa claramente abrange duas frentes de investigação: a ação cultural e infoeducação (abordagens informação e educação).

O entendimento inicial da ação cultural mostra um conceito terminológico coletivo (ação + cultura). A ação de acordo com o grande educador Dermeval Saviani (2007) se constitui em um conjunto de idéias bem estruturadas, dentro de uma tessitura consciente dos seus objetivos e finalidades atestando que a ação exige um eminente grau de planejamento e equilíbrio das idéias, a fim de que elas sejam aplicadas com perspectivas mais efetivas de êxito.

Desse modo, a ação pode ser vista como conjunto de idéias previamente planejadas. De outra forma, a ação pode ser vista como um princípio norteador que só ganha sentido de

materialidade ou aplicabilidade quando concretizada atestando uma concepção de virtude e da construção de valores como o amor a igualdade, a coragem e a honra. (ARENDDT, 2005).

Como a ação pode ser vista como princípio e virtude de um ideário planejado e consciente a ação cultural pode ser vista no discurso de Coelho (2004) a partir de dois fundamentos: o primeiro é referente a ação cultural de serviços, entendida mais como uma animação cultural, onde diferentes produtos ou serviços são propostos para um público ou clientela, lançando mão de atividades de divulgação, cujo objetivo é vender/aproximar produto e cliente; o segundo é relativo a ação cultural de criação, na qual a proposta é fazer a ponte entre as pessoas e a obra de cultura ou arte para que, dessa obra, possam as pessoas retirar aquilo que lhes permitirá participar do universo cultural como um todo.

Enfatizando a ação cultural de criação, percebe-se que para sua existência faz-se necessário o estabelecimento de uma proposta de política cultural. No caso desta linha de pesquisa, as tecnologias de informação podem ser consideradas como importantes instrumentos para proposição de políticas culturais, visando efetivar uma ação cultural de criação.

No que se refere a infoeducação é vislumbrada a partir da união epistêmica entre informação e educação no sentido de mostrar que mais importante do que simplesmente transmitir informações é observar o usuário como sujeito do processo de aprendizagem que está inserido, pois a articulação entre transmissão e apropriação de informação em uma perspectiva coordenada do emissor-receptor atentam para aprimorar subsídios para construção do conhecimento em fenômenos culturais, sociais e educacionais.

Como afirma Perroti e Pieruccini (2007, p. 53-55)

Os campos da Informação e da Educação constituíram-se buscando eficácia nos mecanismos de transmissão do saber. [...] Desenvolveram-se, tanto no campo científico da Informação como no da Educação, importantes trabalhos centrados na nova compreensão. [...] Foi, pois, na tentativa de compreender tais relações históricas, bem como na de abrir novas e necessárias perspectivas às relações entre Informação e Educação, contribuindo, se possível, para a superação de fragmentações herdadas da modernidade, que passamos a desenvolver nosso programa de pesquisas na ECA/USP e cuja evolução resultou na criação de área de estudos por nós nomeada de Infoeducação. Área de síntese e de abertura a novos vãos; área científica e de ação sociocultural.

Essa associação entre informação e educação em um campo epistemológico é relativamente recente, uma vez que começou a se configurar na segunda metade do século XX por dois motivos: pela necessidade de abordagens históricas que favoreçam a relação entre informação e educação na construção do conhecimento; pela necessidade de investigar

procedimentos para transmissão de informação no seio da educação. O desenvolvimento da relação entre informação e educação promoveu uma amplitude de estudos sobre o assunto, o que justifica a criação dessa linha de pesquisa no PPGCI da USP.

Os dois motivos citados acima podem ser descritos como os fundamentos para a criação de uma linha de pesquisa no PPGCI da USP buscando firmar concepções interdisciplinares de estudos acadêmico-científicos. Isso significa dizer que a infoeducação pode ser vista como uma área científica que prima pelos estudos e ações de cunho sócio-cultural.

A segunda linha de pesquisa se ocupa conforme o *site* do PPGCI da USP (2011) de estudos teóricos e metodológicos relativos a planejamento, gerenciamento e avaliação de serviços, redes e sistemas de informação. Compreende a análise das variáveis que interferem na gestão dos fluxos que vão da seleção ao uso de recursos informacionais, de modo a garantir a adequação de produtos e serviços às necessidades do usuário em contextos específicos. Compreende também análises e reflexões, do ponto de vista gerencial, das políticas de informação e de comunicação científica e tecnológica, bem como seus principais canais de difusão. As pesquisas que a integram distribuem-se nos seguintes eixos complementares:

a) estudos de modelos de mediações gerenciais em Serviços de Informação, respaldados em teorias e métodos da Administração e da Comunicação, particularmente os estudos de mediação;

b) estudos de produção e avaliação da comunicação científica e técnica, respaldados em teorias e métodos bibliométricos, cientométricos e infométricos;

c) estudos de ambientes virtuais de produção, circulação e acesso à informação, com ênfase na compreensão dos processos mediados pelas tecnologias de informação e comunicação;

d) reflexões histórico-conceituais sobre estudos de usuários, colégios invisíveis, comunidades virtuais e comunidades de prática, incluindo a compreensão dos métodos e procedimentos de análise;

O termo dispositivo de informação conforme Carvalho (2007, p. 162):

Tem sua origem no conceito de *aparato* de Foucault, que, a princípio, utilizou-o no sentido de ferramenta ou dispositivo. Depois ele passa a defini-lo como um conjunto heterogêneo de elementos que formam uma rede comum, composto por discursos, instituições, modelos arquitetônicos, decisões políticas, leis, medidas administrativas, argumentos científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas,

Pode-se afirmar que a gestão dos dispositivos de informação está diretamente ligada aos processos de informação, que incluem seu gerenciamento, produção, circulação, mediação e avaliação considerando suportes físicos ou virtuais atestando que os dispositivos formam uma rede comunitária física e/ou virtual que tem sido objeto de pesquisas em Ciência da Informação em nível nacional e internacional.<sup>78</sup>

Isso implica dizer que esta linha de pesquisa possui grande complexidade em virtude de relacionar assuntos de naturezas diversas, que estão atrelados a gestão de dispositivos de informação, tais como: serviços de informação; estudos métricos da informação; produção, circulação e acesso à informação em ambientes virtuais; estudos de comunidades virtuais e de usuários, entre outros. Essa diversidade de assuntos ocorre por dois aspectos: o primeiro pelo fato de que a gestão envolve uma série de fatores organizacionais, tecnológicos, humanos, sociais, culturais e políticos; o segundo é que os dispositivos de informação estão inseridos em diversos contextos e representam fontes documentais, informacionais e tecnológicas que estão diretamente atreladas a necessidades de usuários de uma forma específica e de comunidades de forma mais geral, seja no ambiente físico, seja no ambiente virtual.

De forma mais direta, a contextualização dos estudos sobre gestão de dispositivos de informação e suas complementaridades definidas nos eixos da linha de pesquisa permite melhor compreensão das variáveis ambientais, organizacionais, sócio-culturais que interferem nas necessidades de informação do usuário (individual ou coletivo) e na avaliação dos seus critérios de relevância em relação a recursos informacionais e ao apoio à pesquisa e recuperação das informações disponibilizadas. (PPGCI USP, 2011)

A terceira linha de pesquisa tem prevê de acordo com o site do PPGCI da USP (2011) estudos teóricos e metodológicos relativos à organização do conhecimento e da informação e de sua circulação para fins de acesso, recuperação e uso. Compreende a análise dos objetivos, processos e instrumentos que caracterizam as distintas possibilidades de organização da informação, considerando - se ainda a sua inserção histórica e sócio-cultural e as condições de interação face à diversidade da produção e dos públicos da informação. Compreende, também, abordagens históricas e epistemológicas da organização do conhecimento e da informação. As pesquisas que a integram distribuem-se nos seguintes eixos complementares:

a) teorias e métodos de construção e organização da informação documentária para distintos receptores. Observam-se os aspectos textuais/discursivos dos objetos informacionais

---

<sup>78</sup> Entenda-se como suporte, tanto as tecnologias da informação e da comunicação através de seus aparelhamentos, quanto a formação de comunidade e usuários físicos e/ou virtuais.

e os diferentes modelos de leitura, análise, condensação e representação, incluídos os modelos computacionais.

b) a construção de linguagens documentárias e outras ferramentas de organização da informação para o acesso, recuperação e uso, observando-se características linguísticas, semióticas, terminológicas e comunicacionais, dos conteúdos documentários e dos grupos receptores, bem como de insumos tecnológicos;

c) estudos históricos e epistemológicos relativos à organização social do conhecimento e sua relação com as propostas de organização da informação;

d) análise e proposição de políticas de organização da informação no escopo da sua distribuição e recepção;

O conteúdo exposto torna a linha de pesquisa clara em termos de afirmação de conteúdo e especificação dos tópicos que o constituem. Francelin (2010, p. 8) faz uma síntese da importância da organização da informação e do conhecimento na Ciência da Informação confluindo com a proposta apresentada pelo PPGCI da USP:

A área da Organização da informação e do conhecimento conquistou relativa autonomia dentro do campo da Ciência da Informação precisamente ao se dedicar à busca de teorias e ferramentas para aprimorar as formas de armazenamento e recuperação de informação, entendidas estas, como processos que requerem a representação da informação. A idéia de organizar conteúdos informacionais remete, desse modo, à elaboração de métodos e instrumentos denominados linguagens documentárias e suas variações: sistemas de classificação, taxonomias e ontologias.

É imperativo afirmar que a organização da informação e do conhecimento vem conquistando espaço na Ciência da Informação em virtude da necessidade de estudos que atentem para investigação, avaliação, reflexão e proposição de procedimentos organizacionais em centros de informação ou em espaços virtuais como a internet.

Para tanto, é fundamental alavancar as discussões e estudos sobre as linguagens documentárias que remetem aos procedimentos de representação da informação e sua conseqüente organização e recuperação de informação.

Por isso, é salutar agregar os eixos concebidos pela linha de pesquisa (construção de linguagens documentárias; epistemologia da organização do conhecimento; políticas de informação em uma perspectiva organizacional) a fim de que as pesquisas sobre organização da informação e do conhecimento possam conquistar efetivo amadurecimento epistemológico.

Com efeito, afere-se que o PPGCI da USP, assim como foi caracterizado em sua área de concentração, possui uma identidade marcadamente subjetiva.

Essa identidade subjetiva pode ser configurada pelo fato de que o Programa possui três linhas com uma grande densidade epistemológica atentando que sua subjetividade encontra-se nas múltiplas possibilidades de investigação que o pesquisador pode se ocupar através dos seus estudos com relação a informação e suas associações, principalmente pela associação da informação ser com terminologias densas epistemologicamente falando, tais como: informação e cultura; informação e educação; informação e documentação; informação e tecnologias; informação e contextos sociais, culturais, educativos, políticos e científicos; informação e gestão/produção/organização/circulação/mediação/apropriação, dentre outros.<sup>79</sup>

### *6.2.1 Das relações entre as linhas de pesquisa dos PPGCI's*

Diante da análise das linhas de pesquisa dos PPGCI's é possível identificar uma série de relações de conteúdo (temáticas) entre essas linhas que merece um olhar cauto. Para identificar essas relações é pertinente expor cada assunto e em quais linhas de pesquisa dos PPGCI's está inserido em dois fundamentos relacionais: relação entre as linhas de pesquisa em si; relação dos focos temáticos das linhas de pesquisa.<sup>80</sup>

Agora, é importante destacar que embora existam linhas de pesquisa em comum de forma geral, além de focos temáticos em comum, há enfoques diferentes, de acordo com as perspectivas conteudísticas de cada Programa.

Iniciando pelo primeiro fundamento, conforme a análise concebida acerca das linhas de pesquisa dos PPGCI's, podem-se estabelecer as seguintes relações:

a) Organização da Informação (UnB), Organização da informação e do conhecimento (USP), Organização e Uso da Informação (UFMG), Produção e Organização da Informação (UNESP) e Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (IBICT/UF RJ);

b) Gestão, Mediação e Uso da Informação (UNESP) e Produção, Circulação e Mediação da Informação (UFBA);

<sup>79</sup> É preciso conceber uma diferenciação entre a identidade subjetiva da USP e a identidade subjetiva da UFMG. Pode-se afirmar que a identidade subjetiva da USP é extrínseca em virtude da informação poder ser associada a outra gama de assuntos denso, tais como: cultura, educação, entre outros. Já a identidade subjetiva da UFMG é intrínseca em virtude de a informação é acompanhada de instrumentos como produção, organização, utilização, gestão que são inerentes aos processos de informação.

<sup>80</sup> Pode-se entender focos temáticos ou eixos temáticos como as temáticas que elucidam de forma pormenorizada as linhas de pesquisa dos PPGCI's que incluem as ementas das linhas de pesquisa e assuntos específicos definidos pelos Programas com vistas a esclarecer as perspectivas de investigação e produção acadêmico-científica do corpo docente e discente. .

c) Gestão da Informação e do Conhecimento (UFMG), Gestão, Mediação e Uso da Informação (UNESP), Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (IBICT/UFRJ) e Gestão de Dispositivos de Informação (USP);

d) Comunicação e Mediação da Informação (UnB), Produção, Circulação e Mediação da Informação (UFBA) e Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento (IBICT/UFRJ);

e) Informação, Cultura e Sociedade (UFMG) e Apropriação Social da Informação (USP);

f) Produção, Circulação e Mediação da Informação (UFBA) e Produção e Organização da Informação (UNESP).

Com relação ao segundo fundamento percebe-se uma série de focos temáticos que estão constituídos em algumas linhas de pesquisa dos PPGCI's evidenciando que em muitos casos, a finalidade de estudos exposta em cada linha de pesquisa possui suas particularidades e/ou diferenças.

O primeiro foco temático a ser considerado é o de políticas de informação e outros termos associados como política cultural, comunicacional, científica, tecnológica e política ligada a gestão da informação. É possível encontrar políticas de informação em todos os PPGCI's analisados (IBICT/UFRJ; UFBA; UFMG; UNESP; UnB e USP).

A começar pelo PPGCI da UFRJ que estimula os estudos sobre políticas de informação, especialmente no enfoque do regime de informação, como já explicitado no presente trabalho, que se configura em uma temática bastante desenvolvida pela professora e pesquisadora do Programa em questão Maria Nélide González de Gómez. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

Outrossim, encontra-se a temática políticas de informação no PPGCI da UFBA com um teor eminentemente voltado para as tecnologias de informação e de comunicação. De fora mais específica, os estudos tratam da infraestrutura e políticas de acesso e controle da informação, do documento e das tecnologias intelectuais.

No PPGCI da UFMG, o discurso sobre políticas de informação é fortemente relacionado a linha de pesquisa sobre gestão da informação e do conhecimento mostrando o forte laço entre políticas e gestão da informação.

O PPGCI da UNESP apenas insere o termo políticas e práticas de informação e leitura na linha de pesquisa gestão, mediação e uso da informação, mas não oferece um enfoque definido.

O PPGCI da UnB toca no termo políticas nas duas linhas de pesquisa. Na primeira linha enfatiza a formulação de políticas, estratégias, planejamentos, normas e processos relacionados a diferentes espaços de informação. Na segunda linha se ocupa das políticas, estratégias e planejamento dos processos de comunicação.

O PPGCI da USP utiliza políticas nas três linhas de pesquisa. Na primeira utiliza a terminologia políticas culturais. Na segunda utiliza políticas de informação e de comunicação científica e tecnológica, bem como seus principais canais de difusão. Na terceira há uma ênfase nas políticas de organização da informação no escopo da sua distribuição e recepção.

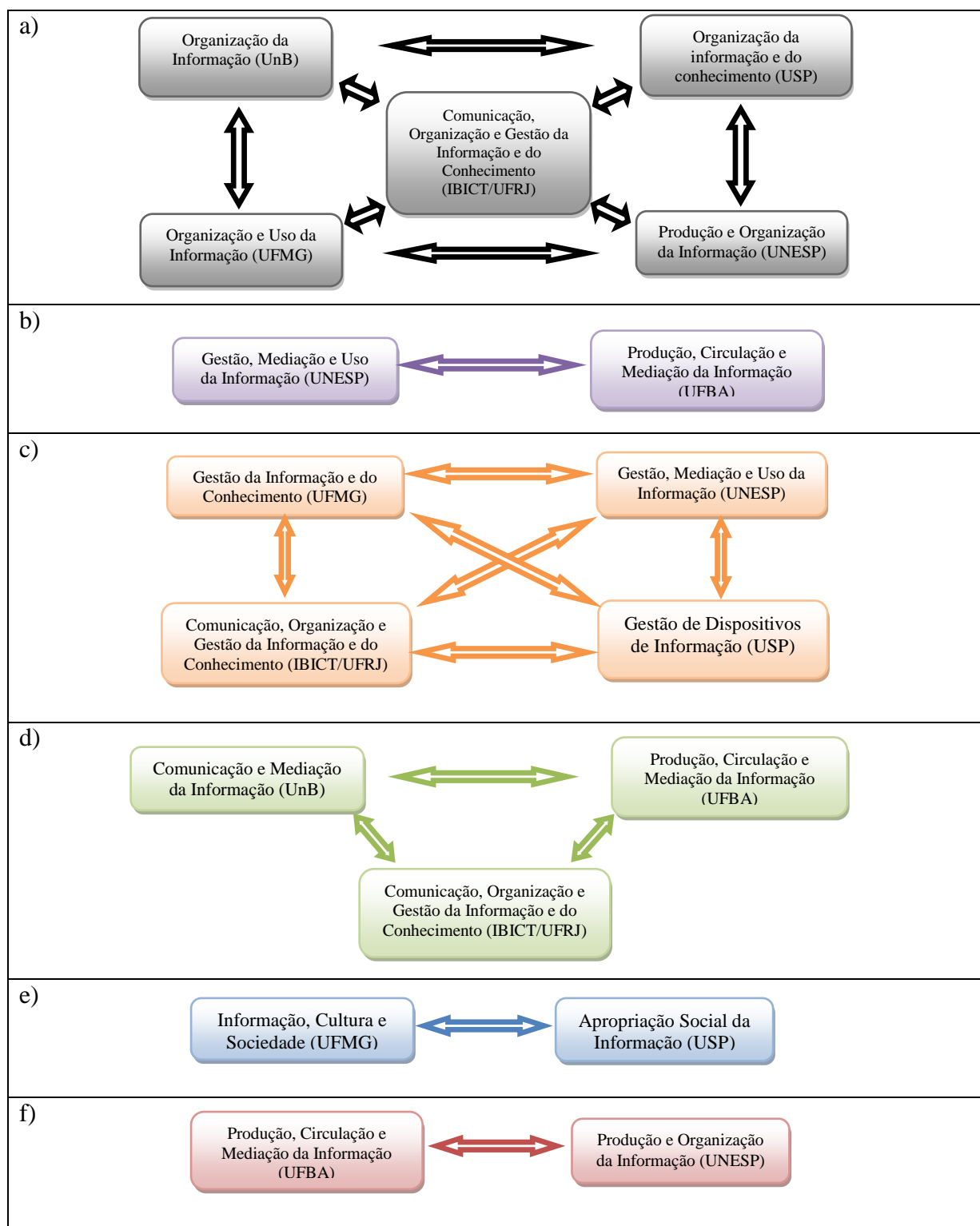
Verifica-se, dessa maneira, que o termo políticas é utilizado em diversos contextos das linhas de pesquisa engendrando relações de conteúdo, tais como: as políticas de informação propriamente ditas de uma forma geral passando pelas suas especificidades (políticas de informação no regime de informação no IBICT/UFRRJ; políticas de informação e tecnologias intelectuais na UFBA; políticas de informação e a relação com a gestão na UFMG e USP; políticas de informação aplicadas em espaços de informação na UnB; políticas de informação científica e tecnológica na USP) até as políticas de comunicação na UnB.

Cumpra realçar que o PPGCI da UFBA é o único Programa que contempla efetivamente o termo políticas de informação como linha de pesquisa propriamente dita, enquanto os outros PPGCI's contemplam as políticas de informação, além de suas derivações e relações como focos temáticos das linhas de pesquisa.

Outro foco temático recorrente nas linhas de pesquisa que é utilizado como foco temático são os estudos métricos da informação (Bibliometria, Cientometria ou Cienciometria; Webometria e Infometria ou Informetria).

Vale enfatizar como Programas que remetem aos estudos métricos da informação o PPGCI do IBICT/UFRRJ e o PPGCI da UNESP. No primeiro é utilizado de modo fortemente associado ao foco da pesquisa e de aplicações metodológicas, assim como tem uma relação com os pressupostos teórico-epistemológicos da Ciência da Informação. No segundo é utilizado voltado para os estudos aplicados da tipologia documental e dos instrumentos e produtos de organização da informação.

A figura a seguir sintetiza a relação entre as linhas de pesquisa dos PPGCI's que possuem mestrado e doutorado.



**Figura 3 - Das relações entre as linhas de pesquisa dos PPGCI's.**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, percebe-se um conjunto de relações teórico-epistemológicas entre as linhas de pesquisa dos PPGCI's que favorecem uma compreensão coordenada dos Programas no que tange ao estímulo de pesquisas e reflexões.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em conclusão de um trabalho é algo um tanto quanto perigoso por diversos motivos, dentre os quais podem ser citados: o primeiro deles é que as pesquisas possuem suas limitações humanas, o que conota a apresentação de falhas e a redefinição dos procedimentos no ato de pesquisar; a segunda que ocorre comumente é que as pesquisas geram novas discussões e proposições para o desenvolvimento de novas pesquisas. Partindo de uma pesquisa podem ser feitas outras, desde que haja envolvimento, visão e aplicação do pesquisador. Por isso, será que este tipo de trabalho, incluindo este, seria passível de uma flutuação conclusiva? Acredita-se que não. Porém, isso não desvaloriza o trabalho, mas, ao contrário, fornece mais cautela e um olhar mais crítico para explorar os pontos mais relevantes, visando conceber um debate mais amplo, estruturando novos tópicos, associados aos pontos já estabelecidos neste trabalho. Também é importante fundamentar pontos indicativos para novas discussões, o que faz com que a afirmação não esteja direcionada a um estigma de conclusão e nem de considerações finais, mas sim uma espécie de reflexões indicativas ou simplesmente, resultados da pesquisa. Ora, o nome é o que menos importa, pois o que pode ser considerado mais relevante são as contribuições que o trabalho pode promover as inquietações que pode estabelecer, as discussões que pode indicar e os problemas que pode ajudar a resolver. (CARVALHO SILVA, 2010).

Diante do exposto, fica a noção de que a intenção do presente trabalho não é limitar o processo de caracterização identitária da Ciência da Informação por meio da Pós-Graduação e de suas perspectivas históricas, mas atentar para sua importância como instrumento de construção acadêmica e científica deste campo do conhecimento no Brasil.

Percebe-se que a busca por uma caracterização identitária da Ciência da Informação apresenta diversos desafios de cunho histórico, teórico, social e epistemológico, o que mostra, por um lado, uma série de dificuldades e, por outro, uma necessidade latente em identificar e conceber marcas que caracterizem a identidade da Ciência da Informação, seja em uma tessitura não-essencialista, seja essencialista.

O presente trabalho procurou mostrar que para identificar e analisar a identidade da Ciência da Informação é necessário refletir sobre a história da ciência, desde os seus pressupostos desenvolvidos durante a Idade Moderna, pois as bases da Ciência da Informação remontam as teorias da ciência moderna tendo como destaques Copérnico, Galileu, Descartes, Newton, Hume, Kant, Rousseau, dentre outros.

A história da ciência traça um paradoxo repleto de complexidades e polêmicas no que se refere ao seu desenvolvimento. É possível observar que a ciência moderna se ocupa de perspectivas como a produção de um método universal, uma ênfase crítica ao contexto religioso da Idade Média, além de não aferir uma preocupação intensiva com o processo histórico. Vale ressaltar que essas ocupações podem ser consideradas como marcas identitárias da ciência moderna.

Para conceber o método universal e a crítica a religião medieval, os estudiosos primavam pela necessidade de diferir o que poderia ser considerado como ciência e o que não poderia. Para tanto, utilizavam como procedimentos metodológicos, a experimentação e a observação, tendo na Matemática a ciência cabal para constituir uma relação com a natureza que primasse por uma explicação científica, pois era latente na ciência moderna de que a relação homem-natureza em um viés científico só poderia ser concebida por meio de perspectivas quantitativas e a Matemática, especialmente a Geometria, contemplava essa necessidade.

Assim, é possível atestar uma marca identitária da ciência moderna a partir do reconhecimento da importância das ciências naturais como mecanismos de investigação e comprovação científica.

Os pressupostos da ciência moderna (método universal, crítica a religião medieval, entre outros) mostram que durante séculos, principalmente a partir do século XVI até o século XVIII, houve uma predominância desses ideários científicos. É o que pode ser denominado de paradigma dominante.

Porém, em meados do século XIX, uma nova realidade começa a emergir na sociedade que abrange aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, educacionais e de outras esferas, deliberando um novo pensamento no meio científico que se configura no advento de diversas ciências chamadas sociais, como a Sociologia, Geografia, Psicologia, etc.. Em outras palavras, são as chamadas ciências pós-modernas.

Isso significa dizer que o século XIX é o momento para o advento do paradigma emergente que se deu a partir de basicamente dois fatores: a teoria da relatividade de Einstein que se configura em um ideário potencialmente desenvolvido nas ciências naturais e as teorias propagadas por Nietzsche e Heidegger que são frutos reflexivos das ciências sociais.

Assim, o paradigma emergente consagrado nas ciências pós-modernas surge como um instrumento para refletir sobre problemas diversos da humanidade que envolve o desenvolvimento de valores cognitivos (incerteza e insegurança); valores morais

(individualismo) e valores cognitivos, morais e científicos (subjetividade, movida pela pluralidade do discurso científico).

Isso implica dizer que o discurso do paradigma emergente vem com um caráter essencialmente opositivo ao paradigma dominante, haja vista as rápidas e constantes mudanças na sociedade do século XIX que demandavam novos problemas e, por conseguinte, novas reflexões.

Mas é preciso considerar que o paradigma emergente não tem como marca apenas as ciências sociais do século XIX ou mesmo os novos construtos das ciências naturais que buscavam refletir sobre os problemas da humanidade, mas tem sua aplicabilidade quando do advento das ciências do século XX denominadas de ciências aplicadas que surgiam com a necessidade de resolver problemas.

Desse modo, as ciências pós-modernas basicamente apresentaram duas constituições: a primeira envolve a ciência pura que surge com o propósito de refletir sobre problemas e as ciências aplicadas que buscam, a partir das reflexões concebidas nas ciências puras, conceber pressupostos para resolução de problemas.

É preciso considerar que embora a idéia do paradigma emergente, especialmente através da construção das ciências pós-modernas esteja se consolidando, é inegável que as idéias do paradigma dominante exercem ainda hoje grande influência no meio científico, pois é inegável os contributos da ciência moderna para a construção da realidade científica, tecnológica, cultural e social de hoje. Isto mostra que, mesmo havendo um caráter opositivo entre paradigma dominante e paradigma emergente, ocorre um processo de coexistência.

Refletindo sobre o papel da ciência moderna e pós-moderna, o presente trabalho chegou a discussão sobre a Ciência da Informação e seus aspectos de origem. Verifica-se que a Ciência da Informação pode ser considerada como uma ciência social aplicada que surgiu em meados do século XX com a finalidade de resolver problemas informacionais.

Diversos fatores auxiliaram na origem e construção da Ciência da Informação mostrando a sua característica de ciência pós-moderna. Pode-se citar como fundamentos para a origem da Ciência da Informação: Biblioteconomia (destaques para Gabriel Naudé e Melvil Dewey), Bibliografia, Documentação (Paul Otlet e Henri La Fontaine), Teoria Matemática da Comunicação (Shannon e Weaver), Teoria Sistêmica da Informação, além das contribuições de estudiosos como Vannevar Bush, especialmente a partir de seus estudos sobre a explosão informacionais e a sua proposição da máquina Memex com vistas a promover um registro mais efetivo da informação. Outrossim, vale destacar os contributos de Mooers com a criação

da Recuperação de Informação que esteve e está até hoje bem próxima a Ciência da Informação.

É importante ressaltar que os estudos de Bush foram cruciais para o advento da Ciência da Informação, principalmente em virtude de ter se constituído como a base das discussões que ocorreram em 1948, da *Royal Society Scientific Information Conference*. Cerca de 340 cientistas e documentalistas de todo o mundo compareceram a essa Conferência, que durou dez dias úteis.

Para tentar atribuir maior precisão, o presente trabalho, concebeu dois contextos para a origem da Ciência da Informação:

a) antecessores sociais e científicos que direta e indiretamente contribuíram para o advento da Ciência da Informação (o que provoca a manifestação de um dado fenômeno, causa, motivo e procedência);

b) acontecimentos institucionais, técnicos e científicos que marcadamente promoveram o caminhar da Ciência da Informação (o surgimento ou início de alguma coisa e princípio, começo e ascendência).

Essa divisão foi fundamental para reconhecer a importância dos fenômenos antecessores e os acontecimentos institucionais e científicos que originaram a Ciência da Informação. Com efeito, entende-se que o principal contributo do primeiro fator foi Paul Otlet e Henri La Fontaine com a construção da Documentação que promoveram subsídios de reflexão teórica e epistemológica para a criação da Ciência da Informação, enquanto que o principal contributo do segundo fator, como já mencionado, foi Vannevar Bush.

Assim, notifica-se que não há um contributo principal para o advento da Ciência da Informação, mas um conjunto de idéias, questões e reflexões que foram cruciais para constituir a Ciência da Informação como campo do conhecimento científico.

O presente trabalho ainda destacou a configuração do campo científico da Ciência da Informação e procurou utilizar o termo configuração, pois implica na composição de características identitárias que deram vazão ao advento da Ciência da Informação e a composição do seu campo científico. Como a quantidade e complexidade de fenômenos que contribuíram para o advento e a construção da Ciência da Informação foram expressivas crê-se que o termo configuração seria mais pertinente.

Atribui-se que o campo científico da Ciência da Informação perpassa por três fatores: a noção de paradigma; interdisciplinaridade e objeto de estudo.

O trabalho constatou com relação ao termo paradigma na Ciência da Informação que está relacionado a uma polêmica teórica e epistemológica aferindo que tem se constituído de

uma discussão necessária, mas muito improfícua para a Ciência da Informação, pois tem contribuído muito pouco para o fortalecimento epistemológico da disciplina implicando afirmar que a construção identitária da Ciência da Informação tem passado pela inserção de muitas terminologias sem muita consistência reflexiva e aplicativa fragmentando a identidade da área.

Já no que tange a interdisciplinaridade é possível observar que nasce juntamente com a Ciência da Informação como conceitos intrínsecos. Constata-se que existem três fortes tendências da Ciência da Informação como campo interdisciplinar porque se utiliza dos conhecimentos gerados no âmbito de diferentes disciplinas: a primeira envolve a interdisciplinaridade com a Biblioteconomia, a Documentação e extensivamente a Arquivologia e Museologia; a segunda tendência de uma interdisciplinaridade da Ciência da Informação com as Ciências Cognitivas, Computação, Administração e Comunicação e a terceira envolve a interdisciplinaridade com a Lingüística, a Psicologia, Filosofia e a Sociologia.

Com relação ao objeto de estudo é uma discussão bastante complexa e arenosa, mas necessária. Atenta-se para o fato de é muito difícil conceber o objeto de estudo da Ciência da Informação considerando que apenas o termo informação de forma isolada não é suficientemente capaz de ser compreendido como objeto de estudo de um campo do conhecimento.

É necessário reconhecer que a Ciência da Informação focaliza os contextos das ações de informação que podem ser consideradas ações de segundo grau, visando compreender os fluxos de informação e a representação do conhecimento que se desdobra em diversas atividades de informação culturais, educacionais, econômicas, políticas, ambientais e de qualquer esfera da vida humana, profissional e científica.

Acredita-se que o objeto de estudo da Ciência da Informação é constituído por um conjunto de fatores que estão fragmentados, pois varia de acordo com a realidade histórico-social.

Diante da realidade atribuída a noção de paradigma, interdisciplinaridade e o objeto de estudo da Ciência da Informação, pode-se afirmar que este campo do conhecimento possui um conjunto de marcas identitárias não-essencialistas, o que implica afirmar que essa identidade não-essencialista é que movimenta os construtos teóricos e epistemológicos deste campo do conhecimento.

Após, a reflexão sobre as origens e a configuração do campo científico da Ciência da Informação, o trabalho adentra na discussão sobre a Ciência da Informação brasileira considerando a Pós-Graduação como elemento vital para o seu desenvolvimento no Brasil.

Vale ressaltar que três fatores foram cruciais para a inserção da Ciência da Informação no Brasil: os dois primeiros foram o IBBD e a UNESCO significando afirmar que a Ciência da Informação brasileira se constituiu a partir de processos institucionais e políticos, respectivamente.

O terceiro foi a ANCIB que se configurou em um importante instrumento institucional para o desenvolvimento científico da Ciência da Informação e, particularmente da Pós-Graduação. Vale enfatizar que embora a ANCIB tenha sido criada formalmente em 1989, houve um processo anterior desde o final da década de 1970 através reuniões e discussões que culminaram com a sua formalização.

A Pós-Graduação em Ciência da Informação tem seu início no ano de 1970 que se firmou como a primeira Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil e na América Latina idealizada pelo IBBD em parceria com a UFRJ. O advento desta Pós-Graduação foi fundamental para alavancar os estudos as atividades de informação em ciência e tecnologia no Brasil.

É importante frisar que esta foi a única Pós-Graduação que já foi criada com o nome Ciência da Informação. Na década de 1970 surgiram outras Pós-Graduações, mas com o nome de Biblioteconomia, tais como: UFMG (1976); UFPB (1977) e PUCAMP (1977) e UnB (1978). Essas Pós-Graduações se constituíram nos primeiros indícios para os construtos acadêmicos e científicos em Ciência da Informação.

Na década de 1980, não há muitas mudanças na Pós-Graduação, pois houve o surgimento de novos Programas e basicamente o que houve foi mudança pontual em área de concentração e linhas de pesquisa de alguns Programas. É o que pode ser chamado de contínua concepção identitária dos Programas.

Mas pode-se destacar como mudança o início da formação de uma autonomia em Ciência da Informação, uma vez que na década de 1970, a Pós-Graduação em Ciência da Informação, em caráter particular, o Programa do IBICT teve como marco professores estrangeiros, como Shera, Saracevic, Lancaster, entre outros, enquanto na década de 1980 houve o início da concentração de docentes e pesquisadores nacionais e alguns provenientes de outros países latinos.

A década de 1990 é um marco para a Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. Inicialmente, como já mencionado, pela emergência da ANCIB e a criação do

ENANCIB como espaço fundamental para discussão de idéias sobre este campo do conhecimento. Em segundo lugar, pelo fato de que as Pós-Graduações em Biblioteconomia passaram a se chamar Ciência da Informação (PPGCI's). Essa mudança de Biblioteconomia para Ciência da Informação, tanto foi de nível institucional, quanto de nível acadêmico.

Pode-se citar o exemplo PPGCINF (UNB) que mudou seu nome para Pos-Graduação em Ciência da Informação em 1991 e no ano subsequente já iniciou seu Doutorado. UFMG, também em 1991, mudou para PPGCI, mas só iniciou seu Doutorado em 1997. O PPGCI do IBICT/UFRJ iniciou seu doutorado em 1994. Ainda é possível destacar a criação de Programa em nível de mestrado, como o PPGCI da UNESP (1998) e da UFBA (1998).

Essas mudanças acadêmicas promoveram uma marca chamada de identidade institucionalmente modificada, pois as mudanças ocorreram em contextos formais, mas também na perspectiva de ampliar as atividades com informação em seus Programas, assim como agregar novas pesquisa e discentes e outras disciplinas que não fosse somente a Biblioteconomia.

A primeira década do século XXI continua com um conjunto de mudanças ao qual pode-se chamar do início da construção de uma identidade de projeto (CASTELLS) para a Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. Destaca-se o surgimento de novos Programas em nível de mestrado, como o Programa da UFSC (2003), a criação do Doutorado da UNESP (2005) e a reconstrução do Programa da UFPB em 2007 como PPGCI.

É possível enfatizar o rompimento da parceria entre o IBICT e a UFRJ em 2001 e a formação de uma nova parceria entre IBICT e UFF em 2004. Porém, essa parceria não durou muito tempo, pois em 2008 foi desfeita, uma vez que a UFF criou seu próprio Programa em nível de Mestrado, enquanto o IBICT voltou a formar parceria com a UFRJ, mas desta feita com o Departamento de Administração e Contabilidade (antes a parceria era com a Escola de Comunicação da UFRJ). É ainda conveniente destacar o PPGCI da USP que desde a década de 1970 esteve como área de concentração denominada Biblioteconomia e Documentação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação conquistando, finalmente, sua autonomia, em 2006.

Dessa maneira, percebe-se na primeira década do século XXI um conjunto de mudanças na Pós-Graduação em Ciência da Informação e por qual motivo não falar de forma mais ampla na Ciência da Informação brasileira?

A partir da análise das áreas de concentração constata-se que os PPGCI's possuem características identitárias específicas.

O PPGCI do IBICT/UFRJ, por exemplo, apresenta uma identidade afirmativa que enfatiza a identidade do PPGCI do IBICT UFRJ em termos de ensino e pesquisa e estabelece diferenças e particularidades com relação a outros PPGCI's.

Já o PPGCI da UFBA possui uma identidade social no contexto da informação, dada a sua valorização a processos sociais, políticos e tecnológicos.

A identidade do PPGCI da UFMG é interseccional entre produção, organização e utilização da informação.

A identidade do PPGCINF da UNB é profissional, pois investiga a gestão da informação como estudo voltado para questões informacionais e profissionais que envolvam estratégias, planejamentos e processos relacionados a diferentes espaços de informação.

A identidade da área de concentração do PPGCI da UNESP é interseccional, de sorte que prioriza as reflexões sobre organização, gestão e uso da informação de forma integrada.

Por fim, a identidade do PPGCI da USP é subjetiva, já que cultura e informação, tanto isolada como conjuntamente podem abarcar estudos em diversas perspectivas sociais, educacionais, políticas e econômicas dependendo da visão dos professores/pesquisadores e dos discentes.

No que se refere as linhas de pesquisa constatou-se marcas identitárias nos PPGCI's considerando a realidade específica de cada Programa.

Com relação ao PPGCI do IBICT/UFRJ verifica-se uma identidade fragmentada em virtude de que há uma variedade e densidade muito ampla de assuntos que ora se complementam, ora aparentam não possuir uma efetiva relação.

Já no PPGCI da UFBA acontece uma identidade estrutural, pois as linhas de pesquisa são interdependentes e necessitam de uma relação direta a fim de que possam coexistir.

O PPGCI da UFMG apresenta uma identidade no contexto da subjetividade, pois mostra múltiplas possibilidades de investigação que o pesquisador pode se ocupar através dos seus estudos e a sincronia reside no fato de que as linhas de pesquisa possuem uma concatenação muito clara tanto dentro da linha de pesquisa quanto entre as linhas de pesquisa.

O PPGCI da UNESP mostra uma identidade organizacional, haja vista que acontece em virtude de dois fatores: o primeiro em uma tonalidade de pesquisa voltada para gestão, produção, mediação, apropriação, recuperação, representação, uso e organização da informação e do documento em uma tessitura tecnológica; o segundo ocorre pelo fato de que boa parte do conteúdo das linhas de pesquisa se traduz como elementos cruciais de investigações em organizações.

O PPGCINF da UNB tem uma identidade profissional que ocorre por um lado pelo fato de que existe uma valorização muito grande nas linhas de pesquisa do Programa concernente a discursos profissionais e ênfase em investigações sobre profissões e mercado de trabalho ligado a informação e, por outro, pela valorização sobre estudos referentes a gestão, comunicação, política e mediação da informação aplicados em organizações).

O PPGCI da USP expõe uma subjetiva que pode ser configurada a partir da noção de que o Programa possui três linhas com uma grande densidade epistemológica atentando que sua subjetividade encontra-se nas múltiplas possibilidades de investigação.

Finalmente, espera-se que o presente trabalho possa contribuir com as discussões referentes a epistemologia da Ciência da Informação no Brasil em suas perspectivas históricas, científicas, tecnológicas, sociais e institucionais.

## REFERÊNCIAS

ABATH, Rachel Joffily; MELO, Maria de Lourdes de Arruda. Panorama do curso de mestrado em biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 67-70, jan./jun. 1988.

ALMEIDA JÚNIOR. Oswaldo Francisco. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

ANDERY, Maria Amália & SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo. Há uma ordem imutável na natureza e o conhecimento a reflete: Augusto Comte. In: ANDERY, Maria. Amália. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 373-393.

ANDRADE, Maria Eugênia Albino; OLIVEIRA, Marlene de Oliveira. A Ciência da Informação no Brasil. In: Marlene de. **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 45-60.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, 2009, vol.38, n.3, pp. 192-204.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 5a edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB). **Regimento**. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/pages/sobre/regimento.php>> Acesso em: 01 fev. 2011.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1968.

BACHELARD, Gaston. **O racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BARBOSA, Ricardo. Rodrigues. et al. Novo nome e novo paradigma: da biblioteconomia à ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 81-91, jan./jun. 2000.

BARRETO, Aldo Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Olhar sobre os 20 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.3-28, jan./dez. 2009.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da Ciência da Informação. **Para entender a ciência**, 2007, p. 79-100.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Uma quase história da ciência da informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v.9, n.2, abr/08. Disponível em [http://dgz.org.br/abr08/Art\\_01.htm](http://dgz.org.br/abr08/Art_01.htm). Acesso em 16 de janeiro de 2011.

BARRETO, Aldo de Albuquerque; MIRANDA, Antonio. Pesquisa em ciência da informação no Brasil: síntese e perspectiva. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 23-24, n. 3, p. 277-292, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 260p.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 264p.

BORKO, Harold. Information science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, 1968.

BUCKLAND, Michael. Documentation, Information Science and Library Science in the U.S.A. **Information Processing & Management**, v. 32, n. 1, p. 63-76, 1996.

BUENO, Marcos F.; JANNUZZI, Paulo de M. A economia da informação no Brasil: dimensionamento e espacialização através das ocupações do censo demográfico de 2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6, 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 2005. In CDROM.

BUNGE, Mário. **Ciência e Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, jan./abril de 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100010&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000100010&script=sci_arttext&tlng=en)> Acesso em; 22 jul. 2010.

BUSH, Vannevar. As we may think. *The Atlantic Monthly*, v.176, n.1, p.1-19, jul.1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.html>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

CACALY, Serge (Coord.). **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Nathan, 1997. 635 p. p. 78-81.

CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR., Thomaz. Identidade organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n.1, p. 6-17. Jan./Mar., 1997.

CAPURRO, Rafael. **Information**. Ein Beitrag zur etymologischen und ideengeschichtlichen Begründung des Informationsbegriffs. Munich, Germany: Saur. 1978. Disponível em: <<http://www.capurro.de/info.html>> Acesso em: 12 jul. 2010.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, 2007.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994.

CARNEIRO, Paulo. A Unesco e a informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 3-8, 1977.

CARVALHO, Abigail de Oliveira. Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação; reflexões, sugestões, experiências. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 7, n.2, p. 289-309, set. 1978.

CARVALHO, Mônica. Risco, dispositivos de informação e a questão do governo em sua relação com a saúde nas sociedades contemporâneas. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n.2, p. 147-170, Dezembro de 2007.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha. As transformações da relação museu e público sob a influência das tecnologias da informação. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO-IBICT, 2003. 288p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação).

CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz. **Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo.** Olinda: Edições Baluarte, 2010. 99p.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** – A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 2.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência.** São Paulo: Editora UNESP, 1994.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significados, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. 425 p.

CHRISTOVÃO, Heloísa. Tardin. A ciência da informação no contexto da pós-graduação do IBICT. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v. 1, n. 1, p. 25-30, jan./jun. 1995.

CNPq. **Avaliação e Perspectiva 82.** Brasília: Coordenação Editorial, 1983, v. 8, Ciências Sociais.

CNPq/IBICT - UFRJ/ECO. Comissão de Convênio. A pós-graduação em ciência da informação na UFRJ. **Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n.2, p. 112-24, jul./dez. 1987.

CNPq/IBICT. Criação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1-2, p. 11-112, 1976.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural.** Cultura e imaginário. 3ª edição São Paulo: Iluminuras, 2004.

COMTE, Auguste. **Discurso Sobre o Espírito Positivo**. São Paulo: Abril, 1978. (Coleção Pensadores).

COUZINET, Viviane; SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. A ciência da informação na França e no Brasil. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, 2007. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez07/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/dez07/Art_03.htm)>. Acesso em: 07 fev. 2011.

CRONIN, Blaise. The Sociological Information Science. **Journal of Information Science**, August, vol. 34, n. 4, p. 465-475, 2008.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 8ª edição. Campinas: Autores Associados, 2007.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DIAS, Eduardo José Wense. Contexto digital e tratamento da informação. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out01/Art\\_01htm](http://www.dgz.org.br/out01/Art_01htm)>. Acesso em: 11 abr. 2011.

DREHER, Martin N. **A Crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma**. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 62, 1998.

DUCHEYNE, Steffen. Paul Otlet's of knowledge and linguistic objectivism. **Knowledge Organization**, v. 32, n.3, p. 110-116, 2005.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FADEL, Bárbara et al. Gestão, mediação e uso da informação. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-32.

FAYET-SCRIBE, S. Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937. Paris: CNRS Editions, 2001. (CNRS Histoire).

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 1994. 143p.

FERNEDA, Edberto. Recuperação da informação: análise sobre a contribuição da Ciência da computação para a Ciência da Informação. **Tese (doutorado em comunicação)** – USP. Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2003.

FERREIRA Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. CD-ROM. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1997.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Trad. César Augusto Morari. São Paulo: UNESP, 2007.

FIGUEIREDO, Nice. Paul Otlet e o centenário da FID. In: **ORGANIZAÇÃO do conhecimento e sistemas de classificação**. Brasília: IBICT, 1996.

FONSECA, Edson Nery da. A pós-graduação em Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 27-39, mar 1974.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Ordem dos conceitos na organização da informação e do conhecimento. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação, USP, São Paulo, 2010).

FREIRE, Gustavo. Ciência da informação: temática, história e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n.1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

FREIRE, Isa. Um olhar sobre a produção científica brasileira na temática epistemologia da Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p.1-31, 2008. Disponível em:

<<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/9/16>> Acesso em: 07 fev. 2011.

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Tabela das áreas do conhecimento. 2009. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento\\_042009.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_042009.pdf)> Acesso em: 01 fev. 2011.

- GADAMER, Hans-George. **A razão na época da ciência**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991. 177p.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- GÓES, Maria Cecília Rafael de. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 19, n. 50, p. 9-25, 2000.
- GOMES, Hagar Espanha. Experiência do IBBD em programas de pósgraduação **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p.13-26, mar. 1974.
- GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 4, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2011.
- GOMES, Henriette Ferreira. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.3, n.1, p.85-99, jan./dez. 2010.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Perspectivas em ética da informação: acerca das premissas, das questões normativas e dos contextos da reflexão. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (Org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010.
- GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez00/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_aut.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, v.33 n.1, p. 55-67, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v.31, n.1, p. 27-40, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p.117-122, jul./dez. 1990.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p.5-18, jan./jun. 2001.

HABERMAS, Jurgen. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAMBURGER, Ernst. Para que pós-graduação? **Encontros com a civilização brasileira**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro, Imago, 1976. 221p.

JARDIM, José Maria. FONSECA, M.O. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. **Cadernos BAD**, n.2, p.29-45, 1992.

JOB, Ivone. Estudos cognitivos e a representação do conhecimento na ciência da informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v.13, n.2, p.365-378, jul./dez., 2008.

KOBASHI, Nair Yumiko; SMIT, Johanna Wilhelmina; TÁLAMO, Maria de Fátima. A função da terminologia na construção do objeto da ciência da informação. **DataGramZero** –

Revista de Ciência da Informação, v. 2, n. 2, abr. 2001. Disponível em: <[www.dgzero.org](http://www.dgzero.org)>  
Acesso em: 26 jan. 2011.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª Ed.- Trad.- Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Edit. Perspectiva S.A., 2000. (Coleção debates, 115).

LAHARY, Dominique. Bibliothéconomie. In: CACALY, Serge (Coord.). **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris: Nathan, 1997. 635 p. p. 78-81.

LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMPERT, Ernâni. **Pós-modernidade e conhecimento**: educação, sociedade, ambiente e comportamento humano. Porto Alegre: Sulina, 2005. 136 p.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely Maria de Souza. Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p.92-107, jan/abril, 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/issue/view/37>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, v.15, n.2, p.107-115, jul./dez 1986.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. (orgs.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 184p.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar**: Informação em Arte, um novo campo do saber. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO-IBICT, 2003. 346p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação).

LÓPEZ YEPES, José. **La Documentación como disciplina**: teoría e historia. 2. ed. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarara (EUNSA), 1995.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MACIEL, Costa Alba; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como Organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 94p.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago. 2002.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil**. Educação e Sociedade, vol.30, n.106, Campinas Jan./Abr., 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Epistemologia da pesquisa em administração**. Tese (Livre Docência). Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1994.

MATURANA, Humberto. **Cognição, Ciência e Vida Cotidiana**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Linha de pesquisa: possibilidades de definição e tipos de utilização do conceito. **Revista de Administração Contemporânea**. 2003, vol.7, n.2, pp. 177-182.

MIKHAILOV, Alexander Ivanovich. Informatics: a scientific discipline. **Documentação e Informação Científica**, Lisboa, v. 10, n. 53, p. 239-242, 1967.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOOERS, C.N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. **American Documentation**, v. 2, p. 20-32, 1951.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo - II: necrose.** (colaboração de Irene Nahoum). 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MOSTAFA, Solange Puntel; LIMA, Ademir Benedito Alves; MARANON, Eduardo Ismael Murguia. Paradigmas teóricos da biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n.3, p. 216-222, set./dez.1992.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Avaliação do estado da arte da formação em biblioteconomia e ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.17, n.1, p. 71-81, 1988.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006.

MÜELLER, Suzana Pinheiro Machado. O Ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; MIRANDA, Antonio; SUAIDEN, Emir José. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: análise de trabalhos apresentados no IV ENANCIB, Brasília, 2000. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n. 3, p. 293-308, 1999/2000.

NAUDÉ, Gabriel. *Advis pour dresser une bibliothèque présenté à Monseigneur le Président de Mesme.* Paris: Isidore Lisieux, 1876. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k576966/f3.image.pagination.r=.langFR> Acesso em: 12 jan. 2011.

NEHMY, Rosa et al. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 9-25, jan./jun. 1996.

NORONHA, Daisy. Pires; MARICATO, João de Melo. Estudos métricos da informação: primeiras aproximações. **Enc. Bibli.**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, 1. sem. 2008. Disponível: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1137/1594> Acesso em: 03 abr. 2011.

ODDONE, Nanci. *Ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930- 1970).* Rio de Janeiro, 2004. 157 p.

Tese (Doutorado em ciência da informação) – Ibict/UFRJ/ECO, 2004. Disponível em <http://biblioteca.ibict.br/ph18/anexos/oddone2004.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2011.

ODDONE, Nanci. Lydia de Queiroz Sambaquy e a Ciência da Informação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/331/1/lydia.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2011.  
ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a Ciência da Informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n.1, p. 45-56, 2006.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, out. 2004.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**. 2009, vol.14, número especial, pp. 59-79.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: Le livre sur Le livre, théorie ET pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PAIM, Isis. A ciência da informação na UFMG: a trajetória do programa de pós-graduação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 105-110, jan./jun. 2000.

PATY, M. **Matéria roubada**. São Paulo: Edusp, 1989.

PELBART, Peter Pál. **A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo, Iluminuras: 2000.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Maria Lopez Ginez de, FUJINO, Asa. NORONHA, Daisy Pires (org.) **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2008. p. 46-97.

PIETROCOLA, Maurício. A Matemática como estruturante do conhecimento físico. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis v. 19, n. 1, p. 93-114, 2002.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Ausência de Arte e Cultura nas políticas públicas de informação**. In: Memória Social e Documento: uma abordagem interdisciplinar.. Rio de Janeiro, UNI-RIO/ Mestrado em Memória social e Documento, 1997. p.11-20.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Campo interdisciplinar da Ciência da Informação:** fronteiras remotas e recentes. In: *Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade*. Brasília: IBICT/DEP/DDI, 1999. p.155 – 178.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Comunidades científicas e infra-estrutura tecnológica no Brasil para uso de recursos eletrônicos de comunicação e informação na pesquisa. **Ciência de Informação**, Brasília, v.32, n.3, p.62-73, set./dez. 2003.

PINHEIRO, Lena. Vania. Ribeiro. Infra-estrutura de pesquisa em ciência da informação no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n. 3, p. 367-390, especial, 2000.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.15, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/IS1510501.htm>> Acesso em: 21 jan. 2011.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Cenário da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)**, 8, Salvador, **Anais...**, 2007.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.  
PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

POBLACIÓN, Dinah. Aguiar. Visibilidade da produção científica gerada pelos docentes e egressos dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e as interfaces com os Grupos de Pesquisa da área, constantes do Diretório do CNPq. **Datagrama zero**, v.6, n.1, 2005.

POBLACIÓN, Dinah. Aguiar.; NORONHA, Daisy Pires. Produção das literaturas “branca” e “cinzenta” pelos docentes/doutores dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 98-106, maio/ago. 2002.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar; NORONHA, Daisy Pires. Rumos da comunidade brasileira de pesquisadores brasileiros em Ciência da Informação: desafios do século XXI. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, nov. 2003.

PONJUAN DANTE, Glória. **Gestión de información en las organizaciones:** principios, conceptos y aplicaciones. Santiago: CECAPI, 1998. 222 p.

POPPER, Karl Raymond. **Conjecturas e refutações**. Coimbra: Almedina, 2006.

POPPER, Karl Raymond. **Três concepções acerca do conhecimento humano**. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os pensadores. 1980.

PPGCI IBICT/UFF. **Área de concentração e linhas de pesquisa**, 2006. Disponível em: <[http://www.uff.br/ppgci/ppgci\\_areas.htm](http://www.uff.br/ppgci/ppgci_areas.htm)> Acesso em: 30 jan. 2011.

PPGCI IBICT/UFRJ. **Regulamento** (2008). Disponível em: <[http://www.ibict.br/anexos\\_secoes/Regulamento%20Aprovado.pdf](http://www.ibict.br/anexos_secoes/Regulamento%20Aprovado.pdf)> Acesso em: 01 fev. 2011.

PPGCI IBICT/UFRJ. **Linhas de pesquisa** (2011). Disponível em: <[http://www.ppgci.ufrj.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55&Itemid=67](http://www.ppgci.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=67)> Acesso em: 10 abr. 2011.

PPGCI/UFBA. **Linhas de pesquisa** (2010). Disponível em: <<http://www.posici.ufba.br/>> Acesso em: 30 jan. 2011.

PPGCI/UFBA. **Regimento interno** (2010). Disponível em: <<http://www.posici.ufba.br/novosdocs/RegimentoPPGCI.pdf>> Acesso em: 02 abr. 2011.

PPGCI/UFF. **Área de concentração e linhas de pesquisa** (2008). Disponível em: <<http://www.uff.br/cienciainformacao/concentracao.html>> Acesso em: 30 jan.. 2011.

PPGCI/UFMG. **Linhas de pesquisa** (2011). Disponível em: <[http://ppgci.eci.ufmg.br/?O\\_Programa:Linhas\\_de\\_Pesquisa](http://ppgci.eci.ufmg.br/?O_Programa:Linhas_de_Pesquisa)> Acesso em: 10 abr. 2011.

PPGCI/UFMG. **Objetivos do Programa** (2011). Disponível em: <[http://ppgci.eci.ufmg.br/?O\\_Programa:Objetivos](http://ppgci.eci.ufmg.br/?O_Programa:Objetivos)> Acesso em: 02 abr. 2011.

PPGCI/UFMG. **Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da UFMG** (2003). Disponível em: <[http://ppgci.eci.ufmg.br/downloads/regulamento\\_2003.pdf](http://ppgci.eci.ufmg.br/downloads/regulamento_2003.pdf)> Acesso em: 01 fev. 2011.

PPGCI/UFPB. **Ciência da Informação na UFPB** (2007). Disponível em: <<http://dci.ccsa.ufpb.br/ppgci/?secao=1&id=1>> Acesso em: 28 jan. 2011.

PPGCI/UFPE. **Linhas de pesquisa** (2010). Disponível em:

<[http://www.ufpe.br/ppgci/index.php?option=com\\_content&view=article&id=302&Itemid=230](http://www.ufpe.br/ppgci/index.php?option=com_content&view=article&id=302&Itemid=230)> Acesso em: 07 fev. 2011.

PPGCINF/UNB. **Edital No 1/2010**: seleção de candidatos às vagas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para os cursos de mestrado acadêmico e doutorado para o primeiro período letivo de 2011. Disponível em:

<[http://www.unb.br/posgraduacao/stricto\\_sensu/editais/12011/edital\\_cienciainformacaoMD\\_12011.pdf](http://www.unb.br/posgraduacao/stricto_sensu/editais/12011/edital_cienciainformacaoMD_12011.pdf)> Acesso em: 01 fev. 2011.

PPGCINF/UNB. **Novo regulamento e documento norteador** (2010). Disponível em:

<[http://www.cid.unb.br/m001/M0011000.asp?txtID\\_PRINCIPAL=2](http://www.cid.unb.br/m001/M0011000.asp?txtID_PRINCIPAL=2)> Acesso em: 04 abr. 2011.

PPGCI/UNESP. **Apresentação** (2011). Disponível em:

<<http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=363&CodigoOpcao=363>> Acesso em: 02 abr. 2011.

PPGCI/UNESP. **Linhas de pesquisa** (2011). Disponível em:

<<http://www.marilia.unesp.br/index.php?CodigoMenu=363&CodigoOpcao=366>> Acesso em: 10 abr. 2011.

PPGCI/USP. **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação** (2010). Disponível em:

<[http://www.pos.eca.usp.br/index.php?q=pt-br/ciencia\\_da\\_informacao/programa](http://www.pos.eca.usp.br/index.php?q=pt-br/ciencia_da_informacao/programa)> Acesso em: 04 abr. 2011.

RAMALHO, F., SANTOS, J.I.C., FERRARO, N.G. SOARES, P.A. T. **Os Fundamentos da Física**. 3ª edição. Editora Moderna: São Paulo, 1979.

REIS, Fernando Baldy dos; CICONELLI, Rozana Mesquita; FALOPPA, Flávio. Pesquisa científica: a importância da metodologia. **Revista Brasileira de Ortopedia**, v.37, n.3, mar. 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIVERA, Francisco Ravier Uribe; ARTMAN, Elizabeth; FREITAS, Carlos Machado de. **Relatório cenário da pós-graduação *strictu sensu***. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 15.<sup>a</sup> Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

RUBANO, Denize Rosana. & MOROZ, Melania. A Dúvida como recurso e a geometria como modelo: René Descartes. In: ANDERY, Maria. Amália. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 201-210.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estud. av.** vol.2 no.2 São Paulo May/Aug. 1988.

SANTOS, Plácida L. V. Amorim da Costa; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Perspectivismo e tecnologias de informação e comunicação: acréscimos à Ciência da Informação? **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v.10, n.3, jun. 2009.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, CEDES, v. 24, nº 83, p. 627-641, 2003.

SANTOS JÚNIOR, Roberto Lopes dos; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. A abordagem teórica de A. I. Mikhailov sobre o termo informação científica. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.7, n. 2, p. 27-45, jan./jun. 2010 . Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/viewarticle.php?id=229>> Acesso em: 26 jan. 2011.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./ jun. 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia**. 2<sup>a</sup> Ed.– São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação geral).

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SHERA, Jesse. Epistemologia Social, Semântica Geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 9-12, 1977.

SHERA, Jesse. **Sociological foundations of librarianship**. New York: Asia Publishing House, 1970.

SILVA, Franklin Leopoldo. Universidade: a idéia e a história. In: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard (Orgs.). **Ensino superior**: conceito e dinâmica. São Paulo: Edusp, 2006. p. 285-296.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. **A institucionalização das atividades de informação científica e tecnológica no Brasil**: o caso do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Brasília, 1987. 226p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Biblioteconomia, 1987.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. Políticas e sistemas nacionais de informação no Mercosul: uma abordagem preliminar. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 71-76, jan./abr. 1993.

SILVA, Tomaz. Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz. Tadeu. da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. 30 anos da pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba. **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.29-37, jan./dez. 2009.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A política governamental para a pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 9, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/398/319>> Acesso em: 27 jan. 2011.

SMIT, Johanna Wilhelmina.; DIAS, Eduardo Wense; SOUZA, Rosali Fernandez de. Contribuição da Pós-graduação para a Ciência da Informação no Brasil: uma visão. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.3, n.6, dez. 2002. Disponível em <[http://www.dgz.org.br/dez02/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/dez02/Art_04.htm)> Acesso em: 27 jan. 2011.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1990. 120p.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; SMIT, Johanna Wilhelmina. Ciência da Informação: a transgressão metodológica. In: BENTES PINTO, Virgínia; CAVALCANTE, Lídia Eugênia; SILVA NETO, Casemiro. **Ciência da Informação: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

TARGINO, Maria das Graças. A interdisciplinaridade da ciência da informação como área de pesquisa. **Revista Informação & Sociedade**, v. 5, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/519501.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

VAITSMAN, Jeni. "Subjetividade e Paradigma de Conhecimento", **Boletim Técnico do SENAC**, vol.21 n. 2, maio/agosto, 1995.

VANTI, Nadia. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VERDENAL René. A filosofia positiva de Auguste Comte. In: Châtelet, F. (org.). História da filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. vol. V.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História e Foucault Revolucionou a História**. [Comment on écrit l'histoire. Foucault révolutionne l'histoire]. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília, Editora UnB, 2008.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v.29, n.2, p.229-239, 1993.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZINS, Chaim. Conceptions of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.58, n.3, p.335-350, 2007.